UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Beatriz Tavares Alves e Silva

Os Impactos da Guerra contra o Paraguai na Província de São Paulo
(1864-1870)

São Paulo
2021

Versão Corrigida

Beatriz Tavares Alves e Silva

Os Impactos da Guerra contra o Paraguai na Província de São Paulo
(1864-1870)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação da Prof. Dra. Marisa Midori Deaecto.

São Paulo
2021

Versão Corrigida

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Si Silva, Beatriz Tavares Alves e
 Os Impactos da Guerra contra o Paraguai na
 Província de São Paulo (1864-1870) / Beatriz Tavares
 Alves e Silva; orientadora Marisa Midori Deaecto -
 São Paulo, 2021.
 187 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de História. Área de
 concentração: História Econômica.

 1. Guerra do Paraguai. 2. História cotidiana. 3.
 Mercado interno. 4. Província de São Paulo. 5. Brasil
 Império. I. Deaecto, Marisa Midori , orient. II.
 Título.

Folha de Aprovação

Silva, Beatriz Tavares Alves. Os Impactos da Guerra contra o Paraguai na Província de São Paulo. 2021. 181f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE
Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Beatriz Tavares Alves e Silva

Data da defesa: 23/04/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Marisa Midori Deaecto

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 25/06/2021

A Gustavo Cotas (*in memoriam*)

Agradecimentos

À professora Marisa Midori, que aceitou me orientar, teve paciência com as minhas dificuldades e com quem aprendi enormemente: meu muito obrigada e minha admiração. Ao professor Lincoln Secco, pelo acolhimento, por ter me instigado a pesquisar sobre a Guerra e pela ajuda inicial, quando estava perdida. Ao professor Jean Pierre Chauvin, pelos comentários na banca de qualificação, que me fizeram correr atrás da crítica aos jornais, tema pelo qual adquiri grande interesse e prazer em estudar. E à professora Raquel Glezer, pelos comentários na banca de qualificação.

À Julia Codas, pela amizade, pela sempre boa vontade em ajudar e por ter me apresentado a seu pai. Ao Gustavo Codas, uma das pessoas mais generosas com quem tive o prazer de cruzar em minha vida. Obrigada por ter acreditado no meu trabalho, por me motivar quando pensei em desistir e por me ajudar nos momentos mais difíceis. Fica por você minha eterna admiração e inspiração. À Maria del Rocío Robledo Yugueros, pelo carinho imenso, pelos livros do Gustavo e por ser quem você é. Agradeço-lhe, também, por ter aceitado fazer parte da minha banca de defesa. À Mariela Cuevas, querida, irmã que o Gustavo me deu. Obrigada pelo acolhimento, pelo companheirismo e pelas trocas, afetivas e acadêmicas. À Maria Ríos, por ter me recebido em sua casa, em Assunção, pelo carinho e pelas canções de luta. À sua filha, Martina, por ter me ensinado que os gatos amam, mas que não compreendem muito bem o que é a amizade. À Adri Bonnin, Diana Garcia, Eugénia Insaurralde e Rocío Casco, que me acolheram de braços abertos no Paraguai. E ao professor Carlos Gomez Florentin, por ter me concedido uma entrevista sobre o CHCP (Comité Paraguayo de Ciencias Históricas).

Ao GMARX-USP, pelos debates, tão essenciais, que continuam a contribuir para minha formação. Ao Fernando Sarti Ferreira, companheiro de grupo e professor (com quem sempre aprendo), por aceitar fazer parte da minha banca de defesa. Ao amigo gmarxista Felipe Castilho Lacerda, que sempre me motivou e continua motivando.

À Letícia Szot, amiga-professora, que me ensinou a organizar um texto, quando este mestrado ainda estava um caos. Ao Henrique Cunha, pelo reencontro e pela revisão. Aliás, quaisquer erros deste caráter podem ser atribuídos a modificações posteriores que fiz no texto, não ao Henrique. Ao Luiz Gracini Ancona, pelas trocas cinematográficas e teóricas, das quais se originou a ideia para a epígrafe deste trabalho. À Ana Lúcia Marques Souza, pelo carinho e por me ajudar a ser quem eu sou. À Nani-Ana Luiza Saad, pelo amor imenso e por ter lido e corrigido parte

do meu trabalho. Aos amigos Felipe Catalani, Gabriela Siqueira, Daniel Garroux e Caetano Bittencourt, sem os quais teria enlouquecido na quarentena, agradeço o companheirismo e as trocas (acadêmicas ou não). Aos amigos de infância, que sempre me motivaram neste trabalho: André Hyppólito, Gabriela Guerra, Karen Blumfeldt, Livia Fernandes, Luiza Arold, Marina Monaco e Stephanie Doppler. Às amigas, também de longa data, Carolina Santos, Isabela Mariotto e Juliana Torres, por terem sido tão presentes e companheiras. Aos meus pais e ao meu irmão, por me apoiarem em minhas escolhas. Ao meu irmão, em especial, pela parceria.

Ao meu avô, Olavo Setembrino, nascido em 1921 e itabirano com orgulho, pelas histórias de como burlava o serviço militar obrigatório. Segundo ele, “aquele trem era um atraso de vida”. Obrigada, também, ao médico-farmacêutico do exército, que vivia dando-lhe atestados falsos e que o impediu de seguir à Bahia, com o batalhão de guerra, nos anos 1940.

Por fim, ao Miguel Sette, companheiro de vida, que tem o incrível poder de transformar dias cinzas em tardes quentes primaveris. Obrigada por estar do meu lado neste e em todos os momentos, por ler e corrigir meu trabalho com o rigor conceitual de um cientista político-economista (tipicamente *prédio-meísta*) e pela parceria, amizade e amor constantes.

Finalmente, agradeço ao CNPQ, por ter financiado esta pesquisa, e aos funcionários da Biblioteca Brasileira Guita José Mindlin, da Biblioteca do IEB e da Faculdade de Direito da USP.

o recruta

*O noivo da moça
Foi para a guerra
E prometeu se morresse
Vir escutar ela tocar piano
Mas ficou para sempre no Paraguai*

Oswald Andrade

RESUMO

SILVA, Beatriz Tavares Alves e. Os Impactos da Guerra contra o Paraguai na Província de São Paulo (1864-1870). 187f Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

O presente trabalho tem por objetivo analisar em que medida a Guerra contra o Paraguai impactou a Província de São Paulo na vida cotidiana de seus habitantes, em sua produção e em suas finanças. Para isso, tomamos os preceitos de E. P. Thompson a fim de narrar uma história que trate das camadas subalternas e de sua relação com a elite paulista. Desse modo, correlacionamos elementos da dinâmica da conjuntura provincial às suas estruturas de poder. Para nosso estudo, analisamos o jornal *Diário de São Paulo*, confrontando suas publicações com outros dois jornais (o *Cabrião* e o *Diabo Coxo*) e com os Relatórios Provinciais, do Ministério de Guerra e da Agricultura. No primeiro capítulo analisamos a produção acadêmica sobre a guerra. O segundo trata da conformação de uma cotidianidade, nos preceitos de Agnès Heller, a partir de práticas de perseguição a camadas subalternas e da reprodução de um discurso de subjugação, sob o véu do patriotismo, expresso pela elite nas publicações do *Diário*. No terceiro capítulo discorreremos sobre os impactos do recrutamento e das fugas no abastecimento e no preço de gêneros alimentícios. E, por fim, no quarto capítulo analisamos os impactos dos novos impostos e tarifas nas finanças da Província e na vida da população.

Palavras-chave: guerra do Paraguai, história cotidiana, Brasil Império, mercado interno, Província de São Paulo.

ABSTRACT

SILVA, Beatriz Tavares Alves e. Impacts of the Paraguayan War in the São Paulo Province (1864-1870). 2021. 187 f. Thesis (Master Degree) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

The present work aims to analyse to what extent the War against Paraguay impacted the Province of São Paulo in the daily life of its inhabitants, in its production and in its finances. For this purpose, we take the precepts of E. P. Thompson in order to narrate a history that deals with the working poor and their relationship with the São Paulo's elite. In this way, we correlate elements of the dynamics of the provincial situation to its power structures. For our study, we analyse the newspaper *Diário de São Paulo*, comparing its publications with two other newspapers (*Cabrião* and *Diabo Coxo*), with the Provincial Reports and with The Reports of the Ministry of War and Agriculture. In the first chapter we make an analysis of the academic production on the war. The second one analyses the conformation of the daily life, based on practices of oppression of the subordinate layers and the reproduction of subjugation discourses, under the veil of patriotism, expressed by the elite in the *Diário's* publications. In the third chapter, we discuss the impacts of recruitment and leakage of commodities on the supply and price of foodstuffs. Finally, in the fourth chapter we assess the impacts of new taxes and tariffs on the finances of the Province and on the life of the population.

Key Words: Paraguayan War, São Paulo's Province, The history of everyday life, Empire of Brazil, intern market.

Lista de Ilustrações :

Figuras:

Figura 1: Isenção por apadrinhamento	63
Figura 2: <i>Specimen</i> dos designados da Guarda Nacional	73
Figura 3: Fuga para o mato	77
Figura 4: Isenção por casamento forçado.....	78
Figura 5: Patriotas para voluntários <i>involuntários</i>	85
Figura 6: Concorrência entre o mar e a estrada de ferro	94
Figura 7: Problemas de mão de obra na Província	107
Figura 8: Fabricação de braços para a guerra	109

Tabelas:

Tabela 1: Número de recrutados na Província de São Paulo	59
Tabela 2: Recrutas demandados por vila, na Província de São Paulo em 1866	60
Tabela 3: Exportação brasileira em milhões de sacos de 60kg	118
Tabela 4: Recrutamento de escravizados por região, 1865-1869	127
Tabela 5: Força enviada ao Paraguai pela Província de São Paulo	129
Tabela 6: Mercadorias exportadas pelo Império, em arroba	132
Tabela 7: Empréstimos britânicos tomados anualmente, 1858-1875 (em libras)	143
Tabela 8: Arrecadação da Província de São Paulo, de 1863-64 a 1870-71.....	161

Gráficos:

Gráfico 1: Número de trabalhos publicados sobre a guerra a partir do banco de Teses CAPES.....	38
Gráfico 2: Trabalhos sobre os impactos sociais e regionais da guerra no Brasil.....	39
Gráfico 3: Temáticas de estudos sobre a guerra no Brasil.....	40
Gráfico 4: Preço da condução de víveres em mil réis por arroba.....	100
Gráfico 5: Preço de víveres em São Paulo, por alqueire.....	113

Gráfico 6: Preço de víveres em Santos, por sacco.....	116
Gráfico 7: Valor das mercadorias exportadas pelo porto de Santos em mil réis.....	133
Gráfico 8: Previsão da receita e despesa imperial, acrescido dos deficits reais.....	139
Gráfico 9: Deficits do Tesouro Nacional.....	140
Gráfico 10: Despesa dos ministérios por ano, em bilhões de réis.	141
Gráfico 11: Arrecadação de Importação e Exportação na Província de São Paulo entre os anos financeiros de 1860-61 a 1869-70	153

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: A HISTORIOGRAFIA DA GUERRA	26
<i>PRODUÇÃO DOS ANOS DE GUERRA</i>	27
<i>REPUBLICANISMO E ESTADO LIBERAL</i>	28
<i>CONTEXTO DITATORIAL, BRASIL E PARAGUAI</i>	32
<i>ANOS 2000</i>	35
<i>PRODUÇÃO ACADÊMICA PELA CAPES</i>	37
CAPÍTULO II: A GUERRA VISTA A PARTIR DO QUOTIDIANO: OS IMPACTOS DO RECRUTAMENTO PROVINCIAL NA VIDA URBANA	43
<i>CONTEXTO PROVINCIAL, BREVE INTRODUÇÃO</i>	46
<i>PRINCÍPIOS GERAIS DO RECRUTAMENTO, SEUS ALVOS E O OLHAR DA ELITE NA PROVÍNCIA</i>	51
<i>VIOLÊNCIA E ABUSOS: QUANDO A COTIDIANIDADE SE TRANSFORMA EM IDEOLOGIA E PRÁXIS.</i>	57
<i>RECRUTAMENTO DE GUARDAS NACIONAIS</i>	67
<i>MEIOS DE ESCAPE E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO MUNDO RURAL E URBANO</i>	76
<i>VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA E ESCRAVIZADOS LIBERTOS</i>	81
CAPÍTULO III: ABASTECIMENTO E PREÇOS DE GÊNEROS NO MERCADO INTERNO	88
<i>DEBATE ACERCA DO MERCADO INTERNO</i>	90
<i>DISTRIBUIÇÃO DE MERCADORIAS</i>	92
<i>A LAVOURA DE MERCADO INTERNO</i>	102
<i>AGRICULTURA DE MERCADO EXTERNO E BALANÇA PROVINCIAL</i>	117
CAPÍTULO IV: ORÇAMENTO PROVINCIAL	137
<i>DESPESAS DE GUERRA:</i>	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
<i>CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS</i>	142
<i>REFORMULAÇÃO DE TARIFAS</i>	148
<i>IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS IMPOSTOS</i>	154
<i>EMIÇÃO DE APÓLICES DA DÍVIDA PÚBLICA</i>	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
FONTES	173
BIBLIOGRAFIA	176
ANEXOS	184

Introdução

Ao mencionar o tema deste mestrado em conversações, a réplica mais escutada era sempre a seguinte: "Mas houve algum impacto da Guerra do Paraguai¹ na Província de São Paulo?". Diante deste questionamento, o primeiro pensamento que nos veio a mente foi que seria improvável que uma guerra que durou cinco anos, que foi travada em parte do território nacional e que mobilizou cerca de 1,5% do total da população do Império (em torno de 130.000 homens²) não teria tido impactos nas Províncias do país.

Entretanto, a reação de meus interlocutores não é descabida, se levarmos em conta o número discreto de estudos produzidos no Brasil, até os anos 1990/2000, que abordassem mais especificamente temáticas sociais e econômicas relacionadas à Guerra (como veremos no capítulo seguinte). Há ainda dificuldade de se apurar impactos diretos advindos do conflito, em Províncias que se situavam longe dos campos de batalha. Por vezes, a documentação apresenta dados inexatos, que não entram em conformidade com outras fontes; d'outras, as Províncias vivenciavam contextos igualmente complexos, não sendo possível estabelecer uma relação de causalidade direta entre a Guerra e o desenrolar de determinadas conjunturas.

De todo modo, este trabalho tampouco se propõe a traçar uma explicação retilínea, delimitando o que é consequência do conflito e o que não é, pretensão esta impossível no ofício do

¹ O conflito é comumente conhecido no Brasil como "Guerra do Paraguai", levando a crer, pela partícula possessiva "do", que o Paraguai seria o principal responsável pela Guerra. É interessante notar que sua nomenclatura diverge em outros países. Na Argentina, chamam-na de "Guerra de la Triple Alianza", nome também adotado no Paraguai, que inverte a noção da responsabilidade pelo conflito, atribuindo-a aos Aliados (Império de Brasil, Argentina de Mitre e Província Cisplatina). Ademais, no Paraguai chamam-na ainda de "Guerra Grande" ou, em guarani, "Guerra Guasú". No presente trabalho, decidimos adotar a nomenclatura "Guerra contra o Paraguai", a fim de desatribuir a noção de responsabilidade a uma só parte, tendo em vista que a deflagração do conflito está inserida em um contexto de disputas territoriais e políticas do qual tanto o Império de Brasil, tanto o a República Guarani eram agentes. Para aprofundar no tema sobre o contexto geopolítico da Bacia do Prata, vide: Bandeira, Moniz. *Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro, Revan; Brasília Editora UNB, 1998.

² Os números de homens enviados à guerra variam de cerca de 90 mil a 130 mil homens, conforme Jorge Luis Prata de Souza. O autor atenta para a parcimônia com a qual devemos utilizar esses números, fazendo sempre as ressalvas que lhe cabem, ou seja, o historiador que o mediu e sobre quais meios. O dado que usamos foi estabelecido por Tarso Fragoso, e escolhido porque foi a obra com a qual mais tivemos contato, dentre os autores que previram outros números. De todo modo, o que interessa é enfatizar, nas palavras de Prata de Souza, "que, com a guerra, o Império se viu na contingência de organizar um número expressivo de recrutas que o momento exigia", de modo a mobilizar toda a população. Vide: Souza, Jorge Luis Prata Souza. *O contingente mobilizado para a guerra do Paraguai: as estatísticas sobre os libertos*. Semina, Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF. V. 19, N. 2, p. 117- 140, Mai/Ago 2020.

historiador. O estudioso desta área tem sempre de lidar com múltiplas variáveis em suas análises, para as quais um acontecimento é fruto de uma soma de elementos, não havendo, na maioria das vezes, a possibilidade de estabelecer causas e consequências tão diretas, como o faz uma historiografia mais positivista³. As relações causais tendem a remeter a uma totalidade, como em um fim teleológico, que na história não tem lugar. Sendo assim, não se trata aqui de estabelecer relações de causalidade fechadas em si, que reduzem a complexidade histórica, e sim, de explicar os possíveis impactos no contexto provincial. De acordo com Agnes Heller, os preceitos que condicionam a escrita da História estão presentes na teoria marxista, mas é preciso tomar cuidado com a simples leitura causal ou teleológica do que é proposto por Marx, e da qual pretendemos nos desvencilhar. Seguiremos, então, a linha crítica da autora, em nosso trabalho, considerando a aceção dialética dessas noções, como é proposto por Marx:

A teoria segundo a qual os homens fazem sua própria história, mas em condições previamente dadas, contém as teses fundamentais da concepção marxista da história: por um lado, a tese da imanência, e, por outro, a da objetividade. À primeira vista, o princípio da imanência implica no fato da teleologia, ao passo que o princípio da objetividade implica naquele da causalidade; os homens aspiram a certos fins, mas estes estão determinados pelas circunstâncias, as quais, de resto, modificam tais esforços e aspirações, produzindo desse modo resultados que divergem dos fins inicialmente colocados etc. Mas essa distinção seria verdadeira tão somente se "circunstância" e "homem" fossem entidades separadas. Todavia, essas "circunstâncias" determinadas, nas quais os homens formulam finalidades, são as relações e situações sócio-humanas, as próprias relações e situações humanas mediatizadas pelas coisas. Não se deve jamais entender a "circunstância" como totalidade de objetos mortos, nem mesmo de meios de produção; a circunstância é a unidade de formas produtivas, estrutura social e formas de pensamento, ou seja, um complexo que contém inúmeras posições teleológicas, a resultante objetiva de tais posições teleológicas. E, ao contrário, quando os homens se colocam fins, o campo de determinação causal não é apenas o âmbito e a orientação de

³ O positivismo foi uma corrente filosófica elaborada no século XIX, por Auguste Comte, que tinha como alguns de seus preceitos fundamentais a ciência, como única geradora de conhecimento, a moralidade e a ordem na conformação da sociedade. *Grosso modo*, eles seriam os pilares para que o progresso fosse atingido pela sociedade. Nesse sentido, a historiografia positivista é aquela que toma como diretriz uma progressão evolutiva, muito parecida com a metodologia utilizada pelas ciências biológicas, na qual certos eventos geram consequências diretas. A teleologia, então, costuma ser um artifício presente na historiografia positivista, bem como a linearidade temporal e busca de causalidades. O precursor desta corrente historiográfica foi Saint Simon, ao propor uma história na qual o fim último deveria ser o progresso da civilização. Já no Brasil, as ideias positivistas permearam diversas esferas institucionais, sobretudo no âmbito militar, encabeçado por Benjamin Constant. Para mais informações, vide Ichimaru, Matheus. O Comte republicano e a crítica positivista das Luzes: introdução à questão do progresso em Augusto Comte / Matheus Ichimaru ; orientador Sérgio Cardoso. – São Paulo, 2019.

suas colocações, pois os seus atos teleológicos e todas as demais objetivações desencadeiam igualmente novas séries causais.⁴

Isto posto, eis o segundo motivo pelo qual não surpreende a dúvida sobre a existência de impactos da Guerra contra o Paraguai sobre a Província de São Paulo. O questionamento dos interlocutores pode estar relacionado ao alastramento das abordagens estruturalistas - notadamente entre os anos 1950 e 1960, mas ainda persistente em algumas obras - que tendem a se pautar em modelos que por vezes deixam de lado conjunturas importantes para temáticas sociais, políticas e mesmo econômicas⁵. Se analisarmos a história, tanto do país como da Província, a partir de suas estruturas, ela pouco se alterou em decorrência da Guerra. As instituições pouco ou nada se modificaram desde o conflito até a proclamação da República e a economia traçou os rumos que já vinham sendo desenhados desde os anos 50 do século XIX, com a expansão do cultivo do café na Província.

Contudo, se apontarmos uma lupa para a Província e ali analisarmos outros objetos, é possível discernir transformações ligadas à guerra contra o Paraguai, notadamente sobre aqueles que foram mais impactados: os *homens livres pobres*. Sendo assim, propõe-se analisar neste trabalho aspectos da vida material dos habitantes da Província, a partir de elementos de sua cotidianidade, bem como as políticas econômicas dos tempos de guerra que poderiam provocar impactos em São Paulo. Deste modo, o intuito foi desenvolver uma narrativa, agregando o que Emília Viotti chama de *experiência*⁶ das classes subalternas aos aspectos estruturais previamente dados, que regiam pautas sociais, políticas e econômicas.

4 Heller, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. 2016. P.13.

⁵ Na primeira metade do século XX, os historiadores da escola dos Annales, Marc Bloch e Lucien Lefebvre, já se posicionavam perante pensadores estruturalistas (como Durkheim e Simiand) que tentavam descreditar a cientificidade da História. Porém, foi em 1958, com a publicação de Fernand Braudel, intitulada *La Longue durée*, que os princípios da escrita histórica foram mais bem delimitados, diante dos ataques de Claude Lévi-Strauss. De acordo com Braudel, pelo fato de os historiadores lidarem constantemente com a noção de tempo, nem sempre é possível a adoção de modelos. Desse modo, o autor propõe a análise da *longa duração*, que consistiria na série de elementos que perduram no tempo – como uma espécie de estrutura – sendo, no entanto, regida e modificada pela temporalidade. Em seguida, o autor faz um apelo aos sociólogos e etnógrafos, propondo que seus modelos estruturantes possam conversar com as modificações produzidas no tempo e espaço. Vide: Braudel, Fernand. *Histoire et Sciences sociales : La longue durée*. In: Annales. Economies, sociétés, civilisations. 13^e année, N. 4, 1958. pp. 725-753. Para mais detalhes sobre a discussão entre Braudel e Lévi-Strauss, vide: Lévi Strauss, Claude. *Anthropologie Structurale*. Paris; Plon, 1958.

⁶ Costa, Emília Viotti da. *Estrutura versus Experiência - novas tendências na história do movimento operário das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha*. In Costa, Emília Viotti da. *A dialética invertida e outros ensaios*. São Paulo, Editora Unesp, 2014. 1ª edição.

Através do conceito de *experiência*, Emília Viotti faz alusão a uma historiografia pautada em preceitos elaborados por Edward P. Thompson, em *History from below*⁷, que dá lugar à chamada *Nova História*⁸. Grosso modo, trata-se de dar voz às camadas que foram excluídas da narrativa histórica até os anos 1960-70, de modo a traçar sua realidade e as condições prévias – ou estruturas – nas quais estavam alocadas. Um exemplo que Jim Sharpe elabora sobre este tema é o que foi feito por Le Roy Ladurie, em *Montaillou, village occitan*⁹: "o conhecimento de uma queda nos preços dos grãos, em uma determinada sociedade, durante um certo período, ajuda a compor o pano de fundo essencial para a compreensão da experiência do pobre: tal evidência quantificada, no entanto, pode não ser toda a história."¹⁰ Por essa razão, faz-se importante agregar a estrutura à *experiência*. Nos termos de Emília Viotti,

Na nova historiografia os trabalhadores aparecem como sujeitos da História em vez de simples objetos, tão importantes para a compreensão da História quanto as elites, cujos limites eles definem. Essa revisão que amplia de forma significativa o nosso conhecimento é devida em grande parte a historiadores que abandonaram as análises "estruturalistas" tradicionais. Mas os estudos mais bem sucedidos são exatamente aqueles em que o autor conseguiu estabelecer uma ponte entre esses dois tipos de abordagens que outros consideram irreconciliáveis.¹¹

Entretanto, as fontes que consultamos são textuais – em um contexto no qual a maioria da população era analfabeta – e produzidas pela elite; ou seja, à primeira vista, pode parecer impossível trabalhar sob a perspectiva de uma *História vista de baixo*, tal como acima proposta. Contudo, pelo fato de nossa base de trabalho ter sido o jornal *Diário de São Paulo*, as condições se tornam mais favoráveis em razão das características dos periódicos no século XIX, sobretudo do jornal sobre o qual escolhemos nos debruçar¹².

Primeiramente, a imprensa do século XIX não era similar àquela com que hoje estamos acostumados. Segundo Nelson Werneck Sodré, ela portava características de uma "imprensa

⁷ Thompson, Edward. *History From Below*. The Times Literary Supplement. Thursday, April 7 1966.

⁸ Alguns autores importantes dessa vertente historiográfica são Natalie Zemon Davis, David Sabeau e L.E. Boyle.

⁹ Ladurie, Emmanuel Le Roy. *Montaillou, village occitan*. Paris, Ed. Gallimard, 1982. Édition revue et corrigée. Éditions Folio Histoire. 1ª edição em 1975.

¹⁰ Sharpe, Jim. *A História vista de baixo*. In Burke, Peter (org). *A Escrita da História, novas perspectivas*. São Paulo, Editora UNESP, 2011. Tradução de Magda Lopes. P.52.

¹¹ Costa, Emília Viotti da. *A dialética invertida e outros ensaios*. São Paulo, Editora Unesp, 2014. 1ª edição. P.168.

¹² Como documentos de apoio, utilizamos os jornais *Cabrião* e *Diabo Coxo*, os quais apresentaremos no decorrer desta introdução.

artesanal" – ou seja, sem grandes oficinas para produzir em ritmo acelerado e tendo como principal característica servir aos interesses de seus leitores¹³. Sua principal composição eram discussões de Assembleias, folhetins, artigos de outros jornais (por vezes estrangeiros), anúncios, flutuação de preços, valores de importação e exportação e, o mais importante, carta de leitores. A importância desta última está no fato de que essas cartas correspondiam à maior parte do jornal, o que lhe conferia a imagem de instrumento reprodutor da opinião pública. Segundo Marco Morel¹⁴, esse meio de expressão funcionava como um jogo de poder, pois era explorado não somente para pautar o debate público¹⁵, como também para legitimar ou deslegitimar ações do governo.

Vale ressaltar que os periódicos escolhidos eram atrelados ou a partidos políticos¹⁶ ou ao governo imperial. Com relação ao *Diário de São Paulo*, ele passou pelas mãos de diversos proprietários - ligados tanto ao partido liberal, quanto ao conservador - ao longo dos anos do conflito, e este fato colaborou para a escolha desta fonte, uma vez que as mudanças dos discursos eram perceptíveis, a depender de seu proprietário e do redator. Esta característica mostrou-se proveitosa para a pesquisa, sobretudo ao compararmos alguns relatos neles publicados com os outros jornais – tais quais *Cabrião* e *Diabo Coxo* – e os documentos dos órgãos de governo. Ora se posicionando a favor, ora contra a situação, em razão da mudança constante de proprietários, ele acabava retratando os pontos de vista dos maiores partidos na Província de São Paulo. Dito isto, deve-se considerar os jornais como reflexo do seu tempo, mas também como agentes transformadores da realidade, ou seja, uma documentação que é também agente histórico, pois exerce poder de pressão política sobre o governo e pauta a opinião da elite, reproduzindo os modelos de dominação que ela exerce sobre as camadas mais pobres.

Sendo assim, sabemos que "opinião pública" aqui se refere à elite letrada e que, portanto, as publicações correspondiam à sua realidade e não às dos homens livres pobres, a partir dos quais pretendemos analisar os impactos da Guerra na Província. No entanto, esta camada aparece nas

¹³ Segundo Nelson Werneck Sodré, a imprensa industrial - o contraponto à artesanal - teria grande tiragem, produção acelerada e serviria unicamente a seus anunciantes publicitários, por deles depender financeiramente.

¹⁴ Morel, Marco. *Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa no Brasil*. In Neves, Lúcia Maria Bastos P. das (org). *Livros e impressos. Retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

¹⁵ Segundo o autor, os jornais nesse momento ultrapassam a presença física dos cafés, clubes, etc e entram na discussão de legitimação partidária pelos jornais. Por vezes, valiam-se da não obrigatoriedade de se identificar para expressar suas opiniões contrárias ao presidente provincial ou ao chefe do gabinete imperial.

¹⁶ Quando não eram vinculados a partidos, funcionavam como órgão do governo Imperial. Um caso de material deste tipo é o *Correio Paulistano*, na Província de São Paulo, ou o *Jornal do Commercio*, no Rio de Janeiro.

entrelinhas, ou às vezes, explicitamente, quando se trata de momentos críticos nos quais seus ofícios eram afetados, prejudicando direta ou indiretamente a elite imperial. Tendo isso em mente, contrastamos os relatos no *Diário* com as publicações do *Cabrião* e do *Diabo Coxo* e, em seguida, ao que era emitido pelo discurso oficial, através dos Relatórios Ministeriais e Provinciais. Se os homens livres pobres já eram apagados nos jornais, nestes últimos eles são quase inexistentes. Contudo, na medida em que a elite é afetada, eles aparecem indiretamente. Sendo assim, o que será exposto neste trabalho é o fruto dessa metodologia de pesquisa. Vale agora apresentar as fontes mais detalhadamente ao leitor.

Partimos da análise do segundo jornal de tiragem diária de maior circulação da Província, durante o período de 1864 a 1870: *O Diário de São Paulo*¹⁷. A escolha deste periódico se deu pelo fato de ele não ser vinculado ao governo, como é o caso do *Correio Paulistano*¹⁸, jornal diário de maior circulação na Província, e de ter mudado frequentemente de proprietários, não obedecendo a uma linha ideológica, nem a uma editoração única. Essa última característica foi importante para identificar o que liberais e conservadores privilegiavam em suas publicações e o que era comum a ambos. Além disso, através dessas mudanças, foi possível analisar os "silêncios" sobre alguns temas no jornal.

O Diário de São Paulo foi fundado em agosto de 1865, impresso na Litografia Alemã da cidade e possuiu como primeiros redatores Pedro Taques de Almeida Alvim e Delfino Pinheiro de Ulhoa Cintra Júnior, ambos ligados ao Partido Liberal. Em meados de 1866, no entanto, o *Diário* passou para as mãos de Candido da Silva, filho do Barão de Tietê, e João Mendes de Almeida, uma das principais figuras do Partido Conservador. Sob seu comando, o jornal passou a ser calcado em notícias de âmbito religioso e moral, devido à fervorosa crença dos proprietários. No ano seguinte, Antônio da Silva Prado assumiu o periódico e, por fim, Paulo Delfino da Fonseca, conhecido conservador, permaneceu como redator até a extinção do jornal. Devido às idas e vindas do posicionamento político deste jornal (vide anexo 1), nosso trabalho torna-se mais rico, pois, pautando-se em posicionamentos diversos, podemos aferir os debates e embates políticos em

¹⁷ Disponível em versão impressa na biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e digitalizada no site da hemeroteca nacional: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

¹⁸ O *Correio Paulistano* tinha uma tiragem de 450 exemplares até 1863, subindo para 700 nesse ano e, em 1869 atinge a tiragem de 850 exemplares. (Nelson Werneck Sodré. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 4a edição).

questão, extraindo dali o que pertencia a uma retórica partidarista e o que correspondia a uma tentativa de retratar o cotidiano da época.

Escolhemos nos debruçar ainda sobre outros dois periódicos de editoração e periodicidade distintos. São eles o *Diabo Coxo* e *Cabrião*, os dois primeiros jornais ilustrados da Província. Ambos eram publicados aos domingos e possuíam oito páginas, das quais quatro eram destinadas a ilustrações e quatro a textos sobre diversos temas, como notícias do cotidiano, anúncios, poesias e piadas. Sem nunca perder o tom crítico, usavam do humor para criticar os adversários políticos e os abusos de poder na vida cotidiana. Além disso, o fato de serem ilustrados conferiu-lhes grande notoriedade, e as charges de Angelo Agostini – membro do Partido Liberal, republicano e abolicionista – logo caíram no gosto, ou no ódio, do público. Segundo Antonio Luiz Cagnin, naqueles tempos, a fruição da imagem era reservada às elites¹⁹ e o que esses jornais faziam era quebrar, em termos, essa restrição. Evidentemente, ambos os periódicos eram economicamente inacessíveis às camadas subalternas. Tanto o *Diabo Coxo* como o *Cabrião* custavam 500 réis por exemplar – o preço de uma refeição, segundo Délio Freire dos Santos²⁰. No entanto, de acordo com o mesmo autor, isso não os impedia de circular. As personagens criadas por eles eram bem conhecidas, os jornais tinham ampla popularidade e suas imagens, mesmo que vistas de canto de olho por escravizados e iletrados, comunicavam. De acordo com Danilo Champan Rocha e Sandra Pelegrini,

A novidade do uso de caricaturas nas impressões em uma população composta majoritariamente por analfabetos implica em diferentes possibilidades de interpretações e comunicações que a linguagem visual permite. A tradição oral da sociedade oitocentista de transmissão do saber e das informações de forma interpessoal puderam integrar extratos da população até então marginalizados pela cultura letrada. A “comunicação multimídia”, propagada de boca em boca, somada às caricaturas do *Diabo Coxo* e do *Cabrião*, disseminou as discussões política e econômica para além dos círculos letrados.²¹

¹⁹ Cagnin, Antonio Luiz. Introdução In *Diabo Coxo*: São Paulo 1864-1865. Redigido por Luis Gama; ilustrado por Angelo Agostini. - edição fac-similar. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005

²⁰ Freire dos Santos, Délio. Estudo Introdutório. In *Cabrião*. Semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manuel dos Reis. 1866-1867. 2a edição revista e ampliada. Edição Fac-similar. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa oficial do Estado, 2000.

²¹ Champan Rocha, Danilo e Pelegrini, Sandra. As ilustrações e as temáticas dos jornais paulistanos “Diabo Coxo e “Cabrião”. VII Congresso Internacional de História. XXXV Encuentro de Geohistoria Regional, XX semana de História. 6 a 9 de outubro de 2015.

O *Diabo Coxo* contava com a redação de Luis Gonzaga Pinto da Gama e a colaboração de Nicolau Huascar de Vergara. Foi publicado semanalmente, todos os domingos, em duas séries. A primeira, de 2 de outubro de 1864 a 25 de dezembro de 1864; e a segunda, de 23 de julho de 1865 a 31 de dezembro de 1865, tendo sido interrompida sua circulação por falta de fundos, muito provavelmente decorrente do não pagamento das assinaturas. Segundo Antonio Luiz Cagnin, o primeiro jornal ilustrado da Província foi recebido com avidez pela população, de modo que filas se formaram diante da Litografia Alemã, que o imprimia. "Todos, até os menos letrados, ou de menor poder aquisitivo, podiam agora ter acesso ao mundo através do mundo encantado das imagens"²².

Já o jornal semanário humorístico *Cabrião* circulou na Província de São Paulo entre 30 de setembro de 1866 e 29 de setembro de 1867, fazendo rir seu público ao apresentar-lhes caricaturas e textos que zombavam dos homens políticos, religiosos e de problemáticas encontradas na Província, assim como o *Diabo Coxo*. Seus textos eram escritos por Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis e, assim como o *Diabo*, era publicado em oito páginas. A notoriedade do *Cabrião*, no entanto, foi maior, pois as personagens criadas pelos autores foram marcantes e agradaram ao público. Inspirado na obra publicada em folhetins de Eugène de Sue, intitulada *Mystères de Paris*, o jornal *Cabrião* foi palco de personagens como Pipelet – originalmente um zelador falante e sincero, na obra de Sue –, e *Cabrião*, um sujeito sarcástico e zombeteiro, que ri das desgraças da vida. Sua fama também se deveu às polêmicas que ele incitava com os conservadores, e até mesmo com alguns membros do Partido Liberal que, apesar de correligionários, divergiam de seus posicionamentos políticos. Uma das maiores polêmicas protagonizadas pelo jornal foi justamente com o *Diário de São Paulo*, no momento em que este estava sob o comando de católicos fervorosos saquaremas, Candido Silva e João Mendes²³. Segundo Danilo Champan Rocha e Sandra Pelegrini,

²² Cagnin, Antonio Luiz. *Op.cit.*

²³ A polêmica mencionada derivou-se de uma publicação na qual o *Cabrião* retratava uma cena do dia dos mortos no Cemitério da Consolação. Nela, homens de pompa, bem vestidos, levavam garrafas de vinho nas mãos e apareciam, ébrios, a festejar com esqueletos. O *Diário*, então, fez questão de publicar um texto repudiando a charge do jornal humorístico, gerando assim uma série de publicações em ambos os jornais, nas quais se alfinetavam mutuamente. Vide edição de 7 de novembro de 1866 do *Diário de São Paulo* e edição de 4 de novembro de 1866 do *Cabrião*, nas quais se encontra o início da polêmica.

seu tom extremamente crítico acabou lhe tirando o suporte financeiro mesmo de pretensos aliados liberais.²⁴ Por essa razão, acabou fechando as portas com déficits orçamentários, em 1867.

Além dos jornais, assentamos a pesquisa nos relatórios anuais da Província²⁵, a fim de ter acesso, a partir de um discurso institucional, aos dados estatísticos dos municípios, como números de habitantes e atividades comerciais e industriais ali desenvolvidas. Os relatórios do Ministério de Guerra para os anos de 1864 a 1870 também foram documentação primária, sobretudo no momento da pesquisa que concerne à política de recrutamento. Por fim, utilizamos como fonte os Relatórios do Ministério da Fazenda. Com relação a essas fontes governamentais, é importante notar que os dados publicados, bem como o discurso que proferiam, não correspondiam necessariamente à realidade. Por se tratar de documentos que eram apresentados ao final dos mandatos às Assembleias Legislativa e Provincial, os relatórios consistiam em uma verdadeira propaganda política da gestão. Por essa razão, alguns dados eram constantemente omitidos, e outros, supervalorizados.

Através dessa documentação, o que propomos neste trabalho é justamente, aproximarmos de uma compreensão das mudanças nas dinâmicas sociais durante a guerra contra o Paraguai, a partir de uma análise dos possíveis impactos sobre a Província de São Paulo e da recepção da guerra pelos jornais. Para isto, a dissertação foi dividida em quatro partes. O primeiro capítulo contém uma análise crítica da historiografia produzida pelo Brasil e pelo Paraguai, desde o conflito até os dias de hoje. O intuito foi o de analisar cada uma das vertentes em seu tempo e espaço, tendo em vista que as narrativas históricas também refletem os questionamentos de uma época, de um local e de uma classe social. Procuramos verificar os trabalhos produzidos durante a guerra, no início do século XX, durante os regimes ditatoriais, em finais do século XX e no início do século XXI, em ambos os países. Desta forma, ficarão mais claros para o leitor os trajetos pelos quais percorremos – historiograficamente – para chegar até aqui, bem como as novas abordagens sobre a guerra e as possibilidades de novos estudos.

No capítulo dois, partiremos mais especificamente para a Província de São Paulo. A partir dos preceitos de cotidianidade desenvolvidos por Agnes Heller²⁶, analisaremos primeiramente as

²⁴ Champan Rocha, Danilo e Pelegri, Sandra. Cabrião: o debate político no Segundo Reinado por meio das caricaturas de Angelo Agostini. *Revista de História Fronteiras*, vol. 20, n.35 (2018).

²⁵ Disponíveis na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e digitalizados no site da Universidade de Chicago. Para documentos sobre o Brasil, vide: <http://ddsnext.crl.edu/brazil>

²⁶ Heller, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. 2016.

políticas de recrutamento na Província, a dizer, sua organização, a quem elas se destinavam, as estratégias de escape e como essa dinâmica interferiu nas estruturas de poder provinciais e na formação da opinião pública, expressas nas publicações do *Diário de São Paulo*. Neste jornal de tiragem diária, serão analisados os debates públicos acerca de tais episódios na vida provincial. Dessa forma, além de uma fonte que retrata acontecimentos provinciais, ela será igualmente analisada como formadora da realidade na Província, pautando a opinião pública, promovendo debates e sendo instrumento de reprodução da dominação, uma vez que pautava e expressava o comportamento da elite perante a massa de homens livres pobres. Dito isto, seguiremos a análise com os preceitos de Thompson, em *History From Below*²⁷, tentando identificar o comportamento dos diversos homens que faziam parte do que Maria Sylvia Franco²⁸ denomina como "homens livres pobres" e os impactos em sua vida cotidiana. O discurso publicado no *Diário* será contrastado com publicações do *Cabrião e do Diabo Coxo*, e também com Relatórios dos presidentes de Província e do Ministério de Guerra.

No capítulo três, partiremos igualmente do *Diário de São Paulo* para aventar os impactos do recrutamento sobre a vida material da população, ou seja: seu poder de compra, sua produção, a disponibilidade de mão-de-obra e o abastecimento da Província. Uma vez que o intuito é conhecer sobretudo os impactos sobre os ofícios dos trabalhadores livres pobres, exploraremos o debate acerca do *mercado interno* no Brasil e analisaremos as maneiras pelas quais a perseguição às camadas menos abastadas da população pode ter colaborado para a inflação de gêneros de primeira necessidade, sobretudo no interior provincial. Para isto, analisaremos o *Diário de São Paulo*, sempre contrastando suas publicações com o que era publicado por órgãos oficiais. Neste caso, outras fontes utilizadas foram os Relatórios do Ministério da Fazenda, o conjunto de leis do Império e os Relatórios dos presidentes de Província.

Por fim, no quarto e último capítulo, concentraremos a análise sobre as finanças do Império, sob uma perspectiva econômico-institucional. Após constatar o aumento súbito de gastos do governo imperial, este adotou medidas de modo a tentar equilibrar a balança comercial. Entre elas estão a tomada de empréstimos, a implementação de novos impostos, a impressão de papel-moeda e a reformulação de tarifas alfandegárias. Tendo isso em vista, nosso objetivo foi averiguar quais

²⁷ Thompson, Edward. *History From Below*. The Times Literary Supplement. Thursday, April 7 1966.

²⁸ Franco, Maria Sylvia Carvalho. *Homens Livres na Ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983. 3a edição. 1a edição de 1874.

destas políticas recaíam sobre a Província de São Paulo, impactando a população, bem como a aceitação dessas novas deliberações entre a elite paulista. Como a aprovação de novas leis era expressão dos debates e da disputa de forças políticas, o posicionamento de parte da elite paulista torna-se fundamental para a compreensão do papel cada vez mais importante que a Província e seus grupos políticos vinham desempenhando no Império. Além disso, procuraremos investigar se a adoção das medidas econômicas destinadas a suprir o déficit impactava internamente a Província. Para este fim, utilizamos como fontes primárias o *Diário de São Paulo*, os Relatórios de presidentes da Província de São Paulo, os Relatórios do Ministério da Fazenda, bem como os trabalhos de Liberato Carreira: *História financeira e Orçamentária do Império do Brasil*²⁹ e *O orçamento do Império desde sua fundação*³⁰.

É igualmente importante mencionar que, para nosso estudo, baseamo-nos em trabalhos anteriores, provenientes da vasta historiografia sobre a Guerra da Tríplice Aliança. Vale dizer que faremos, no capítulo a seguir, uma breve análise dos movimentos historiográficos que pautaram a produção científica sobre o tema, além de um levantamento de títulos produzidos na academia durante os últimos 30 anos sobre o assunto. Destarte, situaremos este trabalho a partir das produções que nos influenciaram e que foram essenciais para o desenvolvimento deste estudo.

²⁹ Liberato Carreira. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

³⁰ Carreira, Liberato. *O orçamento do Império desde sua fundação*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

Capítulo I: A Historiografia da Guerra

Pour moi, l'histoire est la somme de toutes les histoires possibles - une collection de métiers et de points de vue, d'hier, d'aujourd'hui, de demain.

*L'histoire, dialectique de la durée, n'est-elle pas à sa façon explication du social dans toute sa réalité?
Et donc de l'actuel?*

Fernand Braudel, *Histoire et Sciences Sociales: La longue Durée*³¹

Antes de adentrarmos o conteúdo deste capítulo, é preciso ter em mente alguns breves preceitos acerca do ofício do historiador, uma vez que, em vista da extensão e diversidade das obras que aqui serão discutidas, há uma pluralidade de metodologias e concepções acerca do que é a narrativa histórica em cada uma delas, muito em razão dos diferentes momentos nos quais foram produzidas. Nesta parte do trabalho, passaremos por memorialistas, que, como Tucídides, vivenciaram os eventos sobre os quais discorrem; seguindo com nacionalistas que, como Michelet, romanceavam alguns acontecimentos a fim de ufanar um novo regime ou o país; além de mencionar historiadores que escreveram em períodos ditatoriais e em ditas democracias, como veremos abaixo. Todos estes trabalhos são relevantes à sua maneira, e são história, mesmo não correspondendo ao que atualmente é esperado pela academia, quanto à produção do conhecimento.

É bom lembrar que o que hoje concebemos como História é fruto das divisões das ciências no século XIX e, desde então, os critérios e metodologias foram constantemente revistos e muito mudaram. Contudo, não se trata de afirmar que um trabalho à base de achismos, sem critérios ou metodologias científicas, como muitos propõem ao relativizar o saber histórico, seja aceitável, porque não é. A ideia é demonstrar como a guerra foi abordada ao longo desses anos, traçando um paralelo com o período no qual cada obra foi produzida. Afinal, o ofício do historiador obedece a critérios do seu tempo e os questionamentos por ele levantados são frutos de seu contexto social, cultural e político. Ou seja, o fazer histórico também pode ser tratado como história. Segundo Emília Viotti, sobre o trabalho do historiador:

³¹ Braudel, Fernand. *Histoire des Sciences Sociales: La longue durée*. In *Annales. Économies, sociétés, civilisations*. 13ème année. N.4, 1958, pp.725-753.

A relação entre o historiador e a sociedade caminham numa via dupla. O trabalho do historiador, queira ele ou não, é produto da sociedade e do tempo em que vive. A vivência do presente afeta a construção do passado. Ao mesmo tempo, o posicionamento do historiador na sociedade marca os limites de sua visão. Suas experiências definem suas motivações e explicam por que e para que se debruça sobre a história. Seu projeto inspira-se em problemas sugeridos pela posição que assume na sociedade, Seus temas e seu método são função dos objetivos que pretende alcançar e das razões que o levam a estudar a história. Sua própria definição do que é história nasce a partir dessas coordenadas.³²

Deste modo, faremos um panorama historiográfico crítico da literatura acerca do conflito, para melhor entender a produção sobre o tema, as disputas de poder envolvidas e as continuidades e rupturas na historiografia.

Produção dos anos de Guerra

As historiografias paraguaia e brasileira contemporâneas à guerra traçam rumos similares acerca das narrativas elaboradas no decorrer do conflito ou logo após ele, cada uma atendendo a seus interesses e restringindo-se às suas limitações. A produção de ambos os países é composta notadamente por obras memorialistas, de viés militarista e personalista, tendo como autores membros do exército, fossem eles oficiais ou profissionais liberais³³, que viveram em meio às batalhas e acampamentos.

No Brasil, os principais autores dessa corrente são Alfonso d'Escragnolle Taunay (*A Retirada da Laguna*, de 1871), E. C. Jourdan (*Guerra do Paraguay*, de 1871) e André Rebouças (*Diário da Guerra do Paraguai*, de 1966)³⁴, enquanto, no Paraguai, temos Juan Crisóstomo

³² Costa, Emília Viotti da. *A dialética invertida e outros ensaios*. São Paulo, Editora Unesp, 2014. 1ª edição. P.209.

³³ Alfonso d'Escragnolle Taunay e André Rebouças eram engenheiros que trabalharam para o exército e ambos ficaram posteriormente conhecidos por suas obras. No caso de Taunay, *A Retirada da Laguna* rendeu filmes, como o do diretor Líbero Luxardo (1932) e é até hoje um dos clássicos militares de maior sucesso no Brasil. Já André Rebouças é notadamente conhecido pelo seu ativo papel enquanto abolicionista: ao lado de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio fundou a Sociedade Brasileira contra a Escravidão e participou de associações tais quais a Confederação Abolicionista e a Central Emancipadora.

³⁴ Taunay, Alfonso E. *A Retirada da Laguna*. São Paulo: Editora Melhoramentos de São Paulo, sem ano da edição. Traduzida da quinta edição francesa. Nona edição brasileira ilustrada e acrescida de avultada documentação; Jourdan, E.C. *Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1871; Rebouças, André. *Diário a Guerra do Paraguai* -

Centurión (*Memorias y Reminiscencias Históricas sobre la Guerra del Paraguay*, de 1894) e Francisco Isidoro Resquin (*Datos historicos de la Guerra del Paraguay*, de 1896)³⁵ como principais autores do período. Os trabalhos também se assemelham em sua perspectiva patriótico-nacionalista³⁶ e em seu viés extremamente descritivo: detalhava-se a movimentação do exército, o cenário geográfico, as dificuldades de alimentação e as doenças que acometiam os soldados. Nesse sentido, os trabalhos produzidos por ambos os países manifestam uma exaltação ufanista e a atribuição das causas do conflito aos agentes estrangeiros. No caso do Brasil, atribui-se a Solano López e, no caso do Paraguai, aos interesses expansionistas brasileiros em território guarani. Em razão de ter sido produzida por atores da Guerra, a partir de observação direta dos agentes envolvidos, Mario Maestri nomeia essa vertente pelo nome de "Historiografia de Trincheira"³⁷, enquanto Jorge Prata se refere a ela como historiografia positivista.³⁸

Republicanism e Estado Liberal

A essa literatura soma-se um segundo conjunto de trabalhos publicados alguns anos após a Guerra, em finais do século XIX e início do século XX. Tendo em vista que os questionamentos históricos costumam ser produtos de seu tempo, há novamente uma convergência no teor da historiografia produzida em ambos os países, fruto dos contextos políticos que os dois atravessavam. Trata-se, neste momento, da recém proclamada República e do alargamento do

Introdução e notas de Maria Odila Silva Dias. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros USP, 1973. No caso de André Rebouças, apesar de seu diário ter sido produzido contemporaneamente à Guerra contra o Paraguai, a primeira publicação de seu trabalho foi *post-mortem*, em 1938, sob o nome de *Diário e Notas autobiográficas*. Todavia, ela não continha o livro 5, referente aos relatos da missão a qual deveria organizar a passagem das tropas à ilha de Itapurú, e, em seguida, ao Passo da Pátria. Segundo Maria Odila Silva Dias, o livro 5 só foi encontrado em 1966, pois o irmão de Rebouças o teria deixado com Monteiro Lobato antes de sua morte. Apesar de sua primeira publicação ter sido apenas em 1973, pelo Instituto de Estudos Brasileiros, sob o nome de *Diário a Guerra do Paraguai*, consideramo-la pertencente à "Historiografia de Trincheira" devido à data de sua escritura, e à abordagem descritiva e patriótica do conflito.

³⁵ Centurión, Juan Crisóstomo. *Memorias y Reminiscencias Históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Imprenta Raño, 1944; Resquin, Francisco Isidoro. *Datos historicos de la Guerra del Paraguay*. Assunción: Imprenta Militar de la Dirección de Publicaciones de las FF. AA. De la Nación, 1984.

³⁶ Mesmo por vezes não sendo explicitamente nacionalista, algumas obras foram interpretadas como tal e seus autores se tornaram grandes símbolos nacionais, como o caso de Centurión, no Paraguai, que depois afilia-se à ANR, futuro partido colorado, e se torna um dos símbolos da nação.

³⁷ Maestri, Mario. *A Guerra no Papel: história e historiografia da Guerra no Paraguai (1864-1870)*. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013.

³⁸ Sousa, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996.

Estado federativo, no Brasil³⁹, e da formação de um “Estado Liberal”, a partir da adoção de uma constituição liberalizante e da abertura econômica ao setor privado⁴⁰, no Paraguai. O contexto político-econômico nos leva a melhor entender as características dessas linhas historiográficas no Brasil e no Paraguai: ambas se empenhavam em criar uma narrativa provida de elementos que despertassem o sentimento de unidade e pertencimento comum, por meio da presença de nacionalismo exacerbado e da construção de heróis nacionais.

No Brasil, a obra de Joaquim Nabuco, publicada pela Editora Garnier, em Paris, em 1901⁴¹, é uma das grandes representantes desse período, bem como o trabalho de Tasso Fragoso. O patriotismo exacerbado e a justificação da causa da Guerra ter sido a invasão paraguaia no Mato Grosso e a apreensão da embarcação brasileira Marquês de Olinda por Solano López são pontos comuns entre os autores de origem brasileira. Na obra de Nabuco, nota-se a tendência em desclassificar o inimigo, recaindo reiteradamente na versão oficial do Estado ou no discurso propagandístico, muito presente nas publicações de jornais como *Diário de São Paulo* e *Correio Paulistano* durante os anos do conflito⁴². O autor sustenta a ideia da importância brasileira na Bacia do Prata para a garantia da libertação dos povos das tiranias vigentes. No entanto, apesar de afirmar que "Francisco Solano Lopez será siempre una de las más singulares figuras de la América del Sur. Aún está dudosa la verdad sobre sus intenciones y ambiciones al empezar la guerra."⁴³, menciona ser o marechal um semicivilizado, déspota de nascimento e compara o exército paraguaio a hunos invadindo o território do Mato Grosso do Sul.⁴⁴

³⁹ Para mais informações, vide Dolhnikoff, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2007 e Carvalho, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 10ª edição.

⁴⁰ Para mais informações acerca do período liberal no Paraguai, vide as obras de Florentín, Carlos Gomez. *El Paraguay de la Post Guerra 1870-1900*; Warren, Harris Gaylord. *Paraguay y la Triple Alianza: la década de posguerra 1869-1878* e Brezzo, Liliana. *El Paraguay en Comienzos del siglo XX*.

⁴¹ Nabuco, Joaquim. *La Guerra del Paraguay*. Paris: Garnier Hermanos, Libreros-Editores, 1901.

⁴² Nessa passagem, mencionamos os exemplos de *O Diário de São Paulo* e *Correio Paulistano*, pois foram ambos objetos de nosso estudo. Todavia, o discurso nacionalista em vista de desmoralizar o exército inimigo e justificar a guerra era também muito presente em jornais que circulavam pela Capital do Império. No Paraguai, havia igualmente esse movimento em jornais como *El Centinela* e *Cabichui*, os quais funcionavam por vezes como uma espécie de propaganda motivacional do governo lopizta.

⁴³ Nabuco, Joaquim. *La Guerra del Paraguay*. Paris: Garnier Hermanos, Libreros-Editores, 1901. Pp.57

⁴⁴ "No era una guerra civilizada la que nos sorprendía. Era como una invasión de bárbaros, una horda de hunnos lanzados de repente sobre nuestras indefensas poblaciones." In Nabuco, Joaquim. *La Guerra del Paraguay*. Paris: Garnier Hermanos, Libreros-Editores, 1901. Pp.50.

É interessante notar os paradoxos nos quais cai Nabuco ao propor uma história nesses termos, ou seja, ignorando os barbarismos presentes na sociedade brasileira e a ela atribuindo papel civilizatório, porquanto, naquele momento, o Brasil *monárquico* se havia visto, há tão pouco tempo, "livre" institucionalmente da *escravidão*⁴⁵. A desvalorização do inimigo, atrelada à ideia do papel civilizatório do Brasil, apresenta-se na obra dos autores citados⁴⁶ de maneira condizente com a tese de Roberto Schwarz, em *As ideias fora de lugar*⁴⁷. Ao discutir as representações literárias da sociedade brasileira do segundo reinado, Schwarz discorre acerca de uma subversão de valores importados da Europa, a fim de adotá-los em uma realidade material que não os comporta. No nosso caso, ao analisarmos Nabuco, é notável que se veste a roupagem abstrata de uma República democrática civilizatória, sustentada em valores europeus, para se justificar o conflito contra o Paraguai, pervertendo e acobertando os barbarismos aqui velados⁴⁸. Segundo Schwarz:

A Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição brasileira de 1824, não só não escondia nada, como tornava mais abjeto o instituto da escravidão. A mesma coisa para a professada universalidade dos princípios, que transformava em escândalo a prática geral do *favor*. Que valiam, nestas circunstâncias, as grandes abstrações burguesas que usávamos tanto? Não descreviam a existência – mas nem só disso vivem as ideias.

⁴⁵ Aqui usamos o termo "livre" entre aspas, pois sabemos que as reminiscências da escravidão se propagam nas instituições e nas relações sociais até os dias de hoje, a despeito de a abolição ter ocorrido em 1888.

⁴⁶ No caso de José Francisco Paes Barreto, há ainda uma tentativa interessante de consagração do Marechal Osório, de origem humilde e liderança da guerra, em detrimento da heroização de Caxias, de origens aristocráticas, que se distanciam de um "povo republicano". Já Tasso Fragoso busca os antecedentes do confronto da guerra e inaugura um dos marcos usados nessa historiografia, a da reação brasileira diante do ataque paraguaio, como resposta à ofensiva sofrida pelo Brasil.

⁴⁷ Referente ao conceito de *Ideias fora do lugar*, desenvolvido em Schwarz, Robert. *Ao vencedor, as batatas*. São Paulo: Livraria duas cidades ltda; Editora 34, 2012. 6a edição.

⁴⁸ Ao propor uma contraposição entre a república civilizatória e a barbárie, Nabuco adota valores que não condizem com a sociedade brasileira, tentando sobrepor os à realidade do país, a fim de defender um suposto salvamento do povo paraguaio. Nesse caso, é possível fazer a crítica à Nabuco a partir da argumentação de Roberto Schwarz, já que estamos tratando da tentativa de enquadrar abstrações ideais – como a ideia de República e civilização, nos moldes europeus – à realidade brasileira. No entanto, é importante ressaltar que a tese de Schwarz foi criticada, notadamente quando o autor defende que a ideia de liberalismo não pode ser adotada no Brasil, em razão da existência de mão de obra escravizada. Segundo Maria Sylvia Carvalho Franco, em artigo intitulado *As ideias estão no lugar*, deve-se ter o cuidado de pensar a colônia como parte das engrenagens capitalistas, já que possuía papel importante na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, a mão de obra escravizada era um dos recursos que garantiam que a colônia sustentasse o papel de agroexportadora demandado pelo mercado internacional, ou seja, tratava-se de uma sociedade fundada sobre preceitos liberais. Vale lembrar que sociedades como a francesa não estavam livres de trabalho escravizado em seus territórios, pelo contrário, mantiveram e advogaram em favor de estruturas escravocratas em seu território (como no caso de Saint-Domingues, hoje Haiti) mesmo pregando preceitos de liberdade, igualdade e fraternidade na metrópole. Por essas razões, concordamos com a autora nos aspectos mencionados. Para a crítica de Maria Sylvia Carvalho Franco, vide: Franco, M.S.C. *As ideias estão no lugar*. Cadernos de debate 1. História do Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1976. Sobre a manutenção do escravismo na colônia de Saint-Domingues, vide debates no parlamento, transcritos por Aimé Césaire, em Césaire, Aimé. *Toussaint Louverture: La Révolution Française et le problème colonial*. Préface de Charles André Julian. Paris: Éditions Présence Africaine, 1981.

Refletindo em direção parecida, Sérgio Buarque observa: “Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos desterrados em nossa própria terra”.⁴⁹

Ademais, ao denunciar a indiferença da monarquia com os que lutaram na Guerra, ou referir-se a Solano López como ditador autárquico, esses autores procuravam, certamente, desqualificar tanto o inimigo como o antigo regime, buscando traçar valores patrióticos comuns que tornassem hegemônicos os princípios ligados ao republicanismo. No entanto, as ideias nesse ramo historiográfico apresentam-se por vezes deveras "fora lugar", ao ignorar as barbaridades sociais e as dificuldades de implementação de uma república democrática e universal em uma sociedade fundada sobre estruturas escravocratas.

Com relação ao Paraguai, no mesmo período se observa o nascimento de uma geração de historiadores, denominada de "Geração 900", ligada à fase de reconstrução do país no pós-Guerra. Assim como a tendência brasileira, autores como Fulgêncio Moreno, Eligio Ayala, Eusebio Ayala, Manuel Dominguez, Blas Garay e Juan E. O'Leary retomam o patriotismo e a coragem do povo paraguaio, visando resgatar os princípios e reconstituir a nação guarani, a partir de seus governantes e da coragem de seu povo. Juan O'Leary, em especial, torna-se a figura mais proeminente dessa geração, ao projetar a figura de Solano López enquanto um dos fundadores da pátria paraguaia, transformando-o em mártir na memória nacional. O historiador Guido Alcalá contextualiza essa historiografia da seguinte forma:

El revisionismo paraguayó nació como una ideología encubridora, aunque sus promotores se jactaran de haber remontado la moral de un pueblo deprimido por la derrota de 1870: "ha querido ser el animador, el unificador y el dignificador del espíritu nacional", dijo O'Leary.⁵⁰

Contudo, nem todos os membros dessa geração paraguaia se posicionaram de maneira similar. O historiador paraguaio Cecílio Báez (1862-1941), ligado ao partido liberal, foi um dos que criticaram com maior afinco os López e o povo paraguaio, por este ter sucumbido a tiranias, em suas obras *La tiranía en el Paraguay* (1903) e *Ensayo sobre el doctor Francia y la dictadura*

⁴⁹ Schwarz, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literal e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas cidades, Editora 34, 2012 (6ª edição).

⁵⁰ Alcalá, Guido Rodríguez. Imágenes de la guerra de la Triple Alianza. Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol 10, núm.1, 2006, pp.105-115. Maringa, 2006. pp.113.

em *Sudamérica* (1910). Assim como ele, autores ligados ao partido liberal também criticam o marechal e suas atitudes durante o conflito, como vemos em José Segundo Decoud (1848-1909), Juan Silvano Godoy (1850-1926) e Manuel Gondra. O próprio Bernardo Caballero, um dos principais fundadores do partido colorado e primeiro presidente da era liberal, rejeita o endeusamento ao marechal López, por querer rejeitar um passado no qual o Estado centralizava a economia, e assim defender princípios liberalizantes. Em torno desses posicionamentos, travou-se um intenso debate entre O'Leary e Báez, publicado pelos jornais *El Cívico* e *La Pátria*, acerca das perspectivas históricas da Guerra, do papel do povo paraguaio e da conduta de Solano López⁵¹. Apesar da acalorada discussão, a perspectiva que perdurou – e, podemos dizer, que perdura ainda nos dias de hoje – foi a encabeçada por O'Leary, muito em razão da apropriação de suas ideias por Stroessner durante o período ditatorial, como veremos a seguir.

Contexto ditatorial, Brasil e Paraguai

Após essas publicações, o assunto adormece por um íterim, até os anos 1960-70, quando um movimento revisionista, encabeçado, no Brasil, por Julio Chiavenatto e, na Argentina, por León Pomer, desperta nestes países em plena ditadura militar. Ambos os autores reintroduzem o debate historiográfico sob o viés anti-imperialista, destoando das versões oficiais ligadas ao exército, e adotando posicionamentos que expressavam parte da luta travada pela esquerda nos anos das publicações. Em *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*⁵² e *La Guerra del Paraguay, Gran Negocio!*⁵³ os autores exploram os interesses da Grã-Bretanha na Guerra contra a República Guarani, baseando-se nos entraves que o Paraguai representava à penetração inglesa na região do Prata, por possuir uma economia ensimesmada, não dependente de países europeus, e tampouco voltada à exportação. Os autores também procuraram rever a figura de Solano López, opondo-se a como outrora sua imagem havia sido retratada no Brasil: a de um bárbaro ditador, o qual, por orgulho, levava seu país à miséria.

⁵¹ Brezzo, Liliana. *Polémica sobre la historia del Paraguay*. Cecilio Báez, Juan E. O'Leary: estudio crítico de Liliana Brezzo. Assunção: Tiempo de Historia, 2008.

⁵² Chiavenatto, Júlio José. *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1970. 2ª edição.

⁵³ No Brasil, o texto é publicado sob o nome de "Guerra do Paraguai: tragédia Rio-platense, pela editora Global, em 1980. Vide também Pomer, León. *Nossa Guerra contra esse soldado*. São Paulo: Global, 1985.

Ambos foram muito criticados posteriormente, por não terem apresentado evidências documentais consistentes acerca da influência inglesa no estopim da Guerra e por tratarem do tema com base em generalizações, sem precisão ou metodologia historiográfica. Chiavenato, que é jornalista de formação, admitiu, mais tarde, que a obra fora escrita com paixão, o que o tornou novamente alvo de críticas de historiadores. Contudo, apesar das imprecisões históricas, o que nos interessa é o fato de esse revisionismo ter trazido novamente à tona o assunto da Guerra da Tríplice Aliança, abrindo as portas para novas discussões e trabalhos. Além disso, essa perspectiva foi a que se instaurou no imaginário brasileiro, já que foi adotada no ensino escolar nacional até, pelo menos, os fins dos anos 2000⁵⁴. Até hoje há trabalhos sendo feitos, no Brasil e no Paraguai, que se propõem a uma investigação mais detalhada acerca das possíveis influências inglesas, revendo e criticando os trabalhos de Chiavenato e Pomer.⁵⁵ Mario Maestri assinala que

Mais de trinta anos após sua edição, o fato de que a campanha contra *Genocídio Americano* não esmoreça já registra a importância histórica dessa obra, produto de um intelectual que enfrentou, como os combatentes paraguaios, com as armas e condições que dispunha, em forma destemerosa, combate historiográfico e ideológico crescentemente desigual e difícil com as bem apetrechadas forças auxiliares do Estado brasileiro.⁵⁶

No que concerne à República Guarani do período ditatorial, a obra de membros da "Geração 900", notadamente a de Juan O'Leary, é apropriada pelo governo de Stroessner (1954-1989) como história oficial. Com efeito, O'Leary converte-se no historiador mais importante da era stronista, sendo suas interpretações ensinadas nas escolas e seus livros republicados pelo regime ditatorial. Era útil a Stroessner a atribuição de títulos vinculados à Guerra, tais quais a de "reconstrutor da pátria", centralizada em Bernardino Caballero, para que pudesse declarar-se, cinicamente, o segundo⁵⁷ pai reconstrutor da pátria guarani, como afirma Ana Barreto:

⁵⁴ Sobre esse assunto, vide Squinelo, Ana Paula. *O Imperialismo inglês não quer mudanças no mundo: a guerra do Paraguai na literatura escolar brasileira (1987-2001)* e Gomes de Araújo, Tiago. *O ensino de um conflito: a guerra do Paraguai nos livros didáticos brasileiros (PNLD-EM 2012-2014)* in Squinelo, Ana Paula (org). *150 anos após- A Guerra do Paraguai: entrelhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai*. Campo Grande: Editora UFMS, 2016.

⁵⁵ No Brasil, vide trabalho de Queiroz, Silvania de. *Revisando a Revisão: Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai de J.J. Chiavenatto*. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado. No Paraguai, vide Cosp, Enrique. *Curiosidades y polémicas de la Guerra Grande*. Assunção: El Lector, 2015.

⁵⁶ Maestri, Mario. *A Guerra no Papel: história e historiografia da Guerra no Paraguai (1864-1870)*. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013. Pp.294.

⁵⁷ Há historiadores que afirmam que o mesmo se declarava o "terceiro pai fundador", atrás do próprio López e de Bernardino Caballero, um dos principais fundadores da ANR, - a qual mais tarde viria a se tornar o partido Colorado - e primeiro presidente da Era liberal. Na era Stroessner, o partido colorado fora um dos partidos sustentáculos da ditadura e é até hoje o maior partido político paraguaio, monopolizando os poderes executivos. São raras exceções as

El Paraguay de Stroessner entre 1964 e 1970 se encontraba en plena tarea de exaltación nacionalista de la Guerra del 70. No era para menos, se cumplían 100 años del devastador conflicto bélico y el mismo dictador se presentava como el "segundo reconstructor" de la nueva república.⁵⁸

A leitura de O'Leary foi tão difundida durante os mais de trinta anos de regime ditatorial que até hoje permanece no imaginário popular guarani, que encontra correspondência nos monumentos históricos, nomes de ruas e em toda a arquitetura histórica de Assunção.

As mulheres também ganharam espaço dentro da historiografia nacionalista. Um exemplo é Idália Flores Zarza, historiadora que fundou o "Instituto Femenino de Investigaciones historicas". Membro do partido colorado e apoiadora de Stroessner, a historiadora definirá a mulher paraguaia dos tempos de Guerra como sacrificada e leal a Solano López, tendo-o seguido até sua morte. Esta imagem será igualmente apropriada por Stroessner e corresponderá ao que, no Paraguai, se denomina de mulheres *residentas*⁵⁹.

Decerto, no mesmo período havia historiadores paraguaios que buscavam estabelecer contrapontos, confrontando-se com a historiografia nacionalista em vigor e com a censura do regime stronista. Esse foi o caso de Beatriz Rodriguez Alcalá, a qual, em 1970, escreveu artigo enfatizando o importante papel das mulheres ditas *reconstrutoras* da república guarani, aquelas que contribuíram com esforços no Paraguai no pós-guerra, inclusive gerando novas vidas para repovoamento do país. Essa visão era dissidente do discurso oficial, em primeiro lugar, porque o único reconstrutor da pátria admitido por Stroessner era Bernardino Caballero, a quem o ditador se igualava em discursos oficiais. Em segundo lugar, as mulheres *reconstrutoras* eram assim consideradas pela versão oficial somente se haviam permanecido no exército de Lopez até seu "trágico fim", ou seja, só uma mulher *residenta* poderia ser chamada de *reconstrutora*.

Apesar dessas tendências, a história da produção de representações e perspectivas acerca da Guerra no Paraguai não pode ser analisada de maneira maniqueísta, dispondo colorados contra

vitórias dos liberais, como houve em 2008, com a eleição de Fernando Lugo para a presidência - primeira vez em que houve alternância de poder em âmbito presidencial desde 1943.

⁵⁸ Valinotti, Ana Barreto. *Las mujeres*. Assunção: El Lector, 2013. pp.105.

⁵⁹ Acerca das denominações de mulheres *residentas* e *reconstrutoras* vide obras de Ana Barreto Valinotti *Las Mujeres e Mujeres que hicieron historia en el Paraguay*. As "*residentas*" eram consideradas um exemplo de coragem, portadoras de um lugar heroico, leal e de sacrifício. Eram parte constituinte do exército de retaguarda de Marechal Lopez, exercendo papéis de soldados agrícolas que seguiam o exército armado, a fim de tecer vestimentas e suprir o contingente masculino de utensílios necessários para o combate.

liberais. A heroicização de López, adotada e enfatizada por Stroessner, era também presente na ideologia de membros de sua oposição. O grupo político-militar de esquerda, Primer de Marzo, cujos dirigentes foram presos e torturados durante a ditadura Stroessner, possuíam esse nome em referência à data da morte do marechal Solano López. Um importante exemplo na historiografia do período é a obra *Formación histórica de la nación paraguaya*, do marxista, presidente do Partido Comunista Paraguaio - de 1953 a 1965 - e membro da Frente Unido de Liberación Nacional (FULNA), Oscar Creydt. Segundo o autor, o período após 1870 foi de recolonização e desnacionalização do Paraguai, e os governos dos López uma

(...) dictadura progresista de "burguesía nacional en formación" necesaria, que procurava colocar o Paraguay en un puesto de vanguardia entre los países latinoamericanos en lo que se refiere a la aplicación de los progresos técnicos europeos (ferrocarril, telégrafo) y a la fundación de las primeras bases para una industria siderúrgica y metalúrgica.⁶⁰

Sendo assim, nota-se que as interpretações da Guerra da Tríplice Aliança geraram discussões que foram apropriadas como instrumento político para a manutenção ditatorial do poder de Stroessner, mas também como instrumento de luta antiimperialista, de libertação nacional, como no caso de Chiavenato e Pomer. As discussões entre *lopiztas* e *anti-lopiztas* persistem até hoje no imaginário paraguaio, bem como as discussões entre historiadores patrióticos e os que Liliana Brezzo chamará de "realistas"⁶¹. No entanto, a partir dos anos 2000, surgem novas tendências, tanto no Brasil como no Paraguai, que se propõem a disputar o espaço da memória coletiva sobre o conflito.

Anos 2000

Durante os anos 2000 ocorre uma nova onda de produções sobre a Grande Guerra, e é nesse momento que a produção historiográfica do Brasil e do Paraguai mais destoam, se compararmos aos períodos anteriores. No Brasil, Francisco Doratioto, o maior representante da nova historiografia acerca da Guerra, retoma alguns preceitos patrióticos, antes vistos - decerto que em

⁶⁰ Creydt, Oscar *apud* Maestri, Mario. A Guerra no Papel: história e historiografia da Guerra no Paraguai (1864-1870). Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013. Pp 278.

⁶¹ Refere-se a historiadores anti-lopiztas, que vêem em seu governo práticas ditatoriais e despreparadas. Brezzo, Liliana. *Polémica sobre la historia del Paraguay*. Cecilio Báez, Juan E. O'Leary: estudio crítico de Liliana Brezzo. Assunção: Tiempo de Historia, 2008.

outras proporções - na historiografia brasileira da República, enquanto, no Paraguai, observa-se, majoritariamente, uma crítica feita a estudos de viés nacionalista, como os de O'Leary.

Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai (2010), de Doratioto, é um livro impecável no que se refere aos preceitos metodológicos⁶². O autor, propondo-se fazer uma nova história, recorre a sólida documentação, a fim de traçar as causas e o desenrolar do conflito do ponto de vista das movimentações militares. O interessante é que esta abordagem estende sua compreensão do desenrolar da Guerra às representações de Solano López nos jornais e no imaginário popular (no capítulo *Solano López, de tirano a herói antiimperialista: a construção de um mito*) e às realidades materiais no Brasil, que se mostravam um empecilho à organização do conflito, como as problemáticas das políticas de alistamento e recrutamento e das fugas, tanto dos já recrutados como de civis que evitavam tal destino. Nossa crítica, todavia, segue a linha daquela feita por Mario Maestri⁶³. Primeiramente, pelo fato de Doratioto permanecer em uma chave de análise ainda bastante militarista no estudo da Guerra - o que por si só não é inválido, dada a qualidade do trabalho, a precisão dos fatos e a contextualização do estopim da guerra no contexto de formação territorial dos Estados Nacionais, como já havia feito Muniz Bandeira em *Expansionismo brasileiro na Bacia do Prata*⁶⁴. No entanto, o segundo ponto sobre o qual temos de concordar com Maestri se refere à retomada de um discurso patriótico, mesmo que em menores proporções. Em *Maldita Guerra* (2010), há uma recuperação do discurso negativo acerca de Solano López, por meio da individualização de suas atitudes e da expressão de suas decisões individuais no conflito, enaltecendo comportamentos dos aliados. O ponto de vista dos aliados é adotado em passagens nas quais o autor menciona que tratavam muito bem os prisioneiros paraguaios, contrapondo a este fato relatos de degolas e corpos de brasileiros e argentinos expostos em valas por Solano Lopez.

⁶² A pesquisa de Doratioto é fundamentada em ampla documentação, brasileira e paraguaia, a qual o autor recorre a fim de traçar os pormenores das negociações entre inter e intra Estatais, a realidade dos campos de batalha e as movimentações e novas configurações do exército.

⁶³ Maestri, Mario. *A Guerra no Papel: história e historiografia da Guerra no Paraguai (1864-1870)*. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013

⁶⁴ Bandeira, Moniz. *Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro, Revan; Brasília Editora UNB, 1998.

Ora, essa chave de análise já havia sido questionada na década de 80 pelo historiador estadunidense Thomas Whigham⁶⁵, de grande repercussão no Paraguai⁶⁶. De formação marxista, o autor propõe-se analisar as tensões sociais e políticas que levaram ao conflito, fugindo de narrativas nas quais se observa a história sendo feita por uma seleta gama de indivíduos. Apesar das críticas, Doratioto segue exercendo papel importante para a historiografia da Guerra, uma vez que abriu caminhos de pesquisa para outros historiadores, trouxe novamente o assunto à ordem do dia e segue elaborando materiais novos. Da mesma geração de historiadores sobre a Guerra, há trabalhos importantes de Ricardo Salles, Vitor Izeksohn, Jorge Prata de Souza e Wilma Peres Costa, que tratam de temas relacionados à formação do exército, ao recrutamento e à escravidão.

Produção acadêmica pela CAPES

A partir de um levantamento de teses produzidas entre 1987 e 2018, usando os buscadores "Guerra Paraguai" e "Guerra Tríplice Aliança" no site da CAPES⁶⁷, percebe-se que o interesse por esse tema cresceu nos últimos anos. Uma das razões que pode ter colaborado para tanto, além da repercussão das obras no meio acadêmico, são os recentes centésimo quadragésimo e centésimo cinqüentésimo aniversários da Guerra (em 2004 e 2014, respectivamente). Surgiram, a partir de 2004, diversos estudos sobre a representação da Guerra nos jornais, as dinâmicas militares, a formação do exército e seu consequente impacto na proclamação da República.

⁶⁵Whigham, Thomas. La Guerra de la Triple Alianza. Assunção: Editora Taurus, 2011. Vols 1, 2 e 3.

⁶⁶*Idem*.

⁶⁷Para toda a lista de teses, vide <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses> Último acesso em 25.08.2019.

Gráfico 1: Número de Trabalhos publicados sobre a Guerra a partir do banco de Teses CAPES

Ademais, são cada vez mais frequentes os trabalhos que abordam campos que até então haviam sido pouquíssimo explorados pela historiografia brasileira, como os impactos regionais da Guerra no Brasil e a abordagem social dos impactos em território nacional. Para melhor expressar o aumento de temáticas regionais e sociais nos estudos sobre a Guerra, bem como apresentar as principais abordagens em trabalhos recentes, dividimo-los em categorias temáticas, a partir do título e de seus resumos. Para a confecção da Gráfico 2 (*infra*), consideramos como dado trabalhos cujos temas por vezes não eram intrinsecamente ligados à Guerra, mas nos quais os autores tiveram que considerá-la para o bom desenvolvimento do estudo. Também foram considerados na categoria "trabalhos sobre impactos sociais e regionais da Guerra" aqueles que abordavam temáticas ligadas ao recrutamento e à identidade e memória, fosse ela nacional ou de uma comunidade. Em resumo, observa-se na Gráfico 2 (*infra*) que, ao longo das três últimas décadas, o número de estudos a respeito dessas temáticas tem orientação de aumento, como pode ser visto pela linha de tendência crescente.

Gráfico 2: Trabalhos sobre impactos sociais e regionais da Guerra no Brasil

Ademais, ao analisarmos o gráfico 3 (*infra*), notamos que a temática social sobressai visivelmente sobre as outras.

Gráfico 3: temáticas de estudos sobre a Guerra no Brasil

Se considerarmos essas abordagens dos estudos sobre a Guerra, as quais trazem novos aportes sociais para se entender a questão no Brasil, os trabalhos brasileiros se aproximam de produções paraguaias recentes. Grupos como o *CPCH* (Comité Paraguayo de Ciencias Históricas) têm disputado espaço na construção da memória paraguaia sobre o conflito. Apoiados em ombros de gigantes, tais quais Milda Rivarola, Guido Alcalá e Efraim Cardozo, historiadores como Carlos Gómez Florentin, Ana Barreto Valinotti, Herib Caballero, Ignacio Telesca, David Velazquez, entre outros, tratam de questões sociais presentes e idealizadas no imaginário popular e na literatura de

O'Leary, desmistificando-as. Um exemplo interessante é o trabalho de Ana Barreto, que se contrapõe à análise de Idália Zarza, a qual atribuía às mulheres paraguaias o papel de bravas lutadoras na reconstrução do país e adoradoras de López. Ana Barreto desnuda essa construção, discorrendo sobre a resistência dessas mulheres e a violência com a qual eram tratadas, sobretudo se fossem consideradas *traidoras* por Solano López. Além desse grupo, outros historiadores, como Fabián Chamorro, ligados à *Academia Paraguaya de la História*, estudam a história social do pós-guerra, durante o período da ocupação brasileira em território paraguaio e da era liberal.

Como ficou dito, no Paraguai, a Guerra da Tríplice Aliança toma proporções muito maiores para a história do país do que no caso do Brasil, pelas dimensões que o conflito teve em seu território, política e população. Ela é presente nos nomes das ruas, nas livrarias de Assunção – as prateleiras estão repletas de obras sobre a Guerra – nas disputas, ainda atuais, entre *lopiztas* e *anti-lopiztas*, nas reminiscências do pós-guerra, em meio aos partidos políticos – como o colorado – e nos monumentos históricos da Capital. O Panteão dos heróis contém as cinzas de Solano López, bem como pinturas em vidro e estátuas do governante. Como afirma Gustavo Codas Friedmman, "Qualquer tentativa de explicar o Paraguai atual tem que recuar no tempo, seja para explicar sua excepcionalidade, seja para entender seus momentos de sincronia regional"⁶⁸, e esse recuo passa, certamente, pela Guerra da Tríplice Aliança. Luc Capdevilla afirma ainda que a Guerra delimitou o horizonte do passado dos paraguaios, convertendo sua recordação em uma representação viva do presente⁶⁹. Por essa razão, o confronto acaba sendo retomado pela historiografia paraguaia, diferentemente do que ocorre na historiografia brasileira. E pelo fato de o conflito se fazer tão presente, os campos explorados pela historiografia sobre a Guerra, no Paraguai, acabavam sendo mais amplos, até o momento em que começou a surgir essa nova onda de estudos ligados aos aspectos sociais do conflito no Brasil. Há, decerto, ainda muito trabalho a ser feito, sobretudo por haver documentação inexplorada⁷⁰.

⁶⁸ Codas, Gustavo. *Paraguai*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. Gustavo Codas, para além de um pensador da realidade paraguaia, combateu a ditadura de Stroessner, exilou-se no Brasil e dedicou grande parte de sua vida à luta por um mundo mais igualitário, por meio de associações sindicais e movimentos sociais, tais quais a CSA e o MST. Durante o governo de Fernando Lugo, foi diretor da Itaipú Binacional nos anos de 2010 e 2011 e teve contribuição essencial na aproximação entre ambos os países.

⁶⁹ Capdevilla, Luc. *Una Guerra Total: Paraguay 1864-1870*. Buenos Aires: Editorial Sb, 2010.

⁷⁰ Um exemplo disso é a documentação ligada ao Rio Branco, a qual o presidente Lula declarou sigilo eterno em 2004, por poderem comprometer a diplomacia brasileira com o Paraguai. Para mais informações, vide matéria do jornalista Kennedy Alencar para a *Folha de São Paulo*, intitulada *Ação do país na Guerra do Paraguai vai seguir inédita*, de 16/12/2004, e disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u66296.shtml>

Nas obras sobre o conflito, nosso trabalho busca se enquadrar nessa nova corrente que pretende explorar as mudanças materiais que a Guerra provocou na vida da população, em âmbito regional. Deste modo, procuramos explorar a conjuntura de Guerra na Província de São Paulo, de 1864 a 1870, baseando-nos nas dinâmicas sociais e econômicas que sofreram alterações durante o conflito e atentando-nos a pontos ainda pouco investigados pela historiografia brasileira, como os impactos do recrutamento no mercado interno, nas finanças regionais e na vida material de *homens livres pobres*.

Capítulo II: A Guerra vista a partir do cotidiano: os impactos do recrutamento provincial na vida urbana

Bem se ve: as cousas não vão bem na Paulicéa.
Cabrião, 2 de dezembro de 1866.

Como visto no capítulo anterior, a historiografia da Guerra contra o Paraguai só recentemente alargou o foco dos estudos às camadas subalternas e ao contexto regional. No capítulo que segue, fugiremos igualmente da linha tradicional, a fim de narrar a *vida cotidiana* da Província nos anos do conflito, uma vez que ela se viu bastante alterada em consequência do recrutamento forçado. Para isso, adotaremos a linha de análise de uma “história vista de baixo” - termo cunhado por Thompson, em *History from Below*⁷¹ - atrelada à “história do cotidiano”. Dessa maneira, os impactos do conflito na Província, bem como as intensificações das práticas de dominação, se expressam de maneira contundente.

A “história vista de baixo” quebra padrões estabelecidos pela história tradicional, cuja atenção se concentra em grandes figuras políticas e em seus grandes feitos. Edward Thompson, em artigo intitulado *The History from Below*⁷², que cunhou o termo, entende que essa abordagem contribui para a compreensão de contextos históricos complexos e que deve ser escrita de modo a alargar os limites da pesquisa à perspectiva das classes subalternas, dando-lhes voz e ressaltando suas particularidades. O exemplo que utiliza é o do trabalhador inglês. Segundo o autor, sua história era, em grande maioria, narrada a partir da participação que tinham em sindicatos, o que reduzia a classe trabalhadora aos trabalhadores sindicalizados, não atentando às possíveis diferenças intra-classe. Essa perspectiva é muito adotada pela sociologia histórica, que reduz camadas complexas, e possuidoras de particularidades importantes, a conceitos gerais.

Apesar disso, neste capítulo, trabalharemos com o conceito de *homens livres pobres*, de Maria Sylvia Franco, uma socióloga cujo trabalho é voltado à sociologia histórica. No nosso caso, o uso de um conceito que tende a generalizar uma camada extremamente diversa é válida, pois a autora reúne nesta categoria homens de diferentes ocupações, que se situavam nas fimbrias do sistema agroexportador, com o cuidado de discriminá-los dentro de sua conceituação: eles exerciam atividades variadas, quer seja de apoio aos grandes cafeicultores - como tropeiros e

⁷¹ Thompson, Edward. *History From Below*. The Times Literary Supplement. Thursday, April 7 1966.

⁷² *Idem*.

vendeiros -, quer seja voltadas ao comércio do país - como negociantes, pequenos lavradores e donos de hospedarias, havendo mesmo uma hierarquização dentro dessa categoria, que é explorada pela autora. Portanto, ao utilizarmos o conceito criado pela socióloga, nosso intuito é de, como ela, analisar ocupações específicas que possuíam esses homens, que tinham em comum a marginalização dentro do sistema, para então averiguar os impactos da Guerra em sua sociabilidade, em seus ofícios e em sua relação com a elite.

Contudo, o historiador Jim Sharpe, ao comentar a abordagem proposta por Thompson, faz o seguinte questionamento: “onde exatamente o “baixo” seria alocado e o que seria feito com a história vista de baixo, uma vez escrita?”⁷³ Em nosso caso, não se trata de debruçarmo-nos sobre uma fonte com o intuito de detalhar a vida de um ou dois trabalhadores, em uma redução da escala de procedimento analítico, como o faz a micro-história. Tampouco nos propomos a fazer uma história da minúcia cotidiana, como o faz Philippe Ariès. O intuito aqui é de averiguar como a Guerra alterou dinâmicas específicas desses trabalhadores de modo geral, em suas diversas ocupações, bem como o discurso adotado pela elite para com eles, no período do conflito.

Nesse sentido, pretendemos demonstrar que a violência exercida pelas autoridades ao recrutar *homens livres pobres*⁷⁴, apesar de ser a expressão de um contexto novo - que era o de Guerra - era também a manifestação exacerbada da *práxis*⁷⁵ de subjugação de camadas mais altas para com as subalternas. De acordo com Florestan Fernandes, a violência praticada pelas camadas mais altas era blindada por regras morais que a justificavam e que, em última instância, negavam-na enquanto violência.⁷⁶ Além disso, sua institucionalização - construída sob um preceito positivista, de "direito natural"- blindava a classe dominante e anulava possíveis atos de contra-violência⁷⁷ praticados pelas camadas subalternas, reduzindo-os a simples violência inorgânica. Segundo Jullyana Luporini, ao tratar do capítulo *Nos marcos da violência*, de Florestan Fernandes,

⁷³ Sharpe, Jim. A História vista de baixo. In Burke, Peter (org). A escrita da história, novas perspectivas. São Paulo: editora UNESP, 2011. Tradução de Magda Lopes. P.43.

⁷⁴ Franco, Maria Sylvia Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983. 3a edição.

⁷⁵ Conceito cunhado por Marx, pode ser mais bem compreendido a partir da *Ideologia Alemã*, capítulo de rascunhos e anotações intitulado *Feuerbach e a História*. Marx, Karl. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stimer, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

⁷⁶ Fernandes, Florestan. *Nos marcos da violência* In *A Ditadura em Questão*. São Paulo: T.A Queiroz, 1982.

⁷⁷ O artigo de Jullyana Luporini resume bem a questão da contra-violência para Florestan Fernandes, ao explicar que "a ameaça ao despotismo burguês nada mais é do que a contra-violência dos explorados que reagem em bloco contra a violência institucionalizada do Estado burguês. Na sociedade de classes, a contra-violência sempre será o outro lado da moeda, a reação possível das classes oprimidas e pode, dependendo das condições objetivas e do grau de

(...) essa é a combinação explosiva: blinda-se totalmente o Estado e a sociedade civil das investidas dos de baixo, anula o potencial revolucionário da contra-violência orgânica desses atores sociais e estimula uma violência amorfa, que não acumula na organização dos de baixo, ao contrário: esmigalha e desumaniza. Por conseguinte, a violência inorgânica é, de certa forma, a negação da cidadania aos de baixo, estimulada e financiada pelas classes dominantes. Por isso, ideologicamente reforça-se o mito da cordialidade, tão propagado pela elite intelectual brasileira. O homem cordial apregoa a “paz social” e embasa a relação entre exploradores e explorados, esquecendo-se de acrescentar que essa paz social é a paz social dos mortos, porque extermina o outro lado.⁷⁸

O caso da Guerra é ainda mais peculiar, já que a exacerbação da violência institucional era de início repreendida pela elite, mas, ao longo do conflito, os abusos ocuparam lugar comum nos jornais, sendo a reação dos homens que sofriam os abusos, em contrapartida, dignas de condenações por essa elite. Por essa razão, é também importante ressaltar o pensamento de Agnès Heller, já que em sua acepção, a atividade cotidiana, a princípio, não se configura em *práxis*. No entanto, de acordo com a autora,

É indiscutível que uma ação correspondente aos interesses de uma classe ou camada pode se elevar ao plano da *práxis*, mas nesse caso, superará o da cotidianidade; a teoria da cotidianidade, nesses casos, converte-se em *ideologia*, a qual assume certa independência relativa diante da *práxis* cotidiana, ganha vida própria e, conseqüentemente, coloca-se em relação primordial, não com a atividade cotidiana, mas com a *práxis*.⁷⁹

Ao escolher trabalhar com jornais e relatórios provinciais, estamos analisando um material que, em primeiro lugar, não dispõe de dados para que possamos acompanhar histórias ou destrinchar detalhes de personagens provenientes de classes subalternas. Em segundo lugar, trata-se de documentação produzida pela e para a elite, ou seja, as temáticas abordadas são sobretudo aquelas que lhe concernem de alguma forma. Por essa razão, espera-se que as análises se restrinjam normalmente à produção de café, ao desenvolvimento férreo, ao cultivo próspero do algodão e

organização, possuir um conteúdo revolucionário, deixando seu caráter defensivo para transformar-se em força motriz capaz de destruir o Estado burguês.”. Vide: Souza, Jullyana Luporini de. *A Questão da Violência em Florestan Fernandes: uma análise do ensaio “Nos Marcos da Violência.”* Boletim Gmarx-USP. São Paulo, ano 1, n.43, 4 de setembro de 2020.

⁷⁸ Souza, Jullyana Luporini de. *A Questão da Violência em Florestan Fernandes: uma análise do ensaio “Nos Marcos da Violência.”* Boletim Gmarx-USP. São Paulo, ano 1, n.43, 4 de setembro de 2020.

⁷⁹ Heller, Agnès. *O cotidiano e a História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 11ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. P.56.

outros temas que estavam ligados à classe dominante. Porém, ao propormos uma história do cotidiano, “vista de baixo”, a leitura do jornal se pautará nas entrelinhas e no modo com o qual problemas ligados às camadas subalternas afetavam a elite, e vice-versa. As informações colhidas serão contrastadas com documentos institucionais, como os Relatórios dos Ministérios de Guerra e Provinciais, de forma a identificar práticas comuns da elite e das autoridades policiais para com os *homens livres pobres*. Por essa razão, a análise da documentação escolhida cumpre sua função. Segundo Maria Odila, “incorporar à história tensões sociais de cada dia implica a reconstrução da organização de sobrevivência de grupos marginalizados do poder e, às vezes, do próprio processo produtivo.”⁸⁰ Para melhor entender a conjuntura na qual a elite e os homens livres pobres se inseriam, faremos, a seguir, uma breve contextualização da situação provincial.

Contexto provincial, breve introdução

Em meados do século XIX, a Província de São Paulo despontava como principal produtora de café e motor econômico do Império. O Vale do Paraíba e, em seguida, o Oeste paulista, se consagraram como os dois grandes pólos de produção para o mercado externo na Província. Em 1866, parte da prevista estrada de ferro Santos-Jundiaí era inaugurada, com vistas a dinamizar o escoamento da produção, antes relegado somente aos tropeiros, que tinham de atravessar estradas perigosas, levando dias até Santos⁸¹.

Naquele contexto de expansão cafeeira, muitos municípios cresceram e se desenvolveram, tais quais Bananal, Limeira⁸² e Botucatu. Outros progrediram por razões indiretas, como Sorocaba, famosa por suas feiras de muar, que forneciam mulas para o transporte de gêneros por tropeiros, e Campinas que, primeiramente, era um dos principais entrepostos comerciais da província e, mais tarde, viria a se tornar um polo de produção e de distribuição cafeeira⁸³. O café foi, portanto, um fator de coesão de lavradores, senhores de fazendas e de *homens livres pobres*. Muitos daqueles

⁸⁰ Dias, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX. Prefácio de Ecléa Bosi. 2a edição rev. São Paulo: Brasiliense, 1995. P.15.

⁸¹ De acordo com Sérgio Buarque, "em 1855, o Conselheiro José Antonio Saraiva, presidente da província, calculava em dois milhões e meio de arrobas a produção de café, açúcar e outros gêneros que deviam ser transportados pela estrada projetada e em um milhão de arrobas a quantidade de gêneros importados". Vide Buarque de Hollanda, Sérgio. História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. Tomo II, v.6., 9a edição. pp.68.

⁸² Limeira figura nos jornais do período estudado como uma das principais cidades com recursos na produção de café. Em suas redondezas estava localizada a famosa fazenda Ibicaba, de propriedade do Sr. Nicolau Vergueiro.

⁸³ Buarque de Hollanda, Sérgio. História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. Tomo II, v.6., 9a edição.

que não trabalhassem com o plantio mudavam-se para os principais polos de produção para se ocupar de misteres ligados a ele.

A Província de São Paulo também começara a desenvolver-se industrialmente antes da Guerra contra o Paraguai. Segundo Richard Morse, em 1850, havia em todo o Brasil 50 manufaturas, 7 delas – classificadas em 1852 – na Província de São Paulo, situando-se na Capital, em Sorocaba, Bananal, Ubatuba e Campinas.⁸⁴ A relação campo-cidade ganhava, então, nova significação, notadamente devido ao café⁸⁵. Conforme a produção de café expandia-se e as indústrias desenvolviam-se, mais pessoas procuravam alojar-se em zonas urbanas, trabalhando em casas comerciais, em pequenos comércios locais e em ranchos de tropeiros, por exemplo.

A Província também se destacou politicamente, em razão de seu desenvolvimento econômico e do surgimento de figuras economicamente relevantes no primeiro triênio de século: quadros importantes dos partidos Liberal e Conservador eram provenientes de São Paulo, havendo ali expoentes abolicionistas e republicanos. O assassinato do liberal Líbero Badaró (1830) ocorreu em São Paulo, suscitando agitações internas, a ponto de alguns historiadores atribuírem a ele uma das causas da queda de D. Pedro I.⁸⁶ Em 1842, a Província voltou a ser o centro de atenções, por ser o baluarte de uma revolta liberal contra medidas julgadas anticonstitucionais e antiliberais. No que tange à dinâmica provincial neste contexto, a cidade de São Paulo se destaca por ser o sustentáculo da revolta, o que é de extrema importância, segundo Morse, considerando que ela assume um papel "calculado, e não fortuito" na política nacional⁸⁷. De acordo com o autor, a revolução de 1842

(...) veio por em relevo que as figuras políticas de importância na Capital já não eram os caciques regionais vivendo em orgulhoso isolamento em suas fazendas, mas os bacharéis, quer estadistas, quer políticos, que convergiam do interior e do Rio, com novas técnicas de domínio, fixando residência na cidade, assenhorando-se de sua imprensa e de suas tribunas, fazendo entrosarem-se aos da nação os interesses e destinos da cidade.⁸⁸

⁸⁴ Morse, Richard M. Formação Histórica de São Paulo (de comunidade a metrópole). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970

⁸⁵ Rui Guilherme Granziera discorre em sua obra acerca do desenvolvimento dessa relação, notadamente quando da Guerra contra o Paraguai. cf. Granziera, Rui Guilherme. A Guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na Economia brasileira. São Paulo: Hucitec/Universidade Estadual de Campinas, 1979

⁸⁶ Esse é o caso de Richard Morse, in Morse, Richard M. Formação Histórica de São Paulo (de comunidade a metrópole). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

⁸⁷ Morse, Richard M. Formação Histórica de São Paulo (de comunidade a metrópole). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. Pp.14.

⁸⁸ Idem. P. 119.

Desse modo, a vida política tornou-se fator de efervescência na cidade, para as camadas dominantes. Durante os anos de Guerra contra o Paraguai (1864-1870), não raro se nota, em tempos de eleições, confusões e disputas em entradas de teatros, recitais e outros eventos culturais. As vilas, e notadamente a Capital, são cenários de plena ebulição política, enquanto nos campos ainda predominavam agregações em torno de uma figura que centralizava o poder local, mesmo que, segundo Morse, sua força estivesse sendo gradualmente minada.

No que concerne à vida urbana, as ruas das vilas na Província eram ocupadas por escravizados e escravizadas, os quais caminhavam pelas zonas de comércio - como a Rua São Bento, em São Paulo, ou a rua das casinhas, em Campinas - para comprar provisões para as casas de seus senhores. *Homens livres pobres* conviviam nas casas de família, boticas, vendas e armazéns. Muitos destes homens procuravam ter ocupações nas cidades e vilas, como mercadores e negociantes; ou então se estabeleciam na zona rural como lavradores, sitiantes, negociantes de animais, camaradas ou agregados de senhores de terra, criadores de gado, tropeiros, carreiros, lavradores, exploradores de matas e construtores de estradas. Na maioria das vezes, os ofícios a eles destinados consistiam em trabalhos que normalmente não podiam ser atribuídos à população escravizada. Em vista de garantir seus meios de sobrevivência, parte dos homens livres, sistematicamente marginalizados, mudava-se conforme suas necessidades, constituindo-se em verdadeiros andarilhos⁸⁹ ou "desenraizados"⁹⁰. Segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco, "foi na fímbria do sistema econômico organizado para a produção e comercialização do café que emergiram as atividades a ele relegadas."⁹¹ Ainda, de acordo com Caio Prado, tanto no campo como na cidade, nos negócios ou em casa, o escravizado era onipresente, sobrando pouco espaço para que homens livres exercessem ofícios:

Torna-se muito restrito o terreno reservado ao trabalho livre, tal o poder absorvente da escravidão. E a utilização universal do escravo nos vários mistérios

⁸⁹ Segundo Maria Sylvia, esses grupos caipiras marginalizados fizeram do "trânsito natural" condição essencial de sua sobrevivência. Porém, a constante mobilidade os levava a serem considerados, eventualmente, vadios, por não se adequarem às leis estabelecidas. Trataremos adiante da problemática da vadiagem, vinculando-a às questões do recrutamento na província. Franco, Maria Sylvia Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983. 3a edição. Pp.32.

⁹⁰ Termo usado por Caio Prado em Prado Junior, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2008. 11a reimpressão da 23a edição.

⁹¹ Franco, Maria Sylvia Carvalho. *Homens Livres na Ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983. 3a edição. Pp.60.

da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito do trabalho, que se torna ocupação pejorativa e desabonadora.⁹²

Com relação à vida festiva e à movimentação nos espaços públicos, havia uma agitação intrínseca na capital, desde a fundação da Faculdade de Direito. A vila possuía um forte caráter estudantil que intensificava a ocupação das ruas, o frenesi quotidiano, a participação política e garantia o quórum nas festas municipais. A fim de ilustrar a participação dos acadêmicos na vida urbana da capital, segue parte de uma crônica publicada pelo *Diabo Coxo*, em 1864, que dizia:

A cidade está triste, aborrecida: já não é a mesma de ha poucos dias; com os estudantes forão-se as alegrias, os rumores, as extravagancias do anno inteiro; e existe gente que falla contra a academia, a alma, a vida desta boa cidade! A certas horas a Paulicéa, viuva dos seus Academicos, tem seus ares de Necropole⁹³

Zaluar também apontava a dinâmica que os acadêmicos davam à cidade, em 1860, ao afirmar que "apesar da majestosa natureza que a circunda, (...), a cidade de São Paulo é triste, monótona e quase desanimada. Quando os estudantes da faculdade de direito vão a férias, então é que se reconhece melhor o que acabamos de dizer e tivemos ocasião de verificar."⁹⁴ Segundo o viajante, Sorocaba e Campinas teriam vidas muito mais ativas e florescentes do que a Capital.

Enfim, esse conjunto de dinâmicas pode ser averiguado como indicador da maneira pela qual a Província vinha se desenvolvendo, em termos de crescimento dos centros urbanos, das atividades por eles oferecidas e dos incrementos econômicos dos quais a Província era palco. De modo a metaforizar e sintetizar essa questão, o jornal domingueiro *Diabo Coxo*, cheio de ironias e sarcasmos, publica o poema intitulado "Progresso em São Paulo:

O PROGRESSO EM S. PAULO.

O' compadre, o tal "São Paulo"
E' "político!" Não crê??
Pois olhe que o acredito,

⁹² Apesar da afirmação de Caio Prado ser referente à colônia, nota-se essa mesma estrutura social com relação à marginalização de trabalhadores também no Império. Acrescenta ainda que sobram ocupações de acesso restrito aos homens livres, as profissões liberais. Por exigirem aptidões especiais e estudos, devia-se contar com recursos de certa monta. Prado Junior, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2008. 11a reimpressão da 23a edição. pp.276.

⁹³ *Diabo Coxo*, edição de 11 de dezembro de 1864.

⁹⁴ Zaluar, Augusto Emilio. Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861). São Paulo: Publicações comemorativas sob o alto patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Biblioteca Histórica Paulista, direção de Afonso de E. Taunay. Sem data. Pp.123.

E digo a razão por que:

Não é mentira, compadre!
Sinceramente confesso
Que este santo padroeiro
se não teve - tem "progresso"

Veja como na "Sé"
Não querendo estar sosinho
Convidou ao outro apóstolo
"São Pedro" para visinho.

Uma "cadeia" era pouco
P'ra servir de detenção:
Poz em campo as duas hostes,
"Liberaes-Conservadores".

O "Correio Paulistano"
Não bastava p'ra polémica:
e foi à direita rua
Fundar a "Imprensa Acadêmica".

(...)

Era pouco um só "theatro",
Outro "maior" fez erguer;
E além da "estrada de ferro"
A de "rodagem" quer ter!

Dizem também que das "lojas"
E' freguez e santo membro,
Quando não vae na "Amizade"
Vae á "Sete de Setembro"

Mesmo a respeito de "bancos"
Fez as suas transações;
Por isso conta e desconta
No "Mauá" nos "Gaviões".

Enfim, se na freguezia
Do norte, o céu faz-se azul
O céu se torna de negro
Na freguezia do sul.

Creia, compadre, que o santo
E'sancto d'ideas lactas!
Não sei se gosta de "ligas"
Mas gosta das "duplicatas".⁹⁵

⁹⁵ *Diabo Coxo*. Edição de 9 de outubro de 1864, por volta de 3 meses antes de declarada a guerra.

A partir dele, pode-se destacar diversas novidades das quais a Capital e a Província eram palco, indicadoras do "advento do progresso". A diversidade de periódicos, a começar pelo próprio veículo de publicação do poema, reduzia as distâncias e diversificava o acesso à informação. O poema cita o *Correio Paulistano* e a *Imprensa Acadêmica*, mas havia outros importantes, de longa ou curta vida. No poema há igualmente indícios da atividade política na Província e há ainda a menção à atividade econômica, ilustrada pela presença de bancos, os quais, segundo Rui Granziera, se transferiram para a capital paulista sobretudo durante a Guerra⁹⁶. Insinua-se igualmente a presença da atividade maçônica, a presença de fábricas (menção ao céu negro) e a diversidade de construções de teatros que se erguiam na Província.

Durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), algumas dessas dinâmicas se modificaram, sobretudo em municípios menores do que a Capital da Província, no que concerne à ocupação dos espaços urbanos, às atividades econômicas e às disputas políticas. Portanto, pretendemos averiguar quais práticas de guerra se instauraram na Província, a dizer, como foi a mobilização para fornecer contingente humano e econômico e os impactos que esse cenário teve nas dinâmicas urbanas. A principal prática que ocasionou mudanças tem como pilar o recrutamento forçado à base de violências e abusos, temática que desenvolveremos a seguir.

Princípios gerais do recrutamento, seus alvos e o olhar da elite na Província

Denominado "tributo de sangue" pelos jornais da época, o recrutamento no Brasil⁹⁷ era feito anualmente, conforme previa a Constituição de 1824, com o objetivo suprir o contingente geral do exército. Porém, isto também era recurso ao qual se recorria em maior escala em casos de conflitos externos. Isso porque o exército era a força mobilizada para defender fronteiras e costas,

⁹⁶ Granziera, Rui Guilherme. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na Economia brasileira*. São Paulo: Hucitec/Universidade Estadual de Campinas, 1979.

⁹⁷ No Relatório do Ministério de Guerra, afirma-se que o modelo de recrutamento fora inspirado no padrão francês. O exército assinava jornais militares franceses e belgas, a partir dos quais se inspiravam nas práticas militares daqueles países. O Ministro Angelo da Silva Ferraz reconhece, ainda, que era preciso reformular as leis de recrutamento, mas que, por hora, era o meio pelo qual se podia contar, naquele formato. Relatório Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da décima segunda legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios de Guerra Angelo Moniz da Silva Ferraz. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866

solucionar questões extrínsecas ao território nacional⁹⁸ e atuar como reforço da guarda nacional na repressão de insurreições internas.⁹⁹

No entanto, a aversão da população era evidente, mesmo em tempos de paz. Segundo Flávio Henrique Dias Saldanha, a prática do recrutamento forçado persistiu no imaginário popular como castigo, privação e restrição à mobilidade de homens livres no Império.¹⁰⁰ Era também execrada pela população, por ser considerado um meio de degradação e corretor social, em razão de os alvos serem comumente os ditos "desenraizados"¹⁰¹, "vadios, desocupados e desajustados socialmente".¹⁰² Esses termos eram regulamentados em lei e vinham de uma dominação exercida pelas camadas abastadas, que colocavam à margem trabalhadores que não estivessem diretamente sujeitos a eles ou a atividades que comandavam. Segundo Maria Sylvia Franco, a vida de parte da população de *homens livres pobres* se fundamentava na constante mudança de vilas e domicílio, sendo o trânsito o meio pelo qual garantiam seu sustento¹⁰³. Tratava-se, em sua maioria, de descendentes de escravizados ou ex-escravizados, que, por não se adequarem às estruturas do

⁹⁸ Em 1820, por exemplo, quando ainda não havia sido criada o corpo da Guarda nacional (1831), milícias paulistas eram alvo de recrutamento na luta contra Artigas, em Colônia do Sacramento. Nesse contexto, o viajante Saint Hilaire[#] comenta não só a contribuição da província com esforços humanos e financeiros à guerra, como as práticas de seus habitantes para fugir do recrutamento, dos quais muitos se repetirão no contexto aqui tratado. Porém, tanto nesse momento, como na Grande Guerra Uruguaia (1839-1851), ou na Guerra contra Aguirre (1864), a maioria do contingente fora formado por rio-grandenses, uma vez que a província se acercava do cenário de guerra e que os interesses dos estancieiros gaúchos haviam sido incorporados pelo Império. O estancieiros eram recrutas naquela Província, o que constitui uma particularidade, nas palavras de Nelson Werneck Sodré: "Ao mesmo tempo que, no resto do território colonial, existe a refratariedade ao recrutamento militar (...) na capitania de São Pedro, ao contrário, a própria organização da propriedade estabelece as bases de uma ativa arregimentação militar: o estancieiro é, antes de tudo, um chefe de bando armado, arrastando a qualquer momento a sua tropa e juntando-a à tropa de linha, quando é o caso, operando por conta própria na maior parte das vezes. Existe ali uma acentuada preponderância dessas forças irregulares sobre as forças profissionais. Todas as lutas no Sul, até a guerra com o Paraguai, são sustentadas principalmente por essas forças irregulares, entrando as unidades de outra procedência, seja do Reino, seja de outras capitanias, com forças suplementares. É na decorrência de condições peculiares, pois, que se forma ali uma tropa aguerrida, com seus chefes naturais, o que não acontece nas outras zonas. A fisionomia militar sulina oferece, assim, características que não se repetem no resto da colônia."

⁹⁹ Sodré, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

¹⁰⁰ Saldanha, Flávio Henrique Dias. *Exército e Guarda Nacional: Recrutamento Militar e a Construção do Estado no Brasil Imperial*. Coleç. Meira Mattos, Rio de Janeiro, v.9, n.36, p.673-681, set./dez. 2015.

¹⁰¹ Prado Junior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2008. 11a reimpressão da 23a edição.

¹⁰² Salles, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Pp.61.

¹⁰³ Franco, Maria Sylvia Carvalho. *Homens Livres na Ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983. 3a edição.

sistema, tornavam-se os principais alvos do recrutamento. Ademais, a exclusão era fundamentada em leis que institucionalizavam a repressão social.

No período estudado, estavam em vigor as *Ordenações Filipinas*, implementadas em 1595, pelo Rei Filipe II de Espanha – quando Espanha e Portugal formavam a União Ibérica – e vigentes no Brasil até 1917. Elas definiam como vadio todo aquele que não vivesse com seu senhor ou amo, não possuísse ofício, nem meios de ganhar a vida, por um período de vinte dias após ter chegado a alguma vila ou povoado. A ele eram previstos açoites, mas, se fosse pessoa à qual não os coubessem – por ser algum protegido ou ligado a famílias de influência –, seria levado à África por um ano.¹⁰⁴ Em 1830, foi promulgada uma lei ainda mais específica sobre a vadiagem, que punia todos aqueles que não possuíssem ocupação honesta, ou que mendigassem¹⁰⁵. Sendo assim, considerava-se "vadio" ou "degenerado" o sujeito pobre sem ocupação assentida pela sociedade, conquanto a própria sociedade fracassasse em oferecer-lhe tal ocupação. É de igual importância lembrar que havia inúmeros empecilhos que obstavam homens livres pobres, notadamente os recém libertos, de conseguir ofício. Esses motivos pautavam-se tanto em termos legais – como a Lei de Terras, de 1850, que impedia a compra de terras devolutas por escravizados ou ex-escravizados – quanto no racismo estrutural e na discriminação social para com as camadas menos abastadas, que tinham de esgueirar-se às margens da sociedade para garantir sua sobrevivência. Durante a Guerra, no entanto, a gama de homens recrutados se expande para além dos "vadios e degenerados" em todo o Império, inclusive na Província de São Paulo.

Apesar de seu alargamento durante o conflito contra a República guarani, o recrutamento, em teoria, não se pretendia arbitrário: havia uma série de decretos e leis que regulamentavam a prática no Império. Primeiramente, ele deveria ser feito pelo subdelegado da municipalidade em questão, ou por ordem dele. Ainda, pela decisão de número 67 do Ministério de Guerra, datada de 10 de julho de 1822, era proibido o recrutamento de tropeiros e o decreto 1591, de 14 de Abril de

¹⁰⁴ Paráfrase da definição de vadiagem, presente no Título LXVIII - *Dos Vadios*, do Livro V das Ordenações Filipinas. - Ordenações Filipinas, Livro V. Disponível no acervo digital da Universidade de Coimbra:

<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/l5p1216.htm>

¹⁰⁵ Lei de 16 de dezembro de 1830. Código Criminal do Império. Seção IV, Título IV, Parte Quarta, Capítulo IV - *Vadios e Mendigos*. Disponível no site do Planalto:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm

1855, garantia a interdição do recrutamento de homens viúvos, casados, filhos únicos, ou arrimos de família¹⁰⁶.

Contudo, esses decretos não foram obedecidos na prática, já que, naquele momento, precisava-se do maior contingente possível de homens, e fazia-se de tudo para consegui-lo. No início do recrutamento, espalharam-se boatos, vistos em algumas edições do *Diário de São Paulo*, de que os subdelegados e seus subordinados ganhavam um soldo por homem recrutado, não importando se fosse isento por lei. Apelava-se, então, ao recrutamento de qualquer homem que estivesse em condições de ir à Guerra, o que por vezes gerava embates com autoridades locais.

Tendo em vista essa nova situação, pode-se notar a reação de desconforto da elite nos jornais. A passagem abaixo, extraída do *Diário de São Paulo*, evidencia a naturalização das práticas de subjugação da população considerada "vadia", mas desvela, em contrapartida, o incômodo de levarem homens "produtivos"¹⁰⁷, que normalmente estavam ligados à atividade em torno do café:

Temos conversado com muitos fazendeiros e commerciantes do interior, quer liberaes, quer conservadores, e todos estão accordes em reprovar as providencias governamentaes, que tendem apenas á perseguição de cidadãos laboriosos e paes de família, deixando-se entregues ao seu ocio e aos seus maleficios os vadios e os desoccupados.¹⁰⁸

Santos, apesar de já ter dado bastante gente para o exército e armada, comporta ainda um recrutamento moderado. Há aqui ainda bastantes individuos no caso de marcharam para a guerra, e que, se marcharem, não farão falta. E o que direi dos municipios de S. Vicente e Conceição de Itanhaen? Alli vivem agglomeradas muitas dezenas de homens possantes e nas condições legaes para serem recrutados, principalmente a segunda localidade.¹⁰⁹

Tem-se, com isso, uma projeção da maneira pela qual as camadas privilegiadas reconheciam as subalternas: como uma antítese que garantia sua posição social. Seguindo os princípios da dialética do senhor e do escravo, elaborada por Hegel, é possível que a indignação expressa nos jornais fosse uma tentativa de a elite confirmar seu poderio político-econômico a

¹⁰⁶ Decretos disponíveis nos sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Respectivamente: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1591-14-abril-1855-558522-publicacaooriginal-79859-pe.html> e na Coleção de Leis do Império do Brasil - 1855, Página 326 Vol. 1 pt. II.

¹⁰⁷ Estamos chamando de camada produtiva aquela de homens livres pobres ligados à pequena lavoura, à circulação de mercadorias, como tropeiros e carreiros, à venda das mesmas, como os vendeiro, e todo esse seguimento que movimentava o mercado interno.

¹⁰⁸ *Diário de São Paulo*, edição de 30 de outubro de 1866.

¹⁰⁹ *Idem*, edição de 20 de agosto de 1865.

partir da existência de camadas de homens livres pobres que exerciam ofícios ligados à atividade cafeeira ou eram submetidos diretamente a fazendeiros e políticos locais. Em um movimento dialético, a elite se afirmava pela alteridade com essa "camada produtiva", que tinha de continuar a cumprir sua função de legitimar o poder das camadas influentes. Esses *homens livres pobres* que passaram a ser recrutados normalmente supriam as necessidades desses senhores, com serviços essenciais que aprovisionavam suas necessidades de subsistência, movimentavam o mercado interno com sua pequena produção de produtos essenciais ou transportavam mercadorias dos senhores para exportação, em um movimento de complementaridade.

Ademais, muitos eram agregados e apadrinhados, o que lhes proporcionava proteção e certas garantias, como contrapeso ao poderio e domínio político que os senhores exerciam sobre esses homens. Perpassadas pela cordialidade, nos termos de Sérgio Buarque de Holanda, eram relações permeadas por toda sorte de sentimentos. "E, se de um lado estas novas relações abrandam e atenuam o poder absoluto e o rigor da autoridade do proprietário, doutro elas a reforçam, porque a tornam mais consentida e aceita por todos. Ele será ouvido como um protetor, quase um pai."¹¹⁰ É interessante notar que aqueles que não compunham esse quadro, apartando-se por necessidades de sobrevivência ou por segregação imposta, eram considerados vadios e, logo, eram os principais alvos do recrutamento. Afinal, se lavradores, apadrinhados e protegidos políticos fossem recrutados, a relação dialética entre eles e a elite perderia o equilíbrio, enfraquecendo o poder das camadas abastadas. Isto é, se uma das partes desta relação se enfraquece, ela deixa de retroalimentar a existência e poder de sua parte oposta, que se estabelece também como complementar, como duas partes de um todo. E, se queixas sobre o recrutamento forçado se introduziam aos poucos nos periódicos, intensificando-se com o passar dos anos de Guerra, infere-se que os fazendeiros começavam a sentir os efeitos do recrutamento no âmbito político e social (deixaremos os efeitos econômicos para o capítulo seguinte).

Desse modo, o jornal fornece indícios das proporções que o recrutamento tomou na Província de São Paulo durante a Guerra Guasú. Nos anos que a precederam, os conflitos no Prata¹¹¹ também exigiram mobilização do exército, porém, o contexto da Guerra da Tríplice

¹¹⁰ Prado Júnior, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2008. 11ª reimpressão da 23ª edição. pp.287.

¹¹¹ As questões platinas perduram quase todo o século XIX, por ser esse um período de ajuste territorial de Estados em vias de formação e pelo fato de a bacia do Prata ser alvo de interesses estratégicos dos países da região. Os conflitos

Aliança difere dos anteriores, devido à sua duração e dimensão. Logo, o contingente de homens recrutados tomara proporções nunca antes vistas em território nacional, o que levou ao recrutamento de camadas da população que, a princípio, não se recrutavam. Entre eles estavam homens livres pobres que se sobressaíam na sociedade: homens ligados a fazendeiros e homens políticos pelos serviços a eles prestados, como tropeiros, sitiantes e lavradores; e os que mantinham relações interpessoais fundamentadas na cordialidade, como é - agregados e apadrinhados.

A prática de recrutamento que garante o suprimento humano do exército corporifica a violência social velada das elites contra a população mais desprovida, em *violência institucionalizada*, notadamente contra os homens livres pobres. Vale ressaltar que a violência já permeava outrora os mecanismos de sociabilidade dessa camada, nas quais desavenças pessoais eram correntemente resolvidas com facadas e brigas de enxada, em uma sociedade na qual o ultraje não era tolerado e as disputas físicas, valoradas. Essa dinâmica, percebida por Carvalho Franco e presente nos inúmeros casos de assassinatos por dívidas de honra nos jornais¹¹², deriva em muito do "estado de penúria ao qual ficou renegado esse grupo", segundo a autora¹¹³. Todavia, a violência naturalizada - e irracionalizada¹¹⁴ - presente no padrão de sociabilidade interno a um grupo se difere da violência racionalizada e praticada pelos agentes de Estado durante a Guerra. Essa última não envolve disputas para guardar a honra, o sustento ou a sobrevivência, mas, sim, meios de subjugação de camadas privilegiadas sobre camadas pobres, a fim de que estas cumprissem os

armados se iniciam em 1840, pela disputa territorial da República Oriental e encerram-se em 1870, se considerarmos a Guerra contra o Paraguai como uma questão Platina. De um lado, os *blancos* uruguaios, comandados por Oribe e apoiado por Rosas, tinham a intenção de fazer da República Oriental, do Paraguai e da Província Portenha um só país. De outro lado, os *colorados*, apoiados pelo Brasil e pela Província de Corrientes e Entre Rios defendiam a soberania Oriental. Mesmo após concluído o conflito, com a derrota de Oribe e Rosas, o embate entre *blancos* e *colorados* ainda tomava o país, suas consequências respaldavam nos interesses dos estancieiros gaúchos, levando o Império Brasileiro, por eles pressionado, a intervir em território vizinho, contra o então presidente *blanco*, Aguirre. O Paraguai, tendo se oferecido a mediar o conflito, foi recusado pelos brasileiros. Anteriormente, Solano Lopez havia se aliado aos *blancos*, na tentativa de garantir que a República Oriental permanecesse soberana e prometeu reagir, caso o Uruguai fosse invadido. Com isso, a intervenção brasileira na República Oriental, em 1864, ocasiona reação do Paraguai, que invade o território brasileiro em outubro do mesmo ano, deflagrando a Guerra da Tríplice Aliança.

¹¹² Há nos jornais inúmeros momentos em que leitores se queixam do número de assassinatos na Província. Há, de fato, um padrão entre eles. São todos correlatos à preservação de uma moral pessoal. Casos como o do Sr. Onofre, que foi assassinado por uma discussão sobre telhas, ou então o tenente Braz de Assis Nogueira, que queima a fazenda de seu cunhado. Casos presentes nas edições 19 e 9 de agosto de 1865, respectivamente.

¹¹³ Franco, Maria Sílvia Carvalho. *Homens Livres na Ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983. 3ª edição. pp.57

¹¹⁴ Para Maria Sílvia Franco, a violência era presente no contexto dos *homens livres pobres*, como um *modus operandi* para solucionar problemas, como desavenças e disputas. Do outro lado, está a violência de Estado, esta racional, que tem por objetivo a subjulgação das camadas pobres da sociedade. Franco, Maria Sílvia Carvalho. *Homens Livres na Ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983. 3ª edição.

interesses defendidos por aquelas. Nesse contexto, a população é levada ao desespero e procura se utilizar de vários meios para se ver livre de tal brutalidade. As condições oferecidas aos praças *pret* recrutados tampouco amenizavam a situação: "os soldos eram ínfimos e os castigos corporais bárbaros e frequentes", segundo Wilma Peres Costa¹¹⁵.

Os longos cinco anos da Guerra explicitaram ainda mais o grau de carência e despreparo militar, levando autoridades Imperiais e regionais a se mobilizar de maneira também inédita. Em reunião sediada pelo presidente da Província João da Silva Carrão, em agosto de 1865, atesta-se que a gravidade da Guerra contra o Paraguai era maior do que se imaginava, tendo a Província de tomar providências em maior escala, quanto ao recrutamento e dispêndio de dinheiro.¹¹⁶ No item a seguir, demonstraremos como o discurso da necessidade de homens deu espaço a práticas abusivas de subdelegados e como os relatos desses fatos nos jornais ganha tom de cotidianidade, contribuindo com a reprodução de uma ideologia elitista, de que os mais pobres deveriam se sacrificar pela nação.

Violência e abusos: quando a cotidianidade se transforma em ideologia e práxis.

Embora o recrutamento tenha perdurado todos os anos da Guerra, a Província foi cenário de dois ápices. O primeiro deles ocorre somente em finais de 1865 e início de 1866¹¹⁷, quase um ano após o início da Guerra, e o segundo momento ocorre nos anos de 1867-8, quando, após a derrota de Curupaiti, em 22 de setembro de 1866, percebe-se que o conflito perduraria muito além do previsto¹¹⁸.

A demora para iniciar o recrutamento deveu-se à organização interna pela qual a Província teve de passar a fim de garantir que houvesse recrutadores suficientes e distribuídos em todo o seu território. Dessa forma, durante o primeiro ano, o governo se mobilizou para agregar delegados, subdelegados e capitães que deveriam atuar como recrutadores nas vilas do interior. Contudo, já

¹¹⁵ Costa, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. Tese de doutoramento pela Universidade de São Paulo, pp.58.

¹¹⁶ *Diário de São Paulo*, 20 de agosto de 1865.

¹¹⁷ Esse ápice pode ser percebido pelos números publicados nos Relatórios do Ministério de Guerra e através de relatos no *Diário de São Paulo*.

¹¹⁸ Na Batalha de Curupaity, em setembro de 1866, o Império teve perda de 3.000 homens. Para repor o contingente, o ministro de Guerra Ângelo Moniz da Silva Ferraz declara a necessidade da convocação de mais 10.000 homens, dos quais 650 deveriam provir da província de São Paulo. *Diário de São Paulo*. edição de 13 de outubro de 1866.

neste primeiro momento, um contratempo irrompe: esses recrutadores eram extremamente amadores, não haviam sido treinados para esse serviço e nem mesmo eram preparados para gerenciar seus cargos em tempos de paz, pois dividiam seu tempo em mais de um ofício. Segundo Maria Sylvia Franco, o amadorismo era notado nas funções que requeriam conhecimentos especializados, uma vez que "os delegados de polícia exerciam seus cargos juntamente com outras ocupações: eram lavradores, comerciantes ou viviam "de dinheiros a prêmio."¹¹⁹ Por essas razões, até meados de setembro de 1865, municípios como Sorocaba, Porto Feliz e Itapetininga¹²⁰ não sofriam com a arregimentação¹²¹.

Assim, naquele primeiro momento, o alistamento de soldados foi extremamente necessário para executar o plano de campanha elaborado pelo marquês de Caxias, por solicitação do ministro da Guerra. Segundo Doratioto, o general brasileiro e senador pelo Partido Conservador, "apresentou seu plano em 20 de janeiro de 1865, prevendo a organização de um exército de 50 mil homens, sendo 35 mil de infantaria, 10 mil de cavalaria e 5 mil de artilharia."¹²², a fim de barrar o avanço Paraguaio. Desses homens, um total de 1399, segundo dados oficiais extraídos de Relatórios do Ministério de Guerra, se alistou ou foi recrutado, entre 1865 e 1866, na Província de São Paulo (vide Tabela 1). Em uma Província cuja população total estava mensurada em 837.354, em 1872, dos quais somente 86.340 era população livre, podemos perceber que os números oficiais, somados àqueles dos fugitivos, não eram insignificantes, sobretudo para vilas pequenas do interior paulista.

¹¹⁹ Franco, Maria Sylvia Carvalho. *Homens Livres na Ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983. 3a edição. pp.125.

¹²⁰ Em Itapetininga, o recrutamento organizado pela província começa por volta do dia 15 de setembro.

¹²¹ Outra razão que começou a ser mais presente consiste na fuga de homens para o mato. Abordaremos esse tema mais a frente, contudo, neste momento, os jornais já mencionavam as dificuldades que delegados tinham de achar homens no interior. Segundo um leitor do *Diário*, "O recrutamento forte se levanta em toda a parte, menos aqui [Porto Feliz], porque tudo está no mato. Por cá também se adopta a máxima "Deos é grande, e o mato é maior!". Outro exemplo está em carta enviada ao jornal por um leitor de Itapura, que escreve o seguinte: "Apareceu publicada no *Diário* a circular do governo que manda proceder ao recrutamento em larga escala, e alguns rapazes já se metterão no mato. Entendem elles que, antes tirar sipó, do que ir brigar com o lobo Lopes." Vide *Diário de São Paulo*, 19 de setembro de 1865.

¹²² Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra: uma nova História da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Pp. 118.

Tabela 1: Número de recrutados na Província de São Paulo¹²³

Ano do Relatório	Nome da Tabela no Relatório	Número de homens	Total
1865	Mappa da força dos corpos do exército e da guarda nacional destacada	332	332
1866	Mappa demonstrativo dos voluntarios, recrutados e Voluntarios da Patria alistados para o serviço do exercito de 1865 a 1866	1399	1399
1867	Mappa demonstrativo da força do Exercito, Voluntários da Pátria e Guarda Nacional destacada, existente nas Províncias do Império, extraindo dos últimos mapps enviados pelas respectivas Presidências e Commandos de Armas	195	201
	Mappa dos libertos, que assentarão praça, do anno de 1866 até esta data	6	
1868	Mappa demonstrativo força do exército, voluntários da pátria e guarda nacional destacada, existente nas provincias do império, extrahido dos últimos m apps enviados pelos presidentes e comm andantes de armas	14	1141
	Mappa dos individuos alistados desde janeiro do anno pasado até esta data como voluntários da pátria, voluntários do exército e guardas nacionaes designados	1127	
1869	Mappa geral da força de linha e de voluntários da pátria, existente em todo o Império, organizado segundo os últimos mapps recebidos nesta repartição, não comprehendendo o pessoal dos corpos especiaes	3	306
	Mappa geral dos officiaes dos corpos especiaes, existentes no Império e fora delle	4	
	Mappa geral da força da guarda nacional destacada em todo o Império, organizado segundo os ultimos m apps recebidos nessa repartição	111	
	Mappa dos individuos alistados no exercito no anno de 1868, e das praças que tendo concluído o tempo de serviço nesse anno, eontrahirao novo engajamento	188	
1870	Mappa dos individuos alistados no Exercito no anno de 1869, e das praças que, tendo concluído o tempo de serviço nesse anno, contrahirão novo engajamento	73	223
	Mappa demonstrativo da força da Guarda Nacional ao serviço do Ministério da Guerra existente em todo o Império, organizado segundo os últimos mapps recebidos das Provincias	150	

Tabela elaborada pela autora, a partir de dados publicados nos Relatórios do Ministério de Guerra dos anos 1865 a 1871.

¹²³ A tabela foi montada a partir dos números apresentados nos Relatórios do Ministro de Guerra para os anos de 1865, 1866, 1867, 1868, 1869 e 1870. Em cada um deles, diferentes quadros nos ofereciam o total de designados, voluntários, recrutas, escravos libertos etc, por província. Para sua elaboração, atemo-nos aos dados referentes à Província de São Paulo. Por nem sempre haver distinção entre a designação de guardas nacionais e de outras categorias nas quais os homens eram enquadrados, optamos por adicionar todos os dados fornecidos pelas diferentes tabelas do documento, a fim de, ao menos, dar ao leitor a dimensão de homens que foram encaminhados à Guerra, segundo os dados oficiais.

O segundo momento de maior recrutamento ocorre no período em que o conflito toma caráter de de uma guerra de posições¹²⁴, devido ao qual o aumento de contingente se fazia necessário para poder avançar em território inimigo. Em 1867, a previsão proposta pelo ministro de Guerra Angelo Moniz da Silva Ferraz era de que a Província de São Paulo fornecesse um total de 650 homens. Dessa forma, o presidente provincial, José Tavares Bastos, reafirmava constantemente a necessidade de mobilização e determinou que cada município teria de disponibilizar um número pré-definido de designados e/ou recrutados, de acordo com sua população de homens livres. Os números estimados podem ser vistos na Tabela 2 (*infra*), publicada no *Diário de São Paulo*.¹²⁵

Tabela 2 - Recrutas demandados por vila, na Província de São Paulo, em 1866.

Localidade	N. de homens
Commando superior da Capital	35
Dito de Santos	36
Dito de Sorocaba	64
Dito de Campinas	32
Dito de Jundiahy	34
Dito de Constituição	32
Dito de Taubaté	73
Dito de Jacarehy	32
Dito de Mogy das Cruzes	10
Dito de Parahybuna	38
Dito de Guaratinguetá	32
Dito de Bananal	48
Dito de Rio Claro	42
Dito de Mogy Mirim	24
Dito de Itapetininga	48
Dito de Itapeva	22
Dito de Franca	32
Dito de Casabranca	16
Total	650

Diário de São Paulo, edição de 30 de outubro de 1866 (adaptado: a autora inseriu o título das colunas)

Porém, ao contrário do primeiro da Guerra, ao longo de 1866 o conflito foi se tornando extremamente impopular na Província, provocando maior dificuldade em se recrutar homens idôneos, o que colaborou com o desgaste de Tavares Bastos¹²⁶. Ademais, pela repercussão da publicação desta tabela no *Diário*, a quantidade de homens a serem recrutados por vila ou cidade configuraria em perseguição por parte do presidente provincial, uma vez que a quantidade de designados não estava distribuída em iguais proporções por município,

¹²⁴ Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra: uma nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 264.

¹²⁵ *Diário de São Paulo*, edição de 30 de outubro de 1866.

¹²⁶ José Tavares Bastos foi presidente da Província de São Paulo do fim de 1866 a finais de 1867.

considerando sua demografia. Dessa forma, Tavares Bastos também era acusado no *Diário de São Paulo* de usar o recrutamento como ferramenta de perseguição política e fortalecimento de grupos locais¹²⁷.

Se tomarmos como base o Censo Geral do Império de 1872¹²⁸, nota-se que municípios como os de Casabranca possuíam 10.891 habitantes, Sorocaba 13.999, Taubaté, 20.847, a Capital, 31.385, e Campinas liderava com 31.397 habitantes. Apesar da imprecisão do recenseamento, é notável que o efetivo de recrutados demandado para cada município não correspondia à proporção de cada um deles em número de habitantes. Temos que o contingente de recrutas demandados para Casabranca corresponderia a 1,4% de sua população total, em Sorocaba a cerca de 4,5%, Taubaté cerca de 3,5%, a Capital teria 1,1%, enquanto Campinas – o município mais populoso em 1872, e muito provavelmente, também em 1866, devido à sua pungente atividade econômica – teria cerca de 1% de sua população recrutada¹²⁹. Logo, observa-se que a distribuição das metas de recrutamento era definitivamente parcial, sendo provável a veracidade das denúncias de perseguição partidária anunciadas nos jornais.

Com efeito, as perseguições políticas estavam entre as queixas mais frequentes, junto às reclamações de recrutamento por vingança ou desafetos pessoais¹³⁰. Subdelegados perseguiam opositores políticos regionais, e presidentes provinciais fechavam os olhos para essa prática, quando lhes convinha. No município de Conceição, acusavam o subdelegado de se restringir ao recrutamento de conservadores, em setembro de 1865¹³¹. Há relatos da mesma prática no Arujá, em Casa Branca e em São Carlos do Pinhal¹³² e na Freguesia do Ó¹³³, em anos distintos da guerra. Doratioto menciona ainda a perseguição comandada pelo Barão de Itaúna, presidente da Província, entre 26 de agosto de 1868 a 25 de abril de 1869. Segundo o autor, o Barão incentivava uma verdadeira "caça" aos liberais. Francisco Fernando de Barros, líder conservador que havia sido nomeado como chefe de polícia pelo Barão, saía de madrugada,

¹²⁷ As consequências da decisão do presidente da Província não são somente políticas. Leitores observavam desde 1865 o que elas levariam em termos econômicos e de suprimento do mercado interno: "Parece que o arbítrio agora dado aos presidentes de dividir as províncias em districtos recrutadores vae fazer abalo nas províncias. Naturalmente, irá o povo para o matto e adeos colheita. Peste, fome, guerra!....". Vide *Diário de São Paulo*, 15 de agosto de 1865.

¹²⁸ Recenseamento do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, não consta ano da publicação. Disponível na biblioteca digital do IBGE:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Livro 25477, volume 12.

¹²⁹ A escolha dos municípios aqui mencionados como exemplos foi feita a partir da observação de números maiores ou menores do que o esperado.

¹³⁰ *Diário de São Paulo*, edição de 5 de setembro de 1865.

¹³¹ *Idem*, na edição de 22 de setembro de 1865

¹³² *Ibidem*, edições de 4 de novembro de 1866, de 25 de janeiro de 1868 e de 9 de janeiro de 1866, respectivamente.

¹³³ Na Freguesia do Ó, o subdelegado Fulano Mello foi, em muitas edições do *Diário*, acusado de perseguições de seus adversários políticos, a fim de mandá-los à Guerra. Vide: *Diário de São Paulo*, 18 de outubro de 1866.

com destacamento policial, e "corria atropeladamente a cidade, varejando a domicílios e prendendo os liberais que encontrava para remetê-los como *Voluntários da Pátria* à Capital da Província"¹³⁴. Como consequência, os liberais não se candidataram às eleições naquela cidade, em 1868. Por fim, em Rio Claro, comandante superior teria designado somente conservadores, a fim de impedir sua eleição na freguesia de Itaquery, como havia ocorrido no último sufrágio.

Apesar da perseguição, no geral, subdelegados tinham receio de recrutar homens que fossem ligados a dirigentes locais, de modo a evitar confronto com a elite política. Esse medo existia desde antes da guerra, e é exposto por José Marianno de Mattos, na seguinte passagem:

O recrutamento nessa gente infunde verdadeiro terror; nos lugares por onde passei, elle não é promovido, e algumas autoridades asseverão-me que não remettião recrutas para a capital, não porque não os houvesse com abundancia, porém, para não se malquistarem com as influencias locais, e não é porque estas tenham interesse em proteger á vadios, ellas unicamente obedecem ao amor proprio que considerão ferido se um delegado não annue ao pedido de soltura de um recruta. Vê-se, pois, que para tornar efficaz o recrutamento, deve ser feito por official que não tenha relações no lugar, e sem ser esperado.¹³⁵

Durante o conflito com o Paraguai e o decorrente alargamento do recrutamento, o quadro demonstrado acima se potencializa. Neste contexto, o Barão de Cotegipe toca o cerne da questão, ao afirmar que os que não haviam sido recrutados estavam em suas moradas, protegidos por influências políticas locais.¹³⁶ Publicamente, o Presidente da Província, Tavares Bastos, ameaçava punir aqueles que deixassem de recrutar homens por alguma razão que não estivesse prevista em lei, como anunciado na passagem abaixo:

Sendo necessário preencher as fileiras do exército e armada empenhadas na defeza da honra e da dignidade nacional, afim de que possamos, quanto antes, ver terminada essa luta sanguinolenta á que fomos provocados pelo Paraguay, resolvi encarregar a v.s. do serviço do recrutamento, esperando do seu zelo pelo serviço publico que com a maior urgência expeça as mais positivas e terminantes ordens ás autoridades policiaes da provincia para que enviem todos os esforços afim de que remetão á esta capital com toda a brevidade o maior número de recrutas, attendendo porém ás *isenções legaes* a espreito dos indivíduos que as tiverem." : V.s. me informará quaes os delegados e subdelegados de policia que manifestarem mais energia e actividade no desempenho desta importante comissão , e quaes aquelles que se mostrarem

¹³⁴ Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra: uma nova História da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Pp.267.

¹³⁵ Relatório Apresentado à Assembléa geral legislativa na segunda sessão da décima-segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra José Marianno de Mattos. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1864. pp.75.

¹³⁶ Doratioto, Francisco. *Op. cit.*

omissos, afim de que esta presidencia e o governo imperial possam devidamente apreciar os serviços dos primeiros, e á respeito dos segundos se tomem as providencias que o caso exigir.¹³⁷

No entanto, poupar apadrinhados era prática comum na Província, de modo que aqueles que se viam em risco de serem recrutados iam logo encontrar alguém a quem pedir proteção. Ao longo de todo o período de recrutamento, a tendência mostrada por queixas e sátiras nos jornais é de acentuação dessa correlação de forças entre apadrinhados e padrinhos, uma vez que os alvos dos comandantes e subdelegados eram preferencialmente os *homens livres pobres* sem apadrinhamento político ou proteção de senhores. Desse modo, havia, novamente, um reforço do poder das elites locais em razão do recrutamento. A charge abaixo, publicada pelo *Cabrião*, retrata a situação:

Figura 1: Isenção por apadrinhamento.

—Não tens medo do recrutamento?
—Qual medo! eu arranjei uma cartinha de recomendação para o Chefe... e estou ninando...

Não pôde dizer o mesmo este miseravel, que [não tem padrinho, e por isso, além de recrutado, ainda recebe uma sofrível tunda!!!

A charge do Cabrião escancara a realidade de como privilégios eram usados como proteção ao recrutamento na Província. Fonte: *Cabrião*, edição de 28 de abril de 1867.

Sendo assim, via de regra, a vontade da elite prevalecia sobre os recrutamentos. Quando um de seus protegidos era recrutado, acontecia o que houve na freguesia de Itaquery, em Rio Claro¹³⁸: o subdelegado, para garantir que as metas de recrutamento dadas a eles fossem

¹³⁷ *Diário de São Paulo*, edição de 15 de novembro de 1866. O fragmento corresponde à transcrição, nesta edição do jornal, do Ofício do presidente da Província, de 12 de novembro, ao chefe da polícia.

¹³⁸ *Diário de São Paulo*, 18 de maio de 1867.

cumpridas¹³⁹, recrutou o filho de Manoel Paixão da Silva, um eleitor influente da região. Em consequência, o pai logo foi tirar satisfações com o comandante superior, tendo este que soltar o designado. O relato no *Diário* se encerra, então, com a seguinte frase: “Não cremos que o patronato chegasse a esse ponto.”¹⁴⁰

Porém, a partir do momento em que se esgotam os homens idôneos e que se fazem necessário mais recursos humanos para o exército, o recrutamento começa a fugir ao controle dos agentes políticos e econômicos dominantes. A partir de finais de 1866, os homens dispostos a ir à guerra já haviam se oferecido para isso e, na Província, teriam permanecido os isentos por lei ou aqueles que conseguiram fugir. Ainda, em abril de 1867, foi ratificada uma circular que ordenava que, nas comarcas de São Paulo, "cada inspetor de quarteirão apresentasse, no prazo improrrogável de quinze dias, um recruta idôneo para ir ao Paraguai."¹⁴¹ Com isso, a força institucional começou a ousar recrutar *homens livres pobres* protegidos politicamente, o que faz aparecer no *Diário de São Paulo* uma série de cartas de leitores se reagindo a situação.

As cartas tinham teor dramático: contavam a vida da pessoa recrutada em tom emotivo e defendiam a ilegalidade do recrutamento em questão, o que de fato procedia, na maioria dos casos. No entanto, o que se deve notar é o aumento dessa indignação somente quando o recrutamento passa a afetar a influência dos poderes locais. Se antes os recrutas e voluntários eram aplaudidos, a partir de 1866-67, o tom da maioria das cartas de leitores não era de *patriotismo*, e sim de repúdio.

Desse modo, o *Diário de São Paulo*, como porta-voz de parte da elite paulista e instrumento de disputa por hegemonia política, passa a denunciar veementemente os abusos cometidos pelos recrutadores. Vale lembrar que o jornal, enquanto meio constituinte da realidade social, "modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais", segundo Heloisa De Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto¹⁴². Neste momento, o que estava em jogo eram os poderes locais e o periódico servia como meio de persuasão, por via da sensibilização da população letrada para com a realidade daqueles que eram recrutados.

¹³⁹ Em 1867, o presidente provincial deu uma meta de 4 homens recrutados em quinze dias, aos comandantes e subdelegados responsáveis.

¹⁴⁰ *Diário de São Paulo*, 18 de maio de 1867.

¹⁴¹ Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra: uma nova História da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Pp.267.

¹⁴² Cruz, Heloisa de Faria e Peixoto, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do Historiador: conversas sobre História e Imprensa*. Projeto História. São Paulo: n.35, p.253-270, dez 2007.

A maioria dos relatos eram relativos a homens que, isentos por lei, eram recrutados e dias depois soltos. Um exemplo de relato é referente à Sorocaba, no momento da comemoração do 7 de setembro, no teatro Pedro Mendes Leal. Segundo a carta do leitor, o capitão Cantinho entrou com 50 guardas nacionais e fechou as portas laterais, a fim de recrutar os homens que assistiam ao espetáculo. As famílias começaram a se retirar e o quarto ato do drama foi representado para meia dúzia de pessoas. "O recrutamento no teatro além de perturbar o espectáculo, e causar retirada das famílias, foi uma verdadeira patacoada. (...) produziu apenas três recrutas, dous casados e com filhos e um menor. (...)".¹⁴³ Posteriormente, eles foram liberados, ao comprovarem seu status ao subdelegado.

Como se pode observar, no decorrer da Guerra, as formalidades e preceitos legais eram simplesmente ignorados, pela necessidade que se havia de recrutar. O jornal *Cabrião* menciona casos de homens que haviam sido recrutados duas vezes, mesmo após ter apresentado isenção legal¹⁴⁴. Além disso, criticava a perseguição de homens nas ruas e fazia piada sobre o recrutamento de moradores de asilos e de homens casados que não eram liberados, mesmo após comprovação¹⁴⁵. Em Jundiaí, denunciavam que o famoso Capitão Pimenta estava a fazer uma "limpa no povo", o qual foi conduzido à Capital arrastado à laço, em 1867¹⁴⁶.

Eram comuns, ainda, os relatos de recrutamento nas festas da cidade, onde os homens se reuniam. Em 10 de agosto de 1865, o leitor Damião relata essa prática na festa religiosa de Pirapora: músicos tocando, gente jogando cartas, reboliço por toda parte, fogos. "Quando foi a meia noite para o dia, o pessoal se escafedeu, por causa de um ruído ruído que o sr. Capitão vinha apimentar a festa com um recrutamento (...)".¹⁴⁷ A invasão de estabelecimentos públicos e privados por parte de recrutadores também era frequente. Episódios de invasões a casas de família e a igrejas em plena missa chocavam a população da época. No primeiro caso, a indignação repousava sobre o fato de as invasões ocorrerem em plena noite – o que, aliás, era proibido por decreto –, retirando os homens de seu leito para serem arrolados. No segundo caso, a consternação se dava em razão de a igreja ser um lugar sagrado e de a cerimônia religiosa uma prática quase obrigatória de sociabilização: consistia no momento para ver e ser visto, sobretudo de parte de famílias que pretendiam sustentar seu *status* social. Em Cotia, em 1867,

¹⁴³ *Diário de São Paulo*, 16 de setembro de 1865.

¹⁴⁴ *Cabrião*, edição de 2 de dezembro de 1866.

¹⁴⁵ *Idem*, respectivamente edições de 28 de abril de 1867 e de 23 de dezembro de 1866.

¹⁴⁶ *Ibidem*, 14 de julho de 1867.

¹⁴⁷ *Diário de São Paulo*, 10 de agosto de 1865.

há denúncias enfáticas no *Diário* acerca da invasão de oficiais na Igreja da cidade, em plena missa, buscando recrutar todo homem ali apto a servir o exército¹⁴⁸.

Em suma, observa-se na Província, uma disputa política travada nos jornais, através dos relatos da ampliação do recrutamento, que começa a atingir camadas que se viam isentas, legal ou politicamente. Dentre os isentos, passara-se a recrutar arrimos de família, viúvos, filhos únicos, jovens e idosos, enquanto, dentre os protegidos, observa-se a prisão de apadrinhados e agregados, categorias sociais que eram sujeitadas, em uma relação dialética e bastante violenta, à subordinação em troca de benefícios de seus padrinhos. O alargamento do arrolamento a essas camadas destitui os senhores de seu tradicional poder local, por verem suas redes de proteção feridas. Por essa razão, parte da elite usava o *Diário de São Paulo*, para reforçar o seu poder contra os mandos do governo imperial ou do presidente de Província. Segundo Heloisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto, deve-se pensar a imprensa a partir da

reflexão sobre [su]a historicidade (...), problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reivindicação do poder burguês nas sociedades modernas, e das lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos do capitalismo. Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa na história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas.¹⁴⁹

Portanto, a partir do material coletado, podemos averiguar a dimensão que o recrutamento tomara na Província e depreender, a partir dos relatos, os impactos sobre a camada de *homens livres pobres*. Eles abandonavam suas cidades e tinham receio de ocupar as ruas como faziam anteriormente. Atividades cotidianas passaram a ser vistas como ameaça à sua integridade física. Festas minguaram, contando, em sua maioria, apenas com a presença de mulheres e homens influentes.

No entanto, mais do que isso, pelos relatos dos jornais, podemos notar o incômodo da elite ao ver seus subordinados recrutados e a tentativa da construção de um discurso contrário às ordens oficiais, apelando para as particularidades e humanidade daqueles que estavam sendo recrutados cotidianamente. Se em um primeiro momento o recrutamento fora uma demonstração de força da elite para com os mais pobres, sob o discurso do patriotismo e do serviço à nação, no segundo momento, a elite passa a se incomodar por ver seu poder local

¹⁴⁸ *Idem*, edição de 25 de abril de 1867.

¹⁴⁹ Cruz, Heloisa de Faria e Peixoto, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do Historiador: conversas sobre História e Imprensa*. Projeto História. São Paulo: n.35, p.253-270, dez 2007. P. 257.

sendo indiretamente minado e a se posicionar nos periódicos, de modo a marcar sua posição e a combater o recrutamento indiscriminado.

Recrutamento de guardas nacionais

A designação de guardas nacionais para a guerra se apresenta um tanto mais complexa, tendo em vista a diversidade de homens que exerciam essa ocupação na Província de São Paulo e suas funções. A guarda era a instituição para a qual historicamente se recorria quando havia insurreições no Império, sendo sua principal função a manutenção da ordem nas Províncias¹⁵⁰. Elas eram subordinadas ao governo provincial, mas podiam ser destituídas de suas incumbências locais em caso de guerra externa ou de necessidade de reprimir insurgências em outras Províncias¹⁵¹.

Durante as Guerras na Bacia do Prata, por exemplo, a maioria dos combatentes provinha da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, devido à proximidade dos territórios e, nesse caso em particular, à convergência de interesses entre os estancieiros sulistas e o Império em deflagrar um confronto com a Província Oriental. No caso deste conflito, a Província de São Paulo também contribuiu com forças da Guarda, ainda que em menor escala: segundo relato de Saint-Hilaire, era a primeira vez que seus serviços foram demandados em território externo. Na Província de São Paulo, a guarda já havia passado por mobilizações de grande importância, notadamente na ocasião das Revoltas Liberais, em 1842. Apesar de ter sido uma reivindicação travada pelas camadas abastadas contra as leis de 1841, Monica Dantas afirma que as disputas intra-elite contaram sempre com a população livre e pobre nas frentes de batalha, estas sendo representadas pela Guarda Nacional. No caso da Revolta Liberal, o cenário não foi diferente.¹⁵²

A composição da Guarda variava de acordo com a localidade e o momento, uma vez que, ao longo dos anos, a instituição passou por reformas que dizem respeito às hierarquias internas, à obrigatoriedade do serviço e às condições de acesso por parte da população. Segundo Jeanne Berrance Castro, no momento de sua criação, havia certo aristocratismo presente nas Guardas, porque seu intuito principal era servir como agentes dos interesses da elite, fazendo frente às forças policiais. Desse modo, seus quadros eram compostos sobretudo por filhos de

¹⁵⁰ Segundo Jeanne Berrance Castro, a criação das guardas no período regencial tem como um dos baluartes o controle de contestações republicanas; era um dos sustentáculos do poder imperial.

¹⁵¹ Essas atribuições complementares estavam sujeitas à aprovação em Assembleia, segundo Weneck Sodré. Vide Sodré, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

¹⁵² Dantas, Monica Duarte. Epílogo: homens livres pobres e libertos e o aprendizado da política no Império, in Dantas, Monica (org). *Revoltas, Motins e Revoluções*. São Paulo: Alameda, 2011.

políticos ou de homens influentes localmente¹⁵³, o que lhe incumbia missão eleitoreira e coercitiva.

No entanto, ao longo dos anos, o quadro foi se alterando devido às reformas pelas quais a instituição passou e o interesse das elites locais. Isto é, a partir de determinado momento, a composição das guardas já não era igual em todas as Províncias, apesar de haver similitudes: no geral, o serviço era válido por 4 anos e de participação obrigatória a todo aquele com idade entre 21 e 60 anos, e cuja renda anual consistisse em 100\$000, segundo a Berrance Castro¹⁵⁴, e 200\$000, segundo Ricardo Salles¹⁵⁵. No Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão, em meados do século XIX, só eram admitidos os cidadãos que preenchessem os requisitos necessários para serem eleitores, enquanto no restante do país, a composição era feita por aqueles habilitados a serem simples votantes. Já em São Paulo, Erick Hörner menciona, como Jeanne Castro, o valor mínimo de 100\$000 réis necessário para participar tanto das eleições primárias, quanto da Guarda, valor este suficientemente baixo para permitir a incorporação de pequenos produtores, lavradores e trabalhadores urbanos, ou seja, homens livres pobres. A isenção de homens de maiores posses não era oficializada, mas acabava ocorrendo, uma vez que seus parentes exerciam influência política direta nos comandantes e subdelegados da guarda: neste momento, a participação de homens influentes na Guarda Nacional já havia deixado de ser valorizada.

Sendo assim, a Guarda de São Paulo era constituída por uma classe livre, composta de pequenos proprietários, comerciantes e trabalhadores assalariados de posses modestas, que se revezavam em suas funções de guardas nacionais e labutadores. Segundo Salles, algumas profissões eram dispensadas, como advogados, médicos, estudantes e funcionários públicos, o que isentava as camadas mais abastadas do serviço¹⁵⁶.

A designação das guardas na Província de São Paulo nunca havia sido generalizada como durante o contexto do conflito estudado. No entanto, a realidade de guerra se impõe e, em 1865, o governo determina o arrolamento de 3.000 guardas nacionais somente na Província de São Paulo, para marcharem ao Mato Grosso¹⁵⁷. Por isso, em primeiro de setembro do mesmo

¹⁵³ Castro, Jeanne Berrance. Guardas Nacionais in Buarque de Hollanda, Sérgio. História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Tomo II, v.6. 6a edição.

¹⁵⁴ *Idem*.

¹⁵⁵ Salles, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

¹⁵⁶ Salles, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

¹⁵⁷ Castro, Jeanne Berrance. Guardas Nacionais In Buarque de Hollanda, Sérgio. História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Tomo II, v.6. 6a edição.

ano são nomeados *Conselhos de Qualificação* por paróquia ou freguesia, responsáveis por designá-los.¹⁵⁸

Contrariamente à conotação negativa que portava o recrutamento sobre a camada popular, Flávio Henrique Dias Saldanha¹⁵⁹ afirma que, no caso da guarda, a arregimentação não era símbolo de degradação, a começar pelas diferenças na nomenclatura. O destacamento da Guarda era nomeado "arregimentação", pois consistia em um chamamento feito pelo subdelegado da paróquia local, ou freguesia, a todo o membro da Guarda. Eles deveriam, subsequentemente, apresentar-se para serem encaminhados ao teatro de guerra. A passagem publicada no *Diário de São Paulo* explicita a prática adotada:

O presidente da província, usando da attribuição que lhe confere o artigo 51 do decreto de n. 1354 de 6 de Abril de 1854, determina que para a reunião dos contingentes da guarda nacional chamados para os serviços de corpos destacados pelo decreto n. 3381 de 21 de janeiro de 1854 do corrente anno, se observe o seguinte: (...) Immediatamente publicarão em ordem do dia, que farão affixar nas matrizes das parochias ou districtos, os nomes dos guardas assim designados, ordenando que se lhes áprezem no praso de dez dias contados da data da affixação, sob as penas cominadas no art. 133 da lei de 602 de 19 de setembro de 1850. Ordenarão que além disso que sejam avisados os ditos guardas para se lhes apresentarem no praso marcado na ordem do dia. (...) Terminado o praso, se não se apresentarem os guardas, os ditos commandantes, immediatamente publicarão em ordem do dia os nomes dos que faltarem, declarando-os incursos nas penas do artigo 133 da citada lei, isto é, obrigados a servirem no exercito o dobro do tempo que deve durar o destacamento, ou recrutados se não tiverem isenção legal.¹⁶⁰

Os mesmos preceitos que dispensavam homens do recrutamento para o Exército também eram aplicados aos guardas nacionais. Portanto, eram isentos os casados, viúvos com filhos, arrimos de família e aqueles que possuíssem empecilhos físicos que os impedissem de guerrear. O que os diferenciava dos recrutados, para além da inexistência do estigma social negativo, era a possibilidade de se isentarem do serviço mediante o pagamento da quantia de 600 mil réis, ou então mediante a apresentação de um substituto, termos estes liberados pelo decreto n. 3509, de 12 de setembro de 1865. Se tivermos em mente que, em 1860, 1 milhão de réis comprava 1 quilograma de ouro, podemos inferir que essa soma não podia ser paga por membros de camadas menos abastadas. Segundo Eugenio Egas, "em São Paulo, 168 dos 1615 convocados, em 1865, para irem à Guerra pagaram 600\$000 réis por pessoa para escaparem do

¹⁵⁸ Vide edição de 23 de agosto de 1865 de o *Diário*, onde explicam como o Conselho funcionará.

¹⁵⁹ Saldanha, Flávio Henrique Dias. *Exército e Guarda Nacional: Recrutamento Militar e a Construção do Estado no Brasil Imperial*. Coleç. Meira Mattos, Rio de Janeiro, v.9, n.36, p.673-681, set./dez. 2015.

¹⁶⁰ *Diário de São Paulo*, 17 de setembro de 1865.

serviço militar”¹⁶¹, número pequeno, comparado ao total de convocados. Concernente à procura de substitutos, alguns guardas faziam anúncios, como neste exemplo:

Atenção.

Precisa-se, e paga-se bem, a uma pessoa que queira destacar para fora da província, em lugar de um guarda designado. Para tratar á rua das Flores, n.26. Um guarda nacional, qualificado para o destacamento desta capital, precisa de um substituto; quem se achar nas condições de o substituto, dirija-se á rua Direita n.12, que será gratificado generosamente.¹⁶²

Tendo em vista que a maioria dos designados não poderia arcar com a soma de isenção, a procura de substitutos não só ganhou popularidade na Província, como foi logo subvertida de maneira bastante criativa pelos guardas nacionais que fugiam da Guerra. Um dos procedimentos que era adotado por aqueles de maior posse consistia em encontrar alguém que pudesse servir em seu lugar como substituto e, em seguida, pagar a quantia de 600 mil réis para libertá-lo, de modo a livrar ambos da Guerra. Ademais, os guardas que apresentassem impedimentos físicos de guerrear eram somente liberados após inspeção de um *conselho de revista*, composto por indicados pela presidência. A averiguação era considerada importante, pois parte dos guardas falseavam lesão ou até feriam a si próprios para evitar a designação.¹⁶³ Nos jornais, há casos de homens que fingiam cegueira e problemas de locomoção, como veremos adiante.

Até então, a elite estimulava que esses homens se voluntariassem a ir à Guerra, oferecendo incentivos a todo guarda que se apresentasse voluntariamente aos designadores, como uma espécie de "mecenas de guerra"¹⁶⁴. Em geral, homens influentes ofereciam entre 100 e 200 réis a cada guarda que se voluntariasse, alguns pagando também o fardamento ou custos de viagem. O discurso entoado pelo governo - e reproduzido no *Diário de São Paulo* - para aqueles que ofereciam montantes aos guardas e para os supostos *voluntários* era o do patriotismo¹⁶⁵. A partir dessa retórica, o jornal isentava os homens influentes de ir à Guerra - uma vez que já estavam exercendo seu dever patriótico financiando aqueles que fossem - e

¹⁶¹ Egas, Eugenio. Galeria dos presidentes de São Paulo. São Paulo: Secção de Obras d'O Estado de São Paulo. 1926, vol. I, p.35 *apud* Doratioto, Francisco. Maldita Guerra: uma nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Pp.265.

¹⁶² *Diário de São Paulo*, 01 de setembro de 1865.

¹⁶³ Vide edição de 22 e 23 de agosto de 1865, de *Diário de São Paulo* e *Cabrião*, 27 de janeiro de 1867.

¹⁶⁴ O governo provincial havia incentivado fazendeiros a financiar soldados anteriormente. Segue passagem publicada no *Diário de São Paulo* de 17 de agosto de 1865: O governo, no empenho de elevar as forças do nosso exército, appellou para o patriotismo dos fazendeiros, exhortando-os á que promovão e auxiliem o alistamento de voluntarios em suas respectivas localidades

¹⁶⁵ O discurso patriótico nos jornais era muito voltado à defesa do território Imperial contra os bárbaros paraguaios e da representação da Província de São Paulo na Guerra. É importante não confundir patriotismo com nacionalismo, uma vez que a ideia de nação ainda não formada, sendo que as identificações eram sobretudo em âmbito regional/ provincial, do que nacional. Para mais informações, vide Dolhnikoff, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2007.

condenava os guardas que não voluntariassem. Ou seja, o discurso servia, novamente, a legitimar o local de poder das classes mais abastadas e a condenar os *homens livres pobres* que não se sujeitassem a morrer pela pátria na Guerra. Abaixo, tem-se um exemplo do tom das passagens no *Diário*:

Em virtude da nobre e generosa resolução que acabão de tomar esses ditos cidadãos, já o entusiasmo patriótico começa a despertar entre o povo. Até hontem já se havião inscripto como voluntarios 8 individuos, todos moços e bem parecidos. Logo que a notícia da offerta dos 200 mil reis chegue ás circumvisinhanças da cidade, espera-se que muitos rapazes, que estão no caso de marchar, e para quem a dita offerta não poderá deixar de ser um forte incentivo, correrão a apresentar-se.¹⁶⁶

Com efeito, por detrás da retórica do patriotismo, os guarda nacionais paulista se viam em uma encruzilhada: seu destino seria ir à Guerra, fosse pelo recrutamento, fosse se prontificando a ganhar o soldo pago pelos fazendeiros; ou então ele teria de optar por fugir e viver em condições precárias, no meio do mato. Segundo relatos no *Diário* e no *Diabo Coxo*, parte dos guardas aceitavam dos fazendeiros a oferta para se verem livres de dívidas¹⁶⁷ ou então remetiam o dinheiro à sua família. O caso de dois irmãos que enviaram o montante à sua mãe, a fim de ajudá-la nas despesas de casa, comoveu os leitores do *Diário*¹⁶⁸ e repercutiu de tal maneira, que o fazendeiro Vergueiro refez a oferta aos irmãos, para que pudessem aproveitar do dinheiro no trajeto até o Mato Grosso. Esse exemplo, como outros descritos nos jornais, revela-nos que, muito provavelmente, os guardas direcionavam sua decisão para uma possível redução de danos, aceitando a oferta desses "mecenass", que, ao menos, lhes garantiria mais dinheiro à sua família.

Para além da coerção ao alistamento em troca de dinheiro, não raras vezes as normas de isenção deixavam de ser respeitadas pelos subdelegados. Um exemplo foi relatado em carta redigida por Antonio Benedito Neris, de Conceição de Guarulhos, na qual mencionava que guardas nacionais haviam sido avisados, em novembro de 1865, para entrarem destacados. Porém, este senhor possuía uma enfermidade, razão pela qual foi logo liberado por médicos, em inspeção do *conselho de revista*. Em uma segunda vistoria, contudo, ao apresentar os

¹⁶⁶ *Diário de São Paulo*, 24 de agosto de 1865.

¹⁶⁷ Um exemplo bem explícito é a oferta do mosteiro de São Bento: "O mosteiro de S. Bento offerece a todos os seus arrendatários que quizerem apresentar-se voluntarios para seguirem a encorporar-se ao exercito brasileiro, o perdão das rendas que estiverem á dever, o goso de seus arrendamentos, por 5 annos, e 100\$ no acto de jurar a bandeira. Faz também as despesas de conducção." *Diário de São Paulo*, 14 de setembro de 1865.

¹⁶⁸ *Diário de São Paulo*, 1865.

documentos de liberação, ouviu resposta do major de que eles de nada valiam e que seria destacado¹⁶⁹.

É de importância lembrarmos que a data da carta de seu Antonio (quatro de outubro de 1866) foi logo posterior à derrota em Curupaity (setembro de 1866), e momento no qual o Império se viu diante do aumento da designação. Assim como o recrutamento, a designação também passou a ser feita de maneira indiscriminada, sendo os abusos frequentes, como no caso de seu Antonio. As passagens no jornal *Diário de São Paulo* relatam as injustiças e violências que os guardas vinham sofrendo. Em 1868, por exemplo, denuncia-se situação em Casa Branca:

Ainda não parão aqui os desatinos desta autoridade [sudelegado Manuel Candido Villela]; por sua vez prende para recruta um guarda nacional designado, casado, com filhos, que tendo dado por si o anno passado em Janeiro, um homem para o serviço do exercito por nove annos e tendo obtido sua baixa como e sabido e notório no lugar, pois tem o competente documento a seu favor, apesar disso foi preso encorrentado e conservado por nove dias na prisão, resultando por este acto violento e revoltante aggravar-se o soffrimento da victima, porquanto achando-se sua mulher proxima a dar a luz chocou-se com o facto da prisão e acha-se em grave perigo de vida.¹⁷⁰

Além disso, havia dificuldade de se encontrarem homens que exercessem a função de guarda nacional, ou seja, de policiamento interno, haja vista que os destacados para servir à corporação não se apresentavam, por receio de serem, posteriormente, arregimentados para marchar para o conflito em Mato Grosso¹⁷¹. Em edição de 14 de maio de 1868, do *Diário de São Paulo*, o expediente da presidência dirige-se ao chefe de polícia, afirmando não ter sido possível reunir guardas nacionais para prestarem o serviço de destacamento, e que a força policial na Província não estava organizada, mencionando a necessidade de se recorrer a homens alistados em instituições já extintas¹⁷². Sujeitos isentos por princípios legais passaram a ser destacados em larga escala, com a finalidade de suprir as necessidades da instituição em nível local, a tal ponto que o presidente da Província teve de se pronunciar acerca da proibição desse alistamento¹⁷³.

Há também o caso de guardas de reserva inaptos para o serviço ativo – homens idosos ou com alguma condição física que atrapalhasse sua mobilidade – que se achavam alistados,

¹⁶⁹ *Idem*, 4 de outubro de 1866.

¹⁷⁰ *Ibidem*, 31 de março de 1868.

¹⁷¹ Aqui é importante atentar que *destacamento* e *designação* possuíam diferentes acepções. O destacamento de guardas consistia em recrutar homens para participar da Guarda Nacional, enquanto a designação de guardas nomeava os que já serviam à instituição a ir à Guerra. Por vezes, esses termos eram usados indiscriminadamente nas cartas dos leitores do *Diário de São Paulo*.

¹⁷² *Diário de São Paulo*, edição de 14 de maio de 1868.

¹⁷³ *Diário de São Paulo*, edição de 5 de junho de 1868.

bem como cidadãos que não possuíam a devida renda, eram vistos fazendo policiamento na Província. Por essa razão, o jornal *Diabo Coxo* publicou uma charge debochando do policiamento provincial (figura 2) e o editorial do *Diário* escreveu a seguinte passagem: "como explicar-se o facto de passar para a activa os cidadãos maiores de cinquenta annos? Como explicar-se o facto de qualificar na activa cidadãos ha mais de 10 annos na reserva, que têm passado por differentes inspeções de saude, que os têm julgado incapazes do serviço activo por padecerem de moléstias chronicas?"¹⁷⁴

Figura 2: Specimen dos designados da Guarda Nacional

Diabo Coxo, edição de 31 de outubro de 1865.

Os impactos da designação em massa de guardas nacionais não foram pequenos. Os jornais advogavam que o novo “perfil” dos guardas influía na qualidade dos serviços prestados pela instituição, na Província. A escassez de homens aptos para o serviço perdura até início de 1870, a ponto de o presidente provincial, Antonio Candido da Rocha, escrever em seu relatório que a guarda estava “sem instrução, sem dedicação ao serviço, quase geralmente desfardada; sem armamento, qualificada sem o preciso critério, bem comprehendeis que não póde satisfazer ao fim de sua instituição.”¹⁷⁵

Para além deste fato, o contingente da guarda nacional se viu consideravelmente reduzido, a ponto de gerar problemáticas relacionadas à falta de policiamento em vilas da Província¹⁷⁶.

¹⁷⁴ *Diário de São Paulo*, edição de 11 de junho de 1868.

¹⁷⁵ Relatório apresentado à Assembleia legislativa provincial de São Paulo pelo presidente da província Antonio Candido da Rocha no dia 2 de fevereiro de 1870. São Paulo: Typographia Americana, 1870. Pp.9.

¹⁷⁶ Um exemplo está na edição de 27 de maio de 1868 de o *Diário de São Paulo*. Nela, o Palacio do governo emite a seguinte circular: "Há urgente necessidade de augmentar-se o numero de patrulhas que rondão esta capital, o que porém não se póde determinar visto que se conhece que as praças da guarnição deixão de ter a folga que lhes garantem os regulamentos militares, or falta de completar-se o contingente de guardas nacionaes destacados.

Pronunciamentos do caos que se vai instaurando tanto na instituição, como em muitas vilas, irrompem no ano de 1866 no *Diário de São Paulo*. Os relatos se atentavam à desordem e aos números crescentes de brigas e assassinatos. Nesse cenário, propõe-se, na edição de 6 de maio de 1866, uma reformulação das responsabilidades da guarda, de modo a adequá-la a esse novo contexto de contingente reduzido. Em finais desse mesmo ano, encontram-se passagens como esta:

A guarnição dessa cidade não vae bem; diz-se que no quartel há extrema relaxação, prevalecendo a maior desordem e o nepotismo mais escandaloso! Ainda no domingo passado, faltárao á revista mais de vinte guardas nacionaes; e entretanto, nada soffrerão, e nada ouvirão dos respectivos comandantes!. (...) Diz-se que não há gente para rondar a cidade e para evitar-se assim que esta capital viva presentemente segundo a lei da natureza (...) Onde está o corpo provisório, o que fazem eles? Onde estão os guardas nacionaes destacados?¹⁷⁷

No entanto, nos Relatórios provinciais, os presidentes não admitem a perturbação na Província, até o ano de 1868, quando, finalmente, Joaquim Saldanha Marinho menciona a situação¹⁷⁸. A princípio, ele nega que a ordem pública tenha sido alterada, mas ao confrontar os números ofertos pelo chefe de polícia, o redator averigua aumento constante do número de crimes durante a Guerra, no tocante ao período de 1865 a 1867; constata a dificuldade de fazer com que guardas nacionais se apresentassem no batalhão – o presidente havia ordenado que se aquartelassem 150 guardas, mas compareceram somente 103¹⁷⁹ - e critica o corpo policial provisório, que estava, naquele momento, composto de homens inaptos a realizar sua função, mesmo que em tom moderado¹⁸⁰:

Consta que alguns commandantes de companhia allegão, como escusa, que até os guarsas á quem não toca o destacamento deixão de prestar-se ao serviço necessário para a prisão dos desobedientes, que avisados, não se apresentão para o destacamento. Se isto é exacto, fique v.s. certo de que á sua requisição mandarei fornecer escoltas do corpo policial para procederem á prisão dos guardas nacionaes insubordinados, e determinarei ás autoridades policiaes das localidades que mandem capturar áquelles cujos nomes v.s. enviar. A segurança das pessoas e das propriedades, principalmente nos arrabaldes da capital deve ser mantida, sendo para isso indispensável o augmento das patrulhas (...)."

¹⁷⁷ *Diário de São Paulo*, edição de 19 de outubro de 1866.

¹⁷⁸ Relatório apresentado à Assembleia legislativa provincial de São Paulo na Primeira sessão da décima oitava legislatura no dia 2 de fevereiro de 1868, pelo presidente da mesma província, Joaquim Saldanha Marinho. São Paulo: Typographia do Ipiranga, 1868. Pp. 51.

¹⁷⁹ Relatório apresentado à Assembleia legislativa provincial de São Paulo na Primeira sessão da décima oitava legislatura no dia 2 de fevereiro de 1868, pelo presidente da mesma província, Joaquim Saldanha Marinho. São Paulo: Typographia do Ipiranga, 1868

¹⁸⁰ O corpo policial torna-se *provisório* na província durante a Guerra contra o Paraguai. Isso pois tendo sido muitos policiais recrutados para marchar ao Mato Grosso, a instituição se viu defasada de membros, sendo necessária o chamamento de homens despreparados para servir a instituição. No relatório apresentado à assembleia provincial por Joaquim Saldanha, em 1866, o mesmo afirma que esse corpo provisório era "Organizado de modo inconveniente, e, em sua grande maioria, composto de recrutas julgados imprestáveis para o serviço do exercito, e que foram mandados *engajar*, acha-se este corpo sem disciplina, sem conhecimento do serviço e necessitado de completa reforma em seu pessoal." In Relatório apresentado à Assembleia legislativa provincial de São Paulo na

Se attendermos a época excepcional que atravessamos; se considerarmos que a Autoridade tem estado privada de força material para a repressão do crime, e que toda a sua acção se faz effectiva pela força moral de que cada um dos respectivos agentes dispõe; se attendermos, segundo as circumstancias em que nos achamos, que o povo se policia, a si mesmo, e mais ainda que sem força de linha, sem força policial, e simplesmente com o próprio cidadão se há obrigado a tantos que tem marchado para o serviço da guerra, recrutando-se e designando-se; e quando é certo que por maior que seja o cuidado da autoridade superior, muitas injustiças se commettem, voluntario ou involuntariamente, praticadas por agentes que muita vez se apartam por deliberada intenção, ou por ignorância, do cumprimento de seus deveres, o que certamente não é fácil prevenir (...) ¹⁸¹

Ainda, de acordo com Victor Izacksohn, a falta de guardas nacionais gerava especial preocupação para o controle das populações consideradas subversivas, o que apavorava a elite local. Escravizados ou homens livres pobres eram vistos como uma ameaça sempre presente. Segundo o autor,

a existência desse tipo de ameaça necessariamente levava os elementos da ordem a desenvolverem uma ação constante, visando ao controle social dos setores marginalizados. Nesse sentido, a necessidade permanente de pessoal da Guarda Nacional era encarada como um pré-requisito para a manutenção da segurança pública; seu desvio para suprir deficiências das tropas em campanha gerava a apreensão entre os fazendeiros escravistas. ¹⁸²

Em suma, a partir do momento em que a ordem pública se vê alterada devido à designação de guardas para a Guerra, o discurso no *Diário* deixa de ser de tom patriótico, chamando os guardas para se voluntariarem, e passa a relatar particularidades dos abusos cometidos pelos recrutadores, em tom apelativo, quase sentimental. Desse modo, fica evidente o oportunismo expresso pelas cartas dos leitores e corroborado pelo próprio jornal, ao usarem da designação dos guardas nacionais como ferramenta para um discurso de afirmação do poderio autocrático que essa elite exercia na Província. Da mesma forma que o jornal, pela repetição e naturalização dos fatos narrados, conforma uma cotidianidade, ele também atua para seu esquecimento. Nesse sentido, a naturalização do patriotismo daqueles que se voluntariavam se contrapunha ao da *traição da pátria*, daqueles que fugiam. O curioso repousa no fato de que este discurso só valia para os *homens livres pobres*, uma vez que filhos de homens influentes

Primeira sessão da décima oitava legislatura no dia 2 de fevereiro de 1868, pelo presidente da mesma província, Joaquim Saldanha Marinho. São Paulo: Typographia do Ipiranga, 1868. Pp.56.

¹⁸¹ Relatório apresentado à Assembleia legislativa provincial de São Paulo na Primeira sessão da décima oitava legislatura no dia 2 de fevereiro de 1868, pelo presidente da mesma província, Joaquim Saldanha Marinho. São Paulo: Typographia do Ipiranga, 1868. Pp. 52.

¹⁸² Izecksohn, Vitor. *O Cerne da Discórdia. A guerra do Paraguai e o Núcleo profissional do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997. P.91.

raramente se apresentavam. Contudo, no momento em que os abusos predominam, tocando autoridades locais, a autocracia se expressa pelos jornais em tom de empatia às rebeldias e fugas dos *homens livres pobres* ao recrutamento. Dessa forma, a elite não só se opunha localmente, como fazia contraponto ao gabinete Imperial e ao próprio Imperador, em última instância, que estimulavam o aumento das designações e recrutamento.

Meios de escape e suas consequências no mundo rural e urbano

Uma vez que as isenções legais deixaram de ser respeitadas, aqueles que não possuíam apadrinhamento corriam para o mato a fim se verem livres da Guerra. Eles saíam de seus locais de habitação, deixando família, negócios e/ou plantação, para procurar atividades em lugares remotos e de difícil acesso, como na abertura de estradas, que ocorria em zonas não exploradas e tampouco vastamente habitadas, e na construção da Estrada de Ferro. A debandada foi tamanha que houve situações de pequenas vilas que ficavam desertas de homens, permanecendo somente suas mulheres, filhos e o subdelegado: esse foi o caso de São José do Rio Preto, e, em menor escala, de Porto Feliz¹⁸³. A imagem abaixo, publicada pelo *Cabrião*, apesar de bem-humorada, é a expressão da realidade dos *homens livres pobres* naquele momento de Guerra. Naquele cenário, a expressão que estava em voga nos jornais era "Deus é grande, mas o mato é maior."

¹⁸³ Vide *Diário de São Paulo*, 19 de setembro de 1865 e Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra: uma nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp 265.

Figura 3: Fuga para o mato.

Cabrião, 5 de maio de 1867. Na legenda, lê-se: "- Tem paciência, mulher: em tempo de guerra é preciso fazer-se sacrifícios, deixar a família e andar fugido pelo mato. - Vamos! Vamos! que a escolta não tarda!..."

Segundo Maria Lucia Lamounier¹⁸⁴, os trabalhos sazonais eram comuns na dinâmica do mercado interno paulista, uma vez que a atividade agrícola se mostrava incapaz de gerar emprego durante todo o ano, fazendo com que pequenos lavradores recorressem a outras atividades, como construir estradas, ferrovias, ou então trabalhar na construção civil. Dessa forma, havia mobilidade demográfica no mercado de trabalho rural, ou seja, o trabalhador não permanecia na lavoura durante todo o ano. No entanto, durante a Guerra, os trabalhadores procuravam esses trabalhos fora dos períodos em que se esperava, deixando de fazer o plantio. Até mesmo guardas nacionais, que tinham atividades paralelas, como uma pequena lavoura ou então um pequeno comércio, passaram a deixar seus postos e suas terras para ir em busca de locais mais bem protegidos do recrutamento. Desse modo, tem-se notícias de pequenas propriedades deixadas a pais doentes e filhos pequenos, incapazes de realizar seus cuidados.

Desculpas inimagináveis também eram usadas como forma de se isentar do recrutamento. Além de se declararem cegos, guardas nacionais costumavam forjar problemas físicos, por vezes machucando a si próprios. Outra tentativa era procurar ocupações que pudessem contribuir indiretamente com o Exército, como, por exemplo, formando uma orquestra de música militar, recurso que, por ter sido utilizado de modo bastante frequente,

¹⁸⁴ Lamounier, Maria Lúcia. *Agricultura e Mercado de Trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de Café e na Construção de Ferrovias em São Paulo, 1850-1890*. Est. Econ., São Paulo, V.37, n.2, pp.353-372, Abril-Junho 2007.

passou a ser sumariamente rejeitado pelos comandantes superiores como forma de isenção.¹⁸⁵ Nem mesmo os párocos e vigários escapavam à situação. Por outro lado, ofereciam certidões de batismo e de casamento àqueles que quisessem utilizar-se desse recurso para escapar da Guerra, já que homens casados eram isentos por lei. Em 29 de maio de 1868, denunciava-se essa prática na seguinte passagem: "(...) pergunte aos guardas designados para a Guerra, quanto o illustre párocho cobrava de certidões de baptismo e casamentos, e mesmo para elle, que não negará attento o seu proceder louvavel, e declare as quantias de cada uma certidão."¹⁸⁶

Figura 4: Isenção por casamento forçado

Cabrião, edição de 23 de dezembro de 1866.

Casar-se, aliás, tornou-se prática frequente no tempo de Guerra, de modo que subdelegados passaram a recrutar recém-casados a bel prazer, por considerarem tratar-se de farsas. Ainda, como mostra a imagem publicada pelo *Cabrião*, recrutadores isentavam homens que se casassem com mulheres mais velhas de sua família. Em algumas ocasiões, essas práticas geravam confusões, como ocorreu em Atibaia, quando um guarda designado foi casar-se, segundo o relato, não para evitar o serviço de Guerra, mas por amar a noiva. No ato do casório, fez-se um escândalo "com luxo de violência", sendo o noivo agarrado e preso e não tendo sido possível concluir a cerimônia. Além de a noiva ter sido abandonada no altar, o irmão do

¹⁸⁵ *Diário de São Paulo*, 23 de agosto de 1865.

¹⁸⁶ *Idem*, 29 de maio de 1868.

designado foi vingá-lo junto a seu recrutador, matando-o.¹⁸⁷ Mais de uma vez assassinatos foram cometidos como forma de vingar parentes que haviam sido recrutados. Sendo assim, os *homens livres pobres*, mesmo que não tivessem coesão, nem fosse homogênea, enquanto camada social, possuíam meios similares de sobrevivência nesse contexto: a fuga, o apadrinhamento ou a contra-violência.

Por vezes, eram as próprias instituições que tentavam frear os abusos do recrutamento na Província. O *Diário de São Paulo* publicou mensagem aos comandantes, capitães e subdelegados rogando-lhes para que isentassem funcionários de sua tipografia, que também eram guardas nacionais, uma vez que, se designados, prejudicariam as tiragens do jornal.¹⁸⁸ Outra mensagem publicada pelo periódico dizia respeito aos espetáculos que eram representados no Teatro de São José.¹⁸⁹ Segundo o autor da carta, caso os atores fossem designados, as peças deixariam de ser apresentadas e, portanto, de divertir a comunidade.

Não foram somente esses ofícios que se viram afetados pelo recrutamento ou a fuga. O porteiro da faculdade de direito foi designado para servir como reserva da guarda nacional¹⁹⁰; caixeiros viajantes tornaram-se raros na Província, afetando casas comerciais¹⁹¹ e tropeiros deixavam sua atividade, ou então alteravam suas rotas, a fim de evitarem vilas onde o recrutamento seria certo. Essas práticas acabaram por afetar o mercado interno da Província, bem como atividades essenciais ao seu bom funcionamento. No Relatório à Assembleia provincial, o presidente Antonio Candido da Rocha declara que a repartição do Thesouro contava com poucos funcionários no ano de 1869 e seu contingente é “ainda constantemente reduzido, por diversas causas, como sejam – serviço da guarda nacional, jury, enfermidades e licenças, que em muitos casos não podem ser negadas sem manifesta injustiça.”, fato que o obrigou a nomear o ex-contador, Antonio Egydio de Moraes, “não havendo pessoal que possa encarregar-se da tomada de contas dos responsáveis pela arrecadação ou dispêndio dos dinheiros provinciaes (...).”¹⁹² Ademais, atividades culturais e de comunicação se viram defasadas por falta de homens. Por fim, segue passagem do *Cabrião*, que sintetiza algumas consequências das fugas e recrutamento na Província, de maneira bastante irônica, enfatizando a tentativa de coerção dos *homens livres pobres* pela via do discurso do *patriotismo*:

¹⁸⁷ *Ibidem*, 29 de maio de 1868.

¹⁸⁸ *Ibid.*, 31 de agosto de 1865.

¹⁸⁹ *Ibid.*, 3 de setembro de 1865.

¹⁹⁰ *Ibid.*, edição 13 de agosto 1865.

¹⁹¹ *Ibid.*, edição 3 de setembro de 1865.

¹⁹² Relatório apresentado à Assembleia legislativa provincial de São Paulo pelo presidente da província Antonio Candido da Rocha no dia 2 de fevereiro de 1870. São Paulo: Typographia americana, 1870.

A' força de muito fallar-se na guerra, abriu-se a porta ao indifferentismo que sentou-se na soleira do edificio social. Já não se corre ás typographias, á procura de telegrammas, já se não faz gemer os prelos com o pezo das offertas, e nem se anda á caça de substitutos, para alliviar as algibeiras dos designado. Tudo passou. Os pássaros implumes fugiram dos viveiros, os advogados de ocasião, desfructam os prêmios dos capitães que accumularam mui licitamente, desapareceram os rengos, tudo voltou aos seus eixos; só a pátria caminha de muletas, com a face ainda enrubecida pelos insultos que seus filhos prostituídos consentiram que lhe fossem atirados. Mas, isto tudo que importa?! Em quanto nossos irmãos derramam o seu sangue precioso, disputando palmo á palmo o terreno inimigo, préga-se o jesuitismo ás escancaras, procura-se amordaçar a imprensa livre, semea-se a discórdia, tenta-se desprestigiar o governo, e desenferruja-se a ferramenta que tem de ser empregada no assalto ao poder! Lamentem este cynismo aquelles, que pondo a mão sobre o coração da pátria, sentem-no prestes á deixar de bater; que importa isto aos homens do calculo, aos arautos da intriga, aos especuladores políticos, que á semelhança das aves de rapina, pairam por sobre a sociedade, á espera de uma ocasião azada para empolgar a victima ! ? Desgraçado paiz ! Tua muita vida, conduz-te á morte. Não te guerream, se não porque nas entranhas do teu solo ha ouro, para deslumbrar a vista de quantos avarentos possúe o mundo. Querem sugar o teu sangue, querem roubar o teu ouro, querem reduzir-te á condição do escravo, que não levanta os olhos em frente do seu senhor; querem tudo, menos a tua independência real, a tua soberania completa! Desgraçado paiz, onde meia dúzia de embusteiros, procuram dar a lei, e fazem do povo um vil instrumento de suas ambições! A guerra continua; (...) o navio váe a vela. (...)Tolo é quem se mata. O cerco de Troya durou dez annos, mas sempre acabou. O mesmo pôde acontecer com a guerra do Paraguay; pôde gastar um século, mas ha de concluir-se afinal. Esta esperança existe. (...) Andar assim, que é bom andar. A quadra é dos pessimistas, dos devotos e especuladores. Não ha meio termo, ou esmagal-os em nome do patriotismo, ou consentir que levem a pátria ao estado em que desejam collocar-a. Ao governo e aos verdadeiros patriotas compete resolver o problema. Estamos certos que resolverão.¹⁹³

Observa-se que nesse caso, o apelo ao patriotismo também era presente, ainda como um artifício de defesa dos protegidos da elite: para que eles não fossem recrutados, era necessário que aqueles sem apadrinhamento ou reconhecimento social o fossem. A apelação era tanta que mencionava-se frequentemente o caso de imigrantes alemães que, em comunidade, pretenderam se juntar e se voluntariar aos serviços de Guerra, a fim de agradecer aqueles que os acolheram.¹⁹⁴ O discurso entoado era o da *civilização* contra a *barbárie*, representada pela República Guarani¹⁹⁵.

Na tentativa de inflamar os nervos da população para evitar as fugas, o jornal publicava uma série de notícias que hoje chamaríamos de *fake news*: espalhavam-se barbaridades de

¹⁹³ *Cabrião*, 18 de novembro de 1866.

¹⁹⁴ *Diário de São Paulo*, 30 de agosto de 1865.

¹⁹⁵ *Idem*, 31 de agosto de 1865.

Guerra, como estupro de mulheres grávidas e orelhas de soldados sendo arrancadas, todas atribuídas aos "bárbaros paraguaios". Dizia-se ainda que haviam cometido "agressão traiçoeira, ataque de salteador, postergação das mais comensais regras de direito internacional, matança de populações indefesas, saque de propriedades, de vida, e de honra (...)".¹⁹⁶ Em contrapartida, conforme a Guerra deixava de ter popularidade, o jornal ilustrado *Cabrião* publicava críticas e caricaturas contra o conflito, que comunicavam, mesmo às camadas analfabetas. Isso porque as histórias narradas no jornal ganharam notoriedade e suas charges eram vistas e compreendidas, mesmo que somente pequena parcela fosse letrada e possuísse o honorário suficiente para assinar ou ler periódicos, o que só gerava mais indignação nas camadas populares.

Voluntários da Pátria e escravizados libertos

Em 7 de janeiro de 1865, o decreto de número 3.371 estabelece a formação de corpos de Voluntários da Pátria, com o objetivo de atender "às graves e extraordinárias circunstâncias nas quais se achava o país, e a urgente e indeclinável necessidade de tomar, na ausência do corpo legislativo, as providências para a sustentação no exterior da honra e integridade do Império"¹⁹⁷. Esse era o discurso oficial sobre essa nova política, que pretendia alargar a participação de homens no exército, de modo a dar espaço a todo aquele que quisesse "honrar seu patriotismo". Segundo Rodrigo Goyena,

Embora os primeiros meses de 1865, quando realmente começou o combate, tivessem sido marcados por algum entusiasmo patriótico, não deixaram de pesar na decisão de alistamento as promessas trazidas pelo decreto que formalizou a criação dos Voluntários da Pátria. Os aliciados para a árdua tarefa seriam gratificados com 300 réis diários e mais 300\$000 réis quando dessem baixa – cerca de um sétimo do valor necessário para se comprar uma *chacarinha no morro da Providência*, conforme lia-se nos classificados do Jornal do Comércio em setembro de 1866. Também foram prometidas terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares e agrícolas, equivalente a pouco mais de dez hectares ou 100 mil metros quadrados, assim como empregos públicos, soldos dobrados para voluntários aleijados e pensões para viúvas e órfãos.¹⁹⁸

¹⁹⁶ Essa é uma das muitas publicações que apareciam no *Diário* durante a Guerra e que visavam difamar o inimigo. A passagem escolhida é ainda uma das poucas comedidas ao tratar dos nossos vizinhos guaranis. *Diário de São Paulo*, 7 de outubro de 1866.

¹⁹⁷ Duarte, General Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982. (1ª edição de 1981). Volume II, Tomo I, pp.163.

¹⁹⁸ Soares, Rodrigo Goyena. *Voluntários sem pátria - O retorno dos veteranos da Guerra do Paraguai não foi nada heroico: soldados precisaram reconstruir a própria vida na terra natal, com pouco dinheiro e muitas promessas*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 9, número 97, outubro de 2013.

O decreto ainda garantia à família dos voluntários que falecessem em batalha direito à pensão ou meio soldo, sendo um soldo dos soldados regulares correspondente a 500\$00 réis, segundo Doratioto¹⁹⁹. Para aqueles que fossem lesados com ferimentos, o soldo dobrado lhes seria garantido por toda sua vida e, uma vez regressos, cargos públicos lhes seriam ofertados.²⁰⁰

Esses atrativos são a explicação do Ministro de Guerra Visconde de Camamú afirmar não ter lançado mão de violência para agrupar os voluntários, nesse primeiro momento²⁰¹. Com efeito, até a formação do 7o batalhão de *Voluntários da Pátria* na Província paulista, não se encontravam queixas acerca de pessoas sendo *obrigadas* a servir o exército enquanto *voluntários*. O batalhão mencionado foi composto por 576 homens que marchariam ao Mato Grosso e 315 voluntários das povoações do litoral e do norte da Província, que, para maior facilidade, marchariam até a Corte, de onde embarcariam para o Sul²⁰².

A recepção dos *voluntários* era calorosa por onde passavam na Província. Eram constantemente recebidos com festas e aos sons de *viva!*. Itens de consumo também criados para festejar os *voluntários*. O jornal *Diário de São Paulo* publicava anúncio de venda da partitura do hino dos *voluntários*; em janeiro de 1866, no teatro de São José, a orquestra tocava uma peça musical intitulada "A despedida do 7o batalhão de voluntários"²⁰³ e mulheres paulistas se engajavam em confeccionar fardamento ou presentear os futuros combatentes com itens que haviam produzido. Enfim, houve uma intensa mobilização por parte da elite e das camadas populares para receber e aclamar esses homens por onde passavam na Província.

O *Diário de São Paulo* não perdia a oportunidade de os exaltar como verdadeiros patriotas, dispostos a lutar contra os bárbaros paraguaios, ao que o *Diabo Diabo Coxo* responde com bastante ironia:

O 7o batalhão de Voluntários da Pátria composto de cidadãos notáveis e distintos, que animados pela chamma sagrada do patriotismo congregarão-se para desafrontar a honra da Virgem Província de Matto Grosso violada pela insolencia dos barbaros paraguayos, organisou-se na Casa de Correção; e por ser composto de gente limpa de consciência e corpo acha-se insado de

¹⁹⁹ Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra: uma nova História da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²⁰⁰ Coleção de Leis do Império do Brasil - 7/1/1865, Página 5 Vol. 1 pt I. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>

²⁰¹ Relatório Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos negócios da Guerra Visconde de Camamú. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865. Disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional. Pp.7.

²⁰² *Diário de São Paulo*, 26 de agosto de 1865.

²⁰³ *Idem*, edição de 24 de janeiro de 1866.

candidas "muquiranas", que fazem a apoteose do seu aceio.²⁰⁴

Efetivamente, em meados de 1865 foi criada, na cidade de Santos, a *Comissão da Sociedade Promotora de Voluntários da Pátria*²⁰⁵, composta por fazendeiros de grande renome e influência política, tais como Nicolau Vergueiro²⁰⁶, Gama Cockrane e Vieira Barbosa. Essa comissão era responsável por captar a mão-de-obra necessária para compor o batalhão de Voluntários da Província. Para isso, ofereciam benefícios além dos ofertados pelo Estado, normalmente uma quantia de 200 réis a cada alistado²⁰⁷.

Porém, para além das ironias sobre esse "*patriotismo de vintém*", motivado pelos benefícios financeiros que os voluntários teriam se sobrevivessem da Guerra, é preciso fazer aqui uma crítica mais profunda sobre o que o discurso patriótico acobertava, no caso dos voluntários da pátria. Segundo João Prata Sousa, "esse voluntarismo, visto como abnegação, índole do povo e destino final da nação, subtrai do conhecimento histórico sobre a Guerra os conflitos sociais e étnicos, que a convocação para os campos de batalha suscitou."²⁰⁸ Exemplo disto está na denúncia feita pelo *Cabrião*, em edição de 20 de janeiro de 1867, na qual o jornal o delata o caso de um senhor de Pindamonhangaba que teria libertado um menino de 7 anos para se juntar à tropa²⁰⁹. No entanto, nem essa denúncia, nem outras práticas relativas à destinação de escravizados para a Guerra como *voluntários*, aparecem nas edições do *Diário de São Paulo*. Havia, efetivamente, um apagamento dessa população na conformação da cotidianidade e na reprodução da ideologia das classes dominantes no jornal. A presença ausente, como bem define Carvalho Franco²¹⁰, era basilar no funcionamento da sociedade da época e igualmente estrutural na formação dos corpos de Voluntários, não só na Província,

²⁰⁴ *Diabo Coxo*, 23 de julho de 1865.

²⁰⁵ O caso dessas comissões de alistamento é interessante, devido a uma de suas exigências: deveriam ser compostas por, pelo menos, um membro de cada partido político, a fim de evitar perseguições de opositores. Essa exigência, posta pelo presidente da província, João da Silva Carrão, evidencia-nos as práticas vigentes, bem como o poder político daqueles que compunham as comissões.

²⁰⁶ Warren Dean possui trabalho importante sobre ele e sua fazenda Ibicaba. Vide Dean, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

²⁰⁷ É de importância considerar que esses homens também possuíam grande poder de persuasão e coerção, uma vez que eram lideranças políticas e econômicas, além de possuírem uma série de subordinados, apadrinhados e agregados: só em Santos, lograram recrutar 21 pessoas para o 7o batalhão. Outros homens promoviam o alistamento de voluntários em regiões distintas, como é o caso dos Capitães Cantinho Doque, Pimenta e Campos, que atuavam no interior da Província.

²⁰⁸ Sousa, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte: escravos na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996. Pp.20.

²⁰⁹ *Cabrião*, edição de 20 de janeiro de 1867.

²¹⁰ Franco, Maria Sylvia Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983. 3a edição.

como em todo o Império. Afinal, se retratassem a libertação de homens para servir ao exército, ao invés de noticiarem homens livres voluntários, o discurso patriota cairia por terra.

É sabido que parte dos proprietários de homens escravizados libertavam-nos com a finalidade de servirem como voluntários, sendo que “nos primeiros anos da Guerra, escravos recém-libertos foram enviados às áreas de conflito em substituição aos guardas nacionais provenientes de famílias endinheiradas, ou então para preservar guardas em seus postos de comando nos municípios escravistas”, segundo Mateus de Oliveira Couto²¹¹. Essa prática era frequente em regiões do Norte e do Nordeste do Império, mas menor em São Paulo, apesar de também haver existido²¹².

O governo Imperial também exercia sua parte, ao comprar homens escravizados a preço de custo para irem à Guerra. Eram eles os chamados "libertos da pátria", que, por vezes, possuíam uma categoria para si nos relatórios do Ministro da Guerra, e outras vezes eram contabilizados como se fossem "voluntários". De qualquer maneira, ao contrário dos *homens livres pobres*, esses homens possuíam menores possibilidades de escape e de serem aceitos em outros ofícios²¹³.

Diferentemente dos escravizados, que se viam livres exclusivamente para a Guerra, muitos dos homens recém libertos da Província aproveitavam os benefícios ofertados como uma oportunidade de se verem incluídos em uma sociedade que, apesar de tê-los libertado, deixaram-nos ao léu. Era a chance de esses homens ganharem dinheiro, almejarem uma posição no exército ou pensarem em um futuro mais digno, com os vários benefícios ofertados pelo Estado quando de seu retorno. Tendo em vista esses casos, o culto ao patriotismo necessariamente esconde a coerção dos fazendeiros e do Estado Imperial para com os escravizados libertados e a necessidade material dos recém libertos, ainda completamente excluídos da sociedade. Dessa forma, Jorge de Souza Prata está correto ao afirmar que "por trás do epíteto de voluntários da Pátria, escondem-se indivíduos de diferentes classes sociais, e as formas pelas quais se fizeram voluntários, em muitos casos, continuam envoltas na bruma da historiografia ufanista."²¹⁴

²¹¹ Couto, Mateus de Oliveira. Os escravos libertos na Guerra do Paraguai: Luta, Resistência e Preconceito. Revista Contra Relatos desde el Sur, Diciembre 2013. Año VIII, número 10. CEA/UNC; CIECS/CONICET-UNC; CLACSO/ SUR-SUR.

²¹² Em São Paulo, os fazendeiros hesitavam renunciar a seu "investimento" de mão de obra, já que se veriam em prejuízo, preferindo incentivar o alistamento de *homens livres pobres*. Devido ao fato de o contingente de escravizados libertos para servir ao Exército não ter sido volumoso, a produção voltada ao mercado externo, realizada por fazendas escravocratas, não foi tão prejudicada, como demonstraremos no capítulo seguinte.

²¹³ Muitos dos escravizados que fugiam refugiavam-se em Santos, cidade na qual havia grupos de abolicionistas dispostos a recebê-los e ajudá-los a se integrar.

²¹⁴ Sousa, Jorge Prata de. Escravidão ou Morte: escravos na guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996. Pp.20.

Além disso, assim como nos outros casos, também houve perseguição de homens para que integrassem o corpo de *Voluntários*. Segundo o escritor Joaquim Manoel de Macedo, líder de facção do partido liberal, "os brasileiros não se alistavam voluntariamente por acreditarem que só os pobres lutavam".²¹⁵ A pressão do governo Imperial só fazia piorar esse cenário. Segundo André Toral, os presidentes das Províncias recebiam do governo cotas de voluntários que deveriam ser encaminhados ao teatro de guerra, como política de reação à extensão da campanha e o arrefecimento do entusiasmo popular.²¹⁶ Como consequência, ao se reunir com forças políticas locais, o governo de São Paulo acata a decisão de Martim Francisco, de que se fizesse uma listagem de números de voluntários necessários por município da Província, de acordo com sua população²¹⁷.

Em pouco tempo, o termo *voluntários da pátria* tornou-se alvo de zombaria e de fortes críticas por parte dos jornais. Usava-se o termo (in)voluntários para se referir a eles, em alguns textos mais críticos publicados no *Diário* e questionava-se a violência com a qual eram levados às vilas: acorrentados, mãos e pés. Em São Paulo, se em um primeiro momento via-se festas e euforia quando o sétimo batalhão passava pelas cidades, a partir de setembro de 1865, com a formação do batalhão 42, o cenário se altera. A recepção dos "*voluntários*" é vista com assombro pelos leitores do *Diário* e pelo jornal *Cabrião*, em parte por causa da violência sofrida contra eles, em parte, pode-se inferir, em razão de suas origens.

Figura 5: Patriotas para voluntários involuntários

Caça de patriotas para voluntários involuntários.

Fonte: *Diabo Coxo*, 3 de setembro de 1865.

²¹⁵ Toral, André Amaral de. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. *Estudos Avançados* 9 (24), 1995.

²¹⁶ *Idem*.

²¹⁷ *Diário de São Paulo*, 20 de agosto de 1865.

Neste capítulo, procuramos demonstrar a maneira pela qual a narração da cotidianidade era expressão *ideológica* da *práxis* de subjugação de *homens livres pobres* pela elite, nos termos de Agnes Heller. A partir das publicações nos jornais estudados, observam-se as mudanças do discurso produzido pelas camadas abastadas, a fim de garantir sua posição de poder, ver-se livre das práticas de guerra e, em última instância, acentuar as práticas de subjugação de homens pobres. Seus discursos contribuíam para justificar as condições de vida ou morte que estavam colocadas no período da Guerra para aqueles homens, mas também para criar a realidade de normalidade das estruturas de poder. Sob a égide do patriotismo e da luta contra um inimigo comum, as elites justificavam moralmente a perseguição a *homens livres pobres*.

Eram muitos os abusos que, de tão recorrentes, acabaram sendo naturalizados no *Diário de São Paulo*. As leis de recrutamento eram constantemente ignoradas, em razão da necessidade de se obter homens para a Guerra. Homens casados, arrimos de família e viúvos eram perseguidos. Houve também perseguição política: em alguns municípios, os subdelegados só recrutavam apoiadores do partido rival. A Guarda Nacional viu seu efetivo minguar, pois a arregimentação dos guardas para a Guerra foi expressiva, a ponto de não haver homens aptos a fazer o policiamento da Província com as milícias policiais. Com isso, as queixas de violência, brigas e assassinatos crescem no *Diário* e, como tentativa de remediação, homens inaptos a servir a instituição eram nomeados, como deficientes físicos, idosos e menores de idade. Na maioria das vezes, eles não se apresentavam, mesmo depois de designados, por medo de serem convocados para ir à Guerra.

Apesar das perseguições, os *homens livres pobres* resistiam à sua maneira, encontrando artifícios para tentar se livrar da sina que a eles fora imposta e se defender da perseguição do recrutamento. Por essa razão, deixavam de frequentar espaços públicos, abandonavam suas casas e seus ofícios para se refugiar no mato ou procuravam senhores aos quais poderiam se apadrinhar, o que alimentava a dinâmica de dominação fomentada pela elite, fortalecendo-a. Além disso, usavam da contra-violência para se vingar, quando julgavam terem sido injustiçados. Porém, esse expediente nem sempre podia ser adotada por todos. No caso dos escravizados libertos para servirem como *Voluntários da Pátria*, o poder de reação era diminuído – ou, ao menos, raramente retratado nos jornais. Por essa razão, quando não conseguiam fugir, tinham de se contentar com os "benefícios" oferecidos pelo Estado e pelos particulares, assim como os outros homens que se voluntariaram ou "eram voluntariados."

Desse modo, a eclosão da Guerra transformou algumas das dinâmicas da vida provincial. As festas minguaram, as missas se esvaziaram e homens evitavam andar pelas ruas à luz do dia, quando não no mato, escondendo-se em suas próprias casas. Os municípios urbanos perderam o movimento que antes era visto. Vilas menores ficaram às moscas, sendo que em 1868, em São José do Rio Preto, o único homem restante foi o subdelegado. Serviços foram prejudicados, ou então fechados, e o próprio *Diário de São Paulo* emitiu nota pedindo que seus funcionários fossem poupados, em benefício da viabilização da continuidade do periódico.

O medo, no entanto, tomou conta dos homens que não gozavam de poder político na Província. Porém, o temor sentido por *homens livres pobres* de ir a combate era definitivamente maior do que o medo das punições que poderiam suscitar de suas desobediências. Por essa razão, quando não buscavam apadrinhamento, burlavam as forças locais e o próprio poderio da elite, uma vez que se ausentavam da dinâmica de interdependência proposta pela dialética do senhor e do escravo. Dessa forma, as elites se pronunciavam nos jornais de modo a pautar a opinião pública, fosse desmoralizando homens livres pobres que reagiam às condições impostas, fosse reforçando o discurso moral e patriótico que os isentava da Guerra e reforçava seu poder local.

Capítulo III: Abastecimento e preços de gêneros no mercado interno

“Além das misérias modernas, oprime-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes do fato de continuarem vegetando modos de produção arcaicos e ultrapassados, com o seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas. Somos atormentados não só pelos vivos, como também pelos mortos. Le mort saisit le vif”

Marx, Karl. *O Capital*, LIVRO I.

A Província de São Paulo, apesar de estar apartada geograficamente do teatro de guerra, sentiu nas dinâmicas cotidianas de seus espaços urbanos as consequências da corrida em busca de recursos materiais e humanos para suprir o conflito. Se no capítulo anterior tratamos dos impactos causados na vida cotidiana da população sob o prisma do *social*, neste trataremos dos impactos *econômicos*: no cotidiano dos cidadãos da Província; na produção para o mercado interno e externo; e no desenvolvimento de infraestrutura; todos eles alavancados pelo recrutamento.

Do ponto de vista do cotidiano, os temas deste capítulo consistem em um alargamento dos impactos tratados no capítulo II, mas agora com foco da vida material dos habitantes da Província. Sem deixar de considerar os preceitos analíticos de E. P. Thompson²¹⁸, procura-se correlacionar a produção material, bem como os preceitos econômicos que a regulavam, às dinâmicas sociais e suas manifestações em órgãos de comunicação²¹⁹. Serão tratados, sob essa perspectiva, os óbices ocasionados pela Guerra ao fornecimento e à produção de víveres para o mercado interno, bem como as dinâmicas sociais deles oriundas. Para isso, analisaremos o recrutamento de tropeiros e de pequenos produtores rurais.

Ao jogar luz sobre esses agentes, procura-se, em um segundo momento, atrelar os impactos cotidianos da Guerra à dinâmica pela qual se estruturava o mercado interno na Província de São Paulo, seguindo as ideias de Emília Viotti, que foram apresentadas na introdução. Desse modo, o objetivo está em estudar a conjuntura de guerra para correlacioná-la às estruturas do mercado interno e da economia agroexportadora da Província. Para isso, serão analisadas rotas de abastecimento, flutuações de preços e a atividade de pequenas

²¹⁸ Thompson, Edward P. *History from Below*. The Times Literary Supplement. Thursday, April 7 1966.

²¹⁹ Thompson evitava cair em determinismos econômicos, assim como tentaremos fazê-lo neste trabalho, porém, o autor não deixa de considerar aspectos econômicos nas configurações das dinâmicas sociais e vice-versa: ambos sendo determinados um pelo outro e por si mesmo. É sob essa perspectiva que procuramos trabalhar. Vide: Thompson, E. P. *The Making of the English Working Class*. London: Penguin Books Ltd, 1991.

indústrias de bens de consumo, novamente sob a perspectiva de como a Guerra os afetou e em que medida os impactos estendiam-se à população.

Isto feito, direcionaremos nossa atenção ao setor agroexportador. A produção visando ao mercado externo era o outro lado da mesma moeda, mas contava com atenção díspar dos governantes da Província. Pela sua importância na economia brasileira e devido ao fato de São Paulo ser a principal Província exportadora de café do Império do Brasil naquele período, o estudo das dinâmicas sociais e econômicas na conjuntura de guerra também deve tratar do complexo exportador. As razões, além das já citadas, repousam no fato de que as ações governamentais, o desenvolvimento industrial e as relações sociais do período eram alicerçadas à estrutura agroexportadora. O tema será explorado a partir dos dados sobre recrutamento de escravizados, valores exportados e arrecadação de impostos.

Por fim, apesar de a Província, a partir de meados dos anos 1860, disparar como principal produtora de café, desfrutando de superávits crescentes, parte da elite descontentava-se com o deslocamento da atenção e de somas cada vez maiores aos assuntos de Guerra, que dificultavam, com isso, o andamento do investimento em outras áreas, como o melhoramento de estradas, dos chafarizes, de obras na praça do mercado e melhoria do acesso à água²²⁰. Apesar disso, quase todo o investimento na Província para o desenvolvimento da infraestrutura voltada à indústria de exportação era financiado pelo capital estrangeiro. Segundo Caio Prado, “pode-se dizer que é nessa época [década de 60] que o Brasil tomará pela primeira vez conhecimento do que fosse o progresso moderno e uma certa riqueza e bem-estar material.”²²¹ O autor considera os resultados provenientes desse setor da economia como sendo determinantes de toda a vida na Província. Ao longo do capítulo, analisaremos a vida material dos homens livres pobres e a atenção dada às questões de manutenção da vida econômica da Província.

Para dar seguimento aos pontos que serão abordados, faz-se necessária uma discussão historiográfica sobre um dos conceitos que tomaremos como preceito em nossa análise: a presença de um mercado interno em desenvolvimento na Província de São Paulo, que ainda era, durante a Guerra, muito submetido às dinâmicas do mercado exportador.

²²⁰ As reclamações nos jornais existiam, mas veremos no Capítulo seguinte que a Guerra pouco interferiu no orçamento Provincial. Isto pois não houve deslocamento direto de recursos da Província para a Guerra, já que os montantes que seriam usados para o conflito eram cobrados por instituições imperiais, através de impostos nacionais, não locais.

²²¹ Prado Junior, Caio. *História econômica do Brasil*. Brasiliense, São Paulo: 2012. Pp.168.

Debate acerca do mercado interno

O debate historiográfico acerca do mercado interno durante o Império foi caloroso e extenso, passando por questões acerca do modo de produção – capitalismo²²² ou feudalismo²²³ – bem como pela autonomia das atividades internas, em relação ao setor agroexportador. Sobre este último aspecto, autores como Emilia Viotti e Caio Prado Junior já possuíam posições bem marcadas nos anos 80.

Segundo Caio Prado, em *História Econômica do Brasil*²²⁴, o mercado interno no Brasil era quase inexistente. Primeiramente, porque as estruturas das fazendas produtoras estavam próximas de serem autossuficientes, tendo em vista que contavam com um conjunto de instalações que buscava suprir toda e qualquer necessidade ali gerada. Em segundo lugar, o autor afirma que “somente o café contava seriamente para a economia brasileira”, de modo a contribuir com mais de 70% do valor gerado²²⁵. Mesmo as importações, que em dado momento passaram a ganhar espaço na economia brasileira, eram destinadas à produção para exportação, sendo compostas notadamente por maquinários agrícolas. A manufatura, em desenvolvimento a partir de 1850, era insignificante, segundo o autor. Sendo assim, pode-se aferir que, para Caio Prado Junior, o mercado interno era pífio e não gerava valor²²⁶ para a economia capitalista que vigorava no Império. Ele se desenvolveria tão somente nos anos 1930, com os incentivos econômicos implementados por Getúlio Vargas.

No entanto, nos anos 1990, Fragozo e Florentino apresentam uma visão destoante, que provoca rebuliço na academia. Adotando como instrumento metodológico a teoria dos ciclos de Kondratieff²²⁷, os autores analisam o mercado e a produção da praça fluminense. A partir dessa chave, constata-se a predominância do comércio interno e o gradual aumento de investimentos e indústrias, concomitantes à aparição de novos bancos e casas comerciais. A partir dos dados obtidos, os autores concluem que o mercado interno estaria relativamente descolado do comércio de exportação, uma vez que não era orientado pelos preços e demandas internacionais. Deste modo, argumentam que a economia colonial já apresentava certo grau de

²²² Segundo autores como Caio Prado Júnior e Emília Viotti, o Brasil ocupava um lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e a lógica desse sistema estava igualmente presente nas grandes fazendas, apesar de o *capital constante* ser composto por homens e mulheres escravizados.

²²³ Nelson Werneck Sodré que o Império vivia sob o preceito da sociedade feudal, por ter como principal base produtiva mão de obra escrava, distribuída em grandes latifúndios e cujos poderes dos proprietários extrapolavam a simples influência econômica, se conformando em grandes mandatários locais.

²²⁴ Prado Junior, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 2012. 43ª edição.

²²⁵ *Idem*, p.169.

²²⁶ Nesse trabalho, estamos considerando os preceitos da *Teoria do Valor*, elaborada por Karl Marx, em *O Capital*. Vide Marx, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia política. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

²²⁷ Fragozo, J. & Florentino, M. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro 1790- 1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

autonomia com relação à metrópole, mesmo que o desenvolvimento inicial do Brasil fosse pautado pelo setor agroexportador.

Ademais, na perspectiva destes historiadores, haveria uma espécie de hibridismo de formas de produção, que poderiam ser capitalistas ou não capitalistas, como seria o caso dos trabalhadores livres e não assalariados, dos camponeses, ou então da produção escrava de alimentos para subsistência e venda nos mercados. Com relação a este tema em particular, Ciro Flammarion Cardoso – orientador do trabalho exposto - adota uma linha aproximada ao cunhar o termo *brecha camponesa*, que supunha um subterfúgio no modo de produção escravista²²⁸. Para ele, havia homens escravizados que exerciam o papel de *protocamponeses*, ao cultivar gêneros alimentícios e vendê-los no mercado interno, como homens livres, lavradores.

Contudo, estas teses foram bastante questionadas no meio acadêmico. Jacob Gorender é um dos seus críticos, com o qual o nosso trabalho se alinha. O historiador marxista afirma, em *Escravidão Reabilitada*, que o camponês no Brasil se desenvolve já nos meandros das estruturas escravistas coloniais, sem relação com alguma prática autônoma dos escravizados, como o faz entender Flammarion. Ainda, em dura passagem sobre o trabalho de Fragoso e Florentino, Gorender discorre o seguinte sobre a autonomia do mercado interno e a fragilidade dos dados utilizados pelos autores:

(...) é descabido criticar o suposto viés do “plantacionismo” nos historiadores que focalizaram primordialmente a plantagem exportadora. No escravismo colonial, o mercado interno funcionava como suporte da produção para exportação. Tinha caráter subsidiário, secundário, mesmo quando envolvia grande número de pessoas. Mas um historiador que se ocupa de um aspecto secundário não é, só por isto, um historiador “secundário”. Não precisa supervalorizar o seu tema para ganhar *status*.²²⁹

No caso do período que abrange a Guerra contra o Paraguai mais especificamente, Rui Guilherme Granziera nos apresenta uma análise com os preceitos de Jacob Gorender, Caio Prado e Emília Viotti. De acordo com o autor, os óbices para o desenvolvimento do mercado interno permanecem até o final do conflito contra o Paraguai e, com efeito, “não há[via] vazamento nessa economia, que permit[isse] o surgimento de setores relativamente autônomos.”²³⁰, ou seja, a existência de atividades econômicas que suprissem o Império internamente estaria totalmente submetida ao setor cafeeiro. Todavia, ao analisar as economias das Províncias de

²²⁸ Cardoso, Ciro Flammarion. *Escravo ou Camponês? O protocamponato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. 1ª reimpressão da 1ª edição de 1987.

²²⁹ Gorender, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1990. P. 81.

²³⁰ Granziera, Rui Guilherme. *A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil. Moeda e vida urbana na Economia Brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1979. P.116.

São Paulo e do Rio de Janeiro, o autor verifica que, durante o conflito, surgem pequenos mecanismos de acumulação financeira independentes da intermediação tradicional, ou seja, fora do veio exportador.²³¹ Eles estavam relacionados notadamente à circulação de mercadorias e às novas configurações que o mercado de terras e o mercado de trabalho vinha ganhando com os incrementos de infraestrutura e as novas dinâmicas proporcionadas pelo conflito na Província. Desta maneira, o autor observa a existência de um mercado interno incipiente, com pequenos focos de criação de setores de bens de capital que ampliavam a produção destinada a consumo interno.

Tendo em vista essa discussão, neste trabalho adotaremos sobretudo a linha de Gorender, quanto ao caráter do mercado interno, e com as observações de Granziera, quando apropriado, ao analisar as novas dinâmicas adotadas durante a Guerra. Trabalharemos, então, com o que Gorender chamou de “secundário”, na citação acima, para melhor entender a conjuntura de Guerra, na Província de São Paulo. Para isso, retomamos novamente Thompson, quando o autor afirma a necessidade de se trabalhar a História a partir de uma perspectiva que fuja da tradicional, a fim de compreender os meandros que, no final das contas, se apresentam como basilares na História da civilização.

Distribuição de mercadorias

A produção para exportação era a principal pauta da elite paulista nos anos 1860, sendo temática frequente nos jornais de circulação na Província. Para otimizá-la, havia projetos de melhoria das estradas de terra e da construção de uma estrada de rodagem que ligasse os centros produtores a Santos. A periculosidade das estradas existentes até então foi preocupação que permeou todo o século, tendo sido notificada por Zaluar, em seu caderno de memórias de viagem, de 1860²³², e presente nos Relatórios provinciais nos anos da Guerra. As principais queixas se referiam a deslizamentos, quebra de pontes, intransitabilidade em períodos chuvosos devido ao barro abundante, e à falta de investimento público para sua melhoria. Elas eram razão do alto dispêndio de tempo no transporte de mercadorias; de acidentes sofridos pelos tropeiros; e, em última instância, a perda de mercadorias e problemas de abastecimento²³³. Aos

²³¹ *Idem.*

²³² Zaluar, Augusto Emilio. Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861). São Paulo: Publicações comemorativas sob o alto patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Biblioteca Histórica Paulista, direção de Afonso de E. Taunay. Sem data.

²³³ Os relatórios de Província no período do conflito acusam a necessidade de investimento nesse setor, no entanto, é só no Relatório Provincial de 1870, referente ao ano de 1869, que se observa inversão considerável. Relatos nos jornais apontam igualmente a necessidade de manutenção das vias, uma vez que acidentes protagonizados por

finais de semana, por exemplo, produtores costumavam ir às vilas de cercanias a fim de fazerem feira, mas, frequentemente, encontravam-na desprovida do que precisavam²³⁴.

Sendo assim, o advento da estrada de ferro trouxe grande melhoria no transporte²³⁵, tanto para o mercado externo como para o mercado interno e o traslado de passageiros²³⁶. O ofício dos tropeiros também sofreu alterações com a sua chegada. Uma das mais significativas está na criação de casas de comissão com grandes armazéns no centro da Capital e em Santos, o que reduzia a necessidade de percorrer trajetos maiores nestas cidades, uma vez que os tropeiros agora “não tem que fazer mais do que descarregar a tropa e entregar os gêneros aos comissários, recebendo desde logo o preço da condução, a ressalva da entrega e regressar para trazer novos gêneros”²³⁷.

No entanto, apesar de ter havido mudanças no trabalho dos tropeiros, este meio de transporte ainda estava longe de ser abandonado, uma vez que o preço cobrado para uso das linhas férreas era altíssimo e, além disso, ferrovia não atingia todo o interior provincial. A charge do *Cabrião*, em edição de 21 de julho de 1867, expressa muito bem a importância, ainda significativa, do mular na Província, durante o contexto no qual se desenrola a Guerra contra o Paraguai. Foi só em finais do século XIX que ele minguou, em proveito do transporte ferroviário.

tropeiros, em razão de atolamentos, chuvas que causavam lamaçais, vias tortuosas e precipícios estavam no cotidiano de seus trajetos. Para mais informações acerca dos impactos da má conservação de estradas na província vide Tavares Alves e Silva, Beatriz. O transporte de mular na acumulação de capital e diversificação econômica da Província de São Paulo. Oliveira, Lélvio Luiz de; Marcondes, Renato Leite e Messias, Talita Alves de (orgs). In: Anais do 7ª Conferência Internacional de História de Empresas e IX Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. Ribeirão Preto: USP/ABPHE, 2019. ISBN: 978-85-68378-02-1

²³⁴ *Correio Paulistano*, edição de 8 de janeiro de 1862.

²³⁵ Grandes proprietários de terra e cafeicultores frequentemente financiavam a construção de parte de vias ferroviárias ou de rodagem para benefício próprio, como foi o caso de Nicolau de Campos Vergueiro, proprietário da fazenda Ibicaba, em Limeira, e um dos principais financiadores da construção da estrada de rodagem ligando São Paulo a Santos, em 1865. Tanto o é que Limeira se constituiu como um dos únicos polos economicamente viáveis de plantação de café longe da ferrovia, nos anos 1880.

²³⁶ A estrada em sua totalidade foi inaugurada no início de 1867, mas o trecho Santos-São Paulo já havia sido aberto ao público em 1866. Alguns leitores do jornal, no entanto, não aprovavam o uso da Estrada de Ferro como “atalho” a ser utilizado pelos tropeiros. Segundo eles, nelas, as mercadorias sofriam maus tratos e os tropeiros recusavam-se a retirá-las do trem, porque tinham de pagar por avarias. Ademais, o transporte por tropas dava menos despesas aos lavradores, uma vez que as taxas do trem ainda eram muito caras no momento tratado. Vide *Diário de São Paulo* 18 de junho de 1867.

²³⁷ *Diário de São Paulo*, 26 de maio de 1866.

Figura 6: Concorrência entre o mular e a estrada de ferro.

—God damn! n'este terra o que faz concorrência á estrada de ferro—é o burro!! God damn!...
—Meu amigo, não é o burro que faz concorrência á estrada; é o preço das conduções de suas locomotivas que é fabuloso e não póde chegar ao modesto e desambicioso preço que pedem os burros para o mesmo fim. Cada em si e deixe os desejos de abarcar o mundo com as pernas, que tudo ficará nos devidos termos.

Fonte: Cabrião, 21 de julho de 1867.

Desse modo, os tropeiros ainda eram mão de obra importante, tanto para o abastecimento interno, quanto para o transporte de mercadorias para a exportação, em trajetos que não contavam com o auxílio de ferrovias. Segundo Emília Viotti, "os mascates e os tropeiros constituíam, na época, o principal veículo de comunicação entre as cidades do interior e o mundo exterior."²³⁸

Além disso, esses homens livres pobres viandantes podiam ser fornecedores dos negociantes locais em municípios de diversas importâncias e tamanhos e, por vezes, chegavam a competir pelos mesmos clientes. A passagem abaixo expressa o seu papel como mercadores, e aborda a competitividade que poderia existir entre os vendedores da Província:

(...) mascates das fazendas não pagao o imposto que deveriao pagar. São negociantes com grandes lojas ambulantes que percorrem a capital e suas freguesias. E como percorrem? Com grandes carroças, em que se vende fazendas e objectos de armarinho. Os negociantes vendem em suas lojas; os mascates modernos nos estragão as ruas. Paga menos imposto, assim, quem vende mais, e mais pesado é á municipalidade. Hoje é melhor ser mascate

²³⁸ Costa, Emilia Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 9ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2010. Pp. 246.

italiano do que commerciante estabelecido. Elles vendem de tudo e pagão menos, e estragão as ruas.²³⁹

Contudo, em 31 de julho de 1869, já quase no final do conflito, publica-se a Resolução 61, na qual o Título III, artigo 27, impedia-os de vender os gêneros básicos como negociantes em São Paulo, restringindo, com isso, suas perambulações: “Todo aquelle que atravessar gêneros de primeira necessidade como sejam: feijão, arroz, milho, farinha e toucinho nos subúrbios da Cidade ou da povoação, será multado em dez mil réis, e 24 horas de prisão.”²⁴⁰

Quanto ao reconhecimento social que recebiam, o tropeirismo era uma atividade valorizada na sociedade paulista do Segundo Reinado. A dizer, ser tropeiro era um modo de ascender socialmente entre a camada de homens livres pobres. Tratava-se de uma posição de confiança dos fazendeiros e negociantes, uma vez que deveriam ser "homens de palavra" e fazer seu serviço corretamente²⁴¹, para, dessa forma, garantir que as mercadorias a eles designadas chegassem em sua totalidade ao destino final.

Todavia, apesar da possível proteção de homens influentes, essa camada da população não foi eximida de ir aos campos de batalha. Com efeito, o recrutamento de tropeiros foi prática que perdurou durante toda a Guerra, muito embora fosse contrária aos preceitos legais estabelecidos pelo decreto de 10 de julho de 1822. Eles eram recrutados sem o menor critério, sendo obrigados a deixarem seus animais e as mercadorias que transportavam pelo caminho²⁴², no meio da estrada.

Para se verem livres, tinham de apresentar seus documentos, o que por vezes não conseguiam fazer, por estarem longe de casa, tendo de se fiar que alguém os socorresse na delegacia, para afirmar que eram casados, que tinham filhos e que eram, efetivamente, tropeiros²⁴³. Nos jornais, são frequentes afirmações de que essa documentação, apesar de apresentada, era sumariamente ignorada, como ocorria com outras camadas da população, e esses homens acabavam tendo o infortúnio de ir para os campos de batalha, guerrear pelo Império do Brasil.

²³⁹ *Diário de São Paulo*, 1 de setembro de 1865.

²⁴⁰ Idem, 22 de setembro de 1869. Vide Resolução no Repositório de Leis da ALESP: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1869/resolucao-61-31.07.1869.html>

²⁴¹ Franco, Maria Sylvia Carvalho. *Homens Livres na Ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983. 3a edição.

²⁴² Um exemplo bem descrito ocorre na Freguesia do Ó, no município da Capital, publicado pelo *Diário de São Paulo* em 7 de setembro de 1865.

²⁴³ Exemplos de relato sobre essa temática estão em *Diário de São Paulo*, 19 de setembro de 1865, 26 de novembro de 1865 e 9 de janeiro de 1866, dentre outros.

As manifestações nos periódicos eram veementes: os tropeiros, se recrutados arbitrariamente, como havia sendo a prática, prejudicariam o abastecimento de cidades e o rendimento dos produtores rurais, já que as mercadorias se perdiam pelos trajetos e a mão de obra na atividade de transporte de mercadorias se reduziria:

E esta violação sem formalidade alguma legal, a pretexto de se tirar della um recruta, é um iniquo arbitrio, ou, por outra, um acto institucional. O lavrador não tem garantia alguma, porquanto, se remette os productos de seu trabalho para o porto de Santos, para serem exportados, vê ficarem os lotes de bestas com as cargas ao desamparo pelas estradas, porque os tropeiros são recrutados com o maior despeito e sem respeito á lei que deu certa garantia ao tropeiro!²⁴⁴

Apesar de no excerto selecionado o transporte de mercadorias para exportação ser mencionado, a problemática atribuída ao recrutamento de tropeiros durante a Guerra é relacionada notadamente à provisão para o mercado interno nos municípios do interior, onde a estrada de ferro não chegava e os mandos políticos subordinados à esfera do privado pareciam ser mais acentuados, levando em conta o número de manifestações nos jornais e Granziera²⁴⁵. O autor menciona que as cidades em desenvolvimento – como São Paulo e Santos – possuíam dinâmicas menos *patrimoniais* nesse período, se as compararmos a municipalidades menores, menos “urbanizadas”²⁴⁶. Em outras palavras, havia diversas reclamações de abusos de poder e de práticas *patrimonialistas* nas freguesias da Capital, mesmo que em menor escala, se comparadas às municipalidades do interior. No entanto, nota-se, nestes locais, a aparição somente discreta de queixas acerca de recrutamento ilegal de tropeiros ocasionando problemas de abastecimento, enquanto nos municípios do interior, as queixas são enfáticas, sendo convertidas em denúncias, quanto à falta de alimentos e ao aumento de preços.

Com efeito, o aquartelamento não prejudicaria somente a lavoura, em razão das mercadorias detidas ou abandonadas pelas estradas, mas a reação dos tropeiros teria igualmente efeitos nocivos aos produtores rurais da Província de São Paulo e seus habitantes. Isto pois, para evitar o recrutamento, carreiros e tropeiros começaram a desviar de alguns municípios

²⁴⁴ *Diário de São Paulo* 14 de dezembro de 1866.

²⁴⁵ Granziera, Rui Guilherme. *A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia*. São Paulo: Hucitec, Universidade Estadual de Campinas, 1979. Coleção Economia e planejamento: Série teses e pesquisas.

²⁴⁶ Para uma discussão aprofundada acerca do patrimonialismo, vide Weber, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UNB, 1991. 5ª edição revisada, anot. e organizada por Johannes Winckelmann. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. No Brasil, ele se configurava em redes coronelistas, ligadas ao meio rural. Vide Leal, Victor Nunes. *Coronelismo Enxada e Voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 7ª edição e Carvalho, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 10ª edição.

pelos quais passavam em seus trajetos usuais, pelo fato de julgarem que, em algumas localidades, era mais provável que suas isenções fossem ignoradas. Suas rotas \ passaram a restringir-se, então, a regiões que consideravam mais seguras e, com isso, municípios como Campinas, Sorocaba, Itatiba e Araraquara, por exemplo, recebiam tropeiros intermitentemente, ocasionando carência de alguns alimentos básicos, como feijão e milho²⁴⁷.

Em 10 de outubro de 1867, um leitor do *Diário* anunciava, em desespero, que em Sorocaba o comércio estava paralisado e que somente mulheres transitavam pelas ruas, sendo que a cidade era amplamente reconhecida pelas suas feiras de luar, casas de chapéus e diversidade produtiva no âmbito da lavoura. O leitor seguiu dizendo que “Há muito algodão²⁴⁸ a ser transportado, mas tropeiros não se atrevem a entrar nas cidades com medo de recrutamento.”²⁴⁹. Em setembro de 1865, outro leitor se queixa da falta de chegada de víveres, também na cidade de Sorocaba:

Depois de uma secca extraordinária, graças a Providência, o dia de hontem foi todo elle chuvoso, e o de hoje promete sel-o. Há, portanto, esperança de não morrermos á fome, presentemente, porém os gêneros alimentícios conservão um preço alto; porquanto os nossos patrícios com medo do recrutamento não vem á cidade. O feijão está a dez mil réis por alqueire, para quem compra dos muito poucos patrícios, que por velhos, ou casados com filhos se animão a vir a cidade²⁵⁰.

Ou seja, a escassez e o aumento dos preços de gêneros permearam quase todo o período de conflito, não só nessa localidade. Caso os tropeiros deixassem de passar por determinada região do interior, a localidade possivelmente se encontraria em um cenário de restrição de alimentos, principalmente se municípios vizinhos não pudessem suprir suas demandas. Ou então, em cenários nos quais se contava com excedente de produção para venda em centros comerciais, como São Paulo, Campinas, Santos e Rio de Janeiro, o escoamento para cidades menores ficava paralisado²⁵¹. Quando não logravam se desvencilhar de caminhos perigosos,

²⁴⁷ O milho era a base alimentar dos porcos na Província. Quando o primeiro faltava, a produção de toucinho ficava prejudicada, em efeito cascata.

²⁴⁸ Em 1865 foi introduzido o algodão ao município de Sorocaba, em vista de produzir o fruto para a demanda inglesa. Em 1866, Sorocaba já era uma das principais cidades a exportar algodão na Província de São Paulo.

²⁴⁹ *Diário de São Paulo*, 10 de outubro de 1867.

²⁵⁰ Idem, 19 de setembro de 1865. Por patrícios entende-se tropeiros, nesse caso. Já com relação à seca mencionada no início do relato, trataremos mais adiante.

²⁵¹ Essa afirmação foi formulada a partir dos relatos dos jornais acerca do comércio de pequenas municipalidades. Um exemplo deles é em Iguape, sobre a qual a edição do dia 2 de maio de 1867 do *Diário de São Paulo*, contava com a seguinte declaração: “Há na villa 42 lojas de fazendas, porém a maior parte delas apenas tal titulo merecem por seus mui poucos fundos; o mesmo acontece a respeito dos armazéns e vendas: quase todos têm limitadíssimos fundos. Há também algum commercio com os municípios de Itapetininga, Itapeva e Apiahy, os quaes suprem aos

nos quais se encontrariam expostos, muitos dos tropeiros deixavam de exercer sua atividade, o que colaborou para rarear o oferecimento dessa força de trabalho.

Para além desse cenário, São Paulo era uma das Províncias encarregadas em prover víveres aos campos de batalha no Mato Grosso até, pelo menos, finais de 1866, sendo aqueles que o faziam, os donos de mulas: os carreiros e tropeiros, acompanhados de tenentes designados pelo presidente provincial²⁵². Alguns destes homens partiram da Província, já em início de 1865, marchando sob o comando do coronel Manoel Pedro Drago²⁵³, levando armamento, munição, artilharia e víveres a Coxim, no Mato Grosso.²⁵⁴ Outros carregamentos foram posteriormente necessários, uma vez que a Província mencionada – pouco povoada, e mesmo isolada de outras localidades – deparou-se com um inflacionamento populacional não planejado, levando à falta de víveres básicos²⁵⁵ que só piorava, em razão da desarticulação de sua produção agrícola provocada pela invasão paraguaia²⁵⁶.

Poucos eram os tropeiros que aceitavam fazer este trabalho, pois os caminhos de São Paulo ao Mato Grosso eram pouco desbravados. Eles possuíam rotas perigosas e poucos recursos de paradas – como ranchos - pouca infraestrutura de qualidade - como boas pontes e caminhos não íngremes –, sem mencionar a epidemia de varíola que assolava os viajantes e recrutas durante o percurso²⁵⁷. Havia ainda relatos que afirmavam não serem os tropeiros

de Iguape, Xiririca e Cananéia com gado, cavalos, toucinho, carnes salgadas de porco e vacca, farinha de milho, herba de matte, e algum feijão e milho; quase tudo se compra a dinheiro, que é levado para serra acima, levando-se daqui para lá tão somente alguns líquidos de mar em fora, sal e mui poucas fazendas; se, porém, houvesse boas estradas esta villa de Iguape poderia fornecer aos municípios de serra acima o sal, os líquidos, as fazendas, e todos os demais artigos de mar em fora de que ellas precisão; pois acharião aqui tudo pelos mesmos preços, por que se compra em Santos, ficando menos custoso o transporte e mais baratos os preços das conducções.”

²⁵² *Diário de São Paulo*, 20 de setembro de 1865.

²⁵³ Essas forças eram compostas por uma Comissão de Engenheiros, da qual fazia parte Alfredo d’Escagnolle Taunay, um Corpo de Guarnição, um Corpo Fixo de Artilharia e o Corpo de Guarnição, o Corpo Fixo de Cavalaria e um Corpo Policial, totalizando 566 homens.

²⁵⁴ Relatório Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos negócios da Guerra Visconde de Camamú. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865. Disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional. Vide pp.10.

²⁵⁵ Em edição de 18 de novembro de 1865, o *Diário de São Paulo* publica a seguinte mensagem: “Vimos comunicação do chefe das forças expedicionárias, escripta do acampamento do Rio dos bois. Constava ali que havia quase fome em Matto Grosso. O comandante das forças pedia ao Governo d’esta província soccoro de gêneros alimentícios. Allegava que só havia farinha para três dias ainda isso, dando-se só meia ração.” Outros relatos ainda mencionavam que os soldados em Coxim estavam a comer carne de cachorro para morrer de fome (edição de 25 de outubro do *Diário de São Paulo*, por exemplo). Apesar de alguns defenderem que denúncias como essas se tratavam de inverdades, acrescentando que a província de Goiás conseguia suprir as forças no Mato Grosso, São Paulo não deixou de mandar reforços alimentícios e armamentistas ao longo do conflito, fator que corrobora com a passagem de jornal mencionada. No entanto, tem-se notícias de tropeiros partindo no ano seguinte, carregados de mantimentos a serem levados ao local. Em edição de 13 de março de 1866, afirma-se que tropeiros haviam saído de Araraquara a Coxim, com um carregamento de 60 alqueires de sal, 45 ditos de feijão, 26 ditos de farinha, 60 arrobas de xarque e 70 ditas de toucinho, por exemplo.

²⁵⁶ Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra: uma nova História da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Pp.106.

²⁵⁷ *Diário de São Paulo*, 20 de março de 1866.

devidamente pagos, quando chegavam a seu destino final. Em janeiro de 1866²⁵⁸, o único que havia concordado em levar um carregamento ao Mato Grosso havia sido o sr. Fontes, de Jaboticabal, cobrando, no entanto, o valor, considerado elevadíssimo, de 76:000 réis por mula, para transportar farinha, feijão, porcos vivos e milho, naquelas condições de insalubridade.²⁵⁹

Tendo em vista o cenário ainda mais insalubre do que o habitual ao qual o tropeiro tinha de se submeter, bem como a rarefação de oferta de mão de obra, esses trabalhadores começaram a cobrar maiores valores por suas viagens. Os preços da condução eram queixa frequente até meados de 1867, como se lê na passagem abaixo:

Se mesmo esse transporte [de burros e bois] é hoje mais caro que nos tempos normaes, *por causa do recrutamento e das designações*, a culpa é do governo, e não dos burros e dos bois; porquanto o recrutamento e as designações são feitas arbitrariamente, e não ha garantia alguma para quem tem isenções. Seja moralizado o governo, e os tropeiros e carreiros *não temerão* transitar pelas estradas e pelos povoados. Aliás, esse *temor* subsistirá de Jundiahy para diante, apesar de ser recebida a estrada de ferro como se pretende: - que productos, portanto, alimentaráo a linha de Jundiahy para Santos?²⁶⁰

Ao observar o Gráfico 1 (*infra*), elaborado a partir dos dados publicados no *Correio Paulistano*, percebemos que a condução de mercadorias, entre 1863 e 1864, tendo São Paulo como centro das rotas, variava entre 800 e 200 réis por arroba transportada. Em 1865, no entanto, ocorreu algo curioso com os trechos de Capivary e Itu. No gráfico, onde os preços igualam-se a zero (de 5 de julho a 25 de outubro, para Capivary; e de 5 de julho a 31 de dezembro, para Itu), observa-se nos jornais a isenção da publicação dos preços. Mais especificamente, verificam-se espaços em branco nas frases destinadas a transmitir essa informação ao leitor. No momento em que um dos valores volta a ser publicado, em outubro de 1865, a condução está a 1000 réis por arroba, o maior visto no período.

²⁵⁸ *Diário de São Paulo*, 9 de janeiro de 1866.

²⁵⁹ Insalubridade já era uma palavra que designava o dia-a-dia tropeiro do século XIX, devido às condições que enfrentavam em estradas lamacentas, íngremes e à falta de infraestrutura em suas vias, como pontes quebradas. No entanto, neste momento, estamos nos referindo a um outro tipo de insalubridade, perpassada pelo contexto de guerra, pela violência do recrutamento e pelos caminhos ainda inexplorados que tinham de percorrer, sujeitando-se a doenças e a animais que encontravam pelo caminho.

²⁶⁰ *Diário de São Paulo*, 1 de dezembro de 1866.

Gráfico 4: : Preço da condução de víveres em mil réis por arroba

Gráfico elaborado com os preços da praça de São Paulo publicados no *Correio Paulistano*, entre janeiro de 1863 e dezembro de 1866.

Os dados do gráfico²⁶¹ foram elaborados fazendo-se uma média aritmética simples do maior e menor valor anunciados para cada trajeto que seria percorrido pelos tropeiros. A partir de outubro de 1865, o *Diário* começou a divulgar um preço único por trajeto; d'outras vezes, o espaço destinado à publicação destes valores permanecia em branco. Estes dois fatores que começam a ocorrer a partir de 1865 poderiam significar tão somente uma incapacidade qualquer de se medir o valor do trabalho dos tropeiros. Entretanto, tendo em vista as diversas manifestações neste mesmo jornal, pode-se inferir que a supressão dos preços provinha da dificuldade de encontrar o oferecimento desse serviço para alguns percursos. No gráfico, o valor equivalente a zero indica a ausência da publicação dos preços das viagens e, portanto, a provável interrupção de seu fornecimento na data correspondente.

Os dados do gráfico corroboram o que afirmamos: Santos e São Paulo não tiveram tantos contratempos de modo a obstar o trabalho dos tropeiros, enquanto no interior da Província, os empecilhos ao bom funcionamento do transporte de mercadorias eram maiores.

²⁶¹ A publicação dos dados nos jornais não obedecia a uma regularidade, aparecendo eventualmente em dias seguidos, eventualmente a cada um ou dois meses. Nossa opção foi de tabelar dados que tivessem um espaço de ao menos 5 dias entre si, a fim de garantir certa regularidade.

O pico de preço para esses mesmos trajetos, em fins de 1865 e início de 1866, seria, então, uma reação à escassez de mão de obra tropeira vivida durante os meses anteriores.

Ademais, o gráfico só abrange dados até agosto de 1866, porque, após essa data, o jornal passou a publicar tão somente os preços das conduções com destino ou partida de Santos, por alqueire. Além disso, devido à irregularidade do fornecimento de dados para esta cidade²⁶², a elaboração de um outro gráfico ficaria prejudicada. No entanto, considerando as informações publicadas, os preços da condução para esse destino permaneceram mais estáveis do que aquelas demonstradas no gráfico de São Paulo.

Pode-se dizer que ser tropeiro se tornara uma profissão ainda mais arriscada do que já o era normalmente. Se juntarmos todos os fatores que corroboravam para isso, temos, em síntese, ausência de garantia da isenção de recrutamento assegurada por lei; perda de mercadorias em caso de abordagem de recrutadores; procura por outro ofício, uma vez que prevalecia o medo do recrutamento; e restrição de caminhos imposta a si mesmos, como opção de fuga da designação.

É somente a partir do primeiro quartel de 1869 que os relatos de leitores a respeito do recrutamento ilegal desses trabalhadores e outros abusos por eles sofridos deixam de ser vistos. Entretanto, de 1865 a início de 1869, observa-se nos jornais uma série de manifestações que associavam o inflacionamento da mão de obra tropeira ao dos gêneros alimentícios, como veremos mais adiante. A partir de 1869, o recrutamento forçado de tropeiros deixa de ser temática presente nos jornais, bem como queixas a respeito de abastecimento e aumento de preços de mercadorias.²⁶³

A partir dos argumentos expostos, percebe-se que o mercado interno vê sua dinâmica mudar durante o conflito em decorrência da perseguição sofrida pelos tropeiros. Em partes da Província mais, em outras menos, a chegada de alimentos de necessidade básica não era estritamente garantida, além de, em alguns locais, se apresentarem bastante inflacionados. Os problemas na circulação de mercadorias contribuíram para esse quadro, mas não foram os

²⁶² Em alguns anos, os jornais publicavam preços da condução por alqueire ou animais. Em um segundo momento, no entanto, passaram a publicá-los por alimentos, como sal, café e algodão. Desse modo, não se consegue traçar um panorama para a condução de gêneros para o mercado interno.

²⁶³ Após o estabelecimento das tropas aliadas em Assunção, é instituído um governo provisório estabelecido pelo exército aliado, que teoricamente tem duração de um ano (de junho de 1869 a julho de 1870), mas que, na prática, perdura até 1876, quando os últimos soldados brasileiros deixam a cidade. Parte do exército brasileiro ainda protagoniza uma verdadeira caçada a Solano Lopez pelo interior do país. O governante será encontrado e morto somente em 1 de março de 1870, em Cerro Corá.

únicos fatores a agravar a situação descrita. Houve também distúrbios associados à produção de alimentos.

A Lavoura de Mercado interno

Para além dos problemas de abastecimento e aumento de preços decorrentes do recrutamento de tropeiros, houve outro fator implicou em consequências negativas à produção da lavoura e, conseqüentemente, ao aumento dos preços dos víveres: o recrutamento de pequenos produtores.

A produção da lavoura em São Paulo, no terceiro quartel do século XIX, era relativamente diversificada.²⁶⁴ Segundo Caio Prado, “o vale do Paraíba tornou-se (...) um grande centro condensador de lavouras da população; em meados do século XIX reúne-se aí a maior parcela da riqueza brasileira²⁶⁵. Para além do cultivo do café em grande escala, que tendia a se deslocar em direção ao Oeste paulista ao longo da segunda metade do século, e do algodão, a Província contava com pequenos produtores que garantiam o abastecimento do mercado interno com os principais gêneros de subsistência, quais sejam o milho, o arroz, o feijão e a mandioca²⁶⁶.

Parte desses produtores viviam nas periferias dos grandes latifúndios. Eles arrendavam uma parcela de terra em regime de parceria por colonatos, ou então como agregados²⁶⁷ ou camaradas²⁶⁸. Em todos os casos, o excedente de sua produção para subsistência era comercializado nos centros urbanos, bem como o faziam escravizados que tinham direito a

²⁶⁴A produção voltada para o mercado interno e para subsistência foi pouco trabalhada pela historiografia novecentista, tendo sido vistos trabalhos sobre o assunto mais frequentemente a partir de inícios dos anos 2000. Sobre esse assunto, Lamounier afirma que “apesar de freqüentemente mencionado na historiografia como elemento importante na composição da população, seja no período colonial ou imperial, aparecendo nos altos e baixos da produção açucareira, cafeeira, algodoeira e outras, o trabalhador brasileiro livre e pobre tem sido objeto de poucos estudos. Em célebre artigo publicado há mais de vinte anos [1989], Peter Eisenberg notou essa lacuna e sugeriu temas de pesquisa que resgatassem esses “homens esquecidos” do limbo em que os deixara a historiografia. Vide: Lamounier, Maria Lúcia. Agricultura e Mercado de Trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de Café e na Construção de Ferrovias em São Paulo, 1850-1890. Est. Econ., São Paulo, V.37, n.2, pp.353-372, Abril-Junho 2007.

²⁶⁵ Prado Junior, Caio. *História Econômica do Brasil*. Brasiliense: São Paulo, 2012. Pp.162.

²⁶⁶ *Diário de São Paulo*, 21 agosto 1868.

²⁶⁷ Os agregados eram aqueles que labutavam em cultivos para sua subsistência em troca de prestação de diversos serviços, ligados “à produção, administração, supervisão e proteção das fazendas”, segundo Lamounier. Vide: Lamounier, Maria Lúcia. Agricultura e Mercado de Trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de Café e na Construção de Ferrovias em São Paulo, 1850-1890. Est. Econ., São Paulo, V.37, n.2, pp.353-372, Abril-Junho 2007

²⁶⁸ Os *camaradas* eram normalmente contratados por empreitadas e desempenhavam serviços que não eram delegados aos escravos, por apresentarem risco de vida ou de fuga, como “derrubar matas e limpar o terreno para o plantio, construir e conservar os caminhos e estradas, cuidar do transporte local do produto, ajudar em época de colheita, cultivar gêneros de subsistência para a fazenda.”

cultivo próprio. Havia também o caso de guardas nacionais, que alternavam com seu ofício o cultivo da lavoura. De acordo com os relatos nos jornais, eles eram pequenos proprietários de terra que faziam de seu sustento a plantação de víveres para o mercado interno, fora do território das grandes fazendas.

Segundo Slenes²⁶⁹, Campinas se configurou, em meados do século XIX, como a principal cidade de lavoura diversificada orientada para o mercado interno, composta, em sua maioria, por esses pequenos lavradores. Lamounier, por sua vez, menciona os dados obtidos por Warren Dean, em seu trabalho *Rio claro: Um sistema de grande lavoura, 1820-1920*²⁷⁰, no qual afirma que, “em 1857, (...) em Rio Claro, de um total estimado de 820 propriedades, 448 (54,6%) eram de proprietários que lavravam terras próprias, a grande maioria sem escravizados (393). O número de propriedades ocupadas por rendeiros, agregados, colonos e outros aumentou para 372, perfazendo um total de 45,4 %.”²⁷¹

Apesar de as proporções desses trabalhadores serem bastante significativas, os pequenos lavradores, ainda assim, eram marginalizados dentro do espectro cafeeiro provincial. Isso porque possuíam poucos recursos, não contando com o maquinário de que propriedades maiores dispunham, ficando assim mais expostos a intempéries, queda de preços ou safras ruins. Logo, muitos deles destinavam parte de seu tempo a trabalhar em outras atividades. Foi sobretudo sobre a falta de assiduidade de seu trabalho na lavoura que o recrutamento forçado teve maior consequência, trazendo impactos significativos ao abastecimento interno da Província.

Por si só, o aquartelamento desses homens já diminuía a força produtiva destinada à lavoura. Arrimos de família eram recrutados sem nenhum acanhamento, deixando, em alguns casos, mulheres com filhos muito pequenos, ainda incapazes de cuidar do lavradio. Mesmo sob condições tão difíceis daqueles que se sustentavam por meio da agricultura familiar, os que eram deixados para trás - seja por terem se livrado do recrutamento, seja por serem mulheres ou filhas de aquartelados - tinham de assinar um termo de “viver bem”, apesar de viverem sob condições precaríssimas, quando seu pai, avô ou irmão eram recrutados.²⁷² Desse modo,

²⁶⁹ Slenes, Robert W. *Senhores e subalternos no Oeste paulista*. In: Alencastro, Luiz Felipe. *História da vida privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 233-290.

²⁷⁰ Dean, W. *Rio Claro: Um sistema de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

²⁷¹ Lamounier, Maria Lúcia. *Agricultura e Mercado de Trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de Café e na Construção de Ferrovias em São Paulo, 1850-1890*. Est. Econ., São Paulo, V.37, n.2, pp.353-372, Abril-Junho 2007. Pp. 357-8.

²⁷² Um exemplo está na edição de 25 de fevereiro de 1866 do *Diário de São Paulo*.

notícias da ausência de braços na lavoura, atreladas a relatos de fome e rarefação de alguns itens básicos, pipocavam nos jornais.

Alguns desses núcleos familiares eram, no entanto, proprietários de poucos escravizados. Segundo Slenes, “em 1872, três em cada quatro senhores em Campinas tinham menos de vinte cativos; porém, os 4% mais ricos possuíam acima de cem”²⁷³, o que poderia levar o leitor a crer que, na falta dos principais mandantes do trabalho na lavoura, haveria mão de obra escravizada para supri-la, de modo a não deixar, ao menos, que a cultura de subsistência fosse prejudicada. No entanto, em relatos publicados no *Diário de São Paulo*, tem-se notícia de que homens escravizados de pequenos produtores se preveniam de possível recrutamento, fugindo da propriedade durante o dia, e voltando à região no período da noite, para “fazer algum negócio”²⁷⁴. Outras vezes, o dono do escravizado apresentava-o como seu substituto, o que o fazia se livrar do recrutamento por algum tempo, até que, por pura arbitrariedade dos subdelegados, ou por falta de documentação, recrutavam-no efetivamente.

Para além do recrutamento efetivo de lavradores, a lavoura também sofria, pois parte deles se escondia no meio do mato ou recorria a trabalhos sazonais em localidades remotas, visando a fugir do aquartelamento e, conseqüentemente, abandonando seus cultivos. Segundo Lamounier, essa sazonalidade era comum no trabalho na lavoura, sobretudo entre *camaradas*, que, por não terem acesso a terra própria, abandonavam o cultivo caso surgissem ofícios financeiramente mais interessantes.²⁷⁵ A sazonalidade era normalmente condicionada ao tempo de cultivo e à colheita do(s) gênero(s) plantado(s), a dizer, quando um ciclo de cultivo findava, os lavradores procuravam outros ofícios com os quais se ocupar. De acordo com a autora, um dos misteres que atraiu boa parte de trabalhadores temporários, advindos da pequena lavoura, e mesmo do tropeirismo, foi a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí.

No entanto, o que vemos na Província de São Paulo, durante a Guerra contra o Paraguai, é um desarranjo da temporalidade sazonal, que passa a ser subordinada às ameaças do recrutamento. Ou seja, a sazonalidade imposta pelas propriedades específicas de cada cultivo deixou de ser seguida e, a fim de tentar escapar do recrutamento, pequenos lavradores procuravam outros ofícios, mais frequentemente a abrir estradas em meio ao mato,

²⁷³ Slenes, Robert W. *Senhores e subalternos no Oeste paulista*. In: Alencastro, Luiz Felipe. *História da vida privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 233-290. P. 239.

²⁷⁴ *Diário de São Paulo*, 25 de novembro de 1865.

²⁷⁵ Lamounier, Maria Lúcia. Agricultura e Mercado de Trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de Café e na Construção de Ferrovias em São Paulo, 1850-1890. *Est. Econ.*, São Paulo, V.37, n.2, pp.353-372, Abril-Junho 2007.

independentemente dos cuidados que deveriam ter com a sua própria produção de víveres. Por essa razão, a prática de recrutamento impactava diretamente a produção de mercadorias de primeira necessidade.

Como consequência, em 11 de fevereiro de 1865, já há muito se encontravam passagens no *Diário* como a seguinte: “(...) porque a fome e a miséria ameaçam este povo, que está oculto nas mattas, para escapar do recrutamento e da designação. Neste anno que corre, vm não terá milho nem para seu uso (...)”²⁷⁶. Em fevereiro do ano seguinte, ainda se encontravam reclamações sobre esse respeito, os quais se prolongam até início de 1869. Em tom irônico, o autor da publicação de fevereiro de 1866 atesta o seguinte:

Participo-lhe que ainda não continuão as designações; pois o governo ainda acha que o toicinho e o milho estão de graça; e por isso, toca á cortar cipó, pois, quando acabar a guerra, muita gente precisará de cipó: tem de haver um ajuste de contas geral, como diz o illm. Sr. Nabuco do Governo.²⁷⁷

A ironia do autor se respalda nas arbitrariedades de subdelegados que levavam pequenos produtores a se refugiar no mato - a abrir caminhos cortando cipó - e na *carestia* de alimentos que isso ocasionava.²⁷⁸ Se ao quadro geral acrescentarmos o caso de lavradores mais velhos, ou então jovens demais, que eram designados para servir a instituição da Guarda Nacional no lugar daqueles que haviam marchado ao Mato Grosso, o cenário ganha maior gravidade, pois eles eram de famílias mais pobres que, muitas vezes, não conseguiam produzir nem para a própria subsistência, com o deslocamento de mão de obra gerada pela demanda da instituição.

A designação desses homens para servir à Guarda foi recorrente, uma vez que, com a designação para a Guerra daqueles que pertenciam ao quadro efetivo da Instituição, a Guarda Nacional se viu sem homens para cumprir o policiamento na Província. Sendo assim, designaram para fazer parte de seu efetivo, em vilas e cidades, homens que não possuíam nem mesmo o perfil para a força de reserva, já que eram pobres, não possuíam o físico, a saúde e a idade exigidos para o mister. O mesmo ocorria no caso do Corpo de Polícia.

Portanto, observa-se na Província escassez de recursos humanos para se trabalhar no cultivo básico de subsistência. Em suma, segundo um leitor do *Diário*, “os fazendeiros que possuem escravos têm realizado grande colheita de algodão, mas os pobres têm perdido as suas plantações, como de milho, por se verem constantemente perseguidos pelas incessantes diligências do delegado de policia, que pouco se importa que a pobreza se esforce entre os

²⁷⁶ *Diário de São Paulo*, 11 de novembro de 1865.

²⁷⁷ Idem, 25 de fevereiro de 1866, referindo-se aos homens que se refugiavam para abrir estradas em matagais, a fim de não serem recrutados.

²⁷⁸ *Carestia* era a palavra usada para designar inflação relacionada à falta de alimentos, no século XIX.

horrores da fome e da miséria!”²⁷⁹. O excerto abaixo sugere, ainda, uma medida possível de ser tomada, para que a lavoura não sofresse tanto, a qual consistiria no revezamento dos novos guardas nacionais de mês em mês, para que suas plantações não ficassem tanto tempo sem o cuidado adequado:

Os guardas nacionais do município da Capital de S. Paulo não sabem como aver com a sua existência, porquanto são chamados ao destacamento na mesma Cápital por dous mezes, no fim dos quaes são rendidos por outros dous mezes, esta determinação tem sido muito fatal aos mesmos, porquanto vivendo eles de sua mesquinha lavoura, de milho e feijão, e sendo certo que o feijão depois da planta a um mez é necessário estar já carpido infalivelmente, porque o contrário já se perde, e o milho de um a dous mezes também precisa estar carpido, e senão também perde-se isto por causa das terras já estragadas, fazem com que o matto adiante a planta e matte, se não é em tempo soccorrida com a limpa; por isso o guarda diligente que fez estas plantações, quando volta do destacamento depois de dous mezes, nada mais tem a fazer em benefício das plantas que deixou feitas, por que já se perdeu, o que não succederia se fossem rendidos de mez em mez, porque ainda vinhão accudir o que podessem, e assim se harmonisaria o sacrifício que se torna indispensável eles sofrerem com menor vexame e prejuízos. Já deverião os srs comandantes superiores, de companhia ou batalhões, ter levado ao conhecimento do exm. Governo da provincia estas circumstancias a fim de elle dar as providencias que julgar conveniente á respeito, visto que não é possível estar tudo quanto ocorre na província ao seu alcance, por cuja causa se diz que grande parte dos guardas já se achão como mudados para outros municípios onde não sofrem o peso dos que morão neste, sucedendo que o soldo que eles vencem no destacamento não chega para eles, quanto mais acudirem as necessidades de mulheres e filhos que deixão.²⁸⁰

A proposta, enviada pelo leitor ficou, no entanto, somente no papel, tendo os homens de servirem dois ou mais meses em vilas paulistas. Apesar de o relato acima ser especificamente sobre as freguesias da Capital, há outros escritos no *Diário* acerca da ocorrência da mesma situação em municípios do interior da Província. Um ano antes, um leitor do *Correio Paulistano* previa as dificuldades que poderiam ser avultadas caso a pequena lavoura fosse preterida, em prol da Guarda Nacional:

Foi chamada toda a companhia da guarda nacional desta freguesia para entrar destacada no mez de maio. É isto um grande mal, por que no mez de Maio é justamente o tempo da colheita de milho e feijão, e de se tratar das roçadas na capoeiras altas ara se plantar em Agosto, e não é possível tirar das freguesias um numero tão avultado de praças na ocasião que mais se precisa. Esperamos que estas nossas considerações serão atendidas, pois é a opinião de “alguns moradores de uma freguesia da capital”²⁸¹

²⁷⁹ *Diário de São Paulo*, 17 de julho de 1867.

²⁸⁰ *Diário de São Paulo*, 12 de abril de 1866.

²⁸¹ *Correio Paulistano*, 30 de abril de 1865.

Se considerarmos, então, todas as variáveis que poderiam comprometer a produção e renda do pequeno produtor, e atrelarmos a elas os recrutamentos e fugas da lavoura, a tendência era de o quadro de que o quadro se agravasse, como de fato ocorreu. Particularmente no caso do feijão e do milho, dois dos principais itens essenciais na mesa dos habitantes da Província, sentia-se os efeitos da falta de mão de obra, já que eram sensíveis à ausência de arados regulares, sendo muitos dos apontamentos dos leitores relacionados a isso.²⁸²

Figura 7: Problemas de mão de obra na Província.

Fonte: *Diabo Coxo*, 20 de agosto de 1865.

A figura acima, retirada do jornal *Diabo Coxo*, estampa a problemática da escassez de braços para agricultura, durante a Guerra contra o Paraguai. Contudo, não foi tão somente

²⁸² Mesmo no início da Guerra, quando o recrutamento não havia se generalizado, leitores do *Diário* previram as dificuldades que poderiam ser enfrentadas, caso fosse significativo o número de lavradores a marcharem ao teatro de guerra. Em edição de 13 de setembro de 1865, um relato de Sorocaba chamava a atenção para esse fator: "Fallasse por aqui em recrutamento, mas ainda não teve começo, e creio que não começará em quanto não vier o recrutador designado pela presidência, por quanto o sr. Assis Machado, delegado de policia é muito boa pessoa, mas não serve para estas couzas. O recrutamento aqui carece ser feito com muito escrupulo, e em pequena escala, por isso que a lavoura em grande parte é deita por braços livres, visto que a escravatura não é abundante: e assim desde que os braços livres forem distraídos da lavoura, esta necessariamente perecerá, por não haver o auxiliar da escravatura. Cumpre por tanto não exigir da povoação deste municipio um numero de recrutas tal, que prejudique a lavoura quando lugares ha que tendo grande abundancia de escravatura não sentem a falta dos braços livres. Entretanto, se o recrutamento for feito com todo o cuidado, no proprio centro da cidade achar-se-ha gente propria e boa para tal fim."

durante o conflito que se averiguaram as demandas por mais mão de obra na lavoura. O avanço da cultura cafeeira, a taxa negativa do crescimento vegetativo da população e a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, em 4 de setembro de 1850, estancando o tráfico de africanos para serem escravizados, deixou São Paulo desprovida de trabalhadores para desenvolvimento do setor cafeeiro²⁸³. Em decorrência disso, o próprio sistema de parceria, proposto por Nicolau Vergueiro, segundo Sérgio Buarque,

(...) em pouco tempo chegará a ser adotado por quase todos os fazendeiros do Oeste paulista – o Oeste de 1850, não o de 1950 – tornando-se, por assim dizer, a forma peculiar do emprego do braço livre na grande lavoura da Província, não nasceu como uma inovação aparatosa (...). Surgiu sob pressão de duras necessidades e ante a perspectiva de condições quase alarmantes, ditadas pela escassez de braços numa área de excepcional produtividade.”²⁸⁴

A “fome de braços”²⁸⁵ de antes da guerra, não se traduz, no entanto, em impactos negativos na produção de víveres para o mercado interno. Não houve deslocamento de mão de obra em larga escala da lavoura de subsistência e de abastecimento de vilas às grandes fazendas, pois esses pequenos lavradores estavam dispersos na Província e, por vezes, cultivavam seus víveres no próprio latifúndio, em terras arrendadas, como mencionamos anteriormente. No decorrer do conflito, contudo, o cenário não é o mesmo. A falta de braços na lavoura impacta sobretudo o cultivo destinado ao mercado interno, ocasionando falta de víveres de necessidade básica e aumento de preços. Por essa lavoura ser considerada secundária à saúde econômica da província, presidentes a preterem em seus relatórios oficiais, o que provoca diversas reações críticas, cobrando soluções possíveis, nos jornais.

²⁸³ Holanda, Sérgio Buarque. *O Progresso Econômico e o trabalhador livre*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II – O Brasil Monárquico: Reações e transações. Volume 5/ por Francisco Iglésias [et al.]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda/ 10ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

²⁸⁴ Holanda, Sérgio Buarque. *As colônias de parceria* In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II – O Brasil Monárquico: Reações e transações. Volume 5/ por Francisco Iglésias [et al.]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda/ 10ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. Pp. 292.

²⁸⁵ Denominação de Sérgio Buarque em Holanda, Sérgio Buarque. *O Progresso Econômico e o trabalhador livre*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II – O Brasil Monárquico: Reações e transações. Volume 5/ por Francisco Iglésias [et al.]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda/ 10ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

Figura 8: Fabricação de braços para a Guerra.

—Pois não está vendo, snr. Cabrião? Estamos fabricando braços para a guerra.
—Santo Deus!... Antes fossem destinados para a agricultura. Já não necessitamos de braços para a guerra, snr.: o que falta-nos é uma boa cabeça.

Fonte: Cabrião, 23 de dezembro 1866. Na legenda, lê-se: “- Pois não está vendo, snr. Cabrião? Estamos fabricando braços para a guerra. – Santo Deus!... Antes fossem destinados para a agricultura. Já não necessitamos de braços para a guerra snr.: o que falta-nos é uma boa cabeça.”

Com efeito, os governantes parecem ignorar os efeitos do recrutamento para o estado da pequena lavoura. As declarações sobre a saúde agrícola da Província nos Relatórios provinciais fazem entender que se referem à grande lavoura, e não à produção de subsistência. Em geral, elas afirmavam que a produção não havia sofrido alteração significativa, mas contradiziam-se em seguida, ao declarar que os problemas da lavoura resultavam da falta de maquinários desenvolvidos ou da má qualidade das estradas. Exceção, vale lembrar, para o relatório apresentado por Joaquim Saldanha Marinho – presidente provincial de 1867 a 1868 – que afirma o seguinte:

Quando da guerra, e muito mais de sua não esperada continuação, se sentem as desastrosas e inevitáveis consequências; quando, para sustentar a honra do Imperio, não tem o Governo recuado ante nenhum sacrifício, por maior que seja, observando-se por isso que faltam braços á nossa agricultura e indústria, e a nossa moeda, nas phases por que vae passando, se há depreciado, e tende progressivamente a diminuir de valor (...).²⁸⁶

O excerto acima refere-se ao ano de 1867, no qual não foram relatados imprevistos de ordem climática no *Diário*, isto é, secas e chuvas. Também não podemos deixar de comentar

²⁸⁶ Relatório apresentado à Assembleia legislativa provincial de São Paulo na Primeira sessão da décima oitava legislatura no dia 2 de fevereiro de 1868, pelo presidente da mesma província, Joaquim Saldanha Marinho. São Paulo: Typographia do Ipiranga, 1868. Pps 6 e 7.

que, em anos anteriores, houve aumento de preços e escassez de alimentos devido a intempéries sazonais. Em meados de julho e agosto de 1865, a Província enfrenta uma grande seca e, por volta de setembro de 1866, ocorrem chuvas torrenciais no interior paulista. Esses fatores se somaram ao cenário crítico pelo qual a Província já passava, colaborando para que cultivos delicados, como o milho e, notadamente o feijão, sofressem ainda mais com a elevação de preços.

Em 31 de agosto de 1865, lia-se no *Diário* uma passagem referente à vila de Itapetininga: "A seca aqui tem sido assustadora e hoje sempre choveu um pouco. O feijão está aqui comprando a 7 e a 8 mil réis o alqueire e pouco ha mesmo por esse preço; o arroz não ha por preço nenhum."²⁸⁷ Em 19 de setembro o alqueire de feijão já estava a 10\$000 na mesma vila e "mesmo por esse preço, quasi não apparece", afirma outro leitor.

Ademais, a câmara do município teve de tomar medidas de recolhimento do grão vendido a varejo, a fim de impedir que cada indivíduo comprasse mais do que meio alqueire²⁸⁸. Em 1866, por sua vez, lê-se relato de um homem de Iguape, que dizia o seguinte: "Quando terá fim a série de males que nos opprime ha bem tempo já? - é guerra, peste, intemperie, perdas, falta de bilhetes miudos e até dos graudos como comigo acontece"²⁸⁹. Vale aqui ressaltar que o preço do feijão variava entre 1\$000 e 3\$000 réis por alqueire, em municipalidades do interior, tais quais Itapetininga, São Carlos do Pinhal, Araraquara e Brotas, no ano de 1863-64. Isso significa que, segundo o relato de 1865, atribuído ao morador de Itapetininga, o preço do feijão havia inflacionado cerca de 700% no interior da província, se comparado aos preços do ano anterior.

Relatos de outras vilas confirmam a *carestia* alimentar denunciada nas passagens acima; em São Carlos do Pinhal, por exemplo, em finais de 1865, a venda do feijão estava a 10mil réis o alqueire, o que significa um aumento de 900% sobre o "preço base", referente aos anos de 63-64. Já em Itu, o preço vai a 20\$000 o alqueire, em 1865 e, em Botucatu, no mesmo ano, não se encontrava o produto durante alguns meses. Nessas cidades, como era de se esperar, há notícias de que muitos homens deixaram suas casas para se esconder do recrutamento no matagal, sendo que, em Araraquara, restara apenas os homens casados com filhos, em 1865.

Apesar de ocorrências climáticas terem se traduzido em elevação dos preços nas vilas do interior, nota-se que ela não foi pontual, sendo constante a inflação nos tempos de guerra,

²⁸⁷ *Diário de São Paulo*, 31 de agosto de 1865.

²⁸⁸ *Idem*, 19 de setembro de 1865.

²⁸⁹ *Ibidem*, 30 de setembro de 1866.

pelos motivos acima expostos. Ao longo da guerra, os preços de gêneros alimentícios permaneceram altíssimos, se comparados aos anos anteriores, e as queixas a esse respeito permanecem até 1869. Tem-se um bom exemplo na passagem abaixo, referente à Limeira, no ano de 1868:

Os gêneros de primeira necessidade têm escasseado extraordinariamente. Pela grande alça de preços de quasi todos, tem-se visto a pobreza a braços com grandes sacrifícios. Não é difícil acreditar isso, quando se nota que não pôde obter um alqueire de arroz sem despendar a quantia de 11\$, e na mesma relação o feijão, a farinha, o milho, e isso mesmo, quando os encontra no mercado. Enfim, atravessa ella [Limeira] uma crise alimentícia bem difícil (...)²⁹⁰

Vale mencionar que o que consideramos como “preço base” para o cálculo de porcentagem da inflação dos valores dos víveres era embasado na coleta dos preços em relatos daqueles que escreviam ao *Diário*. É certo que ele sofria variação ao longo dos meses e anos, mas levamos em conta o valor considerado como “padrão” por aqueles que se manifestaram. Isso porque o jornal só publicava, regularmente, os valores de alimentos das praças de Santos e São Paulo. Logo, para se ter notícias dos mercados nas vilas de interior, tínhamos de recorrer aos relatos dos leitores, por vezes enviesados e acalorados, mas que pareciam expressar alguma veracidade, ou, ao menos, verossimilhança, se comparados a outros relatos no mesmo e em outros jornais²⁹¹.

No que toca às praças de São Paulo e Santos, observa-se que elas não enfrentaram as dificuldades no mesmo grau que as vilas do interior. Como os dados publicados pelos jornais referentes a essas municipalidades são tabelados e divulgados frequentemente, elaboramos um gráfico com a evolução dos preços dos víveres de necessidade básica nessas cidades. Para isso,

²⁹⁰ *Diário de São Paulo*, 20 de fevereiro de 1868.

²⁹¹ Deve-se sempre intentar traçar uma separação entre o que efetivamente ocorria e quais eram as condições materiais na Província, e o uso exacerbado de dada situação – existente pontualmente ou localmente – para fins políticos. No período estudado, a tensão entre progressistas e saquaremas voltava a aumentar após período de trégua e, com isso, aumentavam igualmente as agressões nos jornais. Em 1868, Augusto Costa Aguiar escreve o documento *Crise da lavoura ou resposta ao opusculo com o mesmo título que publicou na corte o Sr. Quintino Bocayuva* no qual trava uma discussão com o Sr. Bocayuva, acerca do incentivo à vinda de imigrantes para o Império do Brasil, a fim de alargar a o trabalho livre na Província. A ausência forçada de mão-de-obra na lavoura, impulsionada pelas demandas da Guerra contra o Paraguai, abriu essa janela de discussão e proposta e foi explorada no debate entre Saquaremas e Progressistas. No caso, Costa Aguiar era contra a proposta de Sr. Quintino de incentivo à imigração chinesa às terras imperiais, propondo abertura do território a anglo-saxões, estado-unidenses do sul. Vide: Costa Aguiar, Antonio Augusto. *Crise da lavoura ou resposta ao opusculo com o mesmo título que publicou na corte o Sr. Quintino Bocayuva*. Rio de Janeiro: Typographia de H. Schroeder. 1868. Disponível no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4852>

tivemos de recorrer ao *Correio Paulistano*, jornal de maior circulação na Província, uma vez que a aparição do *Diário de São Paulo* só se daria em agosto de 1865.

Tabulamos os dados publicados pelo primeiro jornal, referentes aos anos de 1863 a 1865, a fim que o leitor pudesse ter uma ideia das oscilações dos preços antes da Guerra. Os dados referentes a 1866-1870 foram retirados do *Diário de São Paulo*. Outrossim, a periodicidade da publicação desses dados variava: por vezes disponibilizavam-nos por dias seguidos, d'outras vezes o intervalo era de uma semana ou mais. Optamos por tabular os dados que apresentassem um hiato de por volta de uma semana, para termos noção das faltas e variações no mês.

Nos gráficos, as datas cujo valor dos víveres equivale a zero designam a não publicação do dado. Como até 1865 indicava-se, em caso da ausência do preço, que aquele produto não estava disponível, deduz-se, para os anos seguintes, a perpetuação do mesmo padrão. Portanto, quando o valor equivale a zero, deve-se contar com a indisponibilidade do produto no mercado em questão. No que concerne às medidas de peso, os gêneros dos gráficos da praça de São Paulo estão todos em *alqueire*, uma medida de volume. Segundo Luna & Klein, 1 alqueire corresponderia a 30,225 quilos de milho, 30,225 quilos de feijão e 24,180 quilos de arroz.²⁹² Para a farinha de mandioca, segundo Alice Canabrava, seria o equivalente a 23,5 quilos²⁹³.

²⁹² Luna, Francisco Vidal & Klein, Herbert S. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. In: Boletim de História Demográfica, ano VIII, no. 21, março de 2001.

²⁹³ Canabrava, Alice P. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765-67. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 26:4 (out./dez. 1972).

Gráfico 5: Preço dos víveres em São Paulo, por alqueire

Gráfico elaborado a partir dos dados publicados no *Correio Paulistano* e pelo *Diário de São Paulo* entre janeiro de 1863 a julho de 1870.

Na praça de São Paulo, os preços dos víveres básicos correspondem precisamente a etapas da Guerra e às intempéries mencionadas. Entre janeiro e fevereiro de 1865, observa-se clara elevação nos preços do feijão, do milho e da mandioca, muito provavelmente como uma reação à proclamação da Guerra e o espectro ainda indefinido que o Império avultava. Em julho e agosto do mesmo ano, tem-se nova elevação de preços, que perdura pelos meses seguintes, o que pode ser atribuído à seca na Província. Em finais de 1865, o recrutamento já estava se generalizando em São Paulo, o que nos leva a atribuir as maiores oscilações de preço e a falta de feijão, milho e arroz nos meses e anos seguintes. A mandioca não sofre tanta instabilidade, por ser uma raiz relativamente mais simples de se cultivar, ou seja, menos sensível a variações de clima e cuidados.

Por volta de setembro de 1866, quando os jornais noticiam fortes chuvas no interior paulista, o arroz e o feijão se apresentam bastante instáveis, em inícios de 1867, fator este que também pode ser explicado com o aumento do recrutamento após a derrota de Curupaiti. O único item que não parece sofrer tanto com os impactos da falta de braços é, novamente, a farinha de mandioca. Nem após a inauguração da Praça do Mercado, em março de 1867, os preços se estabilizaram²⁹⁴.

Ademais, nos gráficos traçamos uma linha de tendência. Apesar de ela contemplar o valor “zero” como ausência, ao invés de como “preço zero”, é importante notar que, mesmo com os valores “zeros”, a linha do feijão e do arroz é ascendente, tendo seus preços aumentado ao longo da Guerra, como previsto, já que nas vilas de interior ocorreu o mesmo. Mircea Buescu afirma que o período de 1862 a 1870 foi de acentuada expansão monetária e elevação de câmbio, ou seja, a tendência era de deflação e valorização dos réis diante das moedas estrangeiras.²⁹⁵ Isto significa que o aumento dos preços de víveres estava indo na contramão da tendência monetária do período, o que corrobora com a nossa hipótese desse cenário ser efetivamente consequência na Guerra.

Santos também sofreu variações, em razão dos momentos da Guerra e das adversidades climáticas. Porém, percebe-se, pelos gráficos a seguir, que a cidade portuária se prejudicou substancialmente, no que toca o abastecimento, uma vez que produtos como feijão e o milho

²⁹⁴ Para mais informações sobre as mudanças advindas com a praça do mercado, vide teses de doutorado de Fernandes da Silva, Leopoldo. *Da praça do mercado ao matadouro: política de abastecimento de gêneros alimentícios em São Paulo nas décadas finais do Império e iniciais da República (1867-1910)*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2018.

²⁹⁵ Buescu, Mircea. A inflação brasileira de 1850 a 1870. *Revista brasileira de economia*, 26 (4):125-147. Rio de Janeiro: out/dez. 1972.

ficavam meses sem aparecer no município. Em sua elaboração, usamos a mesma metodologia dos gráficos de São Paulo. As medidas dos gêneros em Santos porém, são um tanto mais caóticas. Enquanto em São Paulo os principais gêneros essenciais foram medidos em alqueires ao longo dos anos de Guerra, as medidas em Santos não só variam de um produto para outro, como entre datas, para um mesmo produto. Para solucionar essa questão, fizemos uma projeção a partir das porcentagens de quanto o preço aumentou ou diminuiu na outra unidade de medida (a variável de medida é a *arroba* e o *alqueire*, a depender do produto), transpondo para os valores em *sacco* (que costumava ser a medida padrão em Santos, para os alimentos examinados). As datas de publicação dos preços na praça de Santos são mais irregulares, se comparada à São Paulo. Por essa razão, pode haver hiatos maiores entre os dados.

Gráfico 6: Preço dos víveres em Santos, por sacco

Gráfico elaborado a partir dos dados publicados no *Correio Paulistano* e pelo *Diário de São Paulo* entre janeiro de 1863 a julho de 1870.

As oscilações de preço na praça de Santos são mais irregulares e difíceis de analisar, pois envolviam mais variáveis do que a Capital: o acesso à cidade pelas estradas de terra era declaradamente perigoso e seus víveres eram provenientes de localidades mais diversificadas do que São Paulo, por se tratar de uma cidade portuária. Com relação à seca vivida na Província, observa-se que os preços dos feijões dispararam em finais de 1865, coincidindo igualmente com a maior organização e a generalização do recrutamento na Província. O milho e a farinha de mandioca também apresentam aumento evidente em outubro e novembro de 1865, sendo que, para o arroz, sentia-se escassez na cidade.

Com relação às tormentas de setembro 1866, observam-se seus efeitos sobretudo no caso do arroz, que tem momentos de ausência no mercado, seguidos por picos em seu preço. O milho apresenta breve falta e ligeiro aumento de preço em fins de 1866 e início de 1867, e a farinha permanece relativamente estável. Nota-se que o feijão preto já era escasso desde antes das chuvas intensas, condizendo com os reclames dos leitores do *Diário*, que atribuíam a situação à ausência de braços na lavoura. Nos anos seguintes há certa instabilidade de preços e de fornecimento dos víveres, com exceção do arroz de Iguape e de Santos. Infelizmente, não se pode traçar uma tendência de elevação ou decréscimo de preços desde antes da Guerra, em razão da exiguidade de dados disponíveis publicados no *Correio Paulistano*. Porém, o que podemos constatar nos dados da cidade de Santos é a constante escassez de alguns gêneros básicos, bem como a instabilidade dos preços.

Se compararmos as variações de Santos e São Paulo, notamos que a primeira parece sofrer mais escassez do que a segunda, sendo, porém, seus preços mais estáveis. Isso pode ser explicado pela dificuldade enfrentada ao descer a Serra do Mar para se chegar à cidade portuária. Os relatos de tropeiros sobre esse trajeto eram sempre permeados de queixas sobre deslizamentos de terra, passagens íngremes e desfiladeiros perigosos. Por outro lado, pode-se atribuir a relativa maior estabilidade da oferta dos alimentos na Capital a alguns fatores. O primeiro deles é que, já em 1864, no início da Guerra, São Paulo era o ponto obrigatório de passagem para aqueles que iam a Santos, ou que então iam de Santos às vilas do interior. Esse cenário pode ser atribuído à importância econômica que a cidade vinha exercendo na Província, bem como ao desenvolvimento da construção da estrada de ferro. Além disso, em 1867, foi inaugurada a Praça do Mercado, que concentrava o comércio de víveres na cidade e tentava regulamentar as relações de competição entre os negociantes. Dispomos, então, de uma análise de dados das cidades de maior importância

comercial na Província, durante o conflito com o Paraguai. Apesar de não terem sofrido como as vilas do interior, por serem parte da rota essencial do comércio provincial, observa-se instabilidade de preços e escassez de víveres em ambas as cidades, não tão somente por fatores climáticos, mas pelo que já foi demonstrado no capítulo: fuga de braços da lavoura e ausência de tropeiros em condições de exercer seu trabalho.

Agricultura de mercado externo e balança provincial

Diferentemente dos dados apresentados nos subcapítulos anteriores, a produção de itens para exportação na Província de São Paulo se viu pouquíssimo afetada durante o conflito, o que pode ser explicado pelo contexto internacional, pelo papel que a Província vinha tendo na economia imperial e pela estrutura social do Império.

Na década de 1860, os principais produtos destinados ao mercado externo eram o café, que representava 70% das exportações brasileiras, seguido do algodão, da cana-de-açúcar e, em menor escala, do cacau²⁹⁶. Com a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1860-1865), o Brasil ganhou espaço no mercado internacional como um importante produtor de algodão, mas, em contrapartida, perdeu seu principal comprador de café. Segundo Caio Prado Junior, antes do conflito, os EUA consumiam mais de 50% de todo o grão exportado pelo Brasil. Por essa razão, ao observar os dados de exportação desse item (Tabela X *infra*), percebe-se a existência de queda na taxa de crescimento das exportações na década do conflito de Secessão, que corresponde ao período da Guerra contra o Paraguai (1864-1870). De 1861 a 1870, a taxa de exportação foi somente 6% maior do que o ano anterior, destoando do padrão visto em décadas anteriores.

Tabela 3: Exportação brasileira em milhares de sacas de 60kg.

Ano	Milhares de sacas de 60kg	Taxa de crescimento de exportações
1821-30	3.178	-

²⁹⁶ Confirmar porcentagens, porque a cana estava em declínio. “as vezes o cacau pode ter passado a cana nesse período.

1831-40	10.430	228%
1841-50	18.367	76%
1851-60	27.339	49%
1861-70	29.103	6%
1871-80	32.509	12%
1881-90	51.631	59%

Fonte: Prado Junior, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012, p.160. Adaptado por nós, com acréscimo da coluna de taxa de crescimento de exportações.

No âmbito doméstico, o cenário internacional influenciou a produção da Província de São Paulo, pois ela começava a figurar como a principal produtora de café e força motriz do Império, sendo o vale do Paraíba o novo foco de concentração de lavouras e de população²⁹⁷. No relatório apresentado em 1862 à Assembleia provincial pelo presidente da Província João Jacyntho de Mendonça, a instrução é diversificar dos cultivos: sugere-se o fumo, cujo consumo vinha “crescendo todos os dias, aumenta[ndo] por isso mesmo o seu valor”²⁹⁸ e o algodão, cujas sementes estavam sendo introduzidas por J. Aubertin, um industrial inglês. Sobre o estado do café, tanto neste, quanto em relatórios seguintes, admite-se a “moléstia” que vinham sofrendo os cafeicultores e propõe-se um estudo, que não aconteceria, para solucionar a súbita diminuição de compradores.

Desse modo, a produção da Província para exportação na década de 1861-70 foi assolada por uma crise na venda de café e incentivo à produção do algodão, de 1860 a 1865, anos da Guerra de Secessão. Municípios como Sorocaba, Campo Largo, Faxina, Botucatu, Tatuí e Paranapanema se

²⁹⁷ A produção de café do Vale do Paraíba será extremamente importante no início do século XIX. Por volta de 1850, no entanto, a produção começa a migrar para a região de Campinas, e, anos depois, para o Oeste paulista, no que hoje é Ribeirão Preto. Portanto, durante a Guerra contra o Paraguai, a região de Campinas estabelecerá papel fundamental na economia da Província.

²⁹⁸ Relatório apresentado à assembleia legislativa da Província de São Paulo na 1ª sessão da 14ª legislatura pelo presidente doutor João Jacyntho de Mendonça. São Paulo: Typographia Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, 1862. P.43.

tornaram importantes centros produtores do gênero²⁹⁹. Em Sorocaba, um leitor do *Diário de São Paulo* afirma que

por esta terra muito se fala em algodão, e continuamente o visitante que aqui estiver tem de vêr carros e cargueiros atulhados de algodão, o único redemptor possível desta cidade, uma vez que o negocio que alimentava achava-se em decadência e não oferece vantagem³⁰⁰

O negócio ao qual se refere o autor da mensagem não é explicitado, mas por Sorocaba ser um famoso produtor de café e distribuidor de produtos de luar, pode-se supor que a atividade estaria relacionada a essas indústrias, ambas em crise: a primeira por motivos levantados em subitem anterior e a segunda por influência do contexto internacional.

Com efeito, o algodão era um investimento plausível para parte dos agricultores, por não necessitar de um capital inicial dispendioso, grande latifúndio e força de trabalho numerosa. Devido a sua maior facilidade de acesso, conquistou tanto uma parcela de grandes fazendeiros, quanto lavradores de pequeno porte. No entanto, o furor na Província foi passageiro: terminada a Guerra de Secessão (1865), os Estados Unidos se reestabelecem gradualmente como o principal fornecedor das indústrias inglesas, enquanto os produtores paulistas viam suas produções minguarem. Em contrapartida, o consumo do café voltava a ganhar espaço no mercado estadunidense, o que colabora com o fortalecimento do poder econômico dos cafeicultores, que gozavam de força de trabalho disponível, por poderem arcar com os custos onerosos de sua compra e manutenção.

Outro problema que afligia os pequenos produtores era a escassa mão-de-obra na Província. Desde a Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850, que proibia o tráfico de escravizados, produtores que dependiam do trabalho do escravo de todo o Império sofreram as consequências em sua produção³⁰¹. No entanto, segundo Caio Prado Jr,

²⁹⁹ Segundo a edição de 8 de agosto de 1865 do *Diário de São Paulo*, até 1863, algodão não figurava nos relatórios oficiais da província. Em 1861, com a Guerra nos EUA, algodão sobe de valor. O lavrador paulista acatou os pedidos ingleses e, em 1864, pela primeira vez, figurou nos gêneros de exportação o algodão paulista.

³⁰⁰ *Diário de São Paulo*, 6 de setembro de 1865.

³⁰¹ Com a promulgação do decreto, ainda havia navios negreiros clandestinos, o número de escravos que entrava no país diminui significativamente ao longo dos anos. Segundo Ricardo Salles, "durante os anos 50, a Inglaterra prosseguiu com medidas de apreensão e com pressões sobre o governo brasileiro no que diz respeito às condições dos africanos no território nacional, teoricamente livres. Essas pressões culminaram em 1862 com a questão Christie". Salles, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. pp46.

O sul seria menos atingido porque se encontrava em fase ascendente de progresso e se refará mais rapidamente. Poderá mesmo resolver momentaneamente o seu problema importando escravos do Norte depauperado, embora agravando assim ainda mais a situação deste. E recorrerá, afinal, à imigração europeia, o que o Norte não pôde fazer porque nem as condições econômicas, nem o seu clima acentuadamente tropical ofereciam atrativos suficientes para essa nova corrente de colonos.³⁰²

Uma solução momentânea, criada por cafeicultores do Sul, foi a compra de escravizados do Norte. Os proprietários dessa região, por sua vez, incomodados com a redução dessa força de trabalho, seja por seu êxodo às propriedades do sul, seja pela diminuição abrupta de oferta desses trabalhadores, elevavam seus preços, a fim de inibir compradores. Para os grandes fazendeiros de São Paulo que enriqueciam, os preços exorbitantes, acrescidos dos gastos de transporte, não eram prejudiciais à sua renda; pelo contrário, os escravizados eram encarados como investimento, com o objetivo de incrementar as colheitas de café. No entanto, para os pequenos produtores, o acesso a essa mão de obra escrava advinda de outras Províncias não era viável, tendo eles de contar com a escassa mão de obra de homens livres pobres para repor seu contingente de trabalhadores.

Acrescido ao quadro do fim do tráfico, a taxa negativa do crescimento vegetativo da população e o avanço da cultura cafeeira contribuíam para a menor oferta de braços na agricultura. O problema foi sentido entre os grandes cafeicultores, levando à criação do sistema de parceria e de colonato, esse último preconizado por Nicolau Vergueiro, na Província de São Paulo.

A “fome de braços” se traduz em prejuízos significativos para os grandes produtores, sendo a questão presente em relatórios ministeriais de anos anteriores à Guerra³⁰³. No que concerne o mercado interno, os impactos da proibição do tráfico nem sequer eram mencionadas pelos presidentes Provinciais, de 1860 a 1865. Uma hipótese sobre a ausência de posicionamento está possivelmente no fato de que a escassez de alimentos não atingiu os grandes fazendeiros e políticos que possuíam escravizados e vasta terra para plantio de gêneros que supriam a necessidade de suas casas.

Antes mesmo da Guerra, os latifúndios cafeeiros sofriam os efeitos adversos do contexto internacional sobre a oferta de mão de obra – pela abolição do tráfico sob pressão inglesa, bem

³⁰² Prado Junior, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012. P.159.

³⁰³ Vide, por exemplo, Relatório Apresentado à Assembleia da Província de São Paulo na 1ª Sessão da 14ª legislatura pelo Presidente Doutor João Jacyntho de Mendonça. São Paulo: Typ. Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, 1862.

como por questões internas, decorrentes da taxa negativa de crescimento vegetativo da população. Pouco após iniciar-se o conflito com o Paraguai, os Estados Unidos saíram da Guerra de Secessão e restabeleceram gradualmente suas demandas por café brasileiro, bem como sua produção de algodão para a Inglaterra, tomando para si o mercado comprador deste gênero. A produção cafeeira foi retomada em uma guinada positiva, demandando braços para a lavoura. Sua principal representante foi a Província de São Paulo, que não estava disposta a perder mão de obra que da produção destinada ao mercado externo, o pilar sustentador da economia imperial naquele período.

Desde o estopim da Guerra contra o Paraguai, o medo era de que fosse adicionado mais um agravante ao problema de mão-de-obra enfrentado pelo setor exportador: o recrutamento de escravizados. Decerto, há documentos e parte da bibliografia pós-guerra que nos fazem pensar que o exército fora composto em sua grande parte por escravizados, já que as recompensas oferecidas para os Voluntários da Pátria seriam um atrativo para fugir e vivenciar uma experiência de maior igualdade e de mais direitos no exército.³⁰⁴ Os jornais paraguaios *El Centinela*³⁰⁵ e *Cabichui*³⁰⁶ informam aos seus leitores a predominância de negros escravizados no exército inimigo, ao publicarem uma série de charges racistas que retratavam os brasileiros como um bando de escravos e macacos, usando estes e outros nomes, tais quais “rabilargos”³⁰⁷ ou “cambás”³⁰⁸ para se referirem aos soldados.³⁰⁹

Com efeito, houve fugas de fazendas daqueles que buscavam liberdade e recompensas prometidas aos *Voluntários da Pátria* que voltassem do Paraguai. Houve também recrutamento de

³⁰⁴ Jorge Prata afirma que “a legislação que criou os batalhões de voluntários possibilitou a muitos escravos utilizarem essa lei em prol de seus interesses, das suas aspirações por uma vida menos indigna - ainda que arriscada. Tanto o exército como a Marinha representavam para esses escravos uma grande mudança de status: ter direito a soldo permanente, comida, vestimenta e, ainda mais, o respeito que a farda impunha certamente representava o oásis que povoava o sonho de muitos cativos. Vide Prata, Jorge. *Escravidão ou Morte: escravos na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996.

p.72.

³⁰⁵ *El Centinela*. Colección del semanario de los paraguayos en la guerra de la Triple Alianza 1867. Prólogo de José Antonio Vázquez. Buenos Aires: Fondo Editorial Paraguariae, 1964.

³⁰⁶ *Cabichui* (periódico de la guerra de la triple alianza). Edición facsimilar. Asunción: Museo del Barro, 1984.

³⁰⁷ Rabilargo em espanhol é o passarinho chameco, de cabeça preta e torso marrom.

³⁰⁸ Segundo Luc Capdevila, *cambé* significa *grelhado* em guarani, palavra pejorativa para negro. Vide Capdevila, Luc. *O gênero da nação nas gravuras da imprensa paraguaia: Cabichuy e El Centinela 1867-1868*. Art Cultura Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 9-21, jan.-jun. 2007. Traduzido por Mariana Joffily.

³⁰⁹ Tanto *El Centinela* (1867) quanto o *Cabichui* (1867-1868) eram jornais produzidos no fronte de guerra, o primeiro sendo o “jornal de trincheira” pioneiro e editado em Assunção e o segundo editado no quartel general de Paso Pucú. Segundo Alfredo M. Seiferheld, o *Cabichui*, por ser editado no próprio quartel, era suscetível às faltas materiais de guerra, como a escassez de papel, o que retardava sua publicação. Para além de informar os soldados paraguaios, os jornais cumpriam a função de motivá-los e reafirmar a unidade, a partir de discursos que diminuía o inimigo e exaltavam sua própria força e patriotismo.

escravos e mesmo oferta dos mesmos por seus donos, que os enviavam à Guerra a fim de substituir entes que haviam sido recrutados pelas autoridades, como vimos no capítulo I deste trabalho. No entanto, segundo Ricardo Salles, o número estimado de escravizados que lutaram na Guerra seria de cerca de 10% do total dos soldados (sendo a porcentagem de substitutos de 22,81% e a de gratuitos de 19,32%)³¹⁰, enquanto Jorge Prata afirma ser cerca de 8%.³¹¹ Apesar de não termos o dado exato, o exército estava longe de ter maioria escrava. Para Luc Capdevila, o tratamento dado aos brasileiros pelos jornais paraguaios estaria sobretudo relacionado à necessidade de afirmação pela alteridade “eles e eu”. Sendo assim, os inimigos seriam os negros, escravizados, animais e covardes, enquanto os paraguaios seriam os brancos, homens livres e corajosos.³¹²

Considerando que a população de escravizados no Império do Brasil era de 1.510.806, em 1872, constituindo 15% da população, observa-se que, no exército, essas proporções eram menores.³¹³ Ou seja, os escravizados não constituíam nem maioria do exército, nem maioria dentre os recrutados e voluntários. O peso da Guerra recaiu sobretudo ao homem livre pobre. No entanto, parte da mão-de-obra escrava da grande lavoura se ausentou efetivamente da produção – voluntaria ou involuntariamente. Resta saber se na Província de São Paulo este número foi significativo, a ponto de prejudicar a produção para exportação.

Provavelmente, um dos motivos para essa menor proporção consiste na oposição dos senhores ao recrutamento de escravizados. Além disso, a ideia de haver um grande contingente desses indivíduos pegando em armas era assustadora para a elite local, pois a sombra do *haitianismo* pairava forte pela sociedade escravocrata. Por essa razão, em um primeiro momento, hesitou-se em mobilizá-los para a Guerra. Outro motivo consiste no fato de que o exército não aceitava escravizados, a dizer, eles teriam de ser alforriados por seus proprietários para que fossem guerrear. Segundo Victor Izecksohn,

A Constituição Imperial expressamente garantia os direitos de propriedade, e como propriedade privada os escravos não podiam ser oficialmente

³¹⁰ Salles, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

³¹¹ Prata, Jorge. *Escravidão ou Morte: escravos na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996.

³¹² Capdevila, Luc. *O gênero da nação nas gravuras da imprensa paraguaia: Cabichuy e El Centinela 1867-1868*. Art Cultura Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 9-21, jan.-jun. 2007. Traduzido por Mariana Joffily.

³¹³ Segundo o Censo de 1872, a população do Império era de 9.930.478. Vide: Recenseamento do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, não consta ano da publicação. Disponível na biblioteca digital do IBGE: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Livro 25477, volume 1 e [Livro 25477, volume 12](#).

expropriados: seja pelo governo imperial, seja pelos governos provinciais. Mesmo que o governo os compensasse, os proprietários teriam que alforriar seus escravos antes de alistá-los no exército. Consequentemente o alistamento estava aberto somente para aqueles que possuíam liberdades civis ou para escravos libertos por seus donos para defender o Estado sob condições excepcionais.³¹⁴

Os primeiros escravizados mobilizados em maior escala foram os "escravos da nação". Conforme a lei, para servir ao exército, eles eram primeiro alforriados, tornando-se os "libertos da nação". Eram eles os que trabalhavam em prédios ou obras públicas, como na Fazenda de São João de Ipanema, em São Paulo. Segundo relatório do Ministério de Guerra de 1866³¹⁵, havia um total de 1426 escravizados em posse (ou sob tutela) do Estado imperial, sendo que 707 deles eram homens e 339 foram forçados a abandonar suas ocupações para ir à Guerra. Ainda, segundo Izecksohn, cerca de "56% de todos os indivíduos emancipados provieram de doações imperiais, da Casa Imperial das fazendas imperiais ou de instituições fortemente relacionadas ao Estado, como a Igreja."³¹⁶ Apesar de as consequências do recrutamento de escravizados para as obras públicas e produções das instalações Imperiais não terem sido mensuradas, há passagens do *Diário de São Paulo* que fazem alerta à pouca eficiência das construções de infraestrutura e o Relatório de Guerra para o ano de 1866 atenta à necessidade da retomada da produção na fazenda de ferro de Ipanema.³¹⁷

Outro recurso comum na aquisição de escravizados para o exército foi a doação de substitutos, como desenvolvemos em capítulo anterior. Esse era um dos poucos meios pelos quais os senhores se desfaziam de seus escravizados por vontade própria, pois o objetivo era evitar que parentes dos fazendeiros que haviam sido recrutados fossem para a Guerra. No entanto, segundo Izecksohn,

³¹⁴ Izecksohn, Victor. *O Recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo*. Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, no 21, p. 96-110 – 2015. P.98.

³¹⁵ Relatório Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da décima segunda legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios de Guerra Angelo Moniz da Silva Ferraz. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866. Disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional.

³¹⁶ Izecksohn, Victor. *Op. cit.* P.99.

³¹⁷ Segundo Relatório da Repartição dos Negócios de Guerra de 1872, desde 1851 a fábrica vinha sendo uma mera despesa ao Estado, apesar de toda a sua potencial riqueza em minérios de ferro. Ela sofria com falta de homens, o que se agravou durante a guerra, e há ainda relatos de morosidade daqueles que ali permaneceram em relatórios dos Negócios de Guerra de anos anteriores.

(...) o alcance dessa prática foi pequeno em relação ao grande número de soldados que participaram do conflito. O Ministério da Guerra registrou somente 948 substituições por escravos em todo o território imperial durante os quase cinco anos da campanha. A cidade do Rio de Janeiro proveu o maior número de substitutos, com 437 indivíduos, seguida pela província do Rio Grande do Sul, com 305.³¹⁸

Ou seja, o efetivo de escravizados disponibilizados através desse sistema não foi porcentualmente significativo durante o conflito, se comparado à quantidade de soldados que foram enviados para o fronte. No entanto, dos escravizados doados, os que tinham por objetivo a substituição corresponderam à metade do número total.³¹⁹ Esse sistema vigorou nos primeiros anos da Guerra, quando o desespero por homens que preenchessem as vagas do exército ainda não atingia seu ápice. No decorrer do conflito, contudo, a Guerra exigiu cada vez mais recursos privados, desagradando os proprietários, que hesitavam em fazer doações. Além disso, leem-se uma série de relatos de recrutamento daqueles que já haviam apresentado substitutos, o que levava suas famílias a se revoltarem publicamente ou a se resignarem. Nesses casos, a oferta de mais escravizados como substitutos não consta como uma opção, talvez devido aos prejuízos econômicos que isso pudesse acarretar ou por não tê-los à disposição.

Em geral, os escravizados viam no recrutamento tanto uma alternativa para escapar dos trabalhos forçados, quanto um mecanismo de ascensão social, ou então uma sentença de morte. Por essa razão, havia aqueles que fugiam das fazendas onde trabalhavam para fazer parte dos *voluntários da pátria*, e também aqueles que tentavam fugir a fim de escapar da Guerra. A partir de 1866, com a posse do Duque de Caxias como general em comando, atrelada à derrota em Curupaity, houve uma demanda maior por homens aptos a batalhar. Desse modo, recrutavam-se escravizados fugidos a contragosto de seus proprietários e apesar dos anúncios de jornais que os procuravam. Os oficiais faziam vista grossa, pois precisavam suprir os números de recrutados impostos pelo Império. Com isso, o descontentamento dos proprietários de escravizados aumentou. Se já era difícil conseguir escravizados para batalhar pela boa vontade dos fazendeiros, essa tarefa foi ainda mais árdua a partir de 1866.

³¹⁸ Izecksohn, Victor. *O Recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo*. Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, no 21, p. 96-110 – 2015. P.99.

³¹⁹ *Idem*.

Com efeito, no momento inicial da Guerra, a doação de homens escravizados foi relativamente mais aceita pelos proprietários, pois lhes era útil transmitir uma imagem de patriotas. Porém, apesar de terem ajudado na manutenção do contingente do exército, vê-se que o número não foi significativo: do total de recrutados, somente 2% corresponderam a doações. Os escravocratas resistiam à libertação de escravizados, devido às consequências financeiras que isso poderia acarretar, já que vinham sofrendo com a queda de vendas do café. O governo Imperial, por sua vez, incentivou esses proprietários, oferecendo um valor pela libertação de alguns de seus homens escravizados, para que eles se juntassem aos "libertos da nação". Porém, a resistência dos proprietários foi maior e o Estado não possuía meios de coerção para fazer com que os escravocratas liberassem seus escravizados para a Guerra, em razão do direito à propriedade e à força econômica e política que esses fazendeiros possuíam. Izecksohn afirma que "em nenhum momento durante a Guerra homens escravizados foram recrutados contra a vontade dos seus proprietários"³²⁰.

No geral, o envio de escravizados não foi numeroso a ponto de prejudicar a lavoura, muito em razão da resistência dos proprietários. O governo Imperial reagiu, tentando achar alternativas para que essa mão de obra fosse cedida, como o pagamento de montantes pela alforria. Delegados ainda recrutavam escravizados fugidos, ignorando sua condição ou fingindo desconhecimento, visando a suprir o baixo fornecimento de homens para o exército. Essas práticas, no entanto, desgastavam ainda mais o apoio e a sustentação do Império para com as elites cafeicultoras. O descontentamento com a Guerra era visível após a derrota de Curupaity e, em seguida, com a demora de Caxias em reorganizar o exército antes de partir para a ofensiva, levando-os a resistir ainda mais a disponibilizar seu pessoal.³²¹ Muitos dos fazendeiros se recusavam a fornecer seus escravizados, igualmente devido ao temor de ver um exército de libertos armados, de modo que isso pudesse configurar ameaça à ordem escravista. Contudo, o provimento de escravizados variou de Província para Província, sendo São Paulo uma das que mais resistiu à libertação desses homens.

³²⁰ *Ibidem*, p.104.

³²¹ Caxias ficou de setembro de 1866 a outubro de 1867 remodelando a organização do exército antes de voltar aos campos de batalha. Essa atitude gerou inúmeras reações nos jornais da época, que o chamavam de amolador de facas e faziam charges dele a ler livros tranquilamente, como se não estivesse em uma guerra. No entanto, seu intuito era de preparar os praças *pret* que chegavam sem nenhum treinamento e reorganizar as hierarquias nos acampamentos. Sobre esse último aspecto, lê-se em cartas de Benjamin Constant certo desagrado, uma vez que a prioridade de ascensão era sempre daquela elite militar proveniente das camadas mais abastadas, enquanto homens livres educados em escolas militares, ou que haviam se distinguido no campo de batalha eram prescindidos.

Segundo o quadro demonstrativo do Relatório do Ministério de Guerra de 1872 compilado por Victor Izecksohn³²², as regiões que mais contribuíram com escravizados para a Guerra foram a Corte³²³, tendo recrutado 55% do total de escravizados libertos (2196), seguidos pelo Nordeste e o Sul, ambos em menores proporções. Se considerarmos que somente o Sudeste possuía cerca da metade da população escravizada do país e que São Paulo concentrava aproximadamente 156.612 de escravizados em 1872, correspondendo esse número a 18,71% da população da Província³²⁴, percebe-se a irrisória contribuição por parte dos fazendeiros.

Tabela 4: Recrutamento de escravizados por região, 1865-1869.

Região	Número	Porcentagem total do recrutamento
Norte	66	1,6
Nordeste	985	24,5
Centro-Oeste	0	0
Sul	396	9,9
Sudoeste (incluindo a Corte na cidade do Rio de Janeiro)	2555	64
Total	4002	100.0

Fonte: Izecksohn, Vitor. *O Cerne da Discórdia. A guerra do Paraguai e o Núcleo profissional do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

Apesar dos apelos da Coroa para a libertação de escravizados privados, os fazendeiros paulistas não só resistiam em alforriar a mão de obra a seu dispor, como se mostravam desgostosos com a abordagem adotada para fazê-los cooperar. As ironias e os maldizeres eram expressos

³²² Izecksohn, Vitor. *O Cerne da Discórdia. A guerra do Paraguai e o Núcleo profissional do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

³²³ "A proximidade da Corte e das instituições imperiais foi o que realmente impulsionou o recrutamento. Na condição de capital do Império, a Corte no Rio era muito mais sensível às pressões políticas e seus escravos mais suscetíveis às manumissões imperiais. De 2.196 escravos libertados para o recrutamento na cidade do Rio de Janeiro, 60.5% vieram de atividades relacionadas ao Estado, a maioria trazida ou libertada pelo governo." Izecksohn, Victor. *O Recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo*. Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, no 21, p. 96-110 – 2015. P.105.

³²⁴ Recenseamento do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, não consta ano da publicação. Disponível na biblioteca digital do IBGE: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Livro 25477, volume 1 e Livro 25477, volume 12.

sobretudo no jornal humorístico *Cabrião*, publicado justamente nesse período de transição de comando do exército para a posse de Caxias e, portanto, de retomada do chamamento à libertação de escravizados. Decerto, o jornal possuía orientação política contrária à de Caxias³²⁵ e dispendia certa energia em maldizê-lo. Porém, o clima de desgosto não era somente visto no *Cabrião*. O jornal *Diário de São Paulo*, apesar de em um primeiro momento vibrar com a indicação de Caxias como general em comando, logo passou a criticá-lo indiretamente, atacando a demora no desenrolar da Guerra e as novas demandas por preenchimento dos batalhões do exército. Com relação à necessidade de mais homens para a Guerra, poupava-se a figura do general, e concentrava-se toda a crítica no governador da Província, membro do partido liberal. O mais atacado pelas edições desses anos foi, seguramente, Tavares Bastos, como na passagem abaixo:

Quem tivesse assistido à administração Tavares Bastos; quem houvesse presenciado os horrores, que então se praticarão em matéria de recrutamento e designação; quem soubesse que, nesta província, já se prenderão designados e recrutas, como se fossem animaes bravios, a *dentes de cão*; (...) quem soubesse enfim que, nesses tempos, de nefanda memoria, a lei era letra morta para o governo, que a garantia da isenção legal era uma promessa fallaz, que a violencia a força e até a fraude erão os meios vulgares de compôr contingentes de guerra, quem conhecesse tudo isso, admirar-se-hia d que hoje se accuse ao presidente da provincia pelo que procede ao recrutamento e ás designações.³²⁶

Enfim, as forças enviadas ao Paraguai pela Província de São Paulo foram compiladas no Relatório do Ministério de Guerra para o ano de 1872. Neste documento, elaborou-se um "Mappa da força com que cada uma das Províncias do Império concorreu para a Guerra do Paraguay segundo os mappas remetidos a essa secretaria de Estado"³²⁷, sendo os dados relativos à Província de São Paulo para os anos da Guerra (1864-1870) os seguintes:

³²⁵ Caxias era um quadro importante do Partido conservador, enquanto os redatores do *Cabrião* eram de orientação liberal.

³²⁶ *Diário de São Paulo*, 31 de janeiro de 1869.

³²⁷ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra, João José de Oliveira Junqueira, no ano de 1872. P.

Tabela 5: Força enviada ao Paraguai pela Província de São Paulo

Voluntários da Pátria	Guardas Nacionais designados	Voluntários e Recrutas	Substitutos	Libertos	Total
2271	1125	2553	443	112	6504

Dados retirados do Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra, João José de Oliveira Junqueira, no ano de 1872.

Os números representados na tabela são a compilação dos dados dos Relatórios Provinciais, os quais, por sua vez, não são exatos, pois homens eram enviados à Guerra sem a devida notificação. No entanto, eles ainda assim nos são úteis para notar as dimensões do recrutamento de escravizados na Província e seus possíveis efeitos sobre a produção. A começar pelo número de libertos: de um total de 112, seis eram provenientes de conventos, quarenta e cinco de particulares, sessenta e um eram substitutos e zero eram libertos da nação. De acordo com relatos nos jornais, pode-se afirmar que, normalmente, os substitutos eram escravizados de particulares, ou seja, de um total de cerca de 156.612 escravizados vivendo na Província, somente 106 (45 particulares mais 61 libertos) foram disponibilizados por fazendeiros.

Escravizados fugidos, alforriados, ou recrutados à força faziam parte das categorias de voluntários e recrutas, mas não eram registrados como escravizados, fosse por ignorância de sua condição, fosse por subnotificação. Segundo Izecksohn, os escravizados vivendo em zonas urbanas eram recrutados nas ruas das cidades, podendo ser confundidos com desocupados. A mesma situação de recrutamento ocorria para fugidos, que antes viam nas cidades oportunidade de refúgio e anonimato, mas agora encontravam-se ameaçados pelo recrutamento³²⁸. Segundo o *Diário de São Paulo*, a atividade comercial exercida por parte dos escravizados nas cidades minguou, ficando as ruas menos movimentadas. Contudo, mesmo nesse cenário, o contingente de escravizados enviados não foi significativo a ponto de prejudicar a produção e o comércio locais.

Um outro fator que desagradava os fazendeiros eram os custos que eles teriam com o transporte dos escravizados. Segundo o presidente da Província de São Paulo José Tavares Bastos, em carta a João Lustosa da Cunha Paranaguá, em 2 de março de 1867, a preocupação dos cafeicultores extravasava os impactos na lavoura. No documento, o autor se questiona sobre quem

³²⁸ Santos, por exemplo, era famosa por abrigar escravos fugidos, sob a proteção de integrantes de movimentos abolicionistas.

arcaria com os custos do transporte desses escravizados para a Guerra, afirmando que se os proprietários tivessem de pagar, não os enviariam.³²⁹

Em suma, a relutância dos fazendeiros, atrelada à sua preocupação com gastos extras, fez com que São Paulo tenha sido uma das Províncias que menos disponibilizou essa mão de obra escrava. Sendo assim, nota-se que os impactos da Guerra sobre a produção do setor escravocrata foram ínfimos. Esta hipótese será comparada, em seguida, com os números oficiais dos Relatórios da Agricultura.

Os dados sobre a produção para exportação tanto do Império, quanto da Província de São Paulo, foram coletados nos Relatórios do Ministério da Agricultura dos anos de 1860 e 1870. O que consta nesses documentos é que a situação da produção agrícola tende a variar em maior intensidade durante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos. A partir da pacificação, a produção da grande lavoura tende a aumentar gradualmente, apesar dos problemas salientados pelos ministros, quais sejam, a falta de braços, a necessidade de modernização e as pragas. Com efeito, segundo os ministros Manoel Pinto de Souza Dantas³³⁰, Joaquim Antão Fernandes Leão³³¹ e Diego Velho Cavalcanti de Albuquerque³³², a cultura cafeeicultora só tendeu a aumentar. O último ainda afirma, em 1868, que “desassombrada dos receios inspirados pela epidemia que, há anos, accometteu os cafezais, esta lavoura continua florescente e em progressivo aumento de produção.”³³³.

Ao que tudo indica, as afirmações do Ministério de Agricultura não falseavam ou omitiam a real situação da Província, pois não se vê nos jornais menções que ligassem a falta de mão de

³²⁹ Carta de José Tavares Bastos a João Lustosa da Cunha Paranaguá. São Paulo, 2 de março de 1867. *Apud* Izecksohn, Victor. *O Recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo*. Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, no 21, p. 96-110 – 2015.

³³⁰ Ministro da Agricultura, do Comércio e Obras públicas para o ano de 1867. Vide Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da décima terceira legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Manoel Pinto de Souza Dantas. Rio de Janeiro: Typographia do Diário de Rio de Janeiro, 1868.

³³¹ Ministro da Agricultura, do Comércio e Obras públicas para o ano de 1868. Vide Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima quarta legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Joaquim Antão Fernander Leão. Rio de Janeiro: Typographia do Diário de Rio de Janeiro, 1869.

³³² Ministro da Agricultura, do Comércio e Obras públicas para o ano de 1869. Vide Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa da segunda sessão da sécima-quarta legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Diego Velho Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1870.

³³³ Nessa passagem, o ministro faz referência a uma praga que assolou as produções de café no ano de 1860, deixando resquícios nos anos seguintes. Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da décima terceira legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Manoel Pinto de Souza Dantas. Rio de Janeiro: Typographia do Diário de Rio de Janeiro, 1868. P.14.

obra na grande lavoura ao recrutamento e sequestro de escravizados. Isto é, a reclamação a respeito da carência de braços existia, mas era anterior ao conflito e não há indícios nos periódicos de que a Guerra tenha prejudicado a produção. Pelo contrário, a previsão era de constante aumento produtivo, como se observa na passagem:

Effectivamente, o desenvolvimento do trafego demonstra, não obstante, a concurrencia que ainda há nos transportes feitos em costas de animaes pela serra do Cubatão, que o aumento da produção é um facto real. O aumento de 11,176,341 kilogrammas no café, e de 3,057,550 no algodão transportados pela estrada de ferro durante o anno passado, comparativamente com o trafego de 1867, fala a todas as convicções. O tráfego das tropas tem diminuído na razão de 3,000,000 de kilogrammas; mas a somma geral dos produtos transportados, prova o aumento da produção agrícola, aumento que será cada vez maior (quanto ao algodão principalmente), se o preço actual se mantiver no mercado inglez.³³⁴

Todos os ministros dos Relatórios analisados reforçam pontos semelhantes, como o gradual crescimento produtivo após a estabilização norte americana. Todavia, nos relatórios de 1868 e de 1871, apresentados à assembleia legislativa³³⁵ são expostas informações acerca das exportações de mercadorias que podem confundir o leitor. Os ministros Antonio Francisco de Paula Souza e Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, respectivamente, usam como parte de sua argumentação, que visava a demonstrar a expansão da produção agrícola, dados que exibem quedas no *montante* de exportações nos anos de 1863 e 1864, e no *valor* das exportações, nos anos de 1865 a 1867. No caso do decréscimo em montantes (1863-1864), Antonio Francisco afirma que a queda é proveniente de produtos que foram menos exportados, por terem sido mais consumidos internamente, e não por queda produtiva. Nas palavras do ministro:

[O quadro com os dados] poderá induzir em erro a quem o ler sem reflectir, por quanto a comparação das somas parece invalidar minha opinião [de que a produção aumentava] ; mas com alguns momentos de reflexão se restabelecerá a verdade. Se tomardes os produtos que não encontram consumo no interior, e só acham valor para a totalidade de sua produção

³³⁴ Nessa passagem, também é evidente a gradual decadência do transporte de muar, em prol do transporte de gêneros pela estrada de ferro Santos - Jundiaí. Referência presente no Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da décima terceira legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Manoel Pinto de Souza Dantas. Rio de Janeiro: Typographia do Diário de Rio de Janeiro, 1868.

³³⁵ Vale lembrar que os relatórios ministeriais eram apresentados à assembleia anualmente, como uma forma de prestação de contas dos ministros e de registro das movimentações financeiras, contratos e decretos.

na exportação, como o algodão, cabelo, crina, couros, cacau e goma elástica, vereis progressão constante: o assucar, o fumo, o café e aguardente apresentam alterações devidas a causas diferentes, e estranhas á ação da lavoura. Assim, o café oferece uma periodicidade ou intermitência, que a prática prediz e pode resumir-se o seguinte: de quatro em quatro anos há uma grande e uma pequena colheita, e duas ordinárias, que marcham na progressão ascendente para atingir á mais abundante produção. (...). Estou persuadido de que a sciencia do amanho e bonificação da terra conseguirá mais tarde corrigir, senão fazer desaparecer completamente, a intermitência de produção que deste phenômeno resulta. (...) A esta causa, peculiar ao cafeeiro, ajunta-se outra que lhe é comum, e ao assucar, fumo e aguardente: é o commercio para o consumo do paiz.³³⁶

Portanto, a explicação dada pelo ministro leva em conta fatores outros que a Guerra de Secessão, que já estava em seu término, e atribuía como possíveis causas do decréscimo das exportações o consumo interno das mercadorias e a periodicidade das plantas cultivadas.

Tabela 6: Mercadorias exportadas pelo Império em arroba

	1862-1863	1863-1864	1864-1865
algodão	1.085.626	1.338.200	2.176.461
açúcar	9.545.371	7.919.976	7.298.485
cabello e crina	29.830	42.395	38.342
cacau	263.690	234.633	292.844
café	8.686.836	8.176.233	10.807.137
couros em cabelo	1.302.144	1.464.486	1.419.413
fumo	1.127.912	897.313	645.925
goma elástica	204.046	232.288	286.630
mate	516.114	614.602	673.988
soma	22.761.569	20.920.126	23.146.389

³³⁶ Relatório apresentado á assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da décima segunda legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da agricultura, commercio e obras públicas, Dr. Antonio Francisco de Paula Souza. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1866. P.10.

Fonte: Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da décima segunda legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da agricultura, commercio e obras públicas, Dr. Antonio Francisco de Paula Souza. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1866.

Com relação aos dados do *valor* das exportações, publicados no Relatório de 1871, o ministro Theodoro Machado Freire Pereira da Silva assinala que a queda vista nos anos 1865 a 1867 não tem relação com uma possível queda da produção da lavoura, e sim com a qualidade dos produtos. Neste caso, tanto os dados como a argumentação de Theodoro Machado são de interesse, pois eles tratam especificamente das mercadorias que saíam do Porto de Santos, ou seja, do que a Província de São Paulo exportava durante a Guerra contra o Paraguai. Não há elementos que possam atribuir à Guerra a queda nas exportações, e segundo os ministros, tanto daquele ano como de anos anteriores, a tendência da produção era de alta.

Gráfico 7: Valor das mercadorias exportadas pelo Porto de Santos em mil réis

Fonte: gráfico elaborado a partir de dados coletados do Relatório Apresentado à Assembleia Geral Legislativa da Terceira Sessão da Décima-quarta legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Theodoro Machado Freire Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1867

Em suma, as razões aventadas para explicar as variações no valor das exportações e no montante de exportações que encontramos nos Relatórios não dizem respeito à Guerra. Os ministros dos anos estudados tendem a insistir nos mesmos fatores, apesar das diferentes

orientações políticas. Elas remetem à falta de braços decorrente da Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, à praga ocorrida em 1860; e à falta de modernização e de um ensino agrícola. Os jornais não contradiziam o que era defendido pelos ministros, e quando abordavam a falta de mão de obra decorrente do recrutamento, referiam-se a ela como um problema que afetava sobretudo as pequenas propriedades e os pequenos produtores. Segundo o Ministro da Agricultura Manoel Pinto de Souza Dantas, em relatório publicado em 1868, mas referente ao ano de 1867,

A situação da nossa agricultura não sofreu alteração sensível depois do meu anterior relatório. Continua ela a ressentir-se das mesmas faltas, que então procurei expor-vos com alguma minuciosidade, chamando vossa atenção sobre os meios que me pareciam mais adequados para promover em larga escala sua prosperidade. (...) por quanto, a mais urgente necessidade da lavoura do paiz, a que exige mais prompta satisfação é a do aumento de população laboriosa, destinada aos trabalhos rurais, que venha explorar e cultivar nossas fertilíssimas terras.³³⁷

A partir dos pontos desenvolvidos neste capítulo, demonstrou-se a disparidade entre os impactos da Guerra na grande lavoura de exportação e nas pequenas propriedades aprovizionadoras do mercado interno. A produção exportadora da Província se viu pouco afetada pelo conflito contra o Paraguai, pois os latifundiários não abriam mão de seus privilégios e dos de sua família, nem dos homens escravizados que possuíam, para não prejudicar o cultivo. Desse modo, esses fazendeiros recorriam à apresentação de substitutos, a fim de evitar o recrutamento de seus familiares, disponibilizando, no lugar deles, homens escravizados ou então que lhes deviam favores. Ainda, a alforria de escravizados para servir o exército foi ínfima, tão somente para que seus donos se provassem patriotas e sustentassem sua posição de poder. Aos grandes proprietários paulistas não interessava desfazer-se de mão de obra escravizada, que já estava em falta na Província. Logo, eles se utilizavam de sua influência política e econômica para fazer valer seus interesses. Ao Império, tampouco interessava que essa parte da produção se visse afetada, pois ela era o sustentáculo da economia imperial, de modo que os governantes faziam o jogo dos grandes cafeicultores.

³³⁷ Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da décima terceira legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Manoel Pinto de Souza Dantas. Rio de Janeiro: Typographia do Diário de Rio de Janeiro, 1868.

No que concerne ao mercado interno, demonstramos as diversas maneiras pelas quais ele foi impactado. Uma das razões repousa na indiscriminação do recrutamento entre a camada dos pequenos produtores. Em consequência, muitos homens fugiam de suas terras, prejudicando as colheitas, para não serem recrutados. Os trabalhos sazonais em áreas de mata, como o de abrir estradas, foram um artifício de escape, mas, se antes os homens recorriam a eles nos intervalos das épocas de colheita, agora a demanda não mais respeitava as necessidades sazonais da agricultura. Com isso, algumas regiões sentiram efeitos como a falta de feijão e toucinho, além da alta de preços dos produtos básicos. Nem mesmo homens escravizados que possuíam um pequeno cultivo escaparam. Quando frequentavam as áreas urbanas dos municípios para vender o excedente de produção, não raro eram confundidos com “vadios”, ou então recrutados por agentes que ignoravam sua condição, propositalmente ou não.

Outra razão que contribuiu para os impactos no mercado interno foi o recrutamento de tropeiros. Pelo fato de, até 1867, exercerem atividade fundamental tanto no abastecimento do mercado interno, como no transporte de mercadorias para exportação, havia decretos que os defendiam de serem recrutados, para assegurar a saúde financeira da Província. Com o advento da Guerra, e seu longo desenrolar, os decretos se tornaram letra morta, dando lugar à busca incessante por qualquer homem idôneo. Essa caçada incessante por homens também recaiu sobre esses trabalhadores e homens livres pobres, gerando uma série de relatos de tropeiros recrutados, que perdiam suas mercadorias e mesmo suas mulas, por ter de deixá-las no meio do caminho. A reação dos tropeiros não tardou: deixaram de passar por municípios menores, onde a chance de recrutamento era maior; fugiram para o mato, em trabalhos sazonais; ou então inflacionavam os preços de seus serviços. Como foi possível averiguar pela documentação apresentada, sua reação prejudicou em maior escala os pequenos produtores e o abastecimento de pequenos municípios, enquanto os preços das mercadorias de necessidade básica em Santos e em São Paulo tiveram variação, mas estas cidades não sofreram com a falta de alimentos, como ocorreu no interior.

Em conclusão, pode-se afirmar que houve impacto da Guerra na vida material da população de homens livres pobres, como os tropeiros e os pequenos produtores. Apesar de haver menos relatos sobre o recrutamento de agricultores escravizados, nem mesmo eles conseguiram escapar de práticas coercitivas de recrutamento quando estavam longe de seus proprietários, vendendo os gêneros que cultivavam nas áreas urbanas. Enquanto isso, grandes proprietários de terra, que produziam sobretudo para o mercado externo, se valiam de sua influência política e econômica

para conservar seus escravizados e preservar a sua produção. Essa disparidade dos impactos na vida material se funda em nossa hipótese inicial, defendida no primeiro capítulo, de que a Guerra contribuiu para reforçar relações de poder sustentadas por uma elite autocrata. O contexto do conflito com o Paraguai é somente um dos inúmeros casos em que não só a corda arrebenta do lado mais fraco como, neste processo, a reprodução das relações de subjugação se faz ainda mais forte. A Guerra é feita às custas da segurança física e alimentar dos homens livres pobres da Província.

Capítulo IV: Orçamento Provincial

A Guerra contra o Paraguai provocou dispêndio econômico e humano nunca antes visto na América do Sul, e para o qual o Império não estava preparado. A provisão humana e seus impactos socioeconômicos foram retratados em capítulos anteriores, quando abordamos as dinâmicas de recrutamento, os esforços de fuga e como essa nova dinâmica recaiu sobre o cotidiano e a vida material da população, a exemplo das crises de abastecimento e da inflação dos gêneros alimentícios. Doravante, iremos nos concentrar sobre os esforços econômicos mobilizados para o conflito em nível orçamentário, concentrando-nos nas contribuições da Província de São Paulo e em como isso impactou suas finanças, bem como os debates públicos no *Diário de São Paulo*.

Para esse fim, faz-se necessária a exposição de alguns preceitos econômicos. Primeiramente, é de importância lembrar que, na macroeconomia, a política fiscal está intrinsicamente ligada à política monetária; e, durante o Império, esse cenário não era diferente. Ou seja, as alterações da quantidade de papel-moeda em circulação influenciavam - como hoje influenciam - a taxa de inflação, a produção, as políticas de exportação e a necessidade de cobrança de impostos. Assim como hoje, havia a preocupação de estabelecer uma relação de equilíbrio orçamentário entre passivos e ativos do governo, como era informado pelo *Diário de São Paulo* e em obras do período imperial³³⁸.

Durante a Guerra contra o Paraguai, o Império teve de dispor de múltiplos meios para arcar com seus custos, de cerca de 613.183:262\$695 contos de réis³³⁹: empréstimos estrangeiros; reformulação de tarifas alfandegárias; instauração de novos impostos; emissão de moedas e de apólices da dívida pública são os exemplos mais importantes (vide anexo 2). A seguir, exporemos as razões pelas quais se lançou mão destes recursos, suas especificidades e os impactos sobre a Província de São Paulo.

³³⁸ Vide Liberato C. Carreira, *História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

³³⁹ Idem.

Despesas de Guerra:

Segundo Divalte Figueira,

[o Império] não possuía nem um exército suficientemente numeroso, armado e treinado, nem uma administração militar digna desse nome. Daí que, conhecida a notícia do ataque paraguaio, foi preciso rapidamente mobilizar grandes recursos, materiais e humanos.³⁴⁰

Essa imediatez é evidenciada na progressão dos gastos dos Ministérios de Guerra, da Marinha e da Fazenda, os quais apresentam significativo aumento nos anos do conflito, corroborando o argumento de Divalte Ferreira³⁴¹. Igualmente, a diferença entre a previsão e as despesas efetivas do Império alcança discrepância nunca antes vista (vide tabela *infra*). Parte significativa do aumento nesses orçamentos se inicia no ano de 1864-1865, período em que o Império investia em ferrovias, mas também se armava para invadir a Província Cisplatina, comprando armamento no estrangeiro e investindo na manutenção de seus armazéns.³⁴² Dessa invasão, inicia-se a Guerra contra o Paraguai³⁴³, que tem a expressão de suas primeiras despesas, no ano de 1865-1866, documentada no Relatório do Ministério da Agricultura.

³⁴⁰ Figueira, Divalte. G. Soldados e negociantes na guerra do Paraguai. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001. P. 9.

³⁴¹ Esta afirmação é embasada nos Relatórios do Ministério de guerra e da Fazenda para os anos de 1865 a 1870, bem como na obra de Liberato Carreira, que faz um compilado dos orçamentos públicos do Império e os analisa ano a ano.

³⁴² Nos Relatórios do Ministério de Guerra referentes aos anos de 1864 e 1865, é apresentada uma listagem das armas provenientes sobretudo da Bélgica, da França e da Inglaterra. Havia conjuntamente a preocupação em manter os armazéns em boas condições e renovar os equipamentos, uma vez que se constataavam as más condições generalizadas de armazenamento dos recursos bélicos do Império, a ponto de que houvesse perdas e danificações expressivas nos materiais. Por esse investimento em armamentos, alguns autores, como Moniz Bandeira, argumentam que a guerra contra o Paraguai não se tratou de uma surpresa inesperada, como defendem historiadores nacionalistas. Ao contrário, os preâmbulos políticos começavam a se configurar de modo a estabelecer uma disputa entre Brasil e Paraguai. A guerra teria sido, então, o culminar dessa tensão geopolítica.

³⁴³ No texto apresentamos uma relação direta entre a invasão na Província Cisplatina e a guerra contra o Paraguai, pois o deflagrar do conflito foi precisamente após o ultimato de Solano López destinado ao Brasil, de que, se invadissem a Província uruguaia - considerada como um Estado neutro, ou "tampão", nos termos da política internacional" - o Paraguai revidaria. É evidente que as variáveis que culminam em uma guerra são muitas e, no caso desta, incluem disputas fronteiriças e de poderio regional. A invasão da Província cisplatina teria sido a gota d'água para alguns autores, ou a justificativa perfeita, para outros. Para mais informações sobre este assunto, vide Bandeira, Moniz. *Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro, Revan; Brasília Editora UNB, 1998.

Gráfico 8: Previsão de receita e despesa Imperial, acrescido dos déficits reais (1861- 1872)

Fonte: Dados retirados de Liberato Carreira. O orçamento do Império desde sua fundação. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

Gráfico 9: Déficits do Tesouro Nacional (1861-1872)

Fonte: Dados retirados de Liberato Carreira. *O orçamento do Império desde sua fundação*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

Decerto, os gastos com a Guerra não eram constantes, mas apresentavam oscilações de acordo com as fases pelas quais o conflito passava. No ano de 1866-1867, por exemplo, ocorre uma diminuição de gastos, que corresponde ao período da derrota de Curupaiti e da fase defensiva do exército aliado, comandado por Caxias.³⁴⁴ Já em 1867-1868, há um novo aumento de gastos do Ministério de Guerra, que condiz com a retomada dos avanços brasileiros e a necessidade de manutenção do exército. Com relação à Marinha, a oscilação dos gastos corresponde igualmente às fases do conflito: os aumentos de 1865-1866 e 1867-68 dizem respeito aos dispêndios feitos para as batalhas navais. No primeiro ano mencionado, o aumento está relacionado aos investimentos nas Batalhas de Riachuelo (junho de 1865) e Passo da Pátria (abril de 1866), enquanto, no segundo, aos muitos esforços que se concentraram na passagem por Humaitá, após um longo ano sem batalhas de grande porte. Após 1870, com o assassinato de Solano López, os gastos dos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Fazenda tendem a diminuir, como é possível observar no Gráfico abaixo.

³⁴⁴ Em finais de 1866, Duque de Caxias é nomeado comandante-chefe do exército e decide reformulá-lo até que estivesse pronto para retomar a ofensiva. Esse período durou cerca de um ano, segundo Doratioto.

Gráfico 10: Despesa dos ministérios por ano, em bilhões de réis.

Fonte: Relatório apresentado à Assembleia Geral na quarta sessão da décima quarta legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da Fazenda, Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872 e Liberato Carreira, em sua obra em História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

Ao analisar as tabelas 7 e os gráficos 8 e 9 acima, nota-se que o déficit preexistia à Guerra, mas aumentou durante o conflito, atingindo o pico no ano financeiro de 1867-68. Com exceção do ano de 1863-6, quando se tomou um empréstimo em Londres e ainda se não havia iniciado a Guerra, o rombo orçamentário é crescente até 1868, quando começa a decair. Este comportamento das finanças é compatível com a cronologia do conflito, já que, em 1º de janeiro de 1869, a capital paraguaia, Assunção, é tomada pelo exército brasileiro, o que leva ao decrescimento gradual das despesas de guerra.

Apesar da tentativa de equilibrar as contas públicas, o déficit constante não necessariamente representava algo negativo na concepção da época. Observa-se, nas edições analisadas do *Diário*, justificativas para este déficit, notadamente de que, para o "progresso" do Império – nos termos positivistas da época –, fazia-se necessário o dispêndio da arrecadação Imperial. Porém, havia

aqueles que se preocupavam com o aumento de gastos, apesar de entenderem a necessidade das despesas para a sustentação do conflito. Carreira³⁴⁵ sugeria que se acentuasse maior zelo nas contas públicas, priorizando políticas baseadas em maior planejamento. Por essa razão, afirma, que no caso do cenário de Guerra, mais parece que quem andou foi a Província de São Paulo, enquanto o Império corria a despende de última hora, tanto em esforços de Guerra, como em investimentos que, já iniciados, não podiam ser interrompidos, como obras de ferrovias. Nas páginas a seguir, abordaremos os recursos adotados pelo Império para tentar balancear as contas públicas e traçaremos seus impactos na Província paulista.

Contração de empréstimos

Em termos fiscais, o Brasil não passava por tempos fáceis desde antes da Guerra contra o Paraguai. Com a Independência, o país via-se endividado com a Grã-Bretanha³⁴⁶ e, ao longo dos anos, o Império também fez empréstimos que visavam a cobrir os gastos com infraestrutura, sobretudo da construção de ferrovias. Entretanto, foi de 1863 a 1875 que os empréstimos tornaram-se uma verdadeira bola de neve, em decorrência da Guerra.

³⁴⁵ Carreira, Liberato. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

³⁴⁶ O Brasil teve de pagar uma quantia de dois milhões de libras esterlinas a Portugal pelo reconhecimento de sua Independência, termo acordado pelo Tratado de Paz e Aliança em 29 de agosto de 1825.

Tabela 7: Empréstimos britânicos tomados anualmente, 1858-1875 (em libras)

Ano	Valor
1858	1.526.500
1859	508.000
1860	1.373.000
1863	3.855.307
1865	6.963.613
1871	3.459.600
1875	5.301.200

Fonte: Bouças, Valentim. História da dívida externa *apud* Figueira, Divalte. Soldados e negociantes na guerra do Paraguai. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001. P.29.

No quadro acima, nota-se que houve um empréstimo volumoso em 1863, antes da invasão da Província Cisplatina, cujas razões já foram expostas. A partir do ano de 1865, os empréstimos concernem sobretudo à Guerra contra o Paraguai: o daquele ano servirá para financiar os primeiros gastos de Guerra, enquanto os subsequentes, de 1871 e 1875, valerão notadamente para sustar as primeiras parcelas do empréstimo de 1865, fazendo o Império entrar em um círculo vicioso, no qual se contraíam empréstimos para pagar os anteriores. Ademais, a taxa de juros cobrada pelos banqueiros ingleses acentuava o círculo de dependência dos recursos de Londres³⁴⁷ e de medidas extraordinárias a fim de reunir divisas, como cobranças de impostos alfandegários e emissão de moedas. Apesar da dívida adquirida em função dos empréstimos, eles não foram a principal forma de custeio do conflito; a porcentagem mais volumosa provinha da dívida interna.

Na Assembleia legislativa, alguns senadores manifestavam seu descontentamento, como foi o caso do Barão de Cotegipe, ao afirmar que

O consumo para a guerra é em pura perda; nada fica no país, tudo sai. Se aplicássemos mais algum cuidado, ao menos parte desses capitais ficariam alimentando a indústria do país; mas é o inverso. Ou vem tudo preparado

³⁴⁷ A título de exemplo, o empréstimo efetuado no ano de 1865 contava com custo de negociação de 21 1/16% do total, com juros de 5% e prazo de 37 anos para ser pago. Tanto o custo quanto os juros e os prazos eram estabelecidos pelo tipo de empréstimo que era tomado. No caso do de 1865, tratou-se de um empréstimo de tipo 74.

da França, Inglaterra, etc, ou há de ser comprado do Rio da Prata. Nós damos guardas nacionais e recrutas; e o dinheiro é para os estranhos.³⁴⁸

De fato, a maioria dos empréstimos que se fizeram nos anos do conflito não foi revertida em melhorias internas. Foram tão somente os empréstimos precedentes, de 1854 e 1860, que serviram em parte ao financiamento de estradas de ferro, como a Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, a Pernambuco, na Província de mesmo nome, a estrada de rodagem União e a companhia Mercury, também no Rio de Janeiro.³⁴⁹

Na Província de São Paulo, publicações³⁵⁰ no *Diário* e no *The Anglo Brazilian Times*, periódico publicado na Corte e destinado a cidadãos ingleses e proprietários que mantinham relações comerciais com a Inglaterra, justificavam o endividamento para custeio da Guerra. Sendo assim, em 1865, o *Diário*, sob o comando de Pedro Taques e D. P. de Ulhoa Cintra Junior, alinhava-se às medidas adotadas pelo Gabinete Olinda³⁵¹ (maio de 1865 - agosto de 1866), responsável pelas solicitações de empréstimos, e, indiretamente, aos interesses de banqueiros da Grã-Bretanha, representados pelo jornal inglês. As publicações provenientes do *The Anglo Brazilian Times* proferiam frases como as seguintes: "nenhuma nação tem a obrigação de limitar seus empréstimos unicamente ao fim passivo e reprodutivo", ou então, "a guerra faz dívidas que a paz tem de pagar"³⁵², o que naturalizava os empréstimos tomados no estrangeiro, fazendo crer que a medida econômica adotada era de caráter incontornável e que exigiria sacrifícios, que teriam de ser feitos nos tempos de paz, para solda-los. No entanto, o jornal parecia ignorar que o Império considerasse endividar-se internamente, ao dizer que "o Brasil, na presente conjuntura, não se propõe à contrahir um empréstimo domestico, mas á levantar um estrangeiro, e é á mesma Inglaterra, que elle esta recorrendo"³⁵³.

Ora, se era tão necessário afirmar a necessidade dos empréstimos no periódico de segunda maior circulação na Província, era porque havia insatisfação de parte da população. Ao setor contrário à sua obtenção, o jornal inicialmente chegou a se referir como "idolente", em breves

³⁴⁸ Discurso feito na sessão de 14 de junho de 1867; em *Anais do Senado do Império do Brasil*. Cotegipe apud Figueira, D. G. Soldados e negociantes na guerra do Paraguai. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001.

³⁴⁹ Carreira, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde sua fundação procedida de alguns apontamentos acerca de sua Independência*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

³⁵⁰ Vide *Diário de São Paulo*, edição de 2 de setembro de 1865.

³⁵¹ Chefiado neste momento por Pedro de Araújo Lima, o Gabinete foi composto pela Liga Progressista (1864-1868), uma espécie de aliança, ou coalisão partidária, formada por liberais e conservadores moderados, para assumir cargos administrativos.

³⁵² *Diário de São Paulo*, 2 de setembro de 1865.

³⁵³ Idem, 2 de setembro de 1865.

passagens. No entanto, no final do ano de 1865, o *Diário* publicou a carta de um leitor destinada a D. Pedro II, na qual as finanças do Império e os influxos de sua instabilidade na Província de São Paulo eram os principais focos de preocupação. O autor ressaltava que deveria haver contrapartidas de geração de renda no Império para quitar a dívida externa, mas que a infraestrutura que as garantiria não daria conta desse propósito na Província, uma vez que as estradas de ferro ainda não chegavam às regiões mais férteis e produtivas, que a agricultura passava por momentos difíceis e que a pacificação nos Estados Unidos ameaçava o cultivo de algodão em São Paulo. Sendo assim, a renda usualmente gerada não seria suficiente para pagar os custos do conflito.³⁵⁴ Ademais, Carreira, em livro publicado anos mais tarde (1889), também denuncia descontentamento de um setor da elite do Império:

Este empréstimo comparado com os de 1858, 1860 e 1863 ultimamente realizados a 95, 90 e 88³⁵⁵ e juro de ½, deu lugar a reparos e censuras. Nem sempre estas comparações podem ter lugar; circumstancias e phases commerciaes de um momento para outro occasionam notaveis differenças; qualquer circumstancia influe, e bastava a applicação que teve para tornal-o impopular; além disto, a sua importancia não podia deixar de influir (...) ³⁵⁶

Nos anos seguintes a 1865, raramente se voltará a falar do empréstimo tomado em Londres, muito provavelmente para evitar o debate sobre o tema. Segundo Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto³⁵⁷, é importante notar o valor do silêncio em jornais: muitas vezes deliberadamente, os periódicos evitam a polemização em torno de temas controversos que pretendem apoiar, ou então podem designar uma cotidianidade nada excepcional, que não tem mais lugar de "notícia". Nesse caso, tudo leva a crer que a primeira opção seja verdadeira.

O tema voltou a ser abordado no *Diário* somente anos mais tarde, quando decidia-se tomar o empréstimo de 1871. Neste momento, o de 1865 voltou a ser pauta do jornal como argumento em favor daquele de 1871, a fim de ressaltar os benefícios que o Império havia conseguido com a negociação desta nova dívida³⁵⁸. Para este fim, o jornal se posicionava com declarações de que o

³⁵⁴ *Ibidem*, 20 de dezembro de 1865.

³⁵⁵ Os números tratam das condições dos empréstimos.

³⁵⁶ Carreira, Liberato. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

³⁵⁷ Cruz, Heloisa de Faria & Peixoto, Maria do Rosário da Cunha. *Na Oficina do Historiador: conversas sobre História e Imprensa*. Projeto História, São Paulo, n/35, p.253-270, dez 2007.

³⁵⁸ Um exemplo de publicação deste teor está na edição de 27 de maio de 1865, ou então na 24 de outubro de 1865, do *Diário de São Paulo*.

Império não sucumbiria desta vez aos abusos dos capitalistas britânicos, por não ter a necessidade imediata de entrada de divisas no país. Passagens de discussão no Senado, protagonizadas pelo conservador Visconde de Rio Branco e o liberal Zacarias Goes, também eram publicadas, a fim de que o periódico pontuasse os benefícios do novo endividamento³⁵⁹. Curiosamente, o *Diário de São Paulo*, agora sob o comando do conservador Paulo Delfino da Fonseca, também publica outras passagens em favor da aquisição do empréstimo, todas de semelhante viés: eram cartas de leitores, ou então passagens do *Jornal do Comércio*, que desmereciam as condições da dívida adquirida em 1865 e enfatizavam o bom negócio que o Império faria em 1871. Ou seja, nota-se que o jornal adota posturas situacionistas, que divergem na medida em que trocavam-se seus proprietários – ora conservador, ora liberal.

Para além deste fato, podemos pensar seu posicionamento a partir dos impactos que ambos os empréstimos poderiam ter sobre a Província e, sobretudo, para a classe dominante, a qual o jornal representava. Isso implica pensar nos artifícios que o governo imperial mobilizaria para pagar suas dívidas com a Inglaterra. O primeiro recurso consistiu em fazer um novo empréstimo para pagar o anterior, em um círculo vicioso, que, no entanto, não era suficiente para cobrir todo o encargo devido. Outra medida à qual o governo poderia recorrer para adquirir divisas estrangeiras seria taxar as importações e exportações, já que eram a maior fonte de renda na Província. Esta taxaço, no entanto, recairia mais duramente sobre os exportadores, pois a medida eventualmente encareceria os produtos destinados ao exterior, como o café e o algodão, prejudicando a venda dos mesmos, bem como o maquinário por eles importado. Por fim, um terceiro recurso seria a taxaço do ouro que entrava no país, pois o serviço da dívida externa era pago com ele³⁶⁰. Dessas três possibilidades, a que menos impactaria a classe dominante imediatamente seria o empréstimo do

³⁵⁹ O senador Visconde de Rio Branco informava que se tratava de empréstimo de tipo 89, e não mais de 84, o que garantiria menos juros e mais tempo para seu pagamento. Também em debate no Senado, o conservador Torres Homem (migra do partido liberal ao conservador em 1852) afirma que o empréstimo desastroso de 1865 deveu-se às precárias condições do Império de negociar, haja vista a necessidade imperativa e imediata do empréstimo. Desse modo, os capitalistas ingleses teriam se aproveitado da situação, o que não aconteceria agora, no ano de 1871, uma vez que as negociações estavam sendo feitas com tempo poder de barganha. Em contrapartida, os pontos defendidos por Zacarias Goes giravam em torno da dispensabilidade de aquisição de dívida externa e da falta de retorno em âmbito interno, já que seria destinado ao pagamento da dívida adquirida em 1865. Para mais informações, vide *Diário de São Paulo*, 7 de junho de 1871.

³⁶⁰ Sobre a necessidade de paridade-ouro para o pagamento de empréstimos, vide Araujo, Marcelo Luiz Delízio. *A lógica por trás das recomendações estrangeiras para a política econômica do Brasil visando a obtenção de empréstimos no exterior*. Anais da Anpuh - XXIX Simpósio de História Nacional, contra os preconceitos: História e Democracia, 2017. ; Meneghetti, Carla Beni. *A precariedade da administração monetária em um país periférico, sob as regras do padrão-ouro: Brasil, 1888-1900*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia, Campinas, 2006.

estrangeiro (e a consequente rolagem da dívida). Talvez, por essa razão, o jornal tenha se alinhado a tal política.

O Império recorreu a todos os artifícios acima citados, que, à primeira vista, poderiam interferir nas finanças de São Paulo. As taxações alfandegárias poderiam prejudicar as vendas, a depender da elasticidade da demanda, da qualidade das safras, bem como da sua oferta, afetando diretamente os produtores rurais paulistas. A obtenção de mais empréstimos acentuava a condição de dependência de países estrangeiros – notadamente da Inglaterra – retirando sistematicamente divisas, que poderiam ser aplicadas internamente em benefício da população, para o pagamento a bancos estrangeiros. Por fim, a taxação da entrada de ouro no país também poderia prejudicar os exportadores, em um cenário em que tivessem de aumentar o preço de seus produtos a fim de evitar a perda de entradas na receita. O que se vê é que a opção pelos empréstimos foi a mais defendida no *Diário*, talvez pela razão de que ela só afetaria os cafeicultores paulistas indiretamente. Nessa disputa de poder pelas medidas econômicas a serem tomadas, não se pode subestimar o peso que tinham aqueles produtores rurais. Segundo José Murilo de Carvalho,

O governo³⁶¹ trabalhava, no entanto, sob vários constrangimentos. Em primeiro lugar, os limites de sua própria máquina burocrática, incapaz de criar condições que permitissem arrecadação mais eficientes dos impostos. Em segundo lugar, a ação dos grupos econômicos, sobretudo dos proprietários rurais, que reagiam à decretação de certos impostos, ou pressionavam no sentido de serem beneficiados na alocação de recursos. O governo aparece em parte cedendo a estas resistências e pressões, em parte tentando vencê-las ou simplesmente evadí-las pela retórica, pois estava preso à grande limitação de recursos que resultava dos constrangimentos anteriores.³⁶²

Naquele contexto, o *Diário de São Paulo* era a expressão da parcela da população da qual trata José Murilo de Carvalho, no fragmento acima: o meio de fazer pressão política era pautar a

³⁶¹ Aqui é importante fazer uma menção crítica, já que a palavra "governo" pode ser interpretada como uma instituição genérica e dotada de vida própria, que tentava mediar os interesses do Império com às dos grupos que o pressionavam. O "governo" era composto por uma elite, através da formação de Gabinetes, que, em sua grande maioria, provinha de famílias proprietárias de terra. Certamente havia diferenças entre os partidos aos quais se filiava, principalmente se tratando dos anos anteriores à proclamação da República. No entanto, as políticas adotadas pela maioria dos governantes seguiam o fluxo de onde poderia conseguir mais recursos. O exemplo dado por José Murilo de Carvalho é o investimento em ferrovias, que foi priorizado, em detrimento do crédito agrícola e das políticas imigratórias, pois havia quem o financiasse: a Grã-Bretanha.

³⁶² Carvalho, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial & Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 10a edição. P. 286.

opinião pública. A seguir, abordaremos as medidas de taxação adotadas pelo Gabinete Imperial, a fim de traçar os efeitos sobre a Província de São Paulo e a opinião expressa pelo jornal.

Reformulação de Tarifas

Apesar das extensas publicações acerca dos empréstimos estrangeiros no *Diário*, o Império foi mais dependente de recursos internos do que de externos, para financiar o conflito³⁶³. De acordo com Celso Furtado,

O serviço de capitais estrangeiros não chegou a constituir uma carga excessivamente pesada para a balança de pagamentos do Brasil na segunda metade do século XIX. Comparado com o valor das exportações, esse serviço teria aumentado de 9,4 por cento em 1861-64 para 12,1 por cento em 1890-92. Sem embargo, se se excetuam casos especiais – constituídos por períodos em que se contraíram grandes empréstimos públicos para fins não econômicos: Guerra do Paraguai, consolidação da dívida, etc. – a entrada de capitais foi sempre inferior ao serviço da dívida.³⁶⁴

A maior fonte de arrecadação imperial provinha da alfândega e, portanto, estava condicionada às tarifas que regulamentavam a tributação das exportações e importações. A título de exemplificação das proporções da arrecadação alfandegária, Guilherme Deveza afirma que, no ano financeiro de 1840-1841 – ou seja, logo antes da tarifa Alves Branco³⁶⁵, a receita auferida era,

na área das rendas gerais, a qual atingira o total de 18.675 contos de réis, o imposto de importação contribuiu com 12.096 contos de réis (64%) e o de exportação, com 2.959 contos de réis (16%). Quanto aos demais tributos, nem a arrecadação do mais importante deles – a sisa dos bens de raiz – chegou à altura da cifra dos 800 contos de réis.³⁶⁶

³⁶³ Guimarães, Carlos Gabriel. *A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: o caso Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro*. Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada. Vol. 2, n.3 – Ago/Dez, 2007.

³⁶⁴ Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 34ª ed. P. 229, nota 142.

³⁶⁵ A Tarifa Alves Branco foge um pouco dos padrões de arrecadação por ser a primeira tarifa de cunho protecionista no Império. Ela aumentou significativamente os direitos de importação de gêneros com equivalentes nacionais, de modo a incentivar o crescimento industrial interno. Para mais informações, vide Azevedo, Jussara F. *Política tarifária e indústria no Império Brasileiro (1840 - 1889)*. Tese de doutorado. História Econômica, FFLCH, USP, e Villela, A. *Política tarifária do II Reinado evolução e impactos 1850-1889*. Nova Economia, 15, 35-68, janeiro-abril de 2005.

³⁶⁶ Deveza, Guilherme. *Política Tributária no Período Imperial*. In Holanda, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico v.6: declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 9a edição. p.84.

As Províncias que garantiam maior receita ao Império eram a Corte e São Paulo, esta última exportando café, algodão, couros e cana-de-açúcar; e importando sobretudo maquinários para agricultura³⁶⁷. Em São Paulo, que despontava como centro cafeeiro do país, a discussão acerca da tributação era importante e ocorria em Assembleia provincial, pois podia impulsionar ou frear o desenvolvimento econômico dos latifundiários.

Durante o Império, algumas tarifas sintetizam mudanças no contexto político e econômico. Um exemplo é a famigerada tarifa Alves Branco, de 1844 (Decreto n.376, de 12 de agosto de 1844), que fora adotada com o intuito de equilibrar a balança comercial, aumentando a taxa sobre a exportação e sobre produtos importados que tivessem equivalentes nacionais³⁶⁸. Segundo Villela³⁶⁹, essa foi a primeira fixação tarifária soberana no Brasil, que incentivou o desenvolvimento das indústrias nacionais, em um período no qual a economia do Império era predominantemente agrária e voltada para exportação³⁷⁰. No entanto, cafeeiros e outros latifundiários ficaram descontentes com a medida protecionista e pelexaram até que uma nova tarifa fosse instaurada. A partir dessa pressão, atrelada ao descontentamento inglês por perder mercado consumidor, e ainda, levando em conta os efeitos da crise de 1857³⁷¹, foi instaurada uma tarifa naquele mesmo ano, a qual reduzia direitos sobre gêneros alimentícios e de primeira necessidade, além de deixar de lado o caráter protecionista. No entanto, no ano subsequente, observa-se o decaimento da receita sobre os direitos aduaneiros, levando à reformulação tarifária³⁷² e à

³⁶⁷ No caso, estamos tratando de exportação e importação com o mercado externo e não do tráfico interprovincial, marcado sobretudo pelo comércio de cabotagem. Sobre este tema, vide artigo de Marcondes, Renato Leite. *O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem*. Rev. Econ. Polit. vol.32 no.1, São Paulo Jan./Mar. 2012.

³⁶⁸ A tarifa Alves Branco elevava a tributação a "30% da maioria dos artigos, instituindo taxas não só inferiores, que variavam de 2% a 25%, como superiores, que se situavam entre 40% e 60%" para artigos com equivalentes nacionais, segundo Guilherme Deveza. Para informações mais precisas sobre a taxa específica de cada produto, vide: ementa da tarifa no site do Senado <http://legis.senado.leg.br/norma/387319/publicacao/15741473>. Última consulta em 09.10.2020.

³⁶⁹ Villela, A. *Política tarifária do II Reinado evolução e impactos 1850-1889*. Nova Economia, 15, 35-68, janeiro-abril de 2005.

³⁷⁰ As indústrias do Barão de Mauá aproveitam essa onda para se desenvolver economicamente, tornando-se o maior fornecedor de bens de capital do país naquele período. Será a partir da tarifa de 1857, e sobretudo da de 1860, que priorizavam a economia de exportação, que o industrial brasileiro verá suas empresas e bancos minguarem. Para mais informações, vide Caldeira, Jorge. *Mauá, um empresário no Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 68a reimpressão.

³⁷¹ Para mais informações, vide Azevedo, Jussara França. *Política tarifária e indústria no Império Brasileiro (1840-1889)*. Tese de doutorado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

³⁷² Deveza, Guilherme. *Política Tributária no Período Imperial*. In Holanda, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico v.6: declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 9a edição.

implementação da Lei n.114, de 27 de setembro de 1860³⁷³ – que permitia a cobrança de taxas adicionais de 2 a 5% sobre o valor de artigos importados e de 2% sobre o valor de mercadorias exportadas.

O resultado dessa reformulação foi a Tarifa Silva Ferraz, de 1860 (Decreto n. 2684, de 3 de novembro de 1860³⁷⁴), que representou uma diminuição expressiva nas taxas de importação, permitindo aos grandes latifundiários a compra de maquinário para a lavoura. Essa tarifa diminuía significativamente os encargos sobre bens de capital e gêneros alimentícios importados, aumentando em mais de 10% a arrecadação do Império (devido à maior atividade comercial nas alfândegas) e incentivando a economia de exportação. Ela teve efeito imediato sobre as finanças imperiais, cujo resultado havia sido, até então, sempre negativo. A partir do ano financeiro de 1861-1862, esse quadro se inverte e passa a ser continuamente positivo, com exceção dos anos de 1885-1886³⁷⁵.

No entanto, a tarifa colocava em segundo plano o desenvolvimento de indústrias nacionais a médio e longo prazo, priorizando o modelo econômico de exportação, por pressões de duas ordens distintas: interna, dos latifundiários, e externa, notadamente da Grã-Bretanha. Essa política tarifária vigorou até o ano de 1869, ou seja, durante quase todo o período de conflito contra o Paraguai. Porém, contar somente com essa fonte de tributação era insuficiente para suprir os gastos com a Guerra, que sobrecarregavam os cofres públicos.

Era certo que as hostilidades contra o Paraguai trariam consequências funestas às finanças do país, pois meses antes do deflagrar do conflito, elas já haviam sofrido com a crise da Casa Souto, que quebrou uma série de comércios, sobretudo na Corte. Os empréstimos e a criação de impostos (como veremos adiante) foram as medidas mais imediatas tomadas pelo governo imperial para remediar os déficits nas contas públicas. Decorridos alguns anos, com a continuidade da Guerra, não poderia deixar de haver uma reforma no principal sustentáculo da arrecadação financeira do Império: as tarifas alfandegárias. Dessa forma, em março de 1869 foi promulgada a tarifa Itaboraí

³⁷³ Os responsáveis pelas finanças recorreram a essa lei até o fim do Império, quando a balança comercial era considerada insatisfatória, já que ela previa cobranças adicionais sem ter de reformular a lei alfandegária. Este foi um recurso adotado pela Tarifa Itaboraí, a qual analisaremos a seguir.

³⁷⁴ Para informações específicas sobre a Tarifa Silva Ferraz, vide site da Câmara Legislativa: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2684-3-novembro-1860-556796-publicacaooriginal-76926-pe.html>. Último acesso em 06.11.2020.

³⁷⁵ Deveza, Guilherme. *Política Tributária no Período Imperial*. In Holanda, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico v.6: declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 9a edição.

(Decreto n. 4343, de 22/3/1869), que previa direitos de importação, que variavam de 30 a 40%, e reduzia a cobrança de encargos sobre matérias-primas e gêneros alimentícios³⁷⁶. Aliás, o tema da taxação dessas mercadorias era de suma importância, uma vez que impactava diretamente a camada média da população, bem como seu acesso à alimentação e ao cultivo de subsistência. Com efeito, se em um primeiro momento a tarifa beneficiou a camada mencionada, isso deixa de acontecer a partir da implementação dos "direitos adicionais", que eram taxaões extras implementadas à medida que o governo julgasse necessário aumentar a arrecadação.

Conforme Deveza, a tarifa Itaboraí pouco diferia da anterior do ponto da porcentagem dos produtos taxados, porém, logo após sua oficialização, passou por alterações que incluíam uma série das mencionadas taxas adicionais, como a que taxava mercadorias de 2 a 5% para além de seu valor oficial, sob a justificativa de compensar os prejuízos do Tesouro.³⁷⁷ A adoção dessa taxação suplementar foi recorrente na História imperial, e a Guerra configurava um poderoso argumento para a sua implementação. Segundo André Villela, "o resultado da cobrança dos direitos adicionais foi, como esperado, o encarecimento de diversos produtos (inclusive alimentos de consumo de massa e livros, geralmente beneficiados com alíquotas mais baixas) (...)"³⁷⁸, sendo atenuado, logo após, "em relação a certos gêneros alimentícios e matérias-primas"³⁷⁹.

Dessa forma, a Tarifa Itaboraí aumentou em 50% o montante de arrecadação do Império, se comparado ao ano anterior, o que foi bem visto pelo governo, devido às altas despesas com a Guerra. Os valores arrecadados com a importação de bens e maquinário e com a exportação voltam a subir, sendo que a principal fonte desta receita, já nos anos de Guerra, era proveniente da Província de São Paulo. Para o ano de 1869-1870, somou-se 94.847 contos de réis, do qual 55,2% foi originário dos direitos de importação, 18,8% dos de exportação, seguidos pelo imposto de transmissão de propriedade (4%), imposto de selo (3,6%), imposto de indústria e profissões (3,2%) e pela décima urbana (1,8%)³⁸⁰.

Além disso, a tarifa

estabelecia o pagamento (para fazer frente ao aumento de despesas provocado pela Guerra do Paraguai) de impostos adicionais de 5% sobre o

³⁷⁶ Figueira, D. G. *Soldados e negociantes na guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001.

³⁷⁷ Deveza, Guilherme. *Op. Cit.*

³⁷⁸ Villela, A. *Política tarifária no II Reinado: evolução e impactos 1850-1889*. Nova Economia, 15, 35-68, janeiro-abril de 2005.

³⁷⁹ Deveza, Guilherme. *Política Tributária no Período Imperial*. In Holanda, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico v.6: declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 9a edição. P.92.

³⁸⁰ *Idem*.

valor da maior parte das mercadorias, até o fim do ano financeiro de 1869-1870. Ao mesmo tempo, conferia-se isenção do pagamento de direitos a máquinas pequenas e instrumentos de agricultura trazidos por colonos que viessem se estabelecer no Brasil e às “machinas proprias para lavrar a terra e preparar os productos da agricultura, e para o serviço de quaesquer fabricas, e em geral movidas a vapor.”³⁸¹

Ou seja, a Tarifa Itaboraí beneficiou os latifundiários, uma vez que incentivou a importação de maquinário e priorizava a economia de exportação, além de facilitar a instalação de colonos no país. No que diz respeito à população média, de homens livres pobres, ela foi uma das poucas a não taxar gêneros alimentícios pelos direitos adicionais, de modo a não comprometer a segurança alimentar dessa população.

Já era de se esperar que a Tarifa fosse muito bem aceita em São Paulo, que disparava como principal Província exportadora do Império. O governo imperial também via com bons olhos o incremento do comércio exterior, pois ele gerava um círculo vicioso positivo para a arrecadação: mais exportação significava mais riqueza gerada na Província, mais arrecadação alfandegária e mais arrecadação com impostos específicos³⁸². Tanto a tarifa foi bem recebida pela elite paulista que, em 1869-1870, eram publicados sobre o assunto prioritariamente anúncios de venda de exemplares impressos da lei tarifária, a 5\$ cada³⁸³, no *Diário de São Paulo*. Além disso, quando havia passagens mais extensas sobre aquele tema, eram sempre para mencionar o incremento na arrecadação³⁸⁴, para solucionar dúvidas que surgiam no momento da cobrança³⁸⁵, ou então para elogiar³⁸⁶ o chefe de gabinete Itaboraí³⁸⁷.

³⁸¹ Villela, A. *Op. Cit.*

³⁸² Aqui estamos retratando a visão da época, pois muito se sabe que esse modelo de desenvolvimento pautado prioritariamente na exportação para o mercado externo gerou uma situação de dependência no país, que tem reflexos ainda hoje, apesar da implementação da substituição de importações nos anos 30, por Getúlio Vargas.

³⁸³ Um exemplo de anúncio encontra-se no *Diário de São Paulo*, 23 de abril de 1869.

³⁸⁴ Como exemplo, vide *Diário de São Paulo*, 26 de maio de 1869.

³⁸⁵ *Idem*, 19 de outubro de 1869 e 19 de janeiro de 1869, como exemplos.

³⁸⁶ O *Diário* publicava passagens do *Jornal do Commercio* e do jornal inglês *Morning Markt Review* que normalmente assinalavam a essencialidade dos novos embargos, bem como o bom trabalho e a competência do ministro. Vide *Diário de São Paulo*, 1º de julho de 1869 e como exemplo.

³⁸⁷ O Visconde de Itaboraí assumiu o gabinete imperial após a retirada de Zacarias Goes. Segundo alguns relatos publicados no *Diário de São Paulo*, Goes teria sucumbido às pressões decorrentes da guerra contra o Paraguai e fracassado em tentar balancear as finanças públicas neste contexto. Era de se esperar que na Província - reduto liberal - fosse haver algum estardalhaço decorrente dessa mudança de Gabinete. Porém, ao menos no *Diário*, não houve relatos de disputas públicas que não fossem via discussões na Assembleia ou na Imprensa. Assim corrobora o Relatório Provincial que data de 1870. Em passagem do dito documento, lê-se: "A última evolução política por que passou o paiz, com a mudança da opinião representada no Governo, nem de leve affectou a ordem e a tranquillidade publica nesta provincia, onde o partido decahido se limitou a discussões mais ou menos veementes na tribuna e na imprensa. Honra, pois, ao povo brasileiro, honra aos paulistas sanguinolentas, pelas lutas, energicas embora, das idéas, unicas que constituem armas dignas de um povo civilisado." In Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa Provincial

Efetivamente, os elogios que a elite tecia para essa tarifa eram expressão do incremento da arrecadação. Dados apresentados pelos relatórios ministeriais apontam aumento da renda arrecadada a partir do ano financeiro de 1868-69, se comparado ao ano anterior. Do valor de 28,141:886\$030 do total de produtos exportados em 1868-69, produziu-se uma arrecadação de 1,136:010\$089, enquanto no exercício anterior, o valor dos gêneros exportados foi de 15,099:739\$803, tendo sido arrecadado o valor de 631:939\$859. Com relação aos valores dos impostos cobrados sobre as importações, a Província registra um aumento de 3,653:610\$874 no ano financeiro de 1868-69, se comparado ao ano anterior.

Gráfico 11: Arrecadação de Importação e Exportação na Província de São Paulo entre os anos financeiros de 1860-61 a 1869-70, em mil réis

Fonte: Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, no dia 5 de fevereiro de 1871. São Paulo: Typographia Americana, 1871.

Não se pode atribuir o aumento significativo dos valores somente às novas condições tarifárias, pois, em alguns itens de importação, a arrecadação chegou a cair como consequência

de São Paulo, pelo presidente, o Exm. Sr. Dr. Antonio Candido da Rocha, no dia 2 de fevereiro de 1870. São Paulo: Typographia Americana, 1870. P. 4.

direta de algumas medidas tomadas pelo Gabinete. Esse é o exemplo da lei *extraordinária* n.29 de 7 de julho de 1869, a qual estabelecia a diminuição de 3% do dízimo de saída de produtos da Província. Porém, a despeito dessa medida, os fazendeiros se aproveitavam dos novos incentivos - e das boas safras, vale dizer – para exportar, inchando a receita. O próprio secretário do Tesouro previa que "talvez o aumento da produção prehencha a diferença produzida pela redução da taxa (...)"³⁸⁸. Por essa razão, não era de se espantar ver o segundo jornal de maior circulação na Província apoiar o Visconde de Itaboraí e sua reforma alfandegária: ele estava tão somente representando os interesses da classe exportadora, que dominava o cenário político na Província – e no Império. Contudo, houve outras medidas econômicas adotadas para incrementar a arrecadação que não tiveram a mesma receptividade na Província.

Implementação de novos impostos

A revisão de impostos a serem aplicados nas Províncias também foi política adotada a fim de amenizar os gastos com a Guerra. As propostas de taxação eram respostas à pressão advinda da Assembleia Nacional, insatisfeita com tamanhos gastos, que eram realizados sem que houvesse políticas de contingenciamento ou de manutenção da arrecadação. Em 1865, ou seja, não transcorrido nem um ano do início do conflito, pensava-se em maneiras de arcar com seus custos. No ano seguinte, José da Silva Carrão³⁸⁹, como ministro da Fazenda, apresentou uma proposta à Assembleia Geral Legislativa, que visava a expandir as fontes de contribuições, em uma espécie de Reforma Tributária, segundo Deveza³⁹⁰. Ela consistiria na adoção de medidas que tinham por objetivo reduzir a emissão de papel-moeda e escalonar a cobrança de impostos, a fim de melhor

³⁸⁸ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, pelo presidente, o Exm. Sr. Dr. Antonio Candido da Rocha, no dia 2 de fevereiro de 1870. São Paulo: Typographia Americana, 1870. P. 3 do anexo *Relatório do Tesouro*.

³⁸⁹ Impressionante notar a circularidade dos homens políticos no Império do Brasil. Carrão já fora outrora mencionado em nosso trabalho, pois foi presidente da Província de São Paulo, em exercício no ano de 1865. Antes disso trabalhara como presidente da província do Pará. A circularidade corresponde muito ao que é apontado por José Murilo de Carvalho, ao estudar os núcleos da elite. O autor menciona sua coesão em núcleos - seja na burocracia, nas faculdades de direito, ou em órgãos do Estado – que a fortaleciam sua ação de “árbitro da nação e proprietário da soberania nacional”. Vide Carvalho, José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. P.41.

³⁹⁰ Deveza, Guilherme. *Política Tributária no Período Imperial*. In Holanda, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico v.6: declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 9ª edição.

controlar a base monetária³⁹¹. A proposta foi tema de debates na Assembléia Nacional e gerou estardalhaço. Na edição de 19 de abril de 1866 do *Diário de São Paulo*, foi até mesmo colocada em dúvida a sustentação do Ministro da Fazenda, já que a oposição reagiu intensamente às propostas de Carrão, apesar de admitir a necessidade de alguma reforma orçamentária que sustentasse os contínuos gastos com a Guerra.³⁹² Dias depois, em 24 de abril, o jornal reforçava o impasse no qual se encontrava o Ministério, apesar de reconhecer a importância da medida do Ministro. Lia-se o seguinte:

Os negócios políticos continuam intrincados. A oposição persiste, e para mim ainda é duvidosa a segurança do ministério, porque a maioria vai diminuindo. As medidas financeiras do sr. conselheiro Carrão, relativamente ao Banco do Brasil tem feito muito barulho e sensação. Entretanto, era necessário uma providência qualquer que pusesse freio a tanto abuso, e se o projeto do digno ministro não o consegue de todo, ao menos melhora o estado atual da situação.³⁹³

Naquele momento, comandado por P. de Ulhoa Cintra Junior e Pedro Taques, o *Diário* era de orientação liberal³⁹⁴, assim como Carrão³⁹⁵ e, por essa razão, tendia a corroborar suas propostas. Ainda, publicou testemunhos alertando para a instabilidade que elas geravam ao ministério. Embora a reforma de Carrão tenha sido só parcialmente aprovada, o desconto progressivo de 10% passou pelo crivo da Assembleia, tendo sido implementado a partir de 1º de janeiro de 1867, como publicado na edição de 9 de maio do *Diário*³⁹⁶. A reação na Província de São Paulo também ficou dividida, como as publicações do periódico paulista demonstram.

À vista da proposta de Carrão, originou-se, mais tarde, a lei n.1507, de 26 de setembro de 1867, a qual estipulou uma série de novos direitos, dos quais dois merecem especial atenção: o imposto pessoal e o imposto sobre vencimentos, cujos artigos constam, respectivamente, abaixo:

³⁹¹ Vale lembrar ao leitor que a Base Monetária é composta por papel moeda em circulação, acrescido do caixa dos bancos privados.

³⁹² No *Diário de São Paulo*, em edição de 19 de abril de 1866, lê-se "a oposição continua no seu posto. Parece que o ministério se aguenta; salva alguma surpresa: pois o orçamento do Império passou por três votos. As medidas do sr. Carrão têm feito revolução nos espíritos - tem contra si e a favor muita gente importante."

³⁹³ *Diário de São Paulo*, 26 de abril de 1866.

³⁹⁴ Será tão somente a partir de agosto de 1866, quando Cândido Silva assume a posse do jornal, que a orientação se modificará para extremamente conservadora e religiosa. É neste período que se dá a desavença do periódico com o *Diabo Covo*.

³⁹⁵ Carrão sofria críticas tanto dos conservadores, como dos liberais menos moderados. Um exemplo está na edição de 22 de maio de 1866, a qual desaprova a isenção de liberais nas eleições na hora de votar em um candidato de "centro", nas palavras do jornal.

³⁹⁶ *Diário de São Paulo*, 9 de maio de 1866.

Art. 10: Cobrar-se-ha de cada pessoa nacional ou estrangeira que residir no imperio, e tiver por sua conta casa de habitação arrendada ou própria, ainda que nella não more, um imposto de 3% sobre o rendimento locativo annual não inferior a 480\$000 na corte, a 180\$000 nas capitães das Províncias do Rio de Janeiro, S. Paulo, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará, a 120\$000 nas demais cidades e a 60\$000 nos mais lugares.

Art. 22. Todas as pessoas, que receberem vencimentos dos cofres públicos geraes, provinciaes ou municipaes, comprehendidos os pensionistas, jubilados e aposentados, ficão sujeitas ao imposto de 3% sobre os mesmos vencimentos, exceptuados os inferiores a 1:000\$000.³⁹⁷

O que se chamou de *imposto pessoal* era uma espécie de tributo sobre os rendimentos imobiliários, como se nota no art.10, enquanto o art. 22 trata da cobrança de tributos sobre vencimentos públicos, já retidos na tesouraria provincial, antes do valor ser repassado ao proprietário. Ambos os direitos merecem destaque, pois, segundo autores como Deveza³⁹⁸ e Villela³⁹⁹, consistiam no primeiro passo para a tributação de renda no país. Ainda, de acordo com Borba e Coelho,

As primeiras tentativas de criação do IRPF, ainda no Brasil Império, foram esporádicas e circunstanciais, mesmo porque os tributos eram fixados por meio de leis orçamentárias de validade anual. Nesse sentido, pode-se citar a Lei nº 317/1843 que, em seu art. 25, previa o imposto de renda com tributação exclusiva na fonte sobre os rendimentos pagos pelos cofres públicos. O dispositivo foi imensamente criticado, tendo sido suprimido no ano seguinte. A oneração da renda das pessoas físicas somente foi aventada novamente no art. 22, da Lei nº 1.507/1867, forçada pela necessidade de obtenção de recursos para financiar a Guerra do Paraguai e nos mesmos moldes da tentativa anterior. Naquela época, o IRPF não se caracterizava pela generalidade, recaindo apenas sobre rendimentos recebidos por servidores e empregados públicos, até porque “o sistema econômico imperial, escravista e elitista, produzia um reduzido universo de possíveis contribuintes”.⁴⁰⁰

³⁹⁷ Vide descrição completa da lei n.1507, de 26 de setembro de 1867, para os anos orçamentários de 1867-68 e 1868-69, no site do planalto: <http://www.planalto.gov.br> (Último acesso em 6 de janeiro de 2021).

³⁹⁸ Deveza, Guilherme. *Política Tributária no Período Imperial*. In Holanda, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico v.6: declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 9a edição.

³⁹⁹ Villela, A. *Política tarifária no II Reinado: evolução e impactos 1850-1889*. Nova Economia, 15, 35-68, janeiro-abril de 2005.

⁴⁰⁰ Borba, Bruna Estima & Coelho, André Felipe Canuto. *Imposto de renda da pessoa física, isonomia e capacidade econômica: analisando o atributo da generalidade*. Revista de Investigações Constitucionais, vol.3, no.2, Curitiba May/Aug. 2016. Epub Apr 15, 2019.

A despeito da tentativa de introduzir uma taxaço que incidisse tão somente sobre proprietários, bem como de excluir da tributação aqueles com rendimento menor a 180\$, ou de vencimentos inferiores a 1:000\$000, a nova lei igualava tributariamente os médios aos grandes proprietários, ao cobrar a mesma porcentagem de ambos, independentemente de sua renda e da quantidade de imóveis que possuíam⁴⁰¹. Não é de se espantar que não tenha havido manifestação acerca dos termos desiguais deste direito no *Diário de São Paulo*, uma vez que a proporcionalidade de cobrança havia sido proposta anteriormente pelo Visconde de Jequitinhonha⁴⁰². Se antes o *Diário* denunciava as arbitrariedades e a violência praticadas no recrutamento das camadas médias de trabalhadores livres e pequenos proprietários, agora o periódico e seus leitores lavavam as mãos, o que só confirma que a defesa destas camadas era feita conforme os interesses dos cafeicultores, notadamente quando avistavam ameaças à oferta de mão-de-obra em seus latifúndios. Agora, sob o comando do Capitão Paulo Delfino da Fonseca, o jornal se limitava a criticar a falta de cabimento dos novos direitos, uma vez que prejudicariam agricultores⁴⁰³.

Havia ainda exceções às cobranças, como as habitações de militares em serviço e os edifícios destinados exclusivamente à indústria agrícola, pastoril ou fabril, bem como as residências de seus trabalhadores. Ou seja, para além do fato de que as exceções poderiam ser facilmente burladas – por exemplo, ao atribuir atividades industriais a alguns de seus patrimônios ao saberem da vinda do fisco –, os direitos excluía da taxaço edifícios destinados à produção agrícola, favorecendo uma vez mais os grandes fazendeiros.⁴⁰⁴ Contudo, ainda que o percentual da taxa não fosse escalonado de acordo com o valor do imóvel e que as regras fossem burladas, a legislação foi a primeira a taxar a população na fonte do rendimento – no caso dos vencimentos públicos – e na

⁴⁰¹ Vide *Diário de São Paulo*, 4 de janeiro de 1868.

⁴⁰² O Visconde de Jequitinhonha defende a proporcionalidade em discurso no Senado, com as seguintes palavras: "passarei a tratar do imposto sobre a renda (...). Sustenta-se que o imposto pessoal não é injusto, porque o imposto é devido pela proteção dada tanto às pessoas, como às causas. (...) sobre que base deve assentar para torná-lo proporcional, como deve ser todo o imposto, e como sobretudo este deveria sê-lo, sendo destinado a garantir pessoas colocadas em situações tão diversas? Por esta dificuldade, sem dúvida existe ele autorizado na nossa lei fundamental, sob o título Copilação, sem que até hoje se haja cobrado." Rodrigues, José Honório. *O Conselho do Estado. O quinto poder?* Brasília: Senado Federal, 1978. *Apud* Santana, Andréia dos Santos; Cruz, Wilma Cardoso & Silva, Ademir. *Imposto de Renda pessoa física: Conceitos e Princípios*. Revista Eletrônica Organizações e Sociedade, Iturama (MG), v. 7, n. 8, p. 103-118, jul./dez. 2018.

⁴⁰³ Por agricultores, entende-se sobretudo grandes proprietários, nesse caso.

⁴⁰⁴ O imposto, no entanto, era ainda bastante primário. Um exemplo é que se o imóvel servisse de hotel, hospedaria ou então a aulas, enfermaria, entre outros, só seria tributado o espaço no qual o proprietário estabelecesse sua residência. Para mais informações, vide *Diário de São Paulo*, 8 de janeiro de 1868.

fonte de renda patrimonial, de modo que eram previstos em lei os descontentamentos da população e os modos de lidar com as tentativas de burlar as cobranças.⁴⁰⁵

É de extrema importância ter em mente que, por trás dos debates de toda implementação de impostos, o que estava em jogo eram disputas de poder, sejam as de nível local, quando tratamos da Província, sejam aquelas de nível nacional. Segundo José Murilo de Carvalho, o triunfo ou o fracasso de uma aprovação, bem como a legitimidade que esses impostos teriam na prática, estavam estritamente ligados ao poder de certos grupos, em disputas que fundaram o Estado Moderno brasileiro. Ainda de acordo com o autor,

O orçamento indicava, no entanto, muito mais do que a disputa entre legislativo e executivo. Refletia o conflito entre a burocracia, entre a máquina do Estado, sempre em busca de maiores recursos, e os grupos dominantes na sociedade, aqueles de que se podiam extrair estes recursos. Representava o conflito interno de uma elite política que hesitava entre as necessidades do governo, que ela dirigia, e os interesses dos proprietários que ela deveria representar.⁴⁰⁶

Sendo assim, é preciso salientar que havia grupos de interesses que extrapolavam os partidos políticos, e que a aprovação ou não de uma lei ou decreto não necessariamente estava ligada aos aspectos da lei em si, mas a demonstrações de força. No caso do imposto pessoal, ele não só teve publicadas no *Diário* algumas ressalvas – apesar de a orientação política partidária do periódico ser homóloga à de Zacarias Góes nesse momento – como indiretamente isentou os grandes fazendeiros e experienciou o descontentamento da população na prática. Na Província de São Paulo, o embate contra o imposto foi visto sobretudo no momento de sua cobrança, no dia a dia: homens inventavam artifícios para burlá-la, como esconder-se de fiscais ou fingir que não estavam em casa. As disputas corriam igualmente em âmbito nacional, na Assembleia Legislativa: os conservadores afirmavam que, apesar da necessidade de aumentar a arrecadação em razão da Guerra, o imposto, tal como havia sido formulado, era abusivo. Até mesmo o jornal *Diário de São Paulo*, no ano de 1868, portanto em posse dos liberais, não deixou de publicar textos críticos. Lê-se na edição de 19 de julho do mesmo ano um poema, cujo autor é identificado como "o inimigo dos impostos":

O imposto pessoal

⁴⁰⁵ Com relação ao descontentamento da população, vide artigo n.29 da lei.

⁴⁰⁶ Carvalho, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial & Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 10a edição. P.263.

O que me diz, compadre,
Desse imposto pessoal?
Olhe que tenho estado quasi
A me lançar n'um tremedal.

Tenho-me visto atrapalhado,
A ver como hei de me safar;
Pois não acho muito justo
Esse duto imposto pagar.

Eu prometto, meu compadre,
Que não hão de me pilhar;
Irei me esconder na chaminé
Logo que me fôrem cobrar.

Porén se lá mesmo fôr descoberto
Pelos cobradores do imposto,
Ficarei arregalando os olhos,
Sempre firme no meu posto.

Talvez elles julgeum, compadre,
Ser um fantasma que os vêm atacar;
E assim vão saindo tremendo,
Me deixando do imposto escapar

E depois que eles se fôrem,
Certamente se desconjurando,
Eu dançarei o kan kan
Da minha ideia folgando.⁴⁰⁷

A despeito das diversas reclamações, o imposto pessoal foi pouco significativo na arrecadação geral do Império, já que a quantidade de contribuintes não era vasta⁴⁰⁸ e que havia múltiplos meios de burlar sua cobrança. No ano fiscal seguinte à sua implementação, devido à pressão, o tributo foi extinto, deixando novamente o Ministério da Fazenda encurralado devido aos gastos da guerra⁴⁰⁹.

⁴⁰⁷ *Diário de São Paulo*, 19 de julho de 1868.

⁴⁰⁸ Segundo o Censo de 1872, havia na Província de São Paulo um total de 837.354 habitantes, dos quais 18,71% era escravizada e 81,29% era população livre. O Censo está disponível na Biblioteca virtual do IBGE: <https://biblioteca.ibge.gov.br/> (Último acesso em 2 de janeiro de 2021). Dentre a população livre, pode-se imaginar que aqueles com acesso à imóveis e terras próprias fossem limitados. A esse respeito, vide trabalho da professora Silva, Lígia Maria Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora Unicamp, 2008. 2a edição.

⁴⁰⁹ No ano de 1868, ainda como reação aos déficits causados pela guerra, o Gabinete Itaboraí aprovou o decreto n.4153, de 6 de abril, que previa a reorganização do Tesouro e das Tesourarias da Corte e das Províncias. Para mais informações, vide apresentação dos princípios de Tesouro Provincial, os decretos a ele relacionados e suas subdivisões em artigo de Louise Gabler, no site do Arquivo Nacional. Gabler, Louise. [Tesourarias das Províncias](#). Novembro de 2016; Última atualização em Janeiro de 2019. Disponível em:

De sua parte, a Província de São Paulo também contou com novas leis e decretos, na tentativa de burlar o déficit. As medidas adotadas eram estabelecidas anualmente, pelas leis de previsão orçamentária provincial⁴¹⁰. No entanto, devido à organização da fiscalidade na Província, o déficit com o qual mais se preocupavam os presidentes estava notadamente circunscrito ao investimento em ferrovias, e não à Guerra em si. Isso porque a arrecadação provincial era feita por dois órgãos diferentes naquele momento: a Tesouraria da Fazenda e a Tesouraria de Rendas Provinciais. De acordo com Eni Barbosa⁴¹¹, o primeiro era estritamente vinculado ao poder Imperial, e tinha por função arrecadar os direitos previstos por leis e decretos do Império, a fim de destiná-los ao Tesouro Nacional (vide anexo 3) para detalhamento de cargos dentro da repartição). O segundo órgão de arrecadação de direitos na Província era a Tesouraria de Rendas Provinciais⁴¹², responsável pela cobrança de tributos de legislatura provincial, que seriam investidos internamente, ou seja, sem repasse ao Tesouro Nacional. Por essa razão, quando se analisam os Relatórios Provinciais, não há reclamos acerca de déficits provocados por repasse de renda ao governo imperial, pois se tratava de instâncias diferentes. Ao contrário, o que se observa são reclamações acerca dos gastos imensos com obras públicas e para a construção de ferrovias, pois o que competia ao presidente de Província era tão somente a Tesouraria de Rendas Provinciais.

Pode-se imaginar que, apesar disso, os problemas que afligiram o Tesouro Nacional interferiram na dinâmica orçamentária de São Paulo. Porém, não parece haver dados atrelando diretamente os déficits do Tesouro Nacional a complicações na arrecadação ou no dispêndio da Tesouraria de Rendas da Província. Esses dados tampouco eram encontrados nos Relatórios apresentados anualmente à Assembleia Legislativa pelos presidentes provinciais. Apesar de este tipo de documentação por vezes omitir algumas informações ou inflar outras para supervalorizá-las, de modo a não comprometer a reputação nem o mandato do respectivo presidente e de seu partido, trata-se da melhor fonte para obter informações da Província como um todo no período.

<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/345-tesourarias-das-provincias-tesourarias-da-fazenda>.

(Último acesso em 20 de dezembro de 2020)

⁴¹⁰ Vide leis orçamentárias anuais no site da ALESP : <https://www.al.sp.gov.br/> (último acesso em 3 de novembro de 2020).

⁴¹¹ Barbosa, Eni. A Arquivologia e a Administração Pública. Estudos Ibero-Americanos, v. 10, n. 2, p. 113-128, 31 dez. 1984. Apesar de o autor desenvolver seu trabalho visando a explicar a organização da administração pública Rio grandense, o modelo é equivalente ao implementado na Província de São Paulo, a partir do que podemos notar nos Relatórios Provinciais apresentados à Assembleia Legislativa pelos presidentes de Província. Neste artigo o autor também irá definir as funções das subdivisões existentes nos dois órgãos por nós mencionados.

⁴¹² "Ela era composta, no ano de 1870, por 67 estações fiscais, "sendo 44 collectorias, 5 mesas de rendas, 7 registros e 11 barreiras". Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Província José da Costa Fernandes Pereira Junior, em 2 de fevereiro de 1871. São Paulo: Typographia Americana, 1871.

Ademais, as próprias omissões ou deturpações indicam aspectos da dinâmica política provincial. Um exemplo é que, nos anos iniciais da Guerra, as perturbações geradas pelo recrutamento pouco ou nada eram mencionadas. Afinal, o Relatório Provincial era apresentado à Assembleia Legislativa após o mandato, e servia para fazer uma propaganda da performance do político enquanto presidente. Desta forma, após uma compilação de dados extraídos desses documentos, observam-se variações pouco significativas da arrecadação da Tesouraria de Rendas no período de guerra.

Tabela 8: Arrecadação da Província de São Paulo, de 1863-64 a 1870-71

Exercício	Renda Comum	Renda extraordinária	Renda de Aplicação especial	Total
1863-64	727.150\$309	20.309\$835	221.388\$260	968.848\$404
1864-65	944.413\$136	6.803\$099	253.813\$820	1.205.630\$055
1865-66	931.324\$459	14.860\$380	227.196\$260	1.173.381\$908
1866-67	920.512\$211	9.637\$917	275.231\$780	1.205.381\$908
1867-68	1.254.698\$750	16.449\$249	322.709\$930	1.593.875\$929
1868-69	1.653.761\$856	6.016\$987	365.307\$850	2.025.086\$693
1869-70	1,251:841\$189	9:640\$202	343:632\$470	1,605:113\$861
1870-71	* ⁴¹³	*	*	1,420:097\$635

Dados retirados do Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, pelo presidente, o Exm. Sr. Dr. Antonio Candido da Rocha, no dia 2 de fevereiro de 1870. São Paulo: Typographia Americana, 1870 ; Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, no dia 5 de fevereiro de 1871. São Paulo: Typographia Americana, 1871 e Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Província José da Costa Fernandes Pereira Junior, em 2 de fevereiro de 1871. São Paulo: Typographia Americana, 1871.

Na tabela acima notam-se variações que, no entanto, não podem ser explicadas por fatores alheios à Guerra. Considerando a renda comum, uma das medidas mais significativas para

⁴¹³ Dados não encontrados nos relatórios consultados.

incrementar a arrecadação foi a cobrança de 2% sobre o direito de herança, que teve vigência no ano de 1866-67 e, depois, novamente em 1870-71. Segundo consta no Relatório Provincial publicado no ano de 1868, seu efeito foi notório, uma vez que "a cobrança da dívida activa apresentou também uma diferença [com relação ao que fora estimado] para mais de 47.285\$178. A causa desse acréscimo foi ter-se cobrado o imposto de 2%, já revogado, sobre heranças e legados."⁴¹⁴ Para verificar a afirmação do presidente Joaquim Saldanha, seria preciso fazer um estudo comparativo entre orçamento e despesas, o que não é o nosso foco neste trabalho. O que podemos inferir é que aquela renda variava, sobretudo quando os cinco direitos de maior rendimento⁴¹⁵ também variavam na Província. Tais direitos, em sua maioria estritamente ligados às atividades agrícolas, registram tendência de crescimento nos anos de Guerra.

Em suma, a implementação de novos impostos pelo Império foi elemento fundamental para repor as reservas do Tesouro Nacional, mas pouco impactou positivamente a Província em âmbito orçamentário. Seus impactos locais foram sobretudo relacionados à dinâmicas internas de descontentamento por parte de pequenos e médios proprietários, bem como aos embates políticos que as propostas dos encargos suscitavam. O Gabinete liberal de Zacarias Góes sofreu grande desgaste nas páginas do *Diário de São Paulo*, quando propôs o imposto pessoal. Naquele contexto, o Gabinete seguinte, do Visconde de Itaboraí, chegou fortalecido para sancionar a tarifa de 1869, com medidas que favoreciam a exportação. Por esta razão, caiu no gosto dos cafeicultores paulistas ou, ao menos, nas páginas do *Diário*, agora em posse de conservadores.

Emissão de Apólices da Dívida Pública

Por fim, para além da implementação do imposto pessoal e da tributação da renda na fonte de vencimentos públicos, a Lei n. 1507, de 26 de setembro de 1867, previa a cobrança de 15% em ouro dos direitos de importação, conforme artigo 9º, parágrafo 1:

⁴¹⁴ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, pelo presidente, Joaquim Saldanha Marinho, no dia 2 de fevereiro de 1868. São Paulo: Typographia do Ypiranga, 1868.

⁴¹⁵ Eram eles: direitos de saída, que taxavam a "exportação" de produtos para outras Províncias do Brasil; seguido da décima de legados e heranças; da cobrança da dívida ativa e, por fim, a meia sisa de escravos, que cobravam valor de 5% do preço de venda escravizados.

Art. 9º O Governo fica autorizado para reformar a tarifa das Alfândegas e os respectivos Regulamentos na parte que lhe forem concernentes, sob as seguintes bases:

(...)

§ 1º O Governo poderá mandar cobrar em moeda de ouro pelo valor legal, do 1º de Janeiro proximo futuro em diante, 15% dos direitos de importação.⁴¹⁶

A nova taxao estava relacionada ao meio mais importante de financiamento da Guerra: a emisso de papel-moeda para gerao de imposto inflacionrio. A medida foi adotada por todos os gabinetes que governaram durante a Guerra, tendo variado to somente a fra poltica de sustentao das decises oramentria e monetria, bem como os meios de contrabalancear os efeitos da emisso desenfreada.

J antes do conflito contra o Paraguai, a emisso de papel-moeda havia aumentado, segundo Carreira⁴¹⁷, com o intuito de controlar a crise gerada pela quebra da Casa Souto, em 1864⁴¹⁸. A impresso, naquele caso, tinha o objetivo de aumentar a liquidez no Imprio, que anteriormente havia sido contrada para tentar adequar a moeda nacional ao padro-ouro. No entanto, no momento da Guerra, a emisso de papel-moeda possua por objetivo a arrecadao de imposto inflacionrio, o que poderia gerar problemas relacionados aos nveis de inflao e sustento do padro-ouro, to almejado pelos metalistas.

O primeiro passo do Gabinete Zacarias Ges foi dar exclusividade de emisso ao Banco do Brasil: pela lei de 12 de setembro de 1866⁴¹⁹, proibia-se a emisso de papel-moeda por bancos privados, provavelmente para que a base monetria fosse controlada com mais cuidado, evitando baixa significativa de juros, inflao descontrolada e grande aumento cambial. Outro provvel

⁴¹⁶ Texto completo da lei disponvel no site do planalto: <http://www.planalto.gov.br/> (ltimo acesso em 6 de janeiro de 2021).

⁴¹⁷ Carreira, Liberato de Castro. *Histria financeira e oramentria do Imprio do Brasil desde sua fundao procedida de alguns apontamentos acerca de sua Independncia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

⁴¹⁸ A crise da Casa Souto de 1864 eclode principalmente pela especulao de aes e pela falta de liquidez da moeda nacional, muito em razo da tentativa de manuteno do padro-ouro, que a lei de 22 de agosto de 1860 tentou implementar, ao regulamentar a criao de moeda nacional, restringindo sua emisso, para que fossem conversveis. Com a decorrente diminuio dos meios de pagamento, as taxas de juros foram s alturas e o Banco Souto, um dos principais bancos do Rio, no aguenta e fecha suas portas. Outras casas bancrias tmbm fecham suas portas, como a Gomes & Filhos e Montenegro & Lima. Para contrapor a quebra bancria, o governo passou a considerar os bilhetes emitidos pelo Banco do Brasil como moeda legal, na tentativa de equilibrar a liquidez, bem como a postergao do vencimento de ttulos pagveis na Corte e na Provncia do Rio de Janeiro. Para mais informaes vide Carreira, Liberato de Castro. *Histria financeira e oramentria do Imprio do Brasil desde sua fundao procedida de alguns apontamentos acerca de sua Independncia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

⁴¹⁹ Vide no site da cmara o decreto n 3.720, de 18 de outubro de 1866, que referendou a lei mencionada no corpo do texto e acrescenta outros termos de emisso de papel-moeda. Disponvel em: www2.camara.leg.br (ltimo acesso em 7 de janeiro de 2021).

motivo era que, além da política de emissões, ainda havia a preocupação de não se distanciar do padrão-ouro. Por essa razão, a Lei n. 1507, de 26 de setembro de 1867⁴²⁰, que cobrava em ouro 15% dos direitos de importação, era fundamental, uma vez que visava a inflar o estoque do metal no país, possibilitando o aumento das emissões sem que houvesse aumento cambial tão significativo. É certo que as políticas de valorização ou desvalorização cambial dependem de uma série de variáveis. Porém, normalmente, quando se tem reservas, o câmbio tende a não subir desenfreadamente, já que o detentor da reserva tem maior poder de manobra sobre a taxa cambial. No período em estudo, trata-se de um câmbio fixo (27d⁴²¹). Desse modo, o que estava em jogo não era somente a manutenção da taxa de câmbio pelo Gabinete Imperial e pelo Banco do Brasil, mas a sustentação e viabilização do padrão-ouro.

Por essa razão, os níveis de emissão faziam parte da querela entre papelistas e metalistas. Os embates entre ambos os projetos perduraram durante o Segundo Reinado (1840 -1889) e giravam em torno de duas prioridades: impulsionar a atividade econômica ou priorizar a disciplina monetária para controle de preços⁴²². O lastro da moeda em ouro, defendido pelos *metalistas*, exigia um controle cambial e encontrava respaldo na política econômica da Grã-Bretanha, sendo que o setor que mais a defendia estava ligado a atividades rentistas, que se prejudicavam com a inflação.⁴²³ Enquanto isso, os *papelistas* propunham a ruptura com o lastro em ouro, priorizando o que Mauá chamou de “requisito da elasticidade, ou seja, “a oferta da moeda deveria ser flexível ou elástica a ponto de não interferir negativamente nas atividades produtivas. À vista disso, a preocupação do governo não estaria alocada nas flutuações cambiais - que ficariam à mercê da lei de oferta e demanda – mas na taxa de juros, que tendia a baixar devido ao aumento de liquidez. No

⁴²⁰ Trata-se da mesma lei que promulgou o imposto pessoal e o imposto sobre vencimentos públicos, tratados do subitem anterior.

⁴²¹ Durante esse período, a taxa de câmbio do Império permaneceu próxima a 27d para mil réis pois havia políticas que visavam a estabilidade cambial e, com isso, garantiam o lastro em ouro e a relativa desvalorização da moeda brasileira. A taxa de câmbio na época era calculada em pence (fração da libra esterlina; 240 pences = 1£) para mil réis (pence/1\$000), sendo que o "d" que segue a notação em pences corresponde a "dinheiros", maneira de se referir a 1 pence. Vale precisar que quanto mais próximo o mil-réis de 27 dinheiros, mais próxima a moeda brasileira estaria do padrão-ouro, haja vista que a libra esterlina era pareada no metal precioso. Por isso a preocupação de se manter a taxa de câmbio nesse valor.

⁴²² Fonseca, Pedro C. D. & Mollo, Maria de Lourdes Rollemberg. *Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas*. Nova Economia. Belo Horizonte: v22, pps203-233, maio-agosto de 2012.

⁴²³ Com relação à indústria agrícola, ela aproveitava as variações cambiais para lucrar com a exportação e se valia de sua fluidez para segurar ou exportar mercadorias. Com o câmbio fixo e a moeda brasileira valorizada, decorrente da política *metalista*, os produtores agrários não conseguiam jogar com as oscilações de aumento e baixa de oferta. Assim, os produtos ficavam menos atrativos, já que a moeda estava mais cara aos olhos dos compradores.

campo dos papelistas, estavam fazendeiros, que viam benefícios na desvalorização da moeda nacional, tornando o câmbio favorável para a venda de produtos ao exterior, bem como banqueiros e industriais⁴²⁴.

No ano em que se iniciou da Guerra contra o Paraguai, a emissão de papel-moeda aumentou em três vezes⁴²⁵, se comparada ao ano anterior, o que acarretaria desvinculação da moeda nacional em relação ao padrão-ouro e, segundo a *teoria quantitativa da moeda*⁴²⁶, carestia. Todavia, estes princípios não se aplicaram na prática: primeiramente, em razão das medidas tomadas pelo Gabinete liberal visando à entrada de mais metal precioso na reserva do Tesouro Nacional; e, em segundo lugar, devido a políticas anti-inflacionárias que foram adotadas pelo Governo Imperial, como os empréstimos obtidos junto à Inglaterra e a emissão de títulos da dívida pública. O autor Mircea Buescu aponta ainda outros condicionantes que colaboraram na contenção da inflação, como se lê na passagem abaixo:

as fortes emissões exigidas pela Guerra do Paraguai foram, de certo modo, esterilizadas quanto ao efeito sobre os preços. Isso deveu-se provavelmente a várias causas: um aumento geral do produto, redução dos custos graças à imigração e aos transportes, influência da taxa de câmbio relativamente baixa (evitando a elevação dos preços dos artigos de importação), absorção de recursos pelo governo através do serviço da dívida pública (de 1865/66 a 1870/71 a dívida interna consolidada subiu de 80.376 para 234.112 contos) e, talvez, o reflexo retardado do período de retração monetária de 1856-1862.⁴²⁷

No que concerne ao valor exato da inflação no período, há uma dificuldade em mensurá-lo, haja vista a imprecisão dos dados publicados e a escassez de registros detalhados, à exceção

⁴²⁴ Segundo Fonseca e Mollo, dentre aqueles que defendiam o papelismo, havia dois grupos. Um deles, mais moderado, não era contra a conversibilidade, mas sim a favor de seu afrouxamento, para melhor conter crises de safras e estimular os negócios. O outro grupo era veementemente contrário à conversibilidade da moeda, defendendo a pluralidade de bancos emissores e sua liberdade de atuação. Vide: Fonseca, Pedro C. D. & Mollo, Maria de Lourdes Rollemberg. *Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas*. Nova Economia. Belo Horizonte: v22, pps203-233, maio-agosto de 2012.

⁴²⁵ Carreira, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde sua fundação procedida de alguns apontamentos acerca de sua Independência*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

⁴²⁶ A teoria quantitativa da moeda foi elaborada no século XVIII e é aquela que vê relação de causalidade entre o aumento de papel-moeda em circulação e o aumento proporcional dos preços. Ela é expressa pela fórmula $M.V = P.Y$, na qual M é a quantidade de moeda, V é a velocidade de circulação, P é o nível dos preços e Y é o produto real da economia). Uma vez que V e Y tendem a ser mais fixos a longo prazo, se a quantidade de moeda em circulação (M) varia, os preços (P) variam. Essa teoria foi muito adotada por estudiosos até o século XX, mas ao longo da História, diversas correntes criticaram sua estreiteza, com principal ênfase para o período recente, pós crise de 2008, quando o aumento sem precedentes na base monetária das principais economias desenvolvidas não levou à inflação, mesmo a longo prazo.

⁴²⁷ Buescu, Mircea. Inflação brasileira de 1850 a 1870: Monetarismo e estruturalismo. Revista brasileira de economia, Rio de Janeiro, n.26 (4) pps.121-147, out/dez 1972. P.138.

daqueles presentes nas atividades econômicas das grandes fazendas ou de instituições. Não obstante, autores como Mircea Buescu⁴²⁸ adotam metodologias que oferecem uma visão panorâmica da situação, ao medir a variação de preços de alguns produtos⁴²⁹ na Corte e expandir, por inferência, a sua análise a todo o Império. Nas palavras do autor, "esta cidade exercia tanta importância econômica na época que os resultados se tornaram significativos para a economia monetária de todo o país"⁴³⁰. Sabemos, a partir do que foi tratado no capítulo anterior, que a inflação acometeu gêneros alimentícios e mão de obra diferentemente em cada região, no período do conflito. Na Província de São Paulo, nota-se que a carestia foi derivada de políticas que eram tomadas internamente à Província, das perseguições do recrutamento e da relação entre elite paulista e *homens livres pobres* que se estabeleceu durante a Guerra. Ou seja, os dados da Corte não podem ser generalizados a todo o Império, conforme sugere o autor. Porém, seu estudo pode interessar para estabelecermos um quadro explicativo da política fiscal, a fim de salientar que, no geral, o conflito não impactou significativamente a liquidez e o crescimento do déficit público nas contas do Império.

No referido estudo, o autor evidencia uma variação de preços de 25,8% na Corte de 1863-1864 a 1870-1871. Ainda segundo Buescu, todos os anos fiscais foram deficitários, entre 1850-51 e 1870-71, sendo que os déficits se tornaram realmente graves entre os anos de 1864-65 e 1869-70, precisamente os anos de Guerra. Destarte, um leitor desavisado poderia pensar que o aumento da emissão teria gerado um grande déficit público e inflação, como já mencionado. Porém, Buescu segue a mesma linha que defendemos, de que essa ligação não é direta. Em primeiro lugar, conforme demonstra Liberato Carreira, apesar do aumento da emissão, a liquidez não aumentou proporcionalmente, corroborando, o argumento de Buescu no que concerne à inflação. Em segundo lugar, os déficits orçamentários já vinham desde os anos 1850 (apesar de terem se acentuado durante a Guerra), podendo estar ligados também a outras variáveis, como os empréstimos da Grã-Bretanha para financiar a Estrada de Ferro Pedro II. Diante do exposto, ressalta-se que houve, de fato, aumento de liquidez, inflação e crescimento do déficit público, porém, os aspectos

⁴²⁸ *Idem*.

⁴²⁹ Os preços de 142 produtos são analisados por Buescu: "matérias-primas, produtos semi-fabricados e, principalmente, gêneros alimentícios. Para facilitar a análise, os produtos foram distribuídos em duas classes: produtos nacionais e produtos importados." Vide Buescu, Mircea. *Op.cit.* P. 126.

⁴³⁰ Buescu, Mircea. Inflação brasileira de 1850 a 1870: Monetarismo e estruturalismo. Revista brasileira de economia, Rio de Janeiro, n.26 (4) pps.121-147, out/dez 1972. P. 126.

mencionados já se apresentavam, em outras proporções, desde antes do conflito. Ademais, seu crescimento no período da Guerra não foi proporcional ao aumento das emissões.

Além disso, dado o contexto, o quadro de carestia poderia ter sido muito pior, não fossem as medidas anti-inflacionárias adotadas pelo Império, como o aumento da reserva em ouro, a emissão de apólices da dívida pública e mesmo os empréstimos da Grã-Bretanha. O inchaço da reserva nacional já foi explicado. A venda de apólices da dívida pública, emitidas pela Caixa de amortização, tinha por objetivo forçar a deflação, uma vez que a compra dos títulos de dívida por particulares realocava as divisas, tirando-as de circulação e aplicando-as no Tesouro do Império. Finalmente, os empréstimos obtidos junto à Grã-Bretanha entravam nessa gama de políticas deflacionárias – propositalmente ou não – na medida em que se configuravam como passivos no balanço comercial, pois as divisas não ficavam em caixa para fazer estoque.

No presente capítulo foram demonstrados os principais meios pelos quais a Guerra foi financiada pelo Império e seus impactos sobre o orçamento da Província de São Paulo e a vida material de seus habitantes. A partir do jornal *Diário de São Paulo*, traçou-se um paralelo entre os impactos das medidas orçamentárias sobre as opiniões da classe dominante, a implementação das leis e decretos na Província e as alterações no orçamento provincial, bem como seus efeitos sobre a população média, a partir de como era retratada no jornal.

No que diz respeito à emissão de moeda para geração de imposto inflacionário, o objetivo foi demonstrar que os impactos previstos pela teoria quantitativa da moeda não tiveram lugar, em razão das políticas deflacionárias adotadas pelo Gabinete Zacarias Góes: a cobrança de direitos de importação em ouro; a emissão de apólices da dívida pública; e a série de novos direitos, tais como o *imposto pessoal* e o imposto sobre vencimentos públicos. Se, por um lado, suas ações remediaram consequências desastrosas na Província e em todo o Império, por outro, suas políticas iam de encontro a uma parcela da população da elite que não via seus interesses atendidos. No âmbito do debate entre papelistas e metalistas, as ações de Zacarias Góes foram tomadas na linha de preservação da paridade-ouro, ou seja, da linha mentalista, o que desagradava papelistas,

notadamente aqueles que lutavam pelo câmbio variável em favor da desvalorização da moeda nacional, com vistas a privilegiar os cafeicultores exportadores.

Porém, não foi somente este setor que foi desagradado. Com a implementação dos novos impostos, a oposição da elite paulista foi significativa, a ponto de até mesmo liberais questionarem a viabilidade da continuação do mandato de Góes. Enfraquecido e sob pressão, o ministro Góes deu lugar ao Visconde de Itaboraí, que chegou fortalecido ao Gabinete, ao menos para a opinião pública paulista. Ele implementou a Tarifa Alfandegária de 1869, que não só favorecia exportações e importações (de modo a privilegiar um desenvolvimento voltado ao comércio exterior, em favor dos cafeicultores paulistas), como aumentava a arrecadação tarifária em 50%.

Com relação aos empréstimos da Grã-Bretanha, travou-se uma série de debates, não só em âmbito provincial, como também nacional, acerca de seus termos, da viabilidade de seu pagamento e do retorno que eles teriam em investimentos internos ao país. Houve pouca oposição ao empréstimo de 1865, devido à gravidade da situação de Guerra e à imediatez dos gastos a serem feitos. Já naquele momento, contudo, o Barão de Cotegipe atentava ao fato de o empréstimo só arcar com custos bélicos, sem ser revertido em investimentos internos. Porém, foi por ocasião do empréstimo de 1871 que se fez maior crítica àquele feito em 1865. Isto é, como recurso de defesa do empréstimo de 1871, ele foi comparado ao anterior, ressaltando as negociações desfavoráveis que haviam sido feitas pelo Gabinete Olinda. A opinião pública paulista, já fatigada dos assuntos de Guerra, parece ter aprovado o bom negócio que estava a ser feito, sem esboçar eventuais contrapartidas que pudessem haver contra a Província, provavelmente em forma de impostos.

Dito isto, viu-se que a Província não sofreu em âmbito orçamentário com as medidas tomadas, em razão da divisão de poderes e de instâncias fiscais. Se a Tesouraria da Renda Provincial era responsável por arrecadar tão somente os impostos previstos em leis provinciais, a Tesouraria da Fazenda era incubida tão somente da arrecadação que seria repassada ao Tesouro Nacional, a qual, por sua vez, não entrava no orçamento provincial. Desse modo, os déficits da Província não eram decorrentes dos repasses para a Guerra, mas sim do gasto com obras públicas, dos problemas de arrecadação e de eventuais más colheitas.

Além disso, no que se refere à vida material da população provincial, muitas das novas medidas implementadas acabaram por beneficiar os cafeicultores paulistas, como é o caso da tarifa Itaboraí, recorrentemente elogiada no *Diário*. Em contrapartida, Zacarias Góes, antecessor de Itaboraí, teve suas medidas regularmente questionadas pelo jornal e pela opinião da elite paulista:

esse foi o caso dos impostos implementados pela lei de 26 de setembro de 1867. Muito embora não tenhamos acesso ao posicionamento dos homens livres pobres, era de se esperar que, para aqueles sobre os quais os novos impostos incidiam, o descontentamento fosse presente, pois pagavam a mesma proporção de direitos que os grandes fazendeiros. Não se noticiou nos jornais qualquer mobilização por parte dessa camada, a não ser os meios de burlar a cobrança, dos quais também se valia a classe abastada. Contudo, mais uma vez, eram homens livres pobres, ou pequenos proprietários, os que mais pagavam pela Guerra na Província; desta vez, com os seus rendimentos.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi desenvolver uma narrativa que procurasse retratar os impactos da Guerra na Província de São Paulo. Ao nos focarmos nas mudanças na cotidianidade e na vida material dos homens livres pobres, o intuito foi alargar a gama de interpretações possíveis acerca do período de Guerra na Província de São Paulo para além das instituições, do militarismo e da elite. Agregando o que Emília Viotti chama de *experiência* das classes subalternas aos aspectos das estruturas de subjugação, reproduzidas pelo discurso da elite, pretendemos traçar o que mudou ou se acentuou neste contexto, atentando-nos àqueles que o conflito mais afetou: os *homens livres pobres*. Por fim, E. P. Thompson foi igualmente importante para a nossa análise, ao propor uma história que agregasse a experiência das camadas subalternas como fator importante na formação, consolidação, contestação ou reprodução das estruturas vigentes. Sendo assim, demonstramos que a Província de São Paulo foi impactada pela Guerra, mas também que este impacto afetou negativamente a camada de homens livres pobres. Estes reagiram à sua maneira, o que levou a elite autocrata a se posicionar de modo a justificar as novas condições geradas pela Guerra, naturalizando a violência que vinham sofrendo aqueles homens e reforçando as práticas de dominação.

Desse modo, procurou-se analisar a realidade do recrutamento e das perseguições dos *homens livres pobres* e a maneira pela qual essas práticas afetavam a elite local, através do que se pode ver nas entrelinhas das publicações do *Diário de São Paulo*. Com um discurso calcado no patriotismo, a elite procurava se desvencilhar do recrutamento e justificar as práticas de violência contra os *homens livres pobres*, bem como incentivá-los a se apresentar para lutar no conflito. As leis de recrutamento eram constantemente desrespeitadas e usavam-nas como perseguição política e de classe. Por essa razão, esses homens deixavam de frequentar espaços públicos, procuravam senhores aos quais pedir apadrinhamento – reforçando as relações de poder e subjugação alimentadas pela elite – ou abandonavam seus ofícios, fugindo para o mato. Um dos impactos dessas fugas acometeu a Guarda Nacional, responsável pelo policiamento, junto com o Corpo Policial. Desse modo, segundo relatos, houve um aumento dos casos de violência na Província.

Apesar das perseguições, os *homens livres pobres* resistiam fugindo, ou usando da contra-violência, ainda que pontualmente, contra seus recrutadores. Em contraponto, essa contra-violência

não era praticada pelos escravizados que eram recrutados ou disponibilizados por seus senhores como *Voluntários da Pátria*. Esses homens viam no recrutamento uma possibilidade de liberdade, ou então recorriam às fugas.

Sendo assim, observou-se na Província uma nova dinâmica na camada de *homens livres pobres*, que tentavam burlar o recrutamento e reagiam às violências. Concomitantemente, houve uma reafirmação das forças da elite, alimentada por apadrinhamentos, mas, sobretudo, pelo discurso que a própria elite construía em torno do recrutamento e das atitudes dos homens livres pobres.

As elites sustentavam um discurso disfarçado de *patriotismo*, que justificava a ida à Guerra de *homens livres pobres* e defendia seus subordinados (quando recrutados). Além disso, retirava o foco de si mesma ao condenar os homens que fugiam para o mato, de forma a desviar a atenção para as camadas subalternas e não dar espaço para que fosse questionada sua desobrigação de servir ao exército na Guerra. A partir de seu discurso, os recrutamentos e violências ganham o tom de “normalidade cotidiana”.

Além disso, procuramos demonstrar os efeitos do recrutamento nas atividades dos pequenos lavradores e dos tropeiros e na vida material dos habitantes da Província. Haja vista que muitos dos homens deixaram de praticar seus ofícios, ou adaptavam-nos para evitar o aquartelamento, observam-se problemas na circulação das mercadorias e no abastecimento de alguns municípios. No caso dos tropeiros, o valor de seus serviços ainda inflacionou no início do conflito, e havia homens que não aceitavam passar por algumas cidades devido ao risco do recrutamento forçado. Consequentemente, o preço de alguns gêneros, como feijão e milho, também sofre aumentos, que foram agravados, ainda, pelas intempéries que ocorrem no período.

Em contrapartida, a atividade direcionada à produção para exportação permaneceu vigorosa. Uma vez que fazendeiros hesitavam em liberar homens escravizados para a Guerra e protegiam seus subordinados, as atividades nos latifúndios pouco se alteraram e a Província continuava a lucrar com os benefícios trazidos pelo café e pelo algodão.

Ademais, demonstramos os principais meios pelos quais a Guerra foi financiada pelo Império, para averiguar os impactos sobre o orçamento da Província de São Paulo. A partir das discussões engajadas no *Diário de São Paulo*, pode-se notar como a elite recebia a implementação de novos impostos: quando não concordavam com a sua aplicação, era comum rebatê-los a partir

de menções aos possíveis efeitos que eles teriam nas camadas médias, ou seja, usavam-nas novamente como instrumento para atingir seus interesses políticos e econômicos. Em seguida, tratamos dos impactos da emissão de moedas na Província e da repercussão do imposto pessoal entre a elite. Descontentes, elas se posicionaram politicamente contra o Gabinete de Zacarias Góis, que caiu em 1867.

A partir dessas análises, percebeu-se que o orçamento da Província não foi impactado pelas medidas tomadas, em razão da divisão de poderes e das diferentes instâncias fiscais. Isto é, havia uma divisão institucional entre as cobranças praticadas pelo Império e aquelas praticadas pela Província. Desse modo, seus déficits não eram resultantes dos repasses para a Guerra, e sim do gasto com obras públicas e dos problemas de arrecadação local. No concerne à vida material da população, os novos impostos e tarifas acabaram beneficiando sobretudo os cafeicultores paulistas.

Em suma, através da pesquisa realizada nos jornais provinciais e em documentação governamental, foi possível constatar que a população da Província de São Paulo foi impactada pelo contexto de Guerra em âmbito social e econômico, apesar de não ter havido impactos significativos nas finanças provinciais. Para chegar a este resultado, foi necessário seguir a linha de estudos mais recentes sobre a Guerra, que visam a analisar suas implicações em âmbito regional e local, bem como nos desvencilhar da história tradicional, muito pautada em aspectos institucionais e centrada na esfera do mercado de exportação. Sendo assim, analisamos o contexto de Guerra para além do âmbito militarista - tão presente até os dias de hoje - e a Província de São Paulo para além das grandes estruturas que fundamentavam o mercado de exportação, para jogar luz em outros agentes essenciais: os homens livres pobres, os principais afetados pelo conflito. Decerto, ainda há muito campo a explorar. A distribuição de terras aos *Voluntários da Pátria* que retornavam à Província, a representação da Guerra nos folhetins dos jornais provinciais e as diversas narrativas que criavam o sentido da Guerra na Província de São Paulo são alguns exemplos.

Fontes

Cabichui (periódico de la guerra de la triple alianza). Edición: Museo del Barro. Asunción, 1984. Fac-similar.

Cabrião. Semanário Humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manuel dos Reis. 1866-1867. 2a edição revista e ampliada. Edição Fac-similar. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa oficial do Estado, 2000.

Código Criminal do Império. Disponível no site do Planalto:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm

Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>

Costa Aguiar, Antonio Augusto. Crise da lavoura ou resposta ao opusculo com o mesmo título que publicou na corte o Sr. Quintino Bocayuva. Rio de Janeiro: Typographia de H. Schroeder. 1868. Disponível no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4852>

Diabo Coxo: São Paulo 1864-1865. Redigido por Luis Gama; ilustrado por Angelo Agostini. - edição fac-similar. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

Diário de São Paulo (edições de 1865 a 1870)

Leis orçamentárias anuais no site da ALESP : <https://www.al.sp.gov.br/>

Liberato Carreira. *História financeira e orçamentária do Império do Brazil desde a sua fundação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

Liberato Carreira. *O orçamento do Império desde sua fundação*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883

Ordenações Filipinas, Livro V. Disponível no acervo digital da Universidade de Coimbra: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/15p1216.htm>

Recenseamento do Brazil em 1872. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, não consta ano da publicação. Disponível na biblioteca digital do IBGE: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Livro 25477, volume 1 e Livro 25477, volume 12.

Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa da segunda sessão da décima-quarta legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras

Publicas, Diego Velho Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1870.

Relatório Apresentado à Assembleia Geral Legislativa da Terceira Sessão da Décima-quarta legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Theodoro Machado Freire Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1871.

Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na Primeira Sessão da décima-segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Antonio Manoel de Mello. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1864. Disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima quarta legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Joaquim Antão Fernander Leão. Rio de Janeiro: Typographia do Diário de Rio de Janeiro, 1869.

Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da décima segunda legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da agricultura, commercio e obras públicas, Dr. Antonio Francisco de Paula Souza. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1866.

Relatório Apresentado à Assembléa geral legislativa na segunda sessão da décima-segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra José Marianno de Mattos. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1864. Disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da décima terceira legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Manoel Pinto de Souza Dantas. Rio de Janeiro: Typographia do Diário de Rio de Janeiro, 1868.

Relatório apresentado à Assembleia Geral na quarta sessão da décima quarta legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da Fazenda, Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo na segunda sessão da décima quinta legislatura no dia 2 de fevereiro de 1865, pelo presidente da mesma Província, o Conselheiro João Crispiano Soares.

Relatório Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima terceira legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios de Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867. Disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra, João José de Oliveira Junqueira, no ano de 1872

Relatório Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da décima segunda legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios de Guerra Angelo Moniz da Silva Ferraz. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866. Disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Relatório Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos negócios da Guerra Visconde de Camamú. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865. Disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Relatório apresentado à Assembleia legislativa provincial de São Paulo pelo presidente da província Antonio Candido da Rocha no dia 2 de fevereiro de 1870. São Paulo: Typographia americana, 1870.

Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, no dia 5 de fevereiro de 1871. São Paulo: Typographia Americana, 1871.

Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Província José da Costa Fernandes Pereira Junior, em 2 de fevereiro de 1871. São Paulo: Typographia Americana, 1872.

Relatório apresentado à Assembleia legislativa provincial de São Paulo na Primeira sessão da décima oitava legislatura no dia 2 de fevereiro de 1868, pelo presidente da mesma província, Joaquim Saldanha Marinho. São Paulo: Typographia do Ipiranga, 1868.

Repositório da Assembleia legislativa do Estado de São Paulo:
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1869/resolucao-61-31.07.1869.html>

Site da Câmara Legislativa: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2684-3-novembro-1860-556796-publicacaooriginal-76926-pe.html>.

The Anglo-Brazilian Times.

Zaluar, Augusto Emilio. Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861). São Paulo: Publicações comemorativas sob o alto patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Biblioteca Histórica Paulista, direção de Afonso de E. Taunay. Sem data.

Bibliografia

Alcalá, Guido Rodríguez. *Imágenes de la guerra de la Triple Alianza*. Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol 10, núm.1, 2006, pp.105-115. Maringa, 2006.

Alencar, Kennedy. *Ação do país na Guerra do Paraguai vai seguir inédita*, de 16/12/2004. Matéria para a *Folha de São Paulo*. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u66296.shtml>

Andrade, Oswald de. *Obras Completas – 7. Poesias Reunidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

Araujo, Marcelo Luiz Delízio. *A lógica por trás das recomendações estrangeiras para a política econômica do Brasil visando a obtenção de empréstimos no exterior*. Anais da Anpuh - XXIX Simpósio de História Nacional, contra os preconceitos: História e Democracia, 2017.

Azevedo, Jussara F. *Política tarifária e indústria no Império Brasileiro (1840 - 1889)*. Tese de doutorado. História Econômica, FFLCH, USP_e Villela, A. *Política tarifária do II Reinado evolução e impactos 1850-1889*. Nova Economia, 15, 35-68, janeiro-abril de 2005.

Bandeira, Moniz. *Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília Editora UNB, 1998

Barbosa, Eni. *A Arquivologia e a Administração Pública*. Estudos Ibero-Americanos, v. 10, n. 2, p. 113-128, 31 dez. 1984.

Borba, Bruna Estima & Coelho, André Felipe Canuto. *Imposto de renda da pessoa física, isonomia e capacidade econômica: analisando o atributo da generalidade*. Revista de Investigações Constitucionais, vol.3, no.2, Curitiba May/Aug. 2016. Epub Apr 15, 2019.

Botelho, Angela Vianna e Reis, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 4a edição.

Braudel, Fernand. *Histoire des Sciences Sociales: La longue durée*. In Annales. Économies, sociétés, civilisations. 13ème année. N.4, 1958, pp.725-753.

Brezzo, Liliana. *Polêmica sobre la história del Paraguay*. Cecilio Báez, Juan E. O'Leary: estudio crítico de Liliana Brezzo. Assunção: Tiempo de História, 2008.

Buescu, Mircea. *A inflação brasileira de 1850 a 1870*. Revista brasileira de economia, 26 (4): 125-147. Rio de Janeiro: out/dez. 1972.

Cagnin, Antonio Luiz. Introdução *In Diabo Coxo*: São Paulo 1864-1865. Redigido por Luis Gama; ilustrado por Angelo Agostini. - edição fac-similar. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

Caldeira, Jorge. *Mauá, um empresário no Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 68a reimpressão.

Canabrava, Alice P. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765-67. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 26:4 (out./dez. 1972).

Capdevila, Luc. *Una Guerra Total: Paraguay 1864-1870*. Buenos Aires: Editorial Sb, 2010.

Carvalho, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial & Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 10a edição.

Castro, Jeanne Berrance. Guardas Nacionais *in* Buarque de Hollanda, Sérgio. História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Tomo II, v.6. 6a edição.

Celia, Maria Isabel Basilisco e Neto, Mário Danieli. *Aspectos históricos da evolução urbana do município de Campinas (SP) durante os séculos XVIII e XIX*. Leituras de Economia Política, Campinas (10): 105-123, jun/2002-jun/2003.

Centurión, Juan Crisóstomo. *Memorias y Reminiscencias Históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Imprenta Raño, 1944.

Césaire, Aimé. *Toussaint Louverture: La Révolution Française et le problème colonial*. Préface de Charles André Julian. Paris: Éditions Présence Africaine, 1981.

Champan Rocha, Danilo e Pelegrini, Sandra. *As ilustrações e as temáticas dos jornais paulistanos “Diabo Coxo e “Cabrião”*. VII Congresso Internacional de História. XXXV Encuentro de Geohistoria Regional, XX semana de História. 6 a 9 de outubro de 2015.

Chiavenatto, Júlio José. *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1970. 2ª edição.

Codas, Gustavo. *Paraguai*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. 1ª edição.

Cosp, Enrique. *Curiosidades y polémicas de la Guerra Grande*. Assunção: El Lector, 2015. 1ª edição.

Costa, Emília Viotti da. *A dialética invertida e outros ensaios*. São Paulo, Editora Unesp, 2014. 1ª edição.

_____. *Estrutura versus Experiência - novas tendências na história do movimento operário das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha*. In Costa, Emília Viotti da. *A dialética invertida e outros ensaios*. São Paulo, Editora Unesp, 2014. 1ª edição

_____. *Monarquia à República: momentos decisivos*. 9ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

Costa, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. Tese de doutoramento pela Universidade de São Paulo.

Couto, Mateus de Oliveira. *Os escravos libertos na Guerra do Paraguai: Luta, Resistência e Preconceito*. Revista Contra Relatos desde el Sur, Diciembre 2013. Año VIII, número 10. CEA/UNC; CIECS/CONICET-UNC; CLACSO/ SUR-SUR.

Cruz, Heloisa de Faria & Peixoto, Maria do Rosário da Cunha. *Na Oficina do Historiador: conversas sobre História e Imprensa*. Projeto História, São Paulo, n/35, p.253-270, dez 2007.

Dean, Warren. *Rio Claro, um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra e São Paulo: Círculo do livro S/A, 1977.

Deveza, Guilherme. *Política Tributária no Período Imperial*. In Holanda, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico v.6: declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 9ª edição.

Dias, José Luciano de Mattos. *Medida normalização e qualidade: aspectos da história da metrologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Inmetro, 1998. 292 p.

Dolhnikoff, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2007.

Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra: uma nova História da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Duarte, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982. Volume II, Tomo I. (1ª edição de 1981).

Fernandes da Silva, Leopoldo. *Da praça do mercado ao matadouro: política de abastecimento de gêneros alimentícios em São Paulo nas décadas finais do Império e iniciais da República (1867-1910)*. Tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2018.

Figueira, Divalte. G. *Soldados e negociantes na guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001.

Fonseca, Pedro C. D. & Mollo, Maria de Lourdes Rollemberg. *Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas*. Nova Economia. Belo Horizonte: v22, pps203-233, maio-agosto de 2012.

Franco, Maria Sylvia Carvalho. *As idéias estão no lugar*. Cadernos de debate 1. História do Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1976.

_____. *Homens Livres na Ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983. 3ª edição. 1ª edição de 1974.

Freire dos Santos, Délio. *Estudo Introdutório*. In Cabrião. Semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manuel dos Reis. 1866-1867. 2ª edição revista e ampliada. Edição Fac-similar. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa oficial do Estado, 2000.

Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 34ª ed.

Gabler, Louise. *Tesourarias das Províncias*. Novembro de 2016. Última atualização em Janeiro de 2019. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/345-tesourarias-das-provincias-tesourarias-da-fazenda>

Gomes de Araújo, Tiago. *O ensino de um conflito: a guerra do Paraguai nos livros didáticos brasileiros (PNLD-EM 2012-2014)* in Squinelo, Ana Paula (org). *150 anos após- A Guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai*. Campo Grande: Editora UFMS, 2016.

Granziera, Rui Guilherme. *A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia*. São Paulo: Hucitec, Universidade Estadual de Campinas, 1979. Coleção Economia e planejamento: Série teses e pesquisas. 1ª edição.

Guimarães, Carlos Gabriel. *A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: o caso Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro*. Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada. Vol. 2, n.3 – Ago/Dez, 2007.

Heller, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. 2016. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 11ª ed.

Hollanda, Sérgio Buarque. *O processo econômico e o trabalhador livre* In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II – O Brasil Monárquico: Reações e transações. Volume 5/ por Francisco Iglésias [*et al.*]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda/ 10ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

_____. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. Tomo II, v.2. 2a edição e v.6,. 9a edição.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 26 edição.

Ichimaru, Matheus. *O Comte republicano e a crítica positivista das Luzes: introdução à questão do progresso em Augusto Comte* / Matheus Ichimaru ; orientador Sérgio Cardoso. – São Paulo, 2019.

Izecksohn, Victor. *O Recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo*. Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, no 21, p. 96-110 – 2015.

_____. *O Cerne da Discórdia. A guerra do Paraguai e o Núcleo profissional do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

Jourdan, E.C. *Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1871.

Lamounier, Maria Lúcia. *Agricultura e Mercado de Trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de Café e na Construção de Ferrovias em São Paulo, 1850-1890*. Est. Econ., São Paulo, V.37, n.2, pp.353-372, Abril-Junho 2007.

Lévi Strauss, Claude. *Anthropologie Structurale*. Paris; Plon, 1958.

Luna, Francisco Vidal & Klein, Herbert S. *Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico*. In: Boletim de História Demográfica, ano VIII, no. 21, março de 2001.

Maestri, Mario. *A Guerra no Papel: história e historiografia da Guerra no Paraguai (1864-1870)*. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013.

Marcondes, Renato Leite. *O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem*. Rev. Econ. Polit. vol.32 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2012.

Marx, Karl. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stimer, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Meneghetti, Carla Beni. *A precariedade da administração monetária em um país periférico, sob as regras do padrão-ouro: Brasil, 1888-1900*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia, Campinas, 2006.

Morel, Marco. *Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa no Brasil*. In Neves, Lúcia Maria Bastos P. das (org). *Livros e impressos. Retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

Morse, Richard M. *Formação Histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

Moura Filho, Heitor Pinto de. *Pesos e Medidas no Brasil Oitocentista*. Disponível nos arquivos da abphe: <http://www.abphe.org.br/arquivos/heitor-pinto-de-moura-filho.pdf>

Nabuco, Joaquim. *La Guerra del Paraguay*. Paris: Garnier Hermanos, Libreros-Editores, 1901.

Pomer, Léon. *Guerra do Paraguai: tragédia Rio-platense*. São Paulo: Global, 1980. 2ª edição.

_____. *Nossa Guerra contra esse soldado*. São Paulo: Global, 1985.

Prado Junior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2008. 11ª reimpressão da 23ª edição.

_____. *História econômica do Brasil*. Brasiliense, São Paulo: 2012. Pp.168.

Queiroz, Sylvania de. *Revisando a Revisão: Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai de J.J. Chiavenatto*. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado.

Rebouças, André. *Diário a Guerra do Paraguai* - Introdução e notas de Maria Odila Silva Dias. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros USP, 1973

Resquin, Francisco Isidoro. *Datos historicos de la Guerra del Paraguay*. Assunción: Imprenta Militar de la Dirección de Publicaciones de las FF. AA. De la Nación, 1984.

Rodrigues, José Honório. *O Conselho do Estado. O quinto poder?* Brasília: Senado Federal, 1978. *Apud* Santana, Andréia dos Santos; Cruz, Wilma Cardoso & Silva, Ademir. *Imposto de Renda pessoa física: Conceitos e Princípios*. Revista Eletrônica Organizações e Sociedade, Iturama (MG), v. 7, n. 8, p. 103-118, jul./dez. 2018.

Saldanha, Flávio Henrique Dias. *Exército e Guarda Nacional: Recrutamento Militar e a Construção do Estado no Brasil Imperial*. Coleç. Meira Mattos, Rio de Janeiro, v.9, n.36, p.673-681, set./dez. 2015.

Salles, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Schwartz, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literal e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas cidades, Editora 34, 2012 (6ª edição).

Sharpe, Jim. *A História vista de baixo*. In Burke, Peter (org). *A Escrita da História, novas perspectivas*. São Paulo, Editora UNESP, 2011. Tradução de Magda Lopes.

Slenes, Robert W. *Senhores e subalternos no Oeste paulista*. In: Alencastro, Luiz Felipe. *História da vida privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 233-290.

Soares, Rodrigo Goyena. *Voluntários sem pátria - O retorno dos veteranos da Guerra do Paraguai não foi nada heroico: soldados precisaram reconstruir a própria vida na terra natal, com pouco dinheiro e muitas promessas*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 9, número 97, outubro de 2013.

Sodré, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 4a edição.

_____. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

Souza, Inglês de - *Contos Amazônicos*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Souza, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte: escravos na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996.

_____. *O contingente mobilizado para a guerra do Paraguai: as estatísticas sobre os libertos*. Semina, Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF. V. 19, N. 2, p. 117- 140, Mai/Ago 2020.

Squinelo, Ana Paula. *O Imperialismo inglês não quer mudanças no mundo: a guerra do Paraguai na literatura escolar brasileira (1987-2001)* in Squinelo, Ana Paula (org). *150 anos após- A Guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai*. Campo Grande: Editora UFMS, 2016.

Taunay, Alfredo d'Escagnolle. *A Retirada da Laguna*. Episódio da Guerra do Paraguay. S. Paulo, Cayeiras, Rio: Companhia Melhoramentos de São Paulo, sem data. 9a edição brasileira ilustrada e acrescida de avultada documentação. Traduzida da quinta edição francesa.

Tavares Alves e Silva, Beatriz. *O transporte de muar na acumulação de capital e diversificação econômica da Província de São Paulo*. Oliveira, Lélío Luiz de; Marcondes, Renato Leite e Messias, Talita Alves de (orgs). In: Anais do 7ª Conferência Internacional de História de Empresas e IX Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. Ribeirão Preto: USP/ABPHE, 2019.

Thompson, Edward P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 11ª reimpressão. Tradução de Rosaura Eichemberg. Revisão Técnica de Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes.

_____. *History From Below*. The Times Literary Supplement. Thursday, April 7 1966.

Toral, André Amaral de. *A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai*. Estudos Avançados 9 (24), 1995.

Valinotti, Ana Barreto. *Las mujeres*. Assunção: El Lector, 2013.

Villela, A. *Política tarifária do II Reinado evolução e impactos 1850-1889*. Nova Economia, 15, 35-68, janeiro-abril de 2005.

Weber, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UNB, 1991. 5ª edição revisada, anot. e organizada por Johannes Winckelmann. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa.

Whigham, Thomas. *La Guerra de la Triple Alianza*. Assunção: Editora Taurus, 2011. Vols 1, 2 e 3.

Anexos

Anexo 1: Proprietários do Diário de São Paulo

* ***Agosto de 1865 a setembro de 1866:*** Pedro Taques de Almeida Alvim, Delfino Pinheiro de Ulhoa Cintra Júnior e Henrique Schroeder (liberais)

* **Agosto de 1866 a Novembro de 1866:** Candido da Silva e João Mendes de Almeida (conservadores)

* **Dezembro de 1866 a Setembro de 1867:** Antônio da Silva Prado (conservador)

* **Outubro de 1867 a Agosto de 1878:** Paulo Delfino da Fonseca (conservador)

Anexo 2: Recursos extraordinários de que lançou mão o tesouro para fazer face às despesas da guerra do Paraguay.

Recursos extraordinarios de que lançou mão o thesouro para fazer face ás despesas da guerra do Paraguay		
1864—1866	Emissão de apolices.	15.154:000\$000
	Papel-moeda	3.016:805\$991
	Emprestimo externo de 1865	35.219:085\$961
1866—1867	Emprestimo interno de 1868	29.046:936\$979
	Emprestimo particular	2:123\$500
	Emissão de apolices	7.385:976\$000
	Papel-moeda	22.677:074\$000
1867—1868	Papel-moeda	53.910:502\$000
	Apolices.	22.782:478\$000
	Emprestimo particular.	6:842\$429
1868—1869	Emprestimo nacional	27.000:000\$000
	Papel-moeda	17.909:505\$000
	Apolices.	27.287:925\$000
1869—1870	Apolices	44.030:549\$000
	Papel-moeda	5.480:000\$000
	Emprestimo particular.	180:382\$870
1870—1871	Apolices	26.145:608\$000
	Papel-moeda	10.220:430\$000
	Emprestimo externo de 1871	26.521:746\$480
	Particular	700:000\$000
1871—1872	Apolices.	20:988\$000
	Nickel	1.225:479\$700

Carreira, Liberato. *História financeira e orçamentária do Império do Brazil desde a sua fundação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

Anexo 3: Paralelo das três estruturas do Tesouro do Estado.

P. Barbosa, Eni. A Arquivologia e a Administração Pública. Estudos Ibero-Americanos, v. 10, n. 2, p. 113-128, 31 dez. 1984.

Anexo 4: Subdivisões da Tesouraria da Fazenda.

P. Barbosa, Eni. A Arquivologia e a Administração Pública. Estudos Ibero-Americanos, v. 10, n. 2, p. 113-128, 31 dez. 1984.